

Perfil de Saúde

e Seus Determinantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo

2015



O Padrão dos Descobrimientos...

*Elevar as nossas Crianças a
horizontes mais rasgados de forma
a poderem enxergar mais longe
do que nós próprios alguma vez
conseguiremos ver...*

*Um futuro para
as nossas crianças!*

António Tavares

ÍNDICE

VOLUME 2

ÍNDICE DE FIGURAS	VI
ÍNDICE DE TABELAS	IX
SIGLAS E ACRÓNIMOS	XXXIII
6. Espaços promotores de saúde ou geradores de doença ou desigualdade social	1
6.1 Ambiente	1
6.1.1 Qualidade do ar	6
6.1.2 Qualidade da água	9
6.1.3 Abastecimento público de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de drenagem de águas residuais	14
6.1.4 Resíduos urbanos	17
6.1.5 Fenómenos meteorológicos extremos: ondas de frio e outras situações climáticas extremas	30
6.1.6 Edifícios/ Parque habitacional	31
6.1.7 Transportes e mobilidade	65
6.1.8 Áreas protegidas	80
6.1.9 Incêndios	85
6.1.10 Proteção civil e recursos de defesa do ambiente e saúde	86
6.1.11 Despesas em ambiente	94
6.2 Escola	98
6.2.1 Estabelecimentos de Ensino	101
6.2.2 Abandono escolar precoce	109
6.3 Família	110
6.3.1 Famílias clássicas e institucionais	112
6.3.2 Famílias clássicas segundo a dimensão	114
6.3.3 Famílias clássicas segundo o tipo de alojamento	116
6.3.4 Vítimas de violência doméstica e outros crimes	121
7. Proteção de Crianças e Jovens em Risco/Crianças de rua	145

8. Emprego/Desemprego	153
8.1 Emprego	156
8.2 Desemprego	172
9. Proteção e ação social	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
GLOSSÁRIO	215
BIBLIOGRAFIA	265

VOLUME 1

ÍNDICE DE FIGURAS	VI
ÍNDICE DE TABELAS	IX
SIGLAS E ACRÓNIMOS	XXXIII
PREFÁCIO	XXXVII
PREÂMBULO	XXXIX
NOTA METODOLÓGICA	XLIII
1. Região de Lisboa e Vale do Tejo – Caracterização global	1
2. Caracterização da população	7
2.1 População ativa	34
2.2 Índices de dependência	38
2.3 Índice de juventude e de envelhecimento	39
2.4 Índice de longevidade	40
2.5 Estado civil e conjugalidade	41
2.6 Nível de instrução	47
3. Cultura	63
3.1 Despesa em lazer, recreação e cultura	63
3.2 Publicações periódicas	65
3.3 Espetáculos ao vivo	66
3.4 Cinema	68
3.5 Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários	70
3.6 Património cultural imóvel e galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	71
3.7 Acessos telefónicos	73

4.	Justiça	75
4.1	Justiça penal - crimes registados pelas autoridades, segundo as definições gerais	75
4.2	Justiça penal - Taxa de criminalidade	80
5.	Saúde	83
5.1	Nascer, viver e morrer na Região de Lisboa e Vale do Tejo	83
5.1.1	Natalidade, fecundidade e fertilidade	83
5.1.2	Esperança de vida à nascença e aos 65 anos de idade	93
5.1.3	Mortalidade Infantil	94
5.1.4	Mortalidade geral	102
5.1.5	Anos de vida potencial perdidos	111
5.2	Estado de Saúde, doenças crónicas, incapacidades e estilos de vida	112
5.3	Doenças transmissíveis	121
5.3.1	Doenças de Declaração Obrigatória	121
5.3.2	Tuberculose – SVIG – TB	134
5.3.3	VIH/SIDA	138
5.4	Grupos vulneráveis	145
5.4.1	Idosos	145
5.4.2	Doentes mentais	154
5.4.3	Sem-abrigo	175
5.4.4	Prostituição	179
5.4.5	Indivíduos portadores de deficiência	183
5.4.6	Migrantes e minorias étnico-culturais	184
5.4.7	Reclusos	189
5.5	Recursos humanos, físicos e financeiros em Saúde	194
5.5.1	Recursos humanos	196
5.5.2	Estabelecimentos de saúde	205
5.5.3	Ação Desenvolvida/ Produção	220
5.5.4	Consumo de medicamentos	235
5.5.5	Interrupções voluntárias da gravidez	235
	GLOSSÁRIO	239
	BIBLIOGRAFIA	289

ÍNDICE DE FIGURAS

VOLUME 2

Figura 33	Índice de Qualidade do ar, em 2011.....	8
Figura 34	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2002 a 2011.....	22
Figura 35	Número de dias em onda de calor ocorridos em 2011	30
Figura 36	Índice de envelhecimento dos edifícios, por NUTS II e III, em 2011	32
Figura 37	Alojamentos por edifício, por NUTS II e III, em 2011	38
Figura 38	Alojamentos de residência secundária (%), por NUTS II e III, em 2011.....	45
Figura 39	Varição (%) dos alojamentos de residência secundária entre 2001 e 2011, por NUTS II e III	45
Figura 40	Alojamentos vagos (%), por NUTS II e III, em 2011	48
Figura 41	Varição (%) dos alojamentos vagos, entre 2001 e 2011, por NUTS II e III.....	48
Figura 42	Alojamentos familiares clássicos sem possuírem pelo menos uma infra-estrutura básica: água canalizada, sistema de esgotos, instalação de banho ou duche, por NUTS II e III, em 2011	49
Figura 43	Alojamentos familiares clássicos que dispõem de lugar de estacionamento, por NUTS II e III, em 2011	54
Figura 44	Alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário, por NUTS II e III, em 2011	55
Figura 45	Alojamentos familiares clássicos arrendados, por NUTS II e III, em 2011	55
Figura 46	Importância relativa da população que entra na Região, em Portugal e por NUTS III, em 2011	66
Figura 47	Percentagem da população que sai da Região, em Portugal e por NUTS III, em 2011	66
Figura 48	Tempo médio por deslocação pendular (minutos), em Portugal e por NUTS II e III, em 2011	72
Figura 49	Índice de gravidade (N.º) dos acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2007 a 2011.....	76

VOLUME 1

Figura 1	Área geográfica da Região de Lisboa e Vale do Tejo	1
Figura 2	Estrutura etária da população por sexo, em Portugal, 2001 e 2011.....	7
Figura 3	Taxa de variação (%) da população, 2001 – 2011.....	8
Figura 4	Taxa de crescimento natural (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III)	11
Figura 5	Densidade populacional, 2011	13
Figura 6	Pirâmide da população residente (N.º), por local de residência (à data dos Censos 2011), sexo e grupo etário na Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	18
Figura 7	Quociente de localização da população estrangeira (QL)	22
Figura 8	Taxa de analfabetismo, em Portugal e por NUTS III, em 2011	62
Figura 9	Variação da taxa de analfabetismo, em Portugal e por NUTS III, 2001-2011	62
Figura 10	Taxa Bruta de Natalidade (/1000 habitantes), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), em 2012.....	86
Figura 11	Índice Sintético de Fecundidade (ISF), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), em 2012.....	87
Figura 12	Proporção de Nascimentos Pré-termo (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual do Triénio 2010-2012 ...	88
Figura 13	Proporção de Crianças com Baixo Peso à Nascimento (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual do Triénio 2010-2012	89
Figura 14	Proporção de Nascimentos em Mulheres com idade inferior a 20 anos (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual do Triénio 2010-2012.....	91
Figura 15	Proporção de Nascimentos em Mulheres com idade igual ou superior a 35 anos (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual do Triénio 2010-2012.....	92
Figura 16	Taxa de Mortalidade Infantil (/1000 nados vivos), por localização geográfica (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), Média Anual por Triénios 1996-98 a 2010-12.....	94
Figura 17	Taxa de Mortalidade Infantil (/1000 nados vivos), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual por Triénios 2010-2012	96
Figura 18	Taxa de Mortalidade Neonatal (/1000 nados vivos), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual no Triénio 2010-2012	97

Figura 19	Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (/1000 nados vivos), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual no Triénio 2010-2012.....	98
Figura 20	Taxa de Mortalidade Pós-Neonatal (/1000 nados vivos), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual no Triénio 2010-2012	99
Figura 21	Taxa de Mortalidade Perinatal (/ 1000 nados vivos + fetos mortos de 28 ou mais semanas), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual no Triénio 2010-2012.....	100
Figura 22	Taxa de Mortalidade Fetal Tardia (/1000 nados vivos + fetos mortos de 28 ou mais semanas), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), Média Anual no Triénio 2010-2012.....	101
Figura 23	Taxa Bruta de Mortalidade (/1000 habitantes), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivos ACES), em 2012.....	103
Figura 24	Taxa de variação (%) do número de casos notificados de Tuberculose, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), bienal, 2005-2012.....	135
Figura 25	Evolução da Taxa de notificação de Tuberculose (/100 000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2005 a 2012	137
Figura 26	Taxa de variação (%) do número de casos notificados de Infecção VIH/SIDA, por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), bienal, 2004 a 2012	139
Figura 27	Evolução da Taxa de notificação de Infecção VIH/SIDA (/100 000 habitantes), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2012	140
Figura 28	Taxa de variação (%) do número de casos notificados de SIDA, até 31.03.2013, por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), bienal, 2004 a 2012	142
Figura 29	Evolução da Taxa de notificação de SIDA (por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2012	143
Figura 30	Interrupções voluntárias da gravidez legalmente efetuadas nos hospitais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), 2000 a 2010	236
Figura 31	Interrupção de gravidez por opção da mulher por mil nados vivos e por Região, 2008 a 2010	237
Figura 32	Interrupção de gravidez por opção da Mulher e nados vivos por Região, 2008-2010.....	238

ÍNDICE DE TABELAS

VOLUME 2

Tabela 168	Índice de qualidade do ar (Dia e %), por localização geográfica na Região de Lisboa e Vale do Tejo e Classes de qualidade, 2006 a 2011	6
Tabela 169	Águas superficiais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e classes de qualidade, 2007 a 2009.....	9
Tabela 170	Taxa de variação das Águas superficiais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e classes de qualidade, 2007-2009	9
Tabela 171	Águas superficiais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e classes de qualidade, 2007 a 2009.....	11
Tabela 172	Águas balneares (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), tipo de água balnear e classes de qualidade, em 2010	12
Tabela 173	População servida por sistemas de abastecimento de água (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2006 a 2009.....	14
Tabela 174	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2006 a 2009	15
Tabela 175	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2006 a 2009	16
Tabela 176	Resíduos urbanos recolhidos (t – toneladas e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de recolha, em 2002 e 2011.....	17
Tabela 177	Taxa de variação (%) dos resíduos urbanos recolhidos (t - toneladas), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de recolha, 2002-2011.....	19
Tabela 178	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS II, NUTS 2001), 2002 a 2011	20
Tabela 179	Variação da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2002-2011 e por biénio.....	21

Tabela 180	Resíduos urbanos recolhidos (t – toneladas – e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de destino (resíduos), em 2002 e 2011.....	23
Tabela 181	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t – toneladas – e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de resíduo recolhido seletivamente, em 2011.....	26
Tabela 182	Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Existência de sistema de recolha de resíduos, à data dos Censos 2001 e 2011	28
Tabela 183	Taxa de variação dos Edifícios (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Existência de sistema de recolha de resíduos, 2001- 2011	29
Tabela 184	Edifícios (N.º) e alojamentos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	31
Tabela 185	Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Época de construção, à data dos Censos 2011	33
Tabela 186	Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Estado de conservação, à data dos Censos 2011	34
Tabela 187	Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), Acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada (entrada do edifício) e Existência de elevador, à data dos Censos 2011.....	36
Tabela 188	Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Escalão de dimensão de alojamentos, à data dos Censos 2011	39
Tabela 189	Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de utilização, à data dos Censos 2011 ..	40
Tabela 190	Alojamentos (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011	41
Tabela 191	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação do edifício, à data dos Censos 2011 ..	42
Tabela 192	Edifícios de habitação familiar clássica (Parque habitacional – N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	43

Tabela 193	Alojamentos Familiares (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011	44
Tabela 194	Alojamentos familiares clássicos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por forma de ocupação, em 2001 e 2011	46
Tabela 195	Taxa de variação (%) do número de alojamentos familiares clássicos, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por forma de ocupação, 2001-2011	47
Tabela 196	População residente (N.º e %) nos alojamentos familiares de residência habitual, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), e Existência de instalações (Água, retrete, banho/duche e aquecimento), à data dos Censos 2011	50
Tabela 197	População residente (N.º e %) nos alojamentos familiares de residência habitual, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), Existência de ar condicionado e Existência de sistema de aquecimento, à data dos Censos 2011	52
Tabela 198	Bairros sociais (N.º) e Edifícios de habitação social (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011	56
Tabela 199	Edifícios de habitação social (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Época de construção, em 2011	57
Tabela 200	Casos registados de pedidos de habitação (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011	58
Tabela 201	Famílias realojadas ao abrigo de programas públicos de realojamento (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011	59
Tabela 202	Fogos de habitação social atribuídos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Formas de atribuição da habitação social, em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011	60
Tabela 203	Receitas da cobrança de rendas e de venda de fogos de habitação social (€), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011	61
Tabela 204	Encargos fixos com o parque de habitação social (€), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011	62
Tabela 205	Crédito concedido (€- milhares – e %) por estabelecimentos ⁸ de outra intermediação monetária, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de crédito, em 2011	63

Tabela 206	Taxa de variação (%) do crédito concedido (€ - milhares) por estabelecimentos ⁸ de outra intermediação monetária, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de crédito, 2001-2011	64
Tabela 207	População residente (N.º e %) que trabalha ou estuda, segundo as saídas, por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011 ..	65
Tabela 208	Passageiros embarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros (N.º e %), 2008 a 2010	66
Tabela 209	Taxa de variação (%) dos passageiros embarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros, 2008-2010 e bienal.....	67
Tabela 210	Passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros (N.º e %), 2008 a 2010	67
Tabela 211	Taxa de variação (%) dos passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros, 2008-2010 e bienal	68
Tabela 212	Movimento de passageiros em vias navegáveis interiores (N.º) por Carreira fluvial (Passageiros) na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	69
Tabela 213	Movimento de passageiros nos portos, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2008 a 2010 .	70
Tabela 214	Taxa de variação (%) do movimento de passageiros nos portos, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2008-2010 e bienal	70
Tabela 215	Passageiros desembarcados na rede ferroviária nacional (N.º), por local de desembarque (Portugal e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS II 2001), em 2011	71
Tabela 216	Passageiros ferroviários desembarcados por habitante (N.º por habitante), por local de desembarque (Portugal e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS II 2001), em 2011....	71
Tabela 217	Acidentes de viação com vítimas (N.º), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e tipo de acidente, 2007 a 2011....	73
Tabela 218	Taxa de variação (%) do número de acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e tipo de acidente, 2007-2011	73
Tabela 219	Índice de gravidade (N.º) dos acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2007 a 2011.....	75
Tabela 220	Vítimas de acidentes de viação (N.º), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007-2011 e Tipo de vítima, 2007 a 2011 .	77
Tabela 221	Taxa de variação (%) do número de vítimas de acidentes de viação, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de vítima, 2007-2011	78
Tabela 222	Proporção de Superfície das Áreas Protegidas (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS -2001, e respetivas NUTS III - NUTS 2002) e tipo de área protegida, 2008 a 2010.....	82

Tabela 223	Varição da proporção de Superfície das Áreas Protegidas (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III - NUTS 2002) e tipo de área protegida, 2008-2010 e bienal	83
Tabela 224	Taxa de superfície florestal ardida (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2007 a 2011.....	85
Tabela 225	Bombeiros (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007 a 2010	86
Tabela 226	Taxa de variação do número de bombeiros (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007-2010 e bienal.....	87
Tabela 227	Bombeiros (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e tipo de pessoal ao serviço, em 2001 e 2006, e Taxa de variação do número de bombeiros (%) 2001-2006	88
Tabela 228	Bombeiros (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), sexo e tipo de vínculo, em 2011	90
Tabela 229	Corpos de bombeiros (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2000 a 2006.....	92
Tabela 230	Taxa de variação do número de corpos de bombeiros (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2000-2006 e bienal	93
Tabela 231	Taxa de variação (%) das despesas em ambiente dos municípios, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Domínios de ambiente, 2010-2011	94
Tabela 232	Despesas em ambiente (€ - milhares - e %) dos municípios, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Domínios de ambiente, em 2011.....	96
Tabela 233	Despesas em ambiente dos municípios por habitante (€ por habitante), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Domínios de ambiente, em 2010.....	97
Tabela 234	Estabelecimentos de ensino não superior (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), em 2001 e 2011	103
Tabela 235	Taxa de variação (%) do número de estabelecimentos de ensino não superior, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III - NUTS 2001), 2001-2011.....	105
Tabela 236	Proporção dos estabelecimentos de ensino não superior (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III - NUTS 2001), em 2011	107

Tabela 237	Estabelecimentos de ensino superior (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2000 a 2010.....	108
Tabela 238	Taxa de variação (%) do número de estabelecimentos de ensino superior, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2000 a 2010	108
Tabela 239	Estabelecimentos de ensino superior por 100 000 habitantes, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS, 2001), 2003/2004 a 2008/2009	109
Tabela 240	Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 2011 – %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Sexo, em 2011	109
Tabela 241	Famílias institucionais e clássicas (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	113
Tabela 242	Núcleos familiares monoparentais (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2011.....	114
Tabela 243	Famílias clássicas (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Dimensão, à data dos Censos 2001 e 2011.	115
Tabela 244	Taxa de variação (%) do número de famílias clássicas, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Dimensão, 2001-2011	116
Tabela 245	Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011	117
Tabela 246	Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos familiares, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento familiar face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011	119
Tabela 247	Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento familiar face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011.....	120
Tabela 248	Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), 2008 a 2012, e Taxa de variação (%) 2008-2012 e bienal.....	121
Tabela 249	Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (por 100 000 habitantes), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), 2008-2012.....	123

Tabela 250	Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e sexo, em 2012.....	124
Tabela 251	Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e grupo etário, em 2012.....	126
Tabela 252	Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e nível de ensino, em 2012.....	128
Tabela 253	Autores dos crimes (N.º e %), por local de residência (Portugal, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e sexo, em 2012	130
Tabela 254	Autores dos crimes (N.º e %), por local de residência (Portugal, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e grupo etário, em 2012	132
Tabela 255	Vítimas de crime atendidas pela Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º e por 100 000 habitantes), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2012	133
Tabela 256	Vítimas de violência e crimes sexuais (N.º e por 100 000 habitantes) que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), em 2012	135
Tabela 257	Vítimas de crime (N.º) atendidas pela Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) 2009 a 2011 e Taxa de variação (%) 2009-2011 e bienal	136
Tabela 258	Vítimas de crime (por 100 000 habitantes) atendidas pela Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) 2009 a 2011	138
Tabela 259	Estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica (N.º e por 100 000 habitantes), no âmbito do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 24 de Março de 2011	139
Tabela 260	Atendimentos efetuados pelo Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD) (N.º e por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	140
Tabela 261	Participações de violência doméstica às Forças de Segurança, por Distrito / Comando, em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa, de Santarém e de Setúbal, 2009 a 2012, e Taxa de variação anual (%) 2009-2012 e bienal	141

Tabela 262	Participações de violência doméstica às Forças de Segurança por 1 000 habitantes, por Distrito / Comando, em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, 2009 a 2012	142
Tabela 263	Participações de violência doméstica às Forças de Segurança (N.º e %), por Distrito / Comando, em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, em 2012	143
Tabela 264	Processos Instaurados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), 2009 a 2012, e Taxa de variação (%) 2009-2012 e bienal	148
Tabela 265	Crianças e Jovens acompanhados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e distribuição das crianças e jovens por fluxo processual (%), em 2009	150
Tabela 266	Taxa de emprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012	156
Tabela 267	Taxa de emprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012	157
Tabela 268	Proporção da população empregada (Série 1998 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Escalão de empregos anteriores, em 2001 e 2010, e Variação (%) 2001-2010	158
Tabela 269	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012	159
Tabela 270	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, em 2011 e 2012	159
Tabela 271	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011 e 2012	160
Tabela 272	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Profissão, em 2011 e 2012.....	161
Tabela 273	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e situação na profissão, em 2011 e 2012	162
Tabela 274	Ganho médio mensal (€), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001, 2004 a 2009	163

Tabela 275	População empregada por conta de outrem (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Sector de atividade económica, 2007 a 2009	164
Tabela 276	Taxa de variação (%) da população empregada por conta de outrem, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Sector de atividade económica, 2007-2009 e bienal	165
Tabela 277	População empregada por conta de outrem (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e sexo, 2007 a 2009	167
Tabela 278	Taxa de variação (%) da População empregada por conta de outrem, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e sexo, 2007-2009 e bienal.....	168
Tabela 279	Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2004-2009, e Variação (%) 2004-2009 e bienal.....	169
Tabela 280	Proporção da população empregada por conta de outrem com contrato a termo (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), e sexo em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012.....	170
Tabela 281	Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa sem ser por encerramento em relação ao emprego total (%), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2004 a 2009, e Variação (%) 2004-2009 e bienal.....	170
Tabela 282	Proporção de trabalhadoras/es não qualificadas/os (Série 2011 - %) da população empregada, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), e sexo em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012	171
Tabela 283	População média desempregada, Série 2011 (N.º milhares), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012	172
Tabela 284	Taxa de desemprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012.....	172
Tabela 285	Taxa de desemprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012	173
Tabela 286	Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012.....	174
Tabela 287	Taxa de desemprego da população ativa sem escolaridade obrigatória (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012	174

Tabela 288	Taxa de desemprego de longa duração (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS2001) e sexo, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012.....	175
Tabela 289	Pensionistas: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012	177
Tabela 290	Taxa de variação (%) do número de Pensionistas: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009-2012 e bienal	178
Tabela 291	Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012	179
Tabela 292	Pensões da segurança social (€ milhares), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2011, e Taxa de variação (%) 2004-2011	180
Tabela 293	Valor médio das pensões da Segurança Social (€ milhares), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2011	181
Tabela 294	Caixa Geral de Aposentações: subscritores (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012, e Taxa de variação (%) 2009-2012	182
Tabela 295	Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações por 1000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012	183
Tabela 296	Caixa Geral de Aposentações: relação pensionistas / subscritores (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012	
Tabela 297	Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012.....	185
Tabela 298	Taxa de variação (%) do número de Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009-2012.....	187
Tabela 299	Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2010 a 2012	189
Tabela 300	Taxa de variação (%) do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2010-2012 e bienal.....	190

Tabela 301	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, da Segurança Social por 1 000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2008 a 2012	191
Tabela 302	Subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2010 a 2012, e Taxa de variação (%) 2010-2012	192
Tabela 303	Subsídio mensal vitalício da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2010 a 2012, e Taxa de variação (%) 2010-2012	193
Tabela 304	Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2010 a 2012, e Taxa de variação (%) 2010-2012	194
Tabela 305	Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009 a 2012	195
Tabela 306	Taxa de variação (%) do número de Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009-2012	196
Tabela 307	Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, em 2012	196
Tabela 308	Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009 a 2012	198
Tabela 309	Taxa de variação (%) do número de Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009-2012	199
Tabela 310	Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social por 1 000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012	201
Tabela 311	Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009 a 2012	202
Tabela 312	Taxa de variação (%) dos Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009-2012	203
Tabela 313	Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social por 1 000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012	204

Tabela 314	Beneficiários ativos da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	206
Tabela 315	Abono de família e Subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social: beneficiários e descendentes ou equiparados (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2010 a 2012 e Taxa de variação (%) 2010-2012 e bienal	207
Tabela 316	Taxa de variação (%) dos equipamentos das respostas sociais, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2010-2011	208
Tabela 317	Equipamentos das respostas sociais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), em 2010 e 2011	210

VOLUME 1

Tabela 1	Superfície (km ²) do território nacional, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	2
Tabela 2	Organização dos Concelhos por NUTS III, na Região de Lisboa e Vale do Tejo	3
Tabela 3	Cidades, Freguesias e Vilas (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2002 e 2012, e Taxa de variação (%) 2002-2012	3
Tabela 4	Freguesias (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2013, e Taxa de variação (%) 2012-2013	4
Tabela 5	Poder de compra <i>per capita</i> , por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 1993 a 2011, e Variação 1993-2011	5
Tabela 6	Organização dos Concelhos por Agrupamento dos Centros de Saúde, na Região de Lisboa e Vale do Tejo	6
Tabela 7	População residente (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e sexo, em 2001 e 2011 e Variação 2001-2011 (N.º e Taxa)	9
Tabela 8	Crescimento natural (N.º e Taxa), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2001 a 2011	10
Tabela 9	Densidade populacional (N.º/ km ²), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	12
Tabela 10	População residente (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), sexo e grupo etário, à data dos Censos 2011	15
Tabela 11	Relação de masculinidade (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2011	19
Tabela 12	População residente (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Nacionalidade, à data dos Censos 2011	20
Tabela 13	População residente (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Nacionalidade, à data dos Censos 2011	21
Tabela 14	População residente (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Nacionalidade (País), à data dos Censos 2011	23
Tabela 15	População estrangeira residente (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Continente de origem, à data dos Censos 2011	27

Tabela 16	População estrangeira residente (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e pelos 10 países de proveniência mais representados, à data dos Censos 2011	28
Tabela 17	População estrangeira residente (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), à data dos Censos 2011	29
Tabela 18	População estrangeira residente (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e pelos países mais representados de cada Continente de origem, à data dos Censos 2011	30
Tabela 19	População residente (N.º) por migrações, segundo o local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2001 e 2011	32
Tabela 20	Taxa de variação da população residente (%), por migrações, segundo o local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), entre os Censos 2001 e 2011	32
Tabela 21	População média ativa, Série 2011 (N.º milhares e %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012	34
Tabela 22	Variação da população média ativa, Série 2011, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, 2011-2012	35
Tabela 23	População média ativa, Série 2011 – (N.º milhares e %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, em 2011 e 2012	35
Tabela 24	Variação da população média ativa, Série 2011 - N.º (milhares), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, 2011-2012	36
Tabela 25	População média ativa, Série 2011 (N.º milhares e %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011 e 2012	36
Tabela 26	Variação da população média ativa, Série 2011 (N.º milhares), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e nível de escolaridade mais elevado completo, 2011-2012	37
Tabela 27	Índices de dependência de idosos, de jovens e total, por local de residência (Portugal, Continente, e Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2012	38
Tabela 28	Índices de juventude e de envelhecimento, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2012.....	40
Tabela 29	Índice de longevidade (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2012	41

Tabela 30	População residente (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), sexo e estado civil, à data dos Censos 2011	42
Tabela 31	População residente (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), Estado civil e Relação de conjugalidade, à data dos Censos 2011	44
Tabela 32	População residente (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), Estado civil e Relação de conjugalidade, à data dos Censos 2011	44
Tabela 33	População residente (N.º e %) em união conjugal, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), Estado civil e Relação de conjugalidade, à data dos Censos 2011.....	46
Tabela 34	Alunos matriculados no ensino não superior (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e nível de ensino ministrado, em 2001 e 2011.....	47
Tabela 35	Taxa de variação (%) dos alunos matriculados no ensino não superior, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2001-2011	48
Tabela 36	Alunos matriculados no ensino superior (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2000 e 2010, e Taxa de variação (%) 2000-2010	49
Tabela 37	Taxa de escolaridade do nível de ensino básico e do nível de ensino secundário (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2011	50
Tabela 38	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (Série 2011 - %) da população residente com idade entre 25 e 64 anos, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), Sexo e Grupo etário, em 2011	50
Tabela 39	Taxa de escolarização no ensino superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos - %), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2003/2004 a 2008/2009.....	51
Tabela 40	Proporção da população ativa (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011	51
Tabela 41	População residente (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III)), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo, à data dos Censos 2011	53
Tabela 42	Proporção da população residente (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III)), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo, à data dos Censos 2011	55

Tabela 43	Despesa pública em atividades culturais (% do PIB), em Portugal, 1995 a 2010.....	63
Tabela 44	Despesas em cultura e desporto (€ milhares), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	64
Tabela 45	Publicações periódicas: publicações, edições, exemplares vendidos e circulação total, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	65
Tabela 46	Recintos de espetáculos: número de recintos e de lugares sentados, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2010 e 2011	66
Tabela 47	Espectadores de espetáculos ao vivo (N.º milhares), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2000 a 2010.....	66
Tabela 48	Taxa de variação (%) dos espectadores de espetáculos ao vivo, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2000-2010 e bienal	67
Tabela 49	Espetáculos ao vivo: espectadores (N.º milhares), espectadores por habitante (N.º/hab.), sessões (N.º) e bilhetes vendidos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011.....	68
Tabela 50	Cinema: espectadores (N.º) e espectadores por habitante (N.º/hab.), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2006 a 2010	69
Tabela 51	Taxa de variação (%) dos espectadores de cinema, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2006-2010 e bienal	69
Tabela 52	Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários: equipamentos (N.º), visitantes (N.º) e visitantes por habitante (N.º/hab.) por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	70
Tabela 53	Bens imóveis culturais (N.º e %) e Tipo (bem imóvel cultural), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	71
Tabela 54	Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias: visitantes (N.º e Taxa de variação 2000-2010 - %) e visitantes por habitante (N.º/hab.), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2000 e 2010	72
Tabela 55	Acessos telefónicos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	73
Tabela 56	Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Categoria de crime, em 2001 e 2011	76

Tabela 57	Proporção de crimes registados (%) pelas autoridades policiais, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Categoria de crime, em 2001 e 2011	77
Tabela 58	Taxa de variação (%) dos crimes registados pelas autoridades policiais, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Categoria de crime, 2001-2011	78
Tabela 59	Taxa de criminalidade (‰), por localização geográfica (Portugal, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Categoria de crime, em 2001 e 2011	80
Tabela 60	Nados-vivos (N.º), por local de residência da mãe (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2002 a 2012, e Taxa de variação (%) 2002-2012.....	83
Tabela 61	Nados-vivos (N.º e %), por local de residência e nacionalidade da mãe (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2012.....	84
Tabela 62	Taxa Bruta de Natalidade (por 1000 habitantes), por localização geográfica (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), 1996 a 2012	85
Tabela 63	Índice Sintético de Fecundidade (ISF), por localização geográfica (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), 1996 a 2012.....	86
Tabela 64	Esperança de vida à nascença, por local de residência (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), em 2001 e 2009	93
Tabela 65	Esperança de vida à nascença, por local de residência (Portugal, Continente e NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo), em 2010.....	93
Tabela 66	Esperança de vida aos 65 anos, por local de residência (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), em 2001 e 2009	93
Tabela 67	Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nados vivos), por localização geográfica (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), Média Anual por Triénios 1996-98 a 2010-12.....	95
Tabela 68	Taxa Bruta de Mortalidade (por 1000 habitantes), por localização geográfica (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), 1996 a 2012	102
Tabela 69	Óbitos (N.º) e Taxa Bruta de mortalidade (por 1000 habitantes) por sexo do falecido e por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	104
Tabela 70	Óbitos (%), por sexo do falecido e por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	105
Tabela 71	Óbitos (N.º) e Taxa de mortalidade (por 1000 habitantes) por idade (falecido) e por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	106
Tabela 72	Óbitos (%), por idade (falecido) e por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	107

Tabela 73	Óbitos (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Estado civil, em 2011	108
Tabela 74	Óbitos (N.º) e Taxa de mortalidade (por 1000 habitantes) por algumas causas de morte e por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	109
Tabela 75	Taxa de Anos de Vida Potencial Perdidos por 100 000 habitantes, por local de residência (Continente, e Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 (ordenada segundo as 20 primeiras causas na RLVLT).....	111
Tabela 76	População residente por autoavaliação do estado de saúde (N.º e %), por sexo, em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006*	112
Tabela 77	População residente com 18 ou mais anos por distribuição das classes de Índice de Massa Corporal (IMC) (N.º e %), por sexo, em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006.....	113
Tabela 78	População residente por tipo de doença crónica existente (N.º e %), por sexo, em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006.....	114
Tabela 79	População residente com 10 e mais anos que declarou estar sempre acamada ou sempre sentada numa cadeira ou limitada à sua casa para se movimentar, e que referiu pelo menos uma incapacidade de longa duração de grau 1 e/ou grau 2, por grau de incapacidades e sexo (N.º e %), em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006	116
Tabela 80	População residente com 15 ou mais anos, por verificação da tensão arterial e do colesterol, sexo (N.º e %), em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006	118
Tabela 81	População feminina residente com idade entre os 15 e os 55 anos por utilização de método(s) contraceptivo(s), tipo de método(s) utilizado(s) com maior frequência e local de vigilância (N.º e %), em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006	120
Tabela 82	Doenças de Declaração Obrigatórias (N.º e %) notificadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2009 a 2012	121
Tabela 83	Todos os casos de Tuberculose (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012.....	124
Tabela 84	Casos de Tuberculose Respiratória (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012	125
Tabela 85	Casos de Tuberculose Miliar e do Sistema Nervoso Central (SNC) (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012	126
Tabela 86	Casos de Tosse Convulsa (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012	127
Tabela 87	Casos de Outras Salmoneloses (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012.....	128

Tabela 88	Casos de Brucelose (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012	129
Tabela 89	Casos de Sífilis Precoce (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012	130
Tabela 90	Casos de Infecções Gonocócicas (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012.....	131
Tabela 91	Casos de Febre Escaro-Nodular (Nº e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012.....	132
Tabela 92	Casos de Hepatite B (N.º e %) notificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, 2009 a 2012	133
Tabela 93	Casos notificados de Tuberculose (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2005 a 2012 e Taxa de variação (%) 2005-2012	134
Tabela 94	Taxa de notificação de Tuberculose (por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2005 a 2012	136
Tabela 95	Casos notificados de Infecção VIH/SIDA (N.º), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2012 e Taxa de variação (%) 2004-2012.....	138
Tabela 96	Taxa de notificação de Infecção VIH/SIDA (por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2012	140
Tabela 97	Casos notificados de SIDA (N.º), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2012, e Taxa de variação (%) 2004 a 2012.....	141
Tabela 98	Taxa de notificação de SIDA (por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2012	143
Tabela 99	Famílias clássicas unipessoais segundo os Censos: total e com 65 e mais anos (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2011 e Taxa de variação (%) 2001 a 2011	148
Tabela 100	Dificuldades (N.º e %) da população residente com dificuldades (total e com 65 e mais anos de idade), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de dificuldade, à data dos Censos 2011	150
Tabela 101	População residente: total com 65 e mais anos com dificuldades (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de dificuldade, à data dos Censos 2011	151
Tabela 102	Distribuição da população com 65 ou mais anos de idade nos alojamentos de convivência (Nº e %) por Tipo de alojamento e localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, à data dos Censos 2011	152

Tabela 103	Proporção (%) da população idosa residente em alojamentos de convivência, em relação ao total de população idosa, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2011.....	153
Tabela 104	Alguns indicadores de Saúde Mental na Região de Lisboa e Vale do Tejo, Continente e União Europeia (UE), nos anos indicados	159
Tabela 105	Lotação internamento (N.º) nos hospitais do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, 31 Dezembro 2006 a 20 Abril 2009, e Taxa de variação (%) Dezembro 2006-Abril 2009.....	160
Tabela 106	Taxa de Ocupação (%) nos hospitais do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, em 20 de Abril de 2009	160
Tabela 107	População residente (N.º e %) que tem ou já teve depressão, por sexo e grupo etário, em Portugal e no Continente, 2005/2006	161
Tabela 108	População residente (N.º e %) que tem ou já teve depressão, por sexo e grupo etário, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006	162
Tabela 109	Óbitos por suicídio (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2011, e Taxas de variação (%) 2009 a 2011 e bienal.....	163
Tabela 110	Óbitos por suicídio (N.º e por 100 000 habitantes), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	164
Tabela 111	Consumo de ansiolíticos, hipnóticos, sedativos e antidepressivos (DDD/1000 habitantes/dia) no Serviço Nacional de Saúde (SNS), em regime ambulatorio, em Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2006 a 2009.....	165
Tabela 112	População residente que nos 12 meses anteriores à entrevista bebeu alguma bebida alcoólica, por tipo de bebida e sexo (N.º e %), em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006.....	166
Tabela 113	Prevalência de fumadores com quinze anos ou mais, no Continente e nas cinco Regiões de Portugal Continental (NUTS II 2001)	168
Tabela 114	Prevalências ponderadas e padronizadas pela idade (%) de fumadores, não fumadores e ex-fumadores residentes na Região de Lisboa e Vale do Tejo, segundo o sexo, à data do 4.º Inquérito Nacional de Saúde (2005/2006).....	168
Tabela 115	Perfil de consumo de tabaco pelos consumidores de cada sexo, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, à data do 4.º Inquérito Nacional de Saúde (2005/2006).....	169
Tabela 116	População residente com 10 ou mais anos por consumo de tabaco e sexo (N.º e %), em Portugal, no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006	170
Tabela 117	População residente sem-abrigo (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2011	178

Tabela 118	Grau de incapacidade atribuído (N.º e %) à população residente com deficiência, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001	183
Tabela 119	Estabelecimentos prisionais (N.º) em Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, em 2010	192
Tabela 120	Estabelecimentos prisionais (N.º) da Região de Lisboa e Vale do Tejo, respetivas NUTS III e concelhos, em 2010	193
Tabela 121	Reclusos e relações com o exterior (N.º), na Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, em 2010	194
Tabela 122	Pessoal ao serviço nos centros de saúde (N.º e por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Tipo de pessoal ao serviço, em 2011	196
Tabela 123	Pessoal ao serviço nos hospitais (N.º e por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Tipo de pessoal ao serviço, em 2011	198
Tabela 124	Médicos (N.º e por 100 000 habitantes), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	199
Tabela 125	Médicos especialistas (N.º e por 100 000 habitantes), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011 ..	200
Tabela 126	Médicos especialistas (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), e por especialidade médica, em 2011	201
Tabela 127	Enfermeiras/os (N.º e por 100 000 habitantes) por local de trabalho (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	202
Tabela 128	Farmacêuticas/os de oficina (N.º e por 100 000 habitantes) por local de trabalho (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011 ..	203
Tabela 129	Profissionais de farmácia (N.º e por 100 000 habitantes) por local de trabalho (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011 ..	204
Tabela 130	Centros de saúde (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Tipo de serviço, em 2001 e 2011	205
Tabela 131	Taxa de variação do número de centros de saúde (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Tipo de serviço, em 2001 e 2011	205
Tabela 132	Camas dos centros de saúde (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	206

Tabela 133	Camas (lotação praticada) nos estabelecimentos de saúde por 1000 habitantes, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2000 e 2010	207
Tabela 134	Hospitais (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Natureza institucional, em 2002 e 2011 ...	207
Tabela 135	Taxa de variação do número de Hospitais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Natureza institucional, 2002-2011.....	208
Tabela 136	Camas dos hospitais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2000 e 2010, e Taxa de variação (%) 2000-2010	209
Tabela 137	Camas dos hospitais (N.º e por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2010.....	210
Tabela 138	Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (N.º), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007 a 2012	211
Tabela 139	Proporção das Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007 a 2012	212
Tabela 140	Taxa de variação do número de Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007 a 2012	213
Tabela 141	Camas nas Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (N.º), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007 a 2012	215
Tabela 142	Proporção de Camas nas Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007 a 2012	216
Tabela 143	Taxa de variação do número de Camas nas Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007-2012	217
Tabela 144	Camas nas Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados por 100 000 habitantes, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2012	219
Tabela 145	Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º e por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011	220
Tabela 146	Taxa de variação (%) das consultas médicas nos centros de saúde, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Especialidade da consulta, 2008-2011	221

Tabela 147	Consultas médicas nos centros de saúde (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Especialidade da consulta, em 2011	223
Tabela 148	Consultas médicas nos centros de saúde (N.º e por 1000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), em 2011.....	224
Tabela 149	Taxa de variação (%) das consultas médicas nas consultas externas dos hospitais, por localização geográfica (Portugal, Continente Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e especialidade da consulta, 2000-2010	225
Tabela 150	Consultas médicas nas consultas externas dos hospitais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e especialidade da consulta, em 2010	225
Tabela 151	Consultas médicas nas consultas externas dos hospitais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Especialidade da consulta, em 2010	226
Tabela 152	Consultas médicas nas consultas externas dos hospitais (N.º e por 1000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2010.....	227
Tabela 153	Consultas médicas nos estabelecimentos de saúde por habitante, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2000 e 2010	227
Tabela 154	Atendimentos no serviço de urgência básica - SUB - ou no serviço de atendimento permanente ou prolongado - SAP - nos centros de saúde (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Destino do utente, em 2012	228
Tabela 155	Atendimentos no serviço de urgência básica - SUB - ou no serviço de atendimento permanente ou prolongado - SAP - nos centros de saúde (por 1000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Destino do utente, em 2012	229
Tabela 156	Atendimentos em serviço de urgência nos hospitais (N.º e por 1000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2011	230
Tabela 157	Internamentos nos estabelecimentos de saúde por 1000 habitantes, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2000 e 2010	231
Tabela 158	Taxa de ocupação das camas (%) nos estabelecimentos de saúde, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS, 2001), em 2000 e 2010	231
Tabela 159	Internamentos nos centros de saúde (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011	232

Tabela 160	Internamentos nos hospitais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2000 e 2010, e Taxa de variação (%) 2000-2010.....	232
Tabela 161	Internamentos nos hospitais (N.º e por 1000 habitantes), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2010.....	233
Tabela 162	Período de internamento (Dias) nos hospitais, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2000 e 2010, e Taxa de variação (%) 2000-2010.....	233
Tabela 163	Partos por cesariana efetuados nos hospitais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2000 e 2010 e Taxa de variação (%) 2000-2010.....	234
Tabela 164	Taxa de ocupação das camas (%) nas Unidades de Internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, por localização geográfica (Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo), 2009 a 2011.....	234
Tabela 165	Alguns Indicadores do consumo de medicamentos no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 2007.....	235
Tabela 166	Interrupções voluntárias da gravidez legalmente efetuadas nos hospitais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2000 a 2010.....	235
Tabela 167	Taxa de variação das Interrupções voluntárias da gravidez legalmente efetuadas nos hospitais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), bienal, de 2000 a 2010.....	236

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACES	– Agrupamentos de Centros de Saúde
ACIME	– Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas
ACS	– Alto Comissariado da Saúde
ACSS, IP	– Administração Central do Sistema de Saúde, IP
AML	– Área Metropolitana de Lisboa
APA, IP	– Agência Portuguesa do Ambiente, IP
APAV	– Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ARSLVT, IP	– Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP
ASAE	– Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AVPP	– Anos de Vida Potencial Perdidos
CAOS	– Centro de Atividades Ocupacionais
CCDR	– LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CGA	– Caixa Geral de Aposentações
CHPL	– Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
CIG	– Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género
CIG /PCM	– Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género da Presidência do Conselho de Ministros
CLAII	– Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
CNPCJR	– Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CPR	– Conselho Português para os Refugiados
CRS	– Complexo Relacionado com SIDA
DDD	– Dose Diária Definida
DDF	– Direções Distritais de Finanças
DDI-URVE	– Departamento de Doenças Infecciosas, Unidade de Referência e Vigilância Epidemiológica (do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.)
DDO	– Doenças de Declaração Obrigatória
DGA	– Direção-Geral das Alfândegas
DGAI	– Direção-Geral de Administração Interna
DGPJ	– Direção-Geral da Polícia Judiciária
DGS	– Direção-Geral da Saúde
DSP	– Departamento de Saúde Pública
DST	– Doenças Sexualmente Transmitidas
EP	– Estabelecimento Prisional
ECR	– Equipas Coordenadoras Regionais (de Cuidados Continuados Integrados)
EUROSTAT	– <i>Statistical European System</i>
GAV	– Gabinete de Apoio à Vítima
GHB	– Ácido gama-hidroxibutírico
GNR	– Guarda Nacional Republicana
GNR-BT	– Brigada de Trânsito da Guarda Nacional Republicana
GNR-BF	– Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana

HJM	– Hospital Júlio de Matos
HMB	– Hospital Miguel Bombarda
IAC	– Instituto de Apoio à Criança
IDT	– Instituto da Droga e da Toxicodependência
IDT/NEI	– Instituto da Droga e da Toxicodependência/Núcleo de Estudos e Investigação
IG	– Índice de Gravidade
IGJ	– Inspeção-Geral de Jogos
IMC	– Índice de Massa Corporal
INAG, I.P.	– Instituto Nacional da Água, I.P.
INE, I.P.	– Instituto Nacional de Estatística, I.P.
INME	– Inquérito Nacional em Meio Escolar
INS	– Inquérito Nacional de Saúde
INSA, I.P.	– Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.
INSAAR	– Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
ISF	– Índice Sintético de Fecundidade
IST	– Infecções Sexualmente Transmissíveis
IVG	– Interrupção Voluntária da Gravidez
MAI	– Ministério da Administração Interna
NI	– Núcleo de Informática
ND	– Não Disponível
NEP	– Núcleo de Estudos e Planeamento
NIAVE	– Núcleos de Investigação e de Apoio a Vitimas Específicas
NS/NR	– Não Sabe/Não Responde
NUTS	– Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ORL	– Otorrinolaringologia
ORLVT/CCDR	– Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo da CCDR - LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo)
PA	– Portadores Assintomáticos
PALOP	– Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCM	– Presidência do Conselho de Ministros
PIB	– Produto Interno Bruto
PJ	– Polícia Judiciária
PJM	– Polícia Judiciária Marítima
PM	– Polícia Marítima
PNS	– Plano Nacional de Saúde
PORDATA	– Base de Dados de Portugal Contemporâneo da Fundação Francisco Manuel dos Santos
PSP	– Polícia de Segurança Pública
RLVT	– Região de Lisboa e Vale do Tejo
RNCCI	– Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
s/d	– Sem dados
SAP	– Serviço de Atendimento Permanente ou Prolongado

SEF	– Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGIR	– Sistema de Gestão de Informação sobre Resíduos
SICAD	– Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SICAD/DMI/DEI	– Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências / Direção de Serviços de Monitorização e Informação/Divisão de Estatística e Informação
SIDA	– Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIRAPA/MRRU	– Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente/Mapa de Registo de Resíduos Urbanos
SIVVD	– Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica
SLSM	– Serviços Locais de Saúde Mental
SNC	– Sistema Nervoso Central
SNS	– Serviço Nacional de Saúde
SUB	– Serviço de Urgência Básica
SVIG-TB	– Sistema de Vigilância Intrínseco do Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose
TMI	– Taxa de Mortalidade Infantil
UAVIDRE	– Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica
UAVMD	– Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação
UC	– Unidade de Convalescença
UCP	– Unidade de Cuidados Paliativos
UE	– União Europeia
ULDm	– Unidade de Longa Duração e Manutenção
UMCCI	– Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados
UMDR	– Unidade de Média Duração e Reabilitação
VHB	– Vírus da Hepatite B
VHC	– Vírus da Hepatite C
VIH	– Vírus da Imunodeficiência Humana
VIH/SIDA	– Vírus da Imunodeficiência Humana /Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

6. Espaços promotores de saúde ou geradores de doença ou desigualdade social

6.1 Ambiente

O ambiente é um determinante da saúde. Se, por um lado, pode ser um espaço que promove a saúde, por outro, contem fatores de risco, sobre os indivíduos ou grupos populacionais específicos, que, não sendo controlados, são propiciadores de quebras acentuadas no “*stock*” de saúde. Assim, os próprios desequilíbrios ambientais criam espaços geradores de desigualdades.

A evolução do conhecimento relativamente à etiologia das doenças convergiu num modelo pluri-etiológico, em que se tomam em consideração as inter-relações ecológicas (biofísicas e sociais), fisiológicas e psicológicas.

No que respeita às influências na saúde humana, podem ser abordados alguns aspetos relevantes do ambiente biofísico, designadamente pelas diferenças existentes na exposição aos mesmos por parte das pessoas ou grupos populacionais. Citam-se alguns exemplos: energia – radioatividade e radiações não ionizantes; alimentos – toxi-infecções e malnutrição; ar – alergias; tumores; solo – parasitoses; biota – vetores; reservatórios de vírus; água – intoxicações; infeções intestinais; tumores; habitat – *stress*.

As atividades humanas na Região com mais efeitos no ambiente são a indústria, a agropecuária intensiva, os transportes e, sobretudo, a concentração urbana.

A introdução no ambiente de produtos e substâncias químicas que a natureza não pode degradar, assim como o aumento do aparecimento dos produtos de síntese que, não sendo recicláveis pela natureza, podem contribuir para o incremento de novas patologias são aspetos importantes desta questão.

No que se refere às influências antropogénicas, um dos aspetos a realçar é o facto de as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto comportarem 67 % da população urbana do país.

Uma cidade de 1 milhão de habitantes consome, diariamente, 11 500 toneladas de combustíveis fósseis, 320 000 toneladas de água e 2 000 toneladas de alimentos; por outro lado, produz, diariamente, 25 000 toneladas de dióxido de carbono, 1 600 toneladas de resíduos sólidos e 300 000 toneladas de efluentes.

A área metropolitana de Lisboa tem uma população superior. Atualmente, pode afirmar-se que esta área metropolitana se confronta com uma forte concentração de edifícios que é necessário aquecer, quantidades enormes de resíduos que é necessário eliminar, parques industriais cujos poluentes é necessário controlar e com um número descomunal de viaturas que pululam as ruas e os passeios e que modificam o ambiente.

Tal deve-se ao fato de se ter assistido, nas últimas décadas, à proliferação de zonas de elevada concentração populacional, ao crescimento do número de espaços urbanos e aumento da dimensão dos que já existiam e, em toda a Região, a uma urbanização das zonas rurais.

Face a esta situação, a Saúde Urbana do Século XXI deve desenvolver um novo paradigma para a avaliação de riscos emergentes, até porque as desigualdades e o *stress* urbano são também riscos emergentes em Saúde Urbana.

Os principais fatores de *stress* ambiental urbano são o ruído intenso, a poluição do ar, a elevada densidade populacional, a dificuldade na mobilidade do tráfego automóvel e a urgência de tempo, mas não é de esquecer também a Síndrome dos Edifícios Doentes, típica de prédios de avançada tecnologia, que, poderíamos afirmar, é o contraponto dos “barracos” urbanos sem saneamento básico.

Perante esta situação que se poderia designar de “ecocídio”, há que ter sempre presente que, nas cidades, as causas de patologia urbana são múltiplas.

Mas há a realçar que, relativamente a estas questões referidas, que se prendem com as cidades na Região, a matriz ambiental onde toda esta problemática se insere é o solo.

De fato, o solo foi sempre o suporte preferencial para a implantação do *habitat* artificial humano, sendo vários os problemas decorrentes desta utilização. A poluição do solo é resultante de práticas agrícolas incorretas e de inadequados métodos de eliminação de resíduos sólidos e líquidos. A poluição estética, devido ao abandono de resíduos sólidos no ambiente, pode constituir um fator, entre outros, gerador de incómodos ou *stress*.

O solo é o recetor privilegiado para os resíduos sólidos, podendo ser indicado mesmo como método de tratamento especial quando os resíduos sólidos contêm muita matéria orgânica, como é o caso dos resíduos sólidos urbanos.

Há agentes biológicos suscetíveis de contaminar o solo e de provocar doenças no ser humano (leptospirose e tétano, entre outras) e as duas principais origens da contaminação química do solo são a industrial e a agrícola: sendo que a indústria química é a grande responsável pela introdução no solo de poluentes químicos, alguns dos quais tóxicos e perigosos.

A utilização de adubos, fertilizantes e pesticidas de vários tipos, tanto no solo como no tratamento das plantas, constitui a origem agrícola da poluição química do solo.

Os riscos para o ser humano associados à sua utilização têm a ver com as três vias de exposição: inalação, ingestão e absorção pela pele.

Os resíduos sólidos urbanos, produzidos pelos aglomerados populacionais, provêm das habitações, dos estabelecimentos comerciais, das indústrias integradas na comunidade, da limpeza pública e de estabelecimentos de carácter especial, como é o caso dos hospitais, centros de saúde e laboratórios. Os prejuízos estéticos, económicos e ecológicos relacionados com o não tratamento destes resíduos podem ser de tal forma elevados que, nalgumas áreas degradadas das zonas urbanas e suburbanas, podem constituir fonte de desigualdades.

A existência de depósitos de lixo sem tratamento possibilita a gandaia por parte de habitantes de bairros degradados, de Sem-abrigo e de crianças da rua. Sabendo-se que, numa idade mais adulta, estes jovens, na luta por estratégias de sobrevivência, virão a dedicar-se ao narcotráfico, poderíamos afirmar que a gandaia constitui, por vezes, a primeira fase desta história natural das “doenças da rua”.

Ambiente urbano e habitat

Existem seis tipos diferentes de *habitat* humano, numa perspetiva sociogeográfica: rural; urbano; industrial; piscatório; turístico e de lazer; móvel.

No âmbito deste trabalho, só se aborda o *habitat* urbano, nas suas repercussões em termos de Saúde Ambiental, como possível espaço de exclusão. A sua relevância provém de que pode estar associado a: poluição química; poluição acústica; multiplicação de estímulos; sedentarismo; ritmo artificial de atividades humanas; deficiências de adaptação social e profissional; *stress*; doenças sociais (droga e prostituição); proliferação de bairros clandestinos; criação de “bairros de lata”.

O estudo do ambiente urbano deve ser abordado nos seus quatro subelementos mais significativos: edificações; veículos; espaços entre os edifícios; infraestruturas. Em termos de saúde ambiental, as condições essenciais do *habitat* urbano são: salubridade; segurança; funcionalidade; beleza; economia de construção e de manutenção. A insalubridade das edificações urbanas, designadamente da habitação, gera um grande *stress* nos seus habitantes.

Uma habitação deve conter três aspetos essenciais: satisfação de necessidades fisiológicas e psicológicas fundamentais; proteção contra contágios; proteção contra acidentes.

Edifícios degradados antigos podem, nas suas velhas pinturas, conter muito chumbo, cujas partículas podem conter até 38% de sais de chumbo. A eliminação de tais pinturas nos alojamentos pode apresentar os perigos de inalação e absorção oral das partículas de chumbo produzidas pelo arejamento e pela raspagem da pintura antiga, originando casos de saturnismo.

O radão, gás radioativo, pode contaminar o clima no interior das casas e, em alguns locais, pode derivar do solo onde foi assente a construção, além dos materiais utilizados e da água.

A contaminação biológica é favorecida pela densidade de população habitacional e por ambientes fechados, estando associada a diversos *aero* contaminantes, como, por exemplo, o pólen e o pó doméstico.

A participação dos serviços de saúde na apreciação dos planos de urbanização e de loteamentos, designadamente dos Planos Diretores Municipais, é importante para criar espaços urbanos saudáveis, eliminando potenciais zonas de exclusão e/ou criadoras de desigualdades sociais.

No que se refere à acessibilidade, pressupõe-se a promoção do acesso universal ao meio físico, aos espaços edificados e aos transportes, particularmente no que se refere às pessoas portadoras de deficiências ou incapacidade, através da eliminação ou da minimização do impacto de barreiras arquitetónicas. Deve ser promovido o direito a condições de habitabilidade condignas e a sua integração social, escolar ou profissional.

As condições sociais e de saúde dos indivíduos podem constituir um fator de estigma, de vitimização, de exclusão ou de isolamento, tal como a edificação e a composição urbana em si enquanto barreira física e, em especial, quando se trata dos doentes, dos idosos, das crianças ou dos portadores de deficiência.

Também a perceção do ambiente natural e, em especial, do ambiente construído, podem condicionar a mobilidade e utilização dos espaços, quer se deva a algum *handicap* ou à dificuldade mais ou menos subjetiva da leitura, interpretação e compreensão dos sinais do espaço.

Nomeadamente, as cidades encerram em si uma complexidade e ilegibilidade que as pode tornar inacessíveis à compreensão de quem nelas viva ou apenas se pretenda localizar no espaço e estabelecer um percurso para um destino, mais quando se é portador de uma deficiência.

Mesmo quando traçado um destino, numa malha urbana densa e complexa, subsistem, nos indivíduos de maior vulnerabilidade, dificuldades em determinar um itinerário e os meios para alcançar esse destino. Mais difícil se torna quando os meios são escassos. Basta pensar-se nos movimentos pendulares diários, aliados a longos percursos, falta de transportes, em horários não compatíveis e com custos avultados.

Subsistem, também, significados e conotações de grupos, de serviços ou atividades associadas aos lugares e, que podem ainda assumir contornos de um sentimento de medo e insegurança ou de estigma social.

A edificação e, nomeadamente a mais antiga que encontramos nos grandes centros urbanos, não oferece por vezes as condições de habitabilidade adequadas à função e utilização desses espaços por parte de diferentes tipos de utilizadores e, em especial, os que detenham alguma incapacidade ou deficiência.

Também as elevadas densidades (populacional, residencial ou de um estabelecimento), o apinhamento (*crowding*) ou a sobre estimulação (*overload*) que o contexto envolvente possa exercer sobre o seu utilizador constitui um fator gerador de *stress* ambiental e de inacessibilidade. Trata-se de um excesso de concentração de estímulos, ao qual o ser humano é reativo.

Outros fatores de risco de natureza ambiental

São também focados neste Perfil, pela sua relevância em termos de impacte sobre a saúde e na criação de desigualdades, matrizes ambientais como o ar, a água e o solo, assim como outros fatores de risco com origem no ambiente.

É de realçar a importância que o ar exterior pode ter na criação de autênticas zonas de exclusão e de desigualdades, até pela elevada circulação de automóveis nas cidades da Região, mas também relativamente à degradação da qualidade do ar interior, evidenciada no aparecimento da “síndrome do edifício doente”. Admite-se que, neste último caso, não exista somente um fator responsável pelo seu aparecimento, mas sim, uma interação de vários parâmetros físicos, químicos e psicológicos.

A *água*, enquanto veículo de algumas doenças transmissíveis e local de lançamento de efluentes industriais, pode também criar espaços ambientais insalubres, fatores de exclusão e criadores de desigualdades. Encontram-se, na Região, nalgumas zonas suburbanas, bairros degradados que surgiram em torno de linhas de água fortemente poluídas e contaminadas. Por ser sobejamente conhecida, não é aqui mencionada a cadeia de transmissão das doenças que daí podem advir, como a hepatite A ou a febre tifoide, entre outras. São, habitualmente, locais húmidos, propícios à vida de alguns vetores de doenças transmissíveis. Sendo espaços geradores de desigualdades contribuem para a diminuição da saúde dos que aí vivem, ou aliás... dos que aí sobrevivem.

Todas estas vertentes estão pormenorizadamente focadas no Perfil Ambiental da Região, editado em 2012 pela ARSLVT.

6.1.1 Qualidade do ar

Tabela 168 – Índice de qualidade do ar (Dia e %), por localização geográfica na Região de Lisboa e Vale do Tejo e Classes de qualidade, 2006 a 2011

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Índice de qualidade do ar (Dia e %)										
		Classes de qualidade										
		Total		Muito Bom		Bom		Médio		Fraco		Mau
Dia	% *	Dia	% *	Dia	% *	Dia	% *	Dia	% *	Dia	% *	
2011	Vale do Tejo e Oeste	356	18	5,1	290	81,5	45	12,6	3	0,8	0	0,0
	AML Norte (a)	363	21	5,8	239	65,8	78	21,5	25	6,9	0	0,0
	AML Sul (a)	363	22	6,1	235	64,7	73	20,1	33	9,1	0	0,0
	Setúbal (a)	354	12	3,4	240	67,8	81	22,9	21	5,9	0	0,0
	Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	312	17	5,4	238	76,3	48	15,4	9	2,9	0	0,0
2010	Vale do Tejo e Oeste	365	19	5,2	297	81,4	46	12,6	3	0,8	0	0,0
	AML Norte (a)	365	17	4,7	257	70,4	78	21,4	13	3,6	0	0,0
	AML Sul (a)	365	22	6,0	263	72,1	65	17,8	15	4,1	0	0,0
	Setúbal (a)	365	15	4,1	275	75,3	68	18,6	7	1,9	0	0,0
	Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	322	16	5,0	242	75,2	58	18,0	6	1,9	0	0,0
2009	Vale do Tejo e Oeste	365	21	5,8	282	77,3	62	17,0	0	0,0	0	0,0
	AML Norte (a)	365	23	6,3	243	66,6	85	23,3	14	3,8	0	0,0
	AML Sul (a)	365	16	4,4	243	66,6	75	20,5	31	8,5	0	0,0
	Setúbal (a)	365	13	3,6	246	67,4	88	24,1	18	4,9	0	0,0
	Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	332	16	4,8	232	69,9	76	22,9	8	2,4	0	0,0
2008	Vale do Tejo e Oeste	348	15	4,3	288	82,8	43	12,4	2	0,6	0	0,0
	AML Norte (a)	366	14	3,8	295	80,6	41	11,2	16	4,4	0	0,0
	AML Sul (a)	365	7	1,9	244	66,8	81	22,2	33	9,0	0	0,0
	Setúbal (a)	365	7	1,9	274	75,1	72	19,7	12	3,3	0	0,0
	Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	344	13	3,8	279	81,1	44	12,8	8	2,3	0	0,0
2007	Vale do Tejo e Oeste	336	15	4,5	262	78,0	57	17,0	2	0,6	0	0,0
	AML Norte (a)	365	9	2,5	208	57,0	115	31,5	33	9,0	0	0,0
	AML Sul (a)	365	6	1,6	177	48,5	117	32,1	64	17,5	1	0,3
	Setúbal (a)	365	5	1,4	217	59,5	111	30,4	32	8,8	0	0,0
	Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	215	6	2,8	137	63,7	59	27,4	13	6,0	0	0,0
2006	Vale do Tejo e Oeste	352	20	5,7	261	74,1	56	15,9	15	4,3	0	0,0
	AML Norte (a)	365	13	3,6	217	59,5	81	22,2	54	14,8	0	0,0
	AML Sul (a)	365	16	4,4	224	61,4	71	19,5	54	14,8	0	0,0
	Setúbal (a)	365	9	2,5	218	59,7	91	24,9	45	12,3	2	0,5
	Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

NOTAS:

x: Dado não disponível

AML Norte: Grande Lisboa (DSP/ARSLVT, IP)

AML Sul: Península de Setúbal (DSP/ARSLVT, IP)

Última atualização destes dados: 15 de Outubro de 2012 (INE, IP); consulta a 04 de Julho de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, na localização Vale do Tejo e Oeste, da RLVT, registaram-se menos dias com índice de qualidade do ar com a classificação de “Muito bom” (-2 dias), face a 2006, correspondendo a uma taxa de variação de -10,0%; nas restantes localizações da RLVT consideradas, registou-se um aumento do número de dias com aquela classificação (+61,5%, +37,5% e +33,3%, respetivamente para a Área Metropolitana de Lisboa Norte - AML Norte-, a Área Metropolitana de Lisboa Sul - AML Sul - e Setúbal).

No mesmo intervalo de tempo, o número de dias com classificação “Bom”, aumentou em todas as localizações consideradas (+11,1%, +10,1%, +4,9% e +10,1%, respetivamente para o Vale do Tejo e Oeste, a AML Norte, a AML Sul e Setúbal).

No que concerne ao número de dias com classificação “Médio”, aumentou, de 2006 para 2011, na AML Sul (+2,8%), tendo diminuído nas restantes localizações consideradas (-19,6%, -3,7% e -11,0%, respetivamente para o Vale do Tejo e Oeste, a AML Norte e Setúbal).

Relativamente ao número de dias com índice de qualidade do ar com a classificação “Fraco”, diminuiu, no intervalo de tempo em análise, em todas as localizações consideradas (-80,0%, -53,7%, -38,9% e -53,3%, respetivamente para o Vale do Tejo e Oeste, a AML Norte, a AML Sul e Setúbal).

No mesmo intervalo de tempo, o número de dias com classificação “Mau” diminuiu em Setúbal (de dois para zero dias), correspondendo a uma taxa de variação de -100,0%. Nas restantes localizações da RLVT, não se registaram dias com a classificação “Mau”, em 2006 e em 2011.

Em 2011, a classificação do índice de qualidade do ar que predominou nas cinco localizações consideradas da RLVT foi a de “Bom”, seguida, por ordem decrescente, da “Médio”, “Muito bom” e “Fraco”, no Vale do Tejo e Oeste e na Península de Setúbal /Alcácer do Sal, e da “Médio”, “Fraco” e “Muito bom” na AML Norte, na AML Sul e em Setúbal. Não se registaram dias com a classificação “Mau”, conforme referido acima.

No mesmo ano, a maior proporção de dias com a classificação “Bom” registou-se no Vale do Tejo e Oeste (81,5%) e a menor na AML Sul (64,7%); a maior proporção de dias com a classificação “Médio” registou-se em Setúbal (22,9%) e a menor em Vale do Tejo e Oeste (12,6%); a maior proporção de dias com a classificação “Muito bom” registou-se na AML Sul (6,1%) e a menor em Setúbal (3,4%); a maior proporção de dias com a classificação “Fraco” registou-se na AML Sul (9,1%) e a menor em Vale do Tejo e Oeste (0,8%)

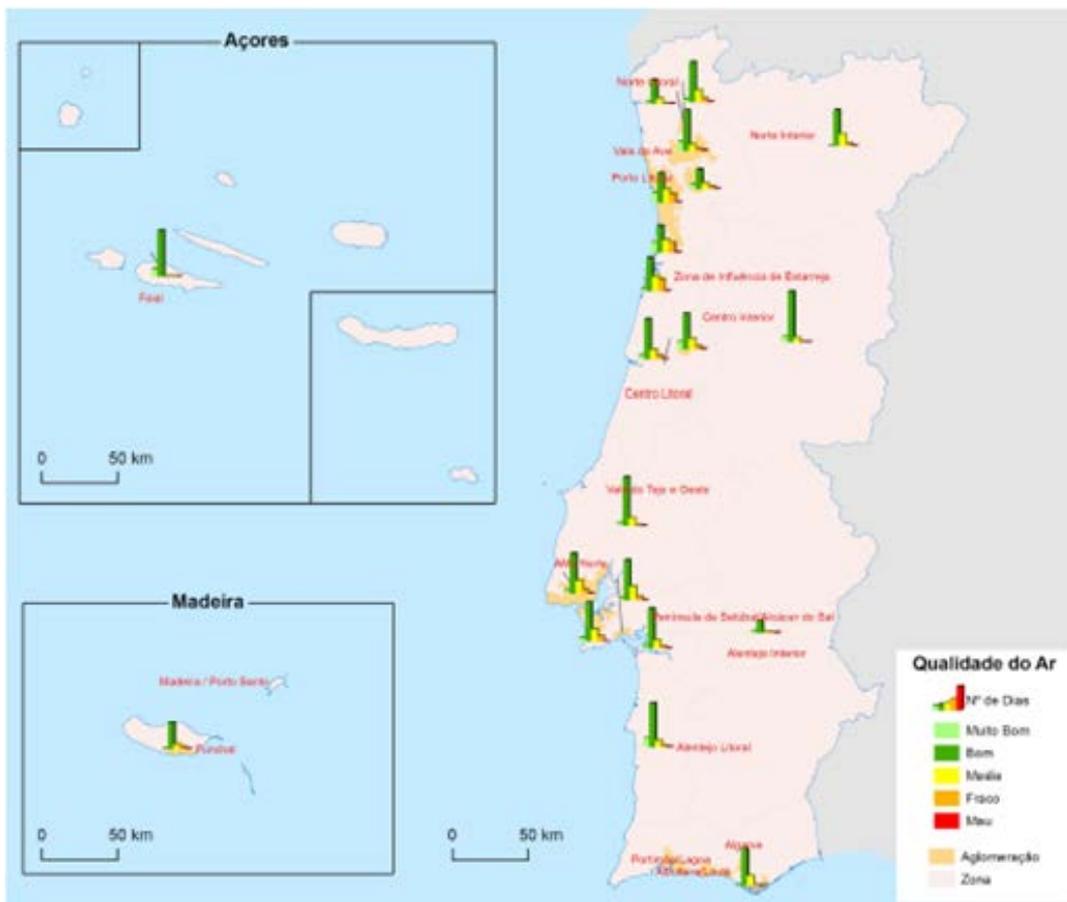


Figura 33 – Índice de Qualidade do ar, em 2011

Fonte: APA, IP - REA 2012 Portugal. Relatório do Estado do Ambiente. Outubro 2012

O predomínio do índice de qualidade do ar com a classificação “Bom”, na RLVT, em 2011, acompanhou o predomínio da mesma categoria verificada a nível nacional. Segundo a análise dos resultados do IQAr para 2011, registou-se um aumento do número de dias com a classificação de “muito bom” e “bom” comparativamente a 2010, inversamente à classificação de “mau” que diminuiu no período em análise.

6.1.2 Qualidade da água

6.1.2.1. Água para consumo humano

Tabela 169 – Águas superficiais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e classes de qualidade, 2007 a 2009

Localização geográfica	Águas superficiais (N.º)																	
	2009						2008						2007					
	Classes de qualidade																	
	Total	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má	Total	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má	Total	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má
Portugal	343	66	58	143	45	31	384	25	151	75	58	75	370	31	138	90	52	59
Continente	343	66	58	143	45	31	384	25	151	75	58	75	370	31	138	90	52	59
Lisboa e Vale do Tejo	18	0	6	9	3	0	65	1	0	12	11	41	64	1	4	10	13	36
Oeste	3	0	1	0	2	0	20	0	0	1	5	14	21	0	1	1	4	15
Médio Tejo ^a	9	0	4	4	1	0	14	0	0	7	1	6	14	0	3	6	2	3
Grande Lisboa	1	0	0	1	0	0	12	1	0	0	2	9	11	1	0	1	1	8
Península de Setúbal	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4	3	0	0	1	0	2
Lezíria do Tejo	5	0	1	4	0	0	15	0	0	4	3	8	15	0	0	1	6	8

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 16 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 12 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP www.ine.pt;

Tabela 170 – Taxa de variação das Águas superficiais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e classes de qualidade, 2007-2009

Localização geográfica	Taxa de variação (%)					
	2007-2009					
	Classes de qualidade					
	Total	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má
Portugal	-7,3	+112,9	-58,0	+58,9	-13,5	-47,5
Continente	-7,3	+112,9	-58,0	+58,9	-13,5	-47,5
Lisboa e Vale do Tejo	-71,9	-100,0	+50,0	-10,0	-76,9	-100,0
Oeste	-85,7	-	0,0	-100,0	-50,0	-100,0
Médio Tejo ^a	-35,7	-	+33,3	-33,3	-50,0	-100,0
Grande Lisboa	-90,9	-100,0	-	0,0	-100,0	-100,0
Península de Setúbal	-100,0	-	-	-100,0	-	-100,0
Lezíria do Tejo	-66,7	-	-	+300,0	-100,0	-100,0

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados do INE, IP: 16 de Novembro de 2012; consulta a 12 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2009 (último ano disponível), na RLVT, contabilizaram-se menos 46 captações superficiais para produção de água para consumo humano, face a 2007, correspondendo a uma taxa de variação de -71,9%. Evolução idêntica foi registada no Continente (-7,3%, com valor coincidentes com o de Portugal, por inexistência de dados disponíveis relativamente às regiões Autónomas, pelo que, doravante, será referida, apenas, a análise relativa ao Continente) e nas cinco NUTS III da RLVT, naquele intervalo de tempo, com maior expressão na Península de Setúbal (-100,0%), seguida, por ordem decrescente, da Grande Lisboa (-90,9%), do Oeste (-85,7%), da Lezíria do Tejo (-66,7%) e do Médio Tejo (-35,7%).

Analisando a variação registada no número de captações superficiais entre 2007 e 2009, na RLVT, por biénio, registou-se um aumento entre 2007 e 2008 (+1,6%) e um decréscimo entre 2008 e 2009 (-72,3%). Esta evolução foi idêntica à verificada no Continente, onde aquele indicador aumentou no biénio 2007-2008 (+3,8%) decresceu no biénio 2008-2009 (-10,7%).

Nas NUTS III da RLVT, no biénio 2007-2008 também se registou um aumento do número de captações em cada uma das NUTS, com exceção do Oeste, onde diminuiu (-4,8%), e do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, onde não se registaram alterações. O aumento do número de captações teve maior expressão na Península de Setúbal (+33,3%), seguida da Grande Lisboa (+9,1%).

No biénio 2008-2009, registou-se um decréscimo do número de captações em cada uma das NUTS, à semelhança do ocorrido na Região, com maior expressão na Península de Setúbal (-100,0%), seguida, por decrescente alfabética, da Grande Lisboa (-91,7%), do Oeste (-85,0%), da Lezíria do Tejo (-66,7%) e do Médio Tejo (-35,7%).

Tabela 171 – Águas superficiais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e classes de qualidade, 2007 a 2009

Localização geográfica	Águas superficiais (%)																	
	2009						2008					2007						
	Classes de qualidade																	
	Total	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má	Total	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má	Total	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má
Portugal	100,0	19,2	16,9	41,7	13,1	9,0	100,0	6,5	39,3	19,5	15,1	19,5	100,0	8,4	37,3	24,3	14,1	15,9
Continente	100,0	19,2	16,9	41,7	13,1	9,0	100,0	6,5	39,3	19,5	15,1	19,5	100,0	8,4	37,3	24,3	14,1	15,9
Lisboa e Vale do Tejo	100,0	0,0	33,3	50,0	16,7	0,0	100,0	1,5	0,0	18,5	16,9	63,1	100,0	1,6	6,3	15,6	20,3	56,3
Oeste	100,0	0,0	33,3	0,0	66,7	0,0	100,0	0,0	0,0	5,0	25,0	70,0	100,0	0,0	4,8	4,8	19,0	71,4
Médio Tejo	100,0	0,0	44,4	44,4	11,1	0,0	100,0	0,0	0,0	50,0	7,1	42,9	100,0	0,0	21,4	42,9	14,3	21,4
Grande Lisboa	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	8,3	0,0	0,0	16,7	75,0	100,0	9,1	0,0	9,1	9,1	72,7
Península de Setúbal	-	-	-	-	-	-	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	33,3	0,0	66,7
Lezíria do Tejo	100,0	0,0	20,0	80,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	26,7	20,0	53,3	100,0	0,0	0,0	6,7	40,0	53,3

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 16 de Novembro de 2012 (INE,IP); consulta a 12 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2009, o número de captações superficiais para produção de água para consumo humano, na Região, contribuiu com 5,2% daquelas captações a nível de Portugal Continental.

No que concerne à avaliação da qualidade das águas superficiais da RLVT, efetuada em 2009, verifica-se que a maioria (50,0%) foi classificada como tendo qualidade razoável, 33,3% como tendo boa qualidade e os restantes 16,7% como tendo má qualidade. Não se registaram águas superficiais com qualidade excelente ou com muito má qualidade, na RLVT, no ano em apreço. No Continente, no mesmo ano, a maioria das águas superficiais (41,7%) foi classificada como tendo qualidade razoável, à semelhança do registado na RLVT, 19,2% como tendo qualidade excelente, 16,9% boa qualidade, 13,1% má qualidade e 9,0% muito má qualidade.

Considerando as NUTS III da RLVT, a totalidade das águas superficiais da Grande Lisboa foi classificada como tendo qualidade razoável; no Oeste, 66,7% das águas superficiais foi classificada como tendo má qualidade e os restantes 33,3% como tendo boa qualidade; no Médio Tejo, 44,4% das águas superficiais tinha boa qualidade, a mesma proporção tinha qualidade razoável e os restantes 11,1% tinham má qualidade; na Lezíria do Tejo, a maioria das águas superficiais (80%) foi classificada como tendo qualidade razoável e os restantes 20,0% como tendo boa qualidade. Na Península de Setúbal não se registaram captações superficiais para produção de água para consumo humano, em 2009.

6.1.2.2. Águas balneares

Tabela 172 – Águas balneares (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), tipo de água balnear e classes de qualidade, em 2010

Localização geográfica	Águas balneares (N.º e %)																			
	Tipo de água balnear																			
	Total									Interiores										
	Classes de qualidade																			
	Total		Excelente		Boa		Aceitável		Má		Total		Excelente		Boa		Aceitável		Má	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	491	100,00	451	91,85	32	6,52	7	1,43	1	0,20	75	15,27	56	11,41	15	3,05	4	0,81	0	0,00
Continente	411	100,00	374	91,00	30	7,30	6	1,46	1	0,24	75	18,25	56	13,63	15	3,65	4	0,97	0	0,00
Lisboa e Vale do Tejo	96	100,00	94	97,92	2	2,08	0	0,00	0	0,00	6	6,25	5	5,21	1	1,04	0	0,00	0	0,00
Oeste	46	100,00	46	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	-
Médio Tejo ^a	6	100,00	5	83,33	1	16,67	0	0,00	0	0,00	6	100,00	5	83,33	1	16,67	0	0,00	0	0,00
Grande Lisboa	17	100,00	17	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	-
Península de Setúbal	27	100,00	26	96,30	1	3,70	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	-
Lezíria do Tejo	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-

CONTINUA ➔

Localização geográfica	Águas balneares (N.º e %)									
	Tipo de água balnear									
	Costeiras/transição									
	Classes de qualidade									
	Total		Excelente		Boa		Aceitável		Má	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	416	84,73	395	80,45	17	3,46	3	0,61	1	0,20
Continente	336	81,75	318	77,37	15	3,65	2	0,49	1	0,24
Lisboa e Vale do Tejo	90	93,75	89	92,71	1	1,04	0	0,00	0	0,00
Oeste	46	100,00	46	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Médio Tejo ^a	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Grande Lisboa	17	100,00	17	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Península de Setúbal	27	100,00	26	96,30	1	3,70	0	0,00	0	0,00
Lezíria do Tejo	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-

➔ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 16 de Novembro de 2012 (INE,IP); consulta a 12 de Abril de 2013

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2010 (único ano disponível), na RLVT, as zonas balneares da RLVT contribuíam para 19,6% das zonas balneares nacionais e 23,4% para as de Portugal Continental. As zonas balneares

costeiras/transição da Região representavam 21,6% destas zonas em Portugal e 26,8% no Continente; as zonas interiores representavam 8,0% destas zonas em Portugal e tinham igual peso no Continente.

No mesmo ano, a maior proporção de zonas balneares da Região (93,8%) correspondia a zonas balneares costeiras/transição, sendo os restantes 6,3% zonas balneares interiores, à semelhança do ocorrido a nível de Portugal e do Continente, onde a maior proporção de zonas balneares era referente às zonas costeiras/transição (84,7% e 81,8%, respetivamente para Portugal e para o Continente). Nas NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal, a totalidade das zonas balneares era do tipo costeiras/transição; no Médio Tejo, a totalidade das zonas balneares era do tipo interior. Na Lezíria do Tejo, não havia zonas balneares.

No que concerne à avaliação da qualidade da água das zonas balneares efetuada em 2010, verifica-se que a maioria das zonas balneares (97,92%) tinha água de excelente qualidade e os restantes 2,08% tinham água com boa qualidade, à semelhança do ocorrido a nível nacional e do Continente, onde a maioria das zonas balneares tinha água de excelente qualidade (91,85% e 91,0%, respetivamente para Portugal e para o Continente), com 6,52% das zonas balneares de Portugal e 7,3% das do Continente a serem classificadas como tendo água de boa qualidade. Em Portugal e no Continente, 1,43% e 1,46%, respetivamente, das zonas balneares tinham água de qualidade aceitável e 0,2% em Portugal e 0,29% no Continente tinham água de má qualidade, ao contrário da RLVT onde não se registaram zonas balneares com água de qualidade aceitável ou má.

Quanto às zonas balneares interiores na Região, em 2010, mais de oitenta por cento (83,3%, correspondendo a 5,21% das águas balneares da região) tinha água de qualidade excelente e as restantes (16,7%, correspondendo a 1,04% das águas balneares da região) tinham boa qualidade. A nível nacional e do Continente, a maioria das zonas balneares interiores também tinha água de qualidade excelente (74,7% em Portugal, com igual proporção no Continente, correspondendo respetivamente, 11,41% e 13,63% das águas balneares de Portugal e do continente), em 20,04% a água tinha boa qualidade, tanto em Portugal e no Continente, correspondendo respetivamente, 3,05% e 3,65% das águas balneares de Portugal e do continente e em 5,3% (em Portugal e no Continente) tinha qualidade aceitável, correspondendo respetivamente, 3,46% e 3,65% das águas balneares de Portugal e do continente.

A maioria das zonas balneares costeiras/transição da Região (98,9%) tinha, em 2010, água de excelente qualidade (correspondendo a 92,71% das águas balneares da Região) e os restantes 1,1% correspondiam a zonas balneares classificadas como tendo água de boa qualidade, correspondendo a 1,04% das águas balneares da Região. Em Portugal e no Continente, também a maioria das zonas balneares costeiras/transição tinham água de excelente qualidade (respetivamente, 95,0% e 94,6% para Portugal e para o Continente, correspondendo respetivamente a 80,45% e 77,37% das águas balneares de Portugal e do continente), 4,1% (Portugal) e 4,5% (Continente) tinham boa qualidade, 0,7% (Portugal) e 0,6% (Continente) tinham qualidade aceitável correspondendo respetivamente, 0,61% e 0,49% das águas balneares de Portugal e do continente e 0,2% (Portugal) e 0,3% (Continente) tinham má qualidade, correspondendo respetivamente, 0,20% e 0,24% das águas balneares de Portugal e do Continente.

Considerando as NUTS III da RLVT, a totalidade das zonas balneares do Oeste e da Grande Lisboa foi classificada, em 2010, como tendo água de excelente qualidade; na Península de Setúbal, 96,3% das zonas balneares tinha água de excelente qualidade e as restantes 3,7% tinham água de boa qualidade; no Médio Tejo, também a maioria das zonas balneares (83,33%) tinha água de excelente qualidade e as restantes 16,67% tinha água de boa qualidade. Na Lezíria do Tejo não havia zonas balneares, como referido acima.

Quanto às zonas balneares interiores, em 2010, na NUTS III Médio Tejo, 83,33% tinham água de excelente qualidade e 16,67% de boa qualidade. Nas restantes NUTS III, não havia zonas balneares interiores. No que concerne às zonas balneares costeiras/transição, a totalidade das zonas balneares do Oeste e da Grande Lisboa foi classificada, em 2010, como tendo água de excelente qualidade; na Península de Setúbal, 96,3% das zonas balneares tinha água de excelente qualidade e as restantes 3,7% tinham água de boa qualidade. Nas restantes NUTS III não havia zonas balneares costeiras/transição.

6.1.3 Abastecimento público de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de drenagem de águas residuais

Tabela 173 – População servida por sistemas de abastecimento de água (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2006 a 2009

Localização geográfica	População servida por sistemas de abastecimento de água (%) ^a			
	2009**	2008*	2007	2006
Portugal	x	x	x	91
Continente	96	94	92	90
Lisboa e Vale do Tejo	99	98	96	96
Oeste	97	98	95	95
Médio Tejo ^a	95	97	98	98
Grande Lisboa	100	99	97	98
Península de Setúbal	99	98	97	94
Lezíria do Tejo	94	87	89	87

NOTAS:

x: Dado não disponível

^a Não inclui o Município de Mação

^a: “Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.). Para mais detalhes sobre metainformação consulte documento metodológico citado na fonte em www.ine.pt ou consulte o sítio do INAG sobre a BD INSAAR em <http://insaar.inag.pt>” (INE, IP)

* “Grande Lisboa: Não inclui dados do(s) município(s) de Loures e Odivelas” (INE, IP); “Lezíria do Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Almeirim e Golegã” (INE, IP); “Oeste: Não inclui dados do(s) município(s) de Alenquer, Bombarral e Lourinhã” (INE, IP)

** “Médio Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Vila Nova da Barquinha” (INE, IP); “Oeste: Não inclui dados do(s) município(s) de Bombarral, Caldas da Rainha e Lourinhã” (INE, IP); “Lezíria do Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Golegã” (INE, IP)

Última atualização destes dados: 29 de fevereiro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Novembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2009 (último ano disponível), 99% da população da RLVT estava servida por sistemas de abastecimento de água, valor superior ao registado em Portugal Continental e em três das cinco NUTS III da Região: na Grande Lisboa, a totalidade da população era servida por sistemas de abastecimento de água; na Península de Setúbal, a proporção de população servida por aqueles sistemas era idêntica à da Região, naquele ano.

Em 2009, face a 2006, registou-se um aumento da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água na RLVT, à semelhança do ocorrido no Continente. No que concerne às NUTS III da Região, registou-se um aumento daquele indicador na Península de Setúbal, na Grande Lisboa e na Lezíria do Tejo, entre 2006 e 2009, com oscilações nos anos intermédios nas duas últimas NUTS III; no Oeste, registou-se um aumento até 2008, tendo-se registado uma diminuição de 1% em 2009, face a 2008; no Médio Tejo, registou-se uma diminuição do indicador, de 2006 para 2009.

Tabela 174 – População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2006 a 2009

Localização geográfica	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%) ^a			
	2009 [#]	2008 ^{**}	2007 [*]	2006
Portugal	x	x	x	76
Continente	84	81	79	77
Lisboa e Vale do Tejo	92	91	90	90
Oeste	89	90	85	83
Médio Tejo ^a	67	68	64	65
Grande Lisboa	97	97	96	97
Península de Setúbal	93	92	93	94
Lezíria do Tejo	72	72	72	67

NOTAS:

x: Dado não disponível

^a Não inclui o Município de Mação

^b: “Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.). Para mais detalhes sobre metainformação consulte documento metodológico citado na fonte em www.ine.pt ou consulte o sítio do INAG sobre a BD INSAAR em <http://insaar.inag.pt>” (INE, IP)

* Médio Tejo: “Não inclui dados do município de Alcanena” (INE, IP); Península de Setúbal: “Não inclui dados dos municípios do Barreiro e Sesimbra” (INE, IP)

** “Península de Setúbal: Não inclui dados do(s) município(s) de Barreiro” (INE, IP); “Lezíria do Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Almeirim e Golegã” (INE, IP); “Oeste: Não inclui dados do(s) município(s) de Alenquer, Bombarral e Lourinhã” (INE, IP); “Grande Lisboa: Não inclui dados do(s) município(s) de Loures, Mafra e Odivelas” (INE, IP).

[#] “Lezíria do Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Golegã” (INE, IP); “Oeste: Não inclui dados do(s) município(s) de Bombarral e Lourinhã” (INE, IP); “Médio Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Vila Nova da Barquinha” (INE, IP)

Última atualização destes dados: 29 de fevereiro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Novembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2009 (último ano disponível), 92% da população da RLVT estava servida por sistemas de drenagem de águas residuais, valor superior ao registado em Portugal Continental e em três das cinco NUTS III da Região: na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, a proporção de população servida por aqueles sistemas era superior à da Região, naquele ano.

Entre 2006 e 2009, registou-se um aumento da proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais na RLVT, à semelhança do ocorrido no Continente. No que concerne às NUTS III da Região, registou-se um aumento daquele indicador: no Oeste até 2008, com diminuição em 2009; no Médio Tejo, de 2006 para 2009, com oscilações nos anos intermédios e na Lezíria do Tejo, de 2006 para 2007, tendo depois estabilizado. Na Grande Lisboa, não se registaram variações naquele indicador entre 2006 e 2009, com exceção do ano de 2007, quando diminuiu face a 2006. Na Península de Setúbal, registou-se uma diminuição da proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais até 2008, com aumento em 2009, embora com valor inferior ao registado em 2006.

Tabela 175 – População servida por estações de tratamento de águas residuais (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2006 a 2009

Localização geográfica	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%) *			
	2009 [#]	2008 ^{**}	2007 [*]	2006
Portugal	x	x	x	70
Continente	74	74	69	71
Lisboa e Vale do Tejo	81	81	81	80
Oeste	80	83	73	74
Médio Tejo ^a	65	66	60	62
Grande Lisboa	92	90	90	90
Península de Setúbal	63	67	74	66
Lezíria do Tejo	66	67	64	60

NOTAS:

x: Dado não disponível

^a Não inclui o Município de Mação

^{*} “Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.). Para mais detalhes sobre metainformação consulte documento metodológico citado na fonte em www.ine.pt ou consulte o sítio do INAG sobre a BD INSAAR em <http://insaar.inag.pt>” (INE, IP)

^{*} Lezíria do Tejo: “Não inclui dados do município de Golegã” (INE, IP); Médio Tejo: “Não inclui dados do município de Alcanena” (INE, IP); Península de Setúbal: “Não inclui dados dos municípios do Barreiro e Sesimbra” (INE, IP)

^{**} “Península de Setúbal: Não inclui dados do(s) município(s) de Barreiro” (INE, IP); “Lezíria do Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Almeirim e Golegã” (INE, IP); “Oeste: Não inclui dados do(s) município(s) de Alenquer e Lourinhã” (INE, IP)

[#] “Península de Setúbal: Não inclui dados do(s) município(s) de Barreiro” (INE, IP); “Lezíria do Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Golegã” (INE, IP); “Oeste: Não inclui dados do(s) município(s) de Lourinhã” (INE, IP); “Médio Tejo: Não inclui dados do(s) município(s) de Vila Nova da Barquinha” (INE, IP)

Última atualização destes dados: 29 de fevereiro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Novembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2009 (último ano disponível), 81% da população da RLVT estava servida por estações de tratamento de águas residuais, valor superior ao registado em Portugal Continental e em quatro das cinco NUTS III da Região: na Grande Lisboa, a proporção de população servida por aquelas estações de tratamento era superior à da Região, naquele ano.

Entre 2006 e 2007, registou-se um aumento da proporção de população servida por estações de tratamento de águas residuais na RLVT, tendo estabilizado de 2007 para 2009. No Continente, o indicador aumentou de 2006 para 2009, com oscilações nos anos intermédios. No que concerne às NUTS III da Região, registou-se um aumento daquele indicador: no Oeste e no Médio Tejo, de 2006 para 2009, com oscilações nos anos intermédios; e na Grande Lisboa, entre 2006 e 2009, tendo estado inalterado entre 2006 e 2008. Na Lezíria do Tejo, o indicador aumentou até 2009, mas diminuiu 1% de 2008 para 2009. Na Península de Setúbal, a proporção de população servida por estações de tratamento de águas residuais diminuiu de 2006 para 2009, com oscilações nos anos intermédios.

6.1.4 Resíduos urbanos

Tabela 176 – Resíduos urbanos recolhidos (t – toneladas e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de recolha, em 2002 e 2011

Período de referência dos dados [§]	Localização geográfica	Resíduos urbanos recolhidos (t e %) [§]					
		Tipo de recolha					
		Total		Recolha indiferenciada		Recolha seletiva	
		t.º	% *	t.º	% *	t.º	% *
2011	Portugal	5138645	100,0	4360860	84,9	777786	15,1
	Continente	4879940	100,0	4132264	84,7	747676	15,3
	RLVT	1915996	100,0	1585565	82,8	330433	17,2
	Oeste	168118	100,0	152541	90,7	15577	9,3
	Médio Tejo	93680	100,0	83016	88,6	10664	11,4
	Grande Lisboa	1084495	100,0	827505	76,3	256991	23,7
	Península de Setúbal	445513	100,0	405481	91,0	40033	9,0
	Lezíria do Tejo	124190	100,0	117022	94,2	7168	5,8
2002	Portugal	4595145	100,0	4368770	95,1	212665	4,6
	Continente	4358399	100,0	4158853	95,4	199546	4,6
	RLVT	1729748	100,0	1637250	94,7	92497	5,3
	Oeste	155984	100,0	153690	98,5	2294	1,5
	Médio Tejo	88180	100,0	84154	95,4	4026	4,6
	Grande Lisboa	970915	100,0	903647	93,1	67268	6,9
	Península de Setúbal	399872	100,0	384374	96,1	15497	3,9
	Lezíria do Tejo	114797	100,0	111385	97,0	3412	3,0

NOTAS:

[§]: "De 2005 em diante o município de Loures inclui dados de Odivelas" (INE, IP)

[§]: "De 2002 a 2006, dados disponibilizados pelo SGIR do Instituto dos Resíduos. De 2007 em diante, dados provenientes do SIRAPA-MRRU da Agência Portuguesa do Ambiente" (INE, IP)

Última atualização destes dados: 29 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 04 de Julho de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, na RLVT, registou-se a recolha de 1 915 996 toneladas de resíduos urbanos, correspondendo a 37,3% dos resíduos urbanos recolhidos a nível nacional e a 39,3% dos recolhidos a nível do Continente.

No que concerne às NUTS III da RLVT, o maior contributo para a Região foi dado pela Grande Lisboa, correspondendo a 56,6% dos resíduos urbanos recolhidos na RLVT, e o menor foi dado pelo Médio Tejo, correspondendo a 4,9% daqueles resíduos recolhidos na Região.

Relativamente aos resíduos urbanos com recolha indiferenciada, registaram-se 1 585 565 toneladas daqueles resíduos na RLVT, correspondendo a 82,8% do total de resíduos urbanos recolhidos na Região. O predomínio dos resíduos urbanos de recolha indiferenciada relativamente aos de recolha seletiva ocorreu, também, a nível nacional, do Continente e das cinco NUTS III da RLVT, no ano em apreço.

Os resíduos urbanos de recolha indiferenciada registados na RLVT, em 2011, correspondiam a 36,4% destes resíduos recolhidos a nível nacional e a 38,4% dos recolhidos a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa foi a que mais contribuiu para o total de resíduos urbanos de recolha indiferenciada registados na Região (52,2%); o menor contributo foi dado pelo Médio Tejo (5,2%).

A proporção de resíduos urbanos de recolha indiferenciada registada na RLVT, em 2011, foi inferior à registada em Portugal e no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi inferior ao da RLVT e nas restantes NUTS III foi superior ao da Região, ao de Portugal e ao do Continente.

No que concerne aos resíduos urbanos com recolha seletiva, registaram-se 330 433 toneladas daqueles resíduos na RLVT, correspondendo a 17,2% do total de resíduos urbanos recolhidos na Região.

Os resíduos urbanos de recolha seletiva registados na RLVT, em 2011, correspondiam a 42,5% destes resíduos recolhidos a nível nacional e a 44,2% dos recolhidos a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa foi a que mais contribuiu para o total de resíduos urbanos de recolha seletiva registados na Região (77,8%); o menor contributo foi dado pela Lezíria do Tejo (2,2%).

A proporção de resíduos urbanos de recolha seletiva registada na RLVT, em 2011, foi superior à registada em Portugal e no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi superior ao da RLVT e nas restantes NUTS III foi inferior ao da Região, ao de Portugal e ao do Continente.

Tabela 177 – Taxa de variação (%) dos resíduos urbanos recolhidos (t - toneladas), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de recolha, 2002-2011

Localização geográfica	Resíduos urbanos recolhidos (t) [§]		
	Taxa de variação (%) 2002-2011 ^{&}		
	Total	Recolha indiferenciada	Recolha seletiva
Portugal	+11,8	-0,2	+265,7
Continente	+12,0	-0,6	+274,7
RLVT	+10,8	-3,2	+257,2
Oeste	+7,8	-0,7	+579,0
Médio Tejo	+6,2	-1,4	+164,9
Grande Lisboa	+11,7	-8,4	+282,0
Península de Setúbal	+11,4	+5,5	+158,3
Lezíria do Tejo	+8,2	+5,1	+110,1

NOTAS:

[&]: "De 2005 em diante o município de Loures inclui dados de Odivelas" (INE, IP)

[§]: "De 2002 a 2006, dados disponibilizados pelo SGIR do Instituto dos Resíduos. De 2007 em diante, dados provenientes do SIRAPA-MRRU da Agência Portuguesa do Ambiente" (INE, IP)

Última atualização dos dados do INE, IP: 29 de Novembro de 2012; consulta a 04 de Julho de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Entre 2002 e 2011, registou-se um aumento da quantidade de resíduos urbanos recolhidos na Região (+186 248 toneladas em 2011 face a 2002, correspondendo a uma taxa de variação de +10,8%), à semelhança do ocorrido a nível nacional, do Continente e das cinco NUTS III da Região, com maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (+11,7%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal, da Lezíria do Tejo, do Oeste e do Médio Tejo.

No que concerne aos resíduos urbanos com recolha indiferenciada, registou-se a sua diminuição na Região, naquele intervalo de tempo (-51 685 toneladas em 2011, face a 2002, correspondendo a uma taxa de variação de -3,2%), à semelhança do ocorrido a nível nacional, do Continente e de três das cinco NUTS III da Região, com maior expressão na Grande Lisboa (-8,4%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo e do Oeste; nas NUTS III Península de Setúbal e Lezíria do Tejo registou-se um aumento da quantidade de resíduos urbanos com recolha indiferenciada.

Relativamente aos resíduos urbanos com recolha seletiva, registou-se o seu aumento na RLVT, no intervalo de tempo em análise (+237 936 toneladas em 2011, face a 2002, correspondendo a uma taxa de variação de +257,2%), à semelhança do ocorrido a nível nacional, do Continente e das cinco NUTS III da Região, com maior expressão no Oeste (+579,0%), seguido, por ordem decrescente, da Grande Lisboa, do Médio Tejo, da Península de Setúbal e da Lezíria do Tejo.

Tabela 178 – Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS II, NUTS 2001), 2002 a 2011

Localização geográfica	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) ^{*,†}									
	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Portugal	15	15	13	12	12	11	9	7	5	5
Continente	15	15	13	12	12	11	9	7	5	5
Lisboa e Vale do Tejo	17	17	12	11	16	13	12	7	5	5
Oeste	14	14	10	9	17	10	13	5	3	2
Médio Tejo ^a	11	12	12	9	7	7	5	6	4	4
Grande Lisboa	23	21	16	15	21	18	15	9	5	7
Península de Setúbal	9	11	7	6	8	7	7	6	5	4
Lezíria do Tejo	6	6	6	5	5	4	4	3	3	3

NOTAS:

^{*}: “De 2005 em diante o município de Loures inclui dados de Odivelas” (INE, IP).

[†]: “De 2002 a 2006, dados disponibilizados pelo SGIR do Instituto dos Resíduos. De 2007 em diante, dados provenientes do SIRAPA-MRRU da Agência Portuguesa do Ambiente” (INE, IP).

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 29 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 25 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2011, na RLVT, a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente na RLVT (17%) foi superior à registada a nível nacional e de Portugal Continental (em ambos os casos, de 15%) e à registada em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (23%) foi superior à da RLVT.

A proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente registada nas NUTS III Oeste, Península de Setúbal, Médio Tejo e Lezíria do Tejo foi inferior à registada a nível nacional e de Portugal Continental.

Tabela 179 – Variação da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2002-2011 e por biénio

Localização geográfica	Variação da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) ^{*, a}									
	2010-2011	2009-2010	2008-2009	2007-2008	2006-2007	2005-2006	2004-2005	2003-2004	2002-2003	2002-2011
Portugal	0	+2	+1	0	+1	+2	+2	+2	0	+10
Continente	0	+2	+1	0	+1	+2	+2	+2	0	+10
Lisboa e Vale do Tejo	0	+5	+1	-5	+3	+1	+5	+2	0	+12
Oeste	0	+4	+1	-8	+7	-3	+8	+2	+1	+12
Médio Tejo ^a	-1	0	+3	+2	0	+2	-1	+2	0	+7
Grande Lisboa	+2	+5	+1	-6	+3	+3	+6	+4	-2	+16
Península de Setúbal	-2	+4	+1	-2	+1	0	+1	+1	+1	+5
Lezíria do Tejo	0	0	+1	0	+1	0	+1	0	0	+3

NOTAS:

^{*}: "De 2005 em diante o município de Loures inclui dados de Odivelas" (INE, IP).

^a: "De 2002 a 2006, dados disponibilizados pelo SGIR do Instituto dos Resíduos. De 2007 em diante, dados provenientes do SIRAPA-MRRU da Agência Portuguesa do Ambiente" (INE, IP).

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados do INE, IP: 29 de Novembro de 2012; consulta a 25 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Entre 2002 e 2011, registou-se um aumento da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente na RLVT (+12%), à semelhança do ocorrido a nível nacional, do Continente e das cinco NUTS III da Região, com maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (+16%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste, do Médio Tejo, da Península de Setúbal e da Lezíria do Tejo.

Analisando a variação registada na proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, por biénio, entre 2002 e 2011, na RLVT, registou-se o seu aumento em todos os biénios, com exceção do biénio 2007-2008, quando se registou uma diminuição (-5%) e dos biénios 2010-2011 e 2002-2003, quando não se registaram alterações no valor da proporção. Em Portugal e no Continente, registou-se um aumento da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, com exceção dos biénios 2010-2011, 2007-2008 e 2002-2003, quando não se registaram alterações no valor da proporção.

No que concerne às NUTS III da RLVT, registou-se um aumento da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente em todos os biénios e em todas as NUTS III, com exceção do biénio 2010-2011, quando se registou uma diminuição daquela proporção na Península de Setúbal e no Médio Tejo e uma ausência de variação no Oeste e na Lezíria do Tejo; no biénio 2009-2010, quando não se registaram alterações no valor da proporção no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo; no biénio 2007-2008, quando se registou uma diminuição daquela proporção no Oeste, na Grande Lisboa e na Península de Setúbal e uma ausência de variação na Lezíria do Tejo; no biénio 2006-2007, quando não se registaram alterações no valor da proporção no Médio Tejo; no biénio 2005-2006, quando se registou uma diminuição daquela proporção no Oeste e uma ausência de

variação na Península de Setúbal e na Lezíria do Tejo; no biénio 2004-2005, quando se registou uma diminuição daquela proporção no Médio Tejo; no biénio 2003-2004, quando não se registaram alterações no valor da proporção na Lezíria do Tejo; e no biénio 2002-2003, quando se registou uma diminuição daquela proporção na Grande Lisboa e uma ausência de variação no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo.

Considerando a variação registada nos diferentes biénios em Portugal, no Continente, na RLVT e nas cinco NUTS III da Região, o aumento mais expressivo registou-se na NUTS III Oeste, no biénio 2004-2005 (+8%), e a diminuição mais expressiva verificou-se também no Oeste, no biénio 2007-2008 (-8%).

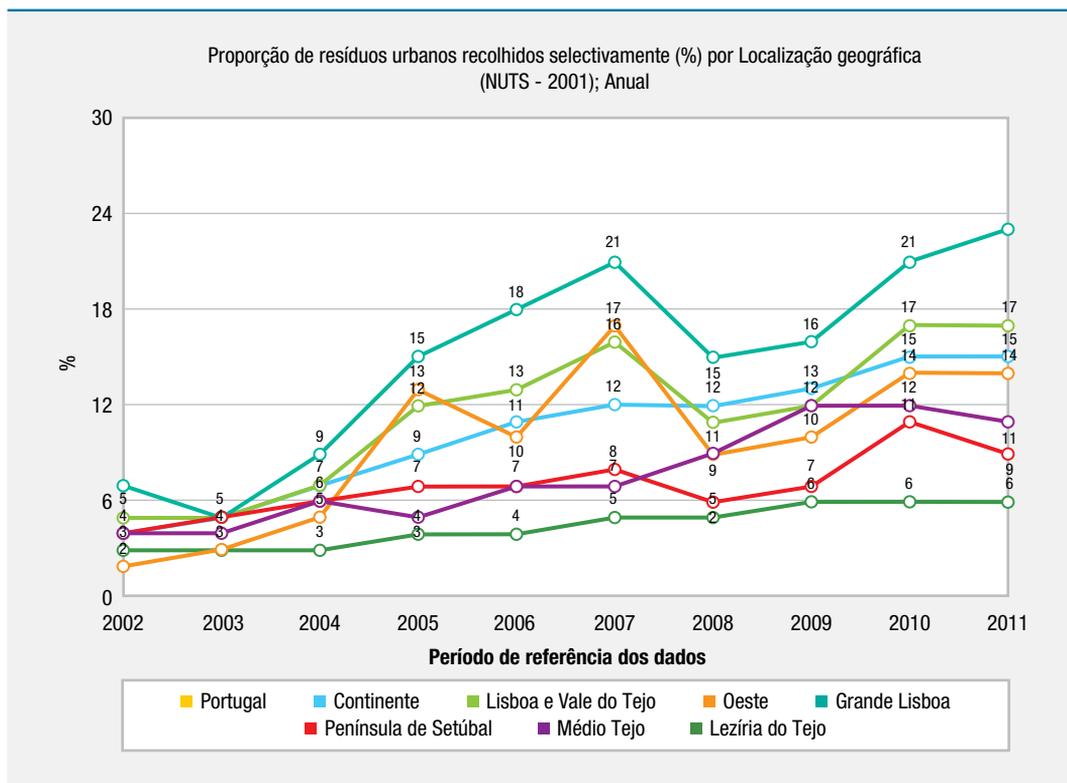


Figura 34 – Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2002 a 2011

NOTAS:

“De 2005 em diante o município de Loures inclui dados de Odivelas.” (INE, IP)

“De 2002 a 2006, dados disponibilizados pelo SGIR do Instituto dos Resíduos. De 2007 em diante, dados provenientes do SIRAPA-MRRU da Agência Portuguesa do Ambiente.” (INE, IP)

Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo

Última atualização destes dados: 29 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 25 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Entre 2002 e 2011, a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente na Grande Lisboa foi superior aos valores registados nas restantes NUTS III, na Região, no Continente e em Portugal, em todos os anos, com exceção do ano 2003 quando o seu valor (5%) foi igualado pelo da Península de Setúbal, da Região, do Continente e de Portugal. Naquele intervalo de tempo as proporções de resíduos urbanos recolhidos seletivamente em Portugal e no Continente foram sobreponíveis, fazendo com que no gráfico acima não esteja representado. Na Lezíria do Tejo, registou-se o valor mais baixo, em todos os anos considerados, com exceção do ano de 2002, quando se registou o menor valor no Oeste (2%, face aos 3% registados na Lezíria do Tejo), e do ano 2003, quando o valor registado na Lezíria do Tejo foi igualado pelo registado no Oeste (3%).

Tabela 180 – Resíduos urbanos recolhidos (t – toneladas – e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de destino (resíduos), em 2002 e 2011

Período de referência dos dados [§]	Localização geográfica	Resíduos urbanos recolhidos (t e %) [§]									
		Tipo de destino (resíduos)									
		Total		Aterro		Valorização energética		Valorização orgânica		Reciclagem	
		t.º	%*	t.º	%*	t.º	%*	t.º	%*	t.º	%*
2011	Portugal	5138645	100,0	3020857	58,8	1091250	21,2	433219	8,4	593318	11,5
	Continente	4879940	100,0	2901418	59,5	972858	19,9	431949	8,9	573715	11,8
	RLVT	1915996	100,0	795388	41,5	585586	30,6	247779	12,9	287244	15,0
	Oeste	168118	100,0	116346	69,2	32799	19,5	3397	2,0	15577	9,3
	Médio Tejo	93680	100,0	75075	80,1	0	0,0	8180	8,7	10424	11,1
	Grande Lisboa	1084495	100,0	95770	8,8	546048	50,4	218836	20,2	223842	20,6
	Península de Setúbal	445513	100,0	398317	89,4	0	0,0	16963	3,8	30233	6,8
	Lezíria do Tejo	124190	100,0	109880	88,5	6739	5,4	403	0,3	7168	5,8
2002	Portugal	4595145	100,0	3290129	71,6	943927	20,5	134714	2,9	212665	4,6
	Continente	4358399	100,0	3139028	72,0	914723	21,0	105103	2,4	199546	4,6
	RLVT	1729748	100,0	1070498	61,9	523660	30,3	43093	2,5	92497	5,3
	Oeste	155984	100,0	153690	98,5	0	0,0	0	0,0	2294	1,5
	Médio Tejo	88180	100,0	84154	95,4	0	0,0	0	0,0	4026	4,6
	Grande Lisboa	970915	100,0	364002	37,5	523660	53,9	15986	1,6	67268	6,9
	Península de Setúbal	399872	100,0	357267	89,3	0	0,0	27107	6,8	15497	3,9
	Lezíria do Tejo	114797	100,0	111385	97,0	0	0,0	0	0,0	3412	3,0

NOTAS:

[§]: "De 2005 em diante o município de Loures inclui dados de Odivelas" (INE, IP)

[§]: "De 2002 a 2006, dados disponibilizados pelo SGIR do Instituto dos Resíduos. De 2007 em diante, dados provenientes do SIRAPA-MRRU da Agência Portuguesa do Ambiente" (INE, IP)

Última atualização destes dados: 29 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 04 de Julho de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, na RLVT, 41,5% dos resíduos urbanos recolhidos tiveram como destino o aterro, 30,6% a valorização energética, 15,0% a reciclagem e 12,9% a valorização orgânica. Em Portugal, no Continente e em quatro das cinco NUTS III da RLVT, a maioria dos resíduos urbanos recolhidos também teve como destino o aterro; na Grande Lisboa, o destino mais frequente foi a valorização energética, sendo que o aterro só assumiu a quarta posição relativamente à ordenação do tipo de destino daqueles resíduos naquela NUTS III.

Os resíduos urbanos recolhidos na RLVT em 2011 que tiveram como destino o aterro correspondiam a 26,3% daqueles resíduos com aquele destino registados em Portugal e a 27,4% dos registados no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aqueles resíduos com aquele destino na RLVT foi a Península de Setúbal, correspondendo a 50,1% daqueles resíduos com aquele destino na Região; o menor contributo foi dado pelo Médio Tejo (9,4%).

A proporção de resíduos urbanos recolhidos na RLVT, naquele ano, que tiveram como destino o aterro foi inferior à registada em Portugal e no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi inferior ao da RLVT e nas restantes NUTS III foi superior ao da Região, ao de Portugal e ao do Continente.

No mesmo ano, os resíduos urbanos recolhidos na RLVT que tiveram como destino a valorização energética correspondiam a 53,7% daqueles resíduos com aquele destino registados em Portugal e a 60,2% dos registados no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aqueles resíduos com aquele destino na RLVT foi a Grande Lisboa, correspondendo a 93,2% daqueles resíduos com aquele destino na Região; no Médio Tejo e na Península de Setúbal não se registaram resíduos urbanos recolhidos que tivessem como destino a valorização energética.

A proporção de resíduos urbanos recolhidos na RLVT, em 2011, que tiveram como destino a valorização energética foi superior à registada em Portugal e no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi superior ao da RLVT e nas restantes NUTS III foi inferior ao da Região, ao de Portugal e ao do Continente.

No que concerne aos resíduos urbanos recolhidos na RLVT, em 2011, que tiveram como destino a reciclagem, correspondiam a 48,4% daqueles resíduos com aquele destino registados em Portugal e a 50,1% dos registados no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aqueles resíduos com aquele destino na RLVT foi a Grande Lisboa (correspondendo a 77,9% dos resíduos urbanos recolhidos na RLVT em 2011 que tiveram como destino a reciclagem); o menor contributo foi dado pela Lezíria do Tejo (2,5%).

A proporção de resíduos urbanos recolhidos na RLVT, no ano em apreço, que tiveram como destino a reciclagem foi superior à registada em Portugal e no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi superior ao da RLVT e nas restantes NUTS III foi inferior ao da Região, ao de Portugal e ao do Continente.

Relativamente aos resíduos urbanos recolhidos na RLVT em 2011 que tiveram como destino a valorização orgânica, correspondiam a 57,2% daqueles resíduos com aquele destino registados em Portugal e a 57,4% dos registados no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aqueles resíduos com aquele destino na RLVT foi a Grande Lisboa, correspondendo a 88,3% daqueles resíduos com aquele destino na Região; o menor contributo foi dado pela Lezíria do Tejo (0,2%).

A proporção de resíduos urbanos recolhidos na RLVT, em 2011, que tiveram como destino a valorização orgânica foi superior à registada em Portugal e no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi superior ao da RLVT, no Médio Tejo foi inferior ao da Região e ao do Continente, mas superior ao nacional, e nas restantes NUTS III foi inferior ao da Região, ao de Portugal e ao do Continente.

A NUTS III com a maior proporção dos seus resíduos recolhidos tendo como destino o aterro, em 2011, foi a Península de Setúbal (89,4%), e aquela com a menor proporção foi a Grande Lisboa (8,8%).

No mesmo ano, a NUTS III com a maior proporção dos seus resíduos recolhidos tendo como destino a valorização energética foi a Grande Lisboa (50,4%); nas NUTS III Médio Tejo e Península de Setúbal não se registaram resíduos urbanos que tivessem como destino a valorização energética, conforme referido atrás.

A NUTS III com a maior proporção dos seus resíduos recolhidos tendo como destino a reciclagem, no ano em apreço, foi a Grande Lisboa (20,6%), e aquela com a menor proporção foi a Lezíria do Tejo (5,8%).

A NUTS III com a maior proporção dos seus resíduos recolhidos tendo como destino a valorização orgânica, em 2011, foi a Grande Lisboa (20,2%), e aquela com a menor proporção foi a Lezíria do Tejo (0,3%).

Tabela 181 – Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t – toneladas – e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de resíduo recolhido seletivamente, em 2011

Localização geográfica	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t e %)											
	Tipo de resíduo recolhido seletivamente											
	Total		Vidro		Papel e cartão		Embalagens		Pilhas		Biodegradáveis	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	488497,19	100,0	164022,08	33,6	169442,63	34,7	80925,917	16,6	164,796	0,03	73941,765	15,1
Continente	472615,06	100,0	157587,5	33,3	164700,35	34,8	76225,594	16,1	159,856	0,03	73941,765	15,6
RLVT	171875,47	100,0	50322,778	29,3	70726,059	41,1	33083,914	19,2	41,12	0,02	17701,6	10,3
Oeste	14787,275	100,0	5691,749	38,5	5703,655	38,6	3385,375	22,9	6,496	0,04	0,0	0,0
Médio Tejo	7704,706	100,0	2495,67	32,4	3237,134	42,0	1965,9	25,5	6,002	0,08	0,0	0,0
Grande Lisboa	115056,59	100,0	29618,198	25,7	47059,654	40,9	20654,86	18,0	22,273	0,02	17701,6	15,4
Península de Setúbal	27899,998	100,0	9829,146	35,2	12320,492	44,2	5750,36	20,6	0,0	0,00	0,0	0,0
Lezíria do Tejo	6426,907	100,0	2688,015	41,8	2405,124	37,4	1327,419	20,7	6,349	0,10	0,0	0,0

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 04 de Julho de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2011, na RLVT, 41,1% dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente eram papel e cartão, 29,3% era vidro, 19,2% eram embalagens, 10,3% eram biodegradáveis e 0,02% eram pilhas. Em Portugal, no Continente e em quatro das cinco NUTS III da RLVT, a maioria dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente também eram papel e cartão; na Lezíria do Tejo, o resíduo urbano recolhido seletivamente mais frequente era o vidro, sendo que o papel e cartão assumiam a segunda posição relativamente à ordenação do tipo de resíduo recolhido seletivamente naquela NUTS III.

O papel e cartão recolhidos seletivamente na RLVT, em 2011, correspondiam a 41,7% daqueles resíduos recolhidos seletivamente em Portugal e a 42,9% dos recolhidos no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aqueles resíduos recolhidos seletivamente na RLVT foi a Grande Lisboa, correspondendo a 66,5% daqueles resíduos recolhidos seletivamente na Região; o menor contributo foi dado pela Lezíria do Tejo (3,4%).

A proporção de papel e cartão recolhidos seletivamente na RLVT, naquele ano, foi superior à registada em Portugal e no Continente e em três das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Médio Tejo e Península de Setúbal, o valor foi superior ao da RLVT; nas NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Lezíria do Tejo, o valor foi inferior ao da Região, mas superior ao de Portugal e ao do Continente.

No mesmo ano, o vidro recolhido seletivamente na RLVT correspondia a 30,7% daquele resíduo recolhido seletivamente em Portugal e a 31,9% do recolhido no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aquele resíduo recolhido seletivamente na RLVT foi a Grande Lisboa, correspondendo a 58,9% daquele resíduo recolhido seletivamente na Região; o menor contributo foi dado pelo Médio Tejo (5,0%).

A proporção de vidro recolhido seletivamente na RLVT, naquele ano, foi inferior à registada em Portugal e no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Oeste, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo, o valor foi superior ao da RLVT, ao de Portugal e ao do Continente; na NUTS III Médio Tejo, o valor foi superior ao da Região, mas inferior ao de Portugal e ao do Continente; na Grande Lisboa, o valor foi inferior ao da Região.

As embalagens recolhidas seletivamente em 2011, na RLVT, correspondiam a 40,9% daqueles resíduos recolhidos seletivamente em Portugal e a 43,4% dos recolhidos no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aqueles resíduos recolhidos seletivamente na RLVT foi a Grande Lisboa, correspondendo a 62,4% daqueles resíduos recolhidos seletivamente na Região; o menor contributo foi dado pela Lezíria do Tejo (4,0%).

A proporção de embalagens recolhidas seletivamente na RLVT, naquele ano, foi superior à registada em Portugal e no Continente e na NUTS III Grande Lisboa; nas restantes NUTS III, o valor foi superior ao da Região. Na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi superior ao registado em Portugal e no Continente.

No ano em apreço, na RLVT, os biodegradáveis recolhidos seletivamente correspondiam a 23,9% daqueles resíduos recolhidos seletivamente em Portugal e a 23,9% dos recolhidos no Continente. A Grande Lisboa foi a única NUTS III onde se registou recolha seletiva daqueles resíduos, correspondendo, portanto, à totalidade daqueles resíduos recolhidos seletivamente na Região.

A proporção de biodegradáveis recolhidos seletivamente na RLVT, naquele ano, foi inferior à registada em Portugal e no Continente e na NUTS III Grande Lisboa; nas restantes NUTS III não se registaram biodegradáveis recolhidos seletivamente, em 2011. Na NUTS III Grande Lisboa, o valor foi superior ao registado em Portugal, mas inferior ao registado no Continente.

As pilhas recolhidas seletivamente, na RLVT, em 2011, correspondiam a 25,0% daqueles resíduos recolhidos seletivamente em Portugal e a 25,7% dos recolhidos no Continente. A NUTS III que mais contribuiu para aqueles resíduos recolhidos seletivamente na RLVT foi a Grande Lisboa, correspondendo a 54,2% daqueles resíduos recolhidos seletivamente na Região. Na Península de Setúbal não se registou colheita seletiva daquele resíduo, naquele ano.

A proporção de pilhas recolhidas seletivamente na RLVT, naquele ano, foi inferior à registada em Portugal e no Continente e em três das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa o valor foi sobreponível ao da Região; na Península de Setúbal não se registou a recolha seletiva de pilhas, naquele ano.

Em 2011, a NUTS III com a maior proporção de papel e cartão recolhidos seletivamente foi a Península de Setúbal, com 44,2% dos seus resíduos recolhidos seletivamente a serem o papel e o cartão; aquela com a menor proporção foi a Lezíria do Tejo (37,4%).

No mesmo ano, a NUTS III com a maior proporção de vidro recolhido seletivamente foi a Lezíria do Tejo, com 41,8% dos seus resíduos recolhidos seletivamente a serem o vidro; aquela com a menor proporção foi a Grande Lisboa (25,7%).

Também em 2011, a NUTS III com a maior proporção de embalagens recolhidas seletivamente foi o Médio Tejo, com 25,5% dos seus resíduos recolhidos seletivamente a serem as embalagens; aquela com a menor proporção foi a Grande Lisboa (18,0%).

Ainda em 2011, a única NUTS III em que se registou a recolha seletiva de biodegradáveis foi a Grande Lisboa, com 15,4% dos seus resíduos recolhidos seletivamente a serem os biodegradáveis.

Naquele ano, a NUTS III com a maior proporção de pilhas recolhidas seletivamente foi a Lezíria do Tejo, com 0,1% dos seus resíduos recolhidos seletivamente a serem as pilhas. Na NUTS III Península de Setúbal não se registou recolha seletiva de pilhas, em 2011, conforme referido atrás.

Tabela 182 – Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Existência de sistema de recolha de resíduos, à data dos Censos 2001 e 2011

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Edifícios (N.º e %)					
		Total		Com recolha de resíduos urbanos		Sem recolha de resíduos urbanos	
		N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *
2011	Portugal	3544389	100,0	3297364	93,0	247025	7,0
	Continente	3353610	100,0	3114979	92,9	238631	7,1
	RLVT	830798	100,0	774353	93,2	56445	6,8
	Oeste	160794	100,0	151255	94,1	9539	5,9
	Médio Tejo	113939	100,0	108166	94,9	5773	5,1
	Grande Lisboa	277387	100,0	258412	93,2	18975	6,8
	Península de Setúbal	171570	100,0	157911	92,0	13659	8,0
	Lezíria do Tejo	107108	100,0	98609	92,1	8499	7,9
2001	Portugal	3160043	100,0	2864826	90,7	295217	9,3
	Continente	2997659	100,0	2713139	90,5	284520	9,5
	RLVT	727594	100,0	681820	93,7	45774	6,3
	Oeste	135247	100,0	126524	93,6	8723	6,4
	Médio Tejo	104320	100,0	96754	92,7	7566	7,3
	Grande Lisboa	249649	100,0	237886	95,3	11763	4,7
	Península de Setúbal	144871	100,0	133362	92,1	11509	7,9
	Lezíria do Tejo	93507	100,0	87294	93,4	6213	6,6

NOTAS:

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos a 2011: 20 de Novembro de 2012; consulta a 31 de Janeiro de 2013
 Última atualização dos dados do INE, IP, relativos a 2001: 05 de Janeiro de 2010; consulta a 27 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ ARSLVT, IP *

Tabela 183 – Taxa de variação dos Edifícios (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Existência de sistema de recolha de resíduos, 2001- 2011

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Taxa de variação (%)		
		Total	Com recolha de resíduos urbanos	Sem recolha de resíduos urbanos
2001-2011	Portugal	+12,2	+15,1	-16,3
	Continente	+11,9	+14,8	-16,1
	RLVT	+14,2	+13,6	+23,3
	Oeste	+18,9	+19,5	+9,4
	Médio Tejo	+9,2	+11,8	-23,7
	Grande Lisboa	+11,1	+8,6	+61,3
	Península de Setúbal	+18,4	+18,4	+18,7
	Lezíria do Tejo	+14,5	+13,0	+36,8

NOTAS:

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos a 2001: 20 de Novembro de 2012; consulta a 31 de Janeiro de 2013

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos a 2011: 05 de Janeiro de 2010; consulta a 27 de Março de 2013

Fonte: DSP/ ARSLVT, IP

Em 2011, contabilizaram-se, na RLVT, mais 92 533 edifícios na Região com sistema de recolha de resíduos urbanos, face ao registado em 2001, correspondendo a uma taxa de variação de +13,6%. Evolução idêntica verificou-se em Portugal (+15,1%), no Continente (+14,8%) e nas cinco NUTS III da RLVT, com maior expressão no Oeste (+19,5%), seguido, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (+18,4%), da Lezíria do Tejo (+13,0%), do Médio Tejo (+11,8%) e da Grande Lisboa (+8,6%).

O número de edifícios sem recolha de resíduos urbanos também aumentou na Região (+23,3%), no mesmo intervalo de tempo, ao contrário do ocorrido a nível nacional (-16,3%), do Continente (-16,1%) e da NUTS III Médio Tejo (-23,7%). Nas restantes NUTS III, a evolução ocorreu no mesmo sentido da Região, com aumento do número de edifícios sem recolha de resíduos urbanos, naquele intervalo de tempo, com maior expressão na Grande Lisboa (+61,3%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (+36,8%), da Península de Setúbal (+18,7%) e do Oeste (+9,4%).

Em 2011, 93,2% dos edifícios da RLVT tinham recolha de resíduos urbanos, correspondendo a 23,5% destes edifícios a nível nacional e a 24,9% a nível de Portugal Continental. No que concerne aos edifícios sem recolha de resíduos urbanos da Região (6,8% dos edifícios da Região), representavam 22,8% destes edifícios em Portugal e 23,7% no Continente.

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção de edifícios com recolha de resíduos urbanos foi o Médio Tejo (94,9%), seguido, por ordem decrescente, do Oeste (94,1%), da Grande Lisboa (93,2%) da Lezíria do Tejo (92,1%) e da Península de Setúbal (92,0%). A Grande Lisboa foi a NUTS

III que representou o maior contributo para os edifícios com recolha de resíduos urbanos da Região (33,4%); a Lezíria do Tejo contribuiu com 12,7%.

6.1.5 Fenómenos meteorológicos extremos: ondas de frio e outras situações climáticas extremas

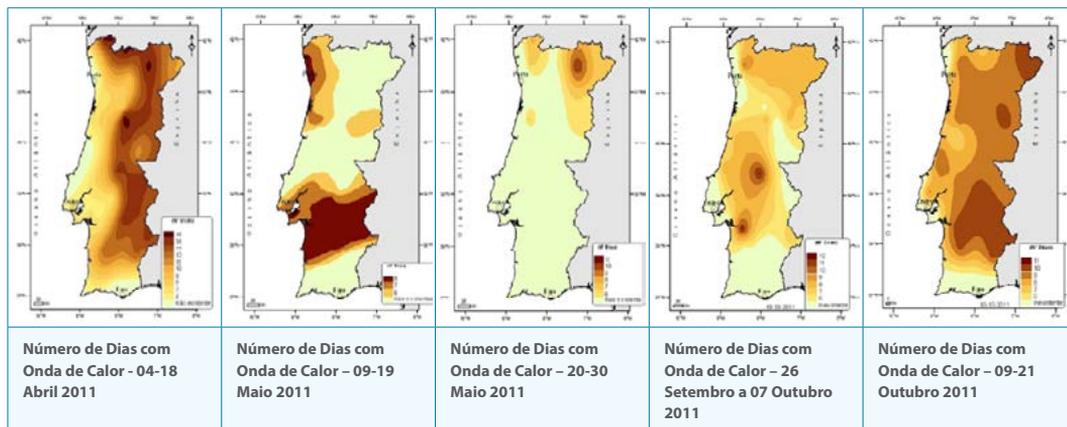


Figura 35 – Número de dias em onda de calor ocorridos em 2011

Fonte: APA, IP - Rea 2012 Portugal. Relatório do Estado do Ambiente. Outubro 2012

De acordo com o Relatório do Estado do Ambiente 2012, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no ano de 2011, registaram-se cinco ondas de calor, no Continente. A primeira ocorreu em abril, de 04 a 18, tendo afetado a quase totalidade de Portugal Continental; em maio, ocorreram mais duas ondas de calor, sendo que a ocorrida de 09 a 19 de maio afetou, na RLVT, as regiões a sul do rio Tejo, e a ocorrida de 20 a 30 de maio poupou a RLVT, entre outras zonas do Continente; em setembro/outubro, ocorreram as restantes duas, sendo que a de 26 de setembro a 07 de outubro atingiu, na RLVT, o Montijo e o Lavradio (concelho do Barreiro, distrito de Setúbal), na Península de Setúbal, e Alvega (concelho de Abrantes, Distrito de Santarém), no Médio Tejo, e a de 09 a 21 de outubro atingiu praticamente todo o Continente, com exceção, na RLVT, das regiões de Lisboa e do Montijo. No que se refere às vagas de frio, e ainda de acordo com informação daquele Relatório, registaram-se, em 2011, duas vagas de frio em Portugal Continental (em janeiro e em fevereiro), sendo que nenhuma afetou a RLVT.

No ano de 2011, o Relatório da APA salienta, ainda, a ocorrência de chuva intensa e vento forte nos meses de fevereiro (entre os dias 15 e 17) e outubro (entre os dias 23 e 26) com prejuízos para as populações. Registaram-se, ainda, rajadas de vento superiores a 100 km/h, na RLVT, em Coruche (134 km/h), NUTS III Lezíria do Tejo, e no Cabo Carvoeiro (110 km/h), NUTS III Oeste, em janeiro de 2011, e no Cabo Carvoeiro (108 km/h), NUTS III Oeste, em outubro do mesmo ano.

De acordo com o mesmo Relatório, na tarde de dia 29 de abril de 2011, foi reportada a ocorrência de grande instabilidade meteorológica, com queda intensa de granizo e saraiva em Lisboa,

descida brusca da temperatura (superior a 10 °C) e acumulação de camadas de gelo no solo com vários centímetros de altura em Benfica e na Damaia.

6.1.6 Edifícios/ Parque habitacional

De 2001 para 2011, verificou-se um aumento do edificado e do parque habitacional, em Portugal. Em 2011, comparativamente a 2001, registaram-se mais 384 346 edifícios (+12,2%), e mais 823 834 alojamentos (+16,3%) a nível nacional. O número de edifícios destinados à habitação e o número de alojamentos atingiu, em 2011, em Portugal, os 3 544 389 edifícios e os 5 878 756 alojamentos, respetivamente.

Tabela 184 – Edifícios (N.º) e alojamentos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011

Localização geográfica	Edifícios (N.º)			Alojamentos (N.º)		
	2011	2001	Taxa de variação 2001-2011 (%)*	2011	2001	Taxa de variação 2001-2011 (%)*
Portugal	3544389	3160043	+12,2	5878756	5054922	+16,3
Continente	3353610	2997659	+11,9	5639257	4866373	+15,9
RLVT	830798	727594	+14,2	1994254	1723942	+15,7
Oeste	160794	135247	+18,9	223950	182206	+22,9
Médio Tejo	113939	104320	+9,2	144730	128735	+12,4
Grande Lisboa	277387	249649	+11,1	1066868	934223	+14,2
Península de Setúbal	171570	144871	+18,4	420990	361609	+16,4
Lezíria do Tejo	107108	93507	+14,5	137716	117169	+17,5

NOTAS:

Última atualização destes dados: 30 de Junho de 2011 (INE, IP); consulta a 17 de Dezembro de 2012

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Na RLVT, entre 2001 e 2011 registou-se, também, um aumento do número de edifícios e alojamentos, às custas do seu aumento em todas as NUTS III, com uma taxa de variação de 14,2% e 15,7%, respetivamente para os edifícios e para os alojamentos. As NUTS III onde o aumento do número de edifícios teve maior expressão foram o Oeste e a Península de Setúbal, com taxas de variação de 18,9% e 18,4%, respetivamente no Oeste e na Lezíria do Tejo, registaram-se os maiores aumentos do número de alojamentos na Região, correspondendo a taxas de variação de 22,9% e 17,5%, respetivamente.

Em 2011, o número de edifícios e de alojamentos na RLVT representavam, respetivamente, 23,4% dos edifícios, a nível nacional (24,8% a nível de Portugal Continental), e 33,9% dos alojamentos, a nível nacional (35,4% a nível de Portugal Continental), com os maiores valores contabilizados na Grande Lisboa (correspondendo a mais de trinta por cento dos edifícios na Região, 33,4%, e a mais de cinquenta por cento dos alojamentos na Região, 53,5%); os menores valores para ambos os indicadores foram contabilizados na Lezíria do Tejo.

Idade dos edifícios

O índice de envelhecimento dos edifícios apurado para 2011, em Portugal, foi de 176,35, o que significa que o número de edifícios construídos até 1960 (numerador) é menos do dobro daqueles que foram construídos após 2001 (denominador) (INE, IP, 2012).

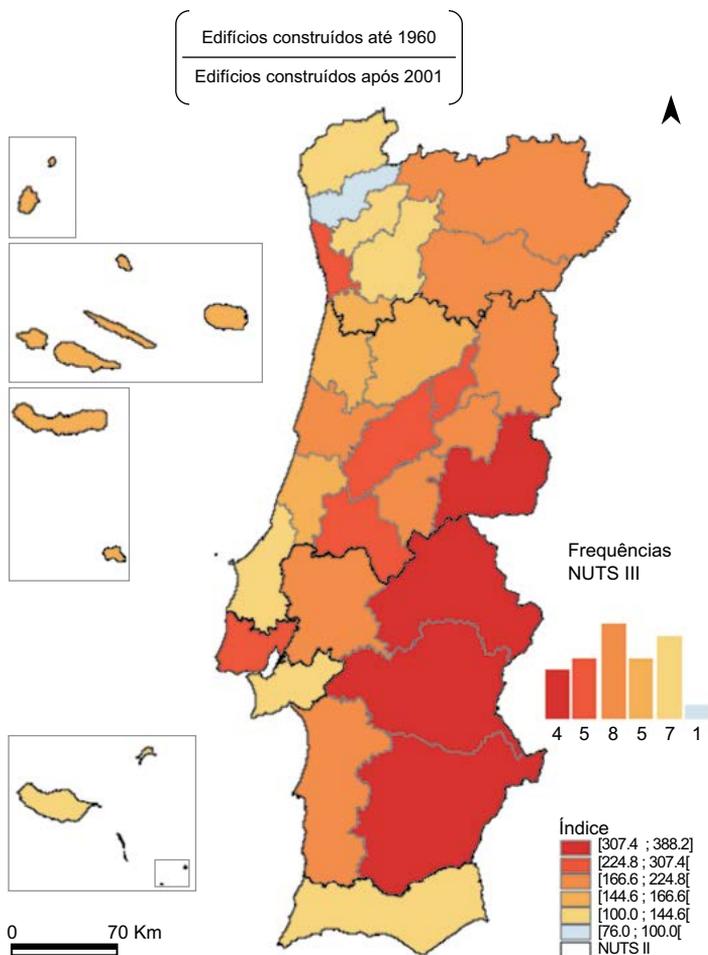


Figura 36 – Índice de envelhecimento dos edifícios, por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.

Fonte: INE, IP Censos 2011, www.ine.pt; consulta a 31 de Janeiro de 2013

A Grande Lisboa é uma das NUTS III do litoral que apresenta um edificado mais envelhecido do País, sendo aquela que tem o índice de envelhecimento mais elevado na RLVT. Pelo contrário, a Península de Setúbal e o Oeste têm os índices de envelhecimento mais baixos da RLVT, o que poderá ser explicado pela intensidade de construção verificada na última década.

Tabela 185 – Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Época de construção, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Edifícios (N.º e %)											
	Época de construção											
	Total		Até 1919		1919 - 1945		1946 - 1960		1961 - 1970		1971 - 1980	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	3544389	100,0	206343	5,8	305696	8,6	387340	10,9	408831	11,5	588858	16,6
Continente	3353610	100,0	195169	5,8	288132	8,6	365612	10,9	390633	11,6	565368	16,9
RLVT	830798	100,0	41429	5,0	66513	8,0	104075	12,5	108325	13,0	144820	17,4
Oeste	160794	100,0	6789	4,2	13233	8,2	18707	11,6	19022	11,8	25404	15,8
Médio Tejo	113939	100,0	6966	6,1	13520	11,9	16556	14,5	14727	12,9	17559	15,4
Grande Lisboa	277387	100,0	17267	6,2	20885	7,5	36643	13,2	39671	14,3	52370	18,9
Península de Setúbal	171570	100,0	5030	2,9	8070	4,7	17363	10,1	20292	11,8	31546	18,4
Lezíria do Tejo	107108	100,0	5377	5,0	10805	10,1	14806	13,8	14613	13,6	17941	16,8

CONTINUA

Localização geográfica	Edifícios (N.º e %)									
	Época de construção									
	1981 - 1990		1991 - 1995		1996 - 2000		2001 - 2005		2006 - 2011	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	578845	16,3	268179	7,6	290292	8,2	300635	8,5	209370	5,9
Continente	546632	16,3	253730	7,6	272578	8,1	280855	8,4	194901	5,8
RLVT	125704	15,1	57488	6,9	65188	7,8	68549	8,3	48707	5,9
Oeste	23718	14,8	11851	7,4	13957	8,7	16087	10,0	12026	7,5
Médio Tejo	15717	13,8	6991	6,1	8095	7,1	8128	7,1	5680	5,0
Grande Lisboa	41470	15,0	17179	6,2	18626	6,7	19301	7,0	13975	5,0
Península de Setúbal	30450	17,7	14852	8,7	16826	9,8	16145	9,4	10996	6,4
Lezíria do Tejo	14349	13,4	6615	6,2	7684	7,2	8888	8,3	6030	5,6

CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 31 de Janeiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, na RLVT, a maior proporção de edifícios existentes (17,4%) tinha sido construída de 1971 a 1980, à semelhança do observado a nível de Portugal, do Continente e das cinco NUTS III da Região; 5,0% foi construído até 1919 e 5,9% entre 2006 e 2011.

No mesmo ano, a NUTS III com a maior proporção de edifícios mais antigos foi a Grande Lisboa (6,2%), correspondendo a 41,7% dos edifícios construídos até 1919 da Região, o maior contributo destes edifícios em termos regionais. A NUTS III com a maior proporção de edifícios mais recentes foi o Oeste (7,5%), correspondendo a 24,7% dos edifícios construídos entre 2006 e 2011

da Região. O maior contributo para a região destes edifícios mais recentes foi dado pela NUTS III Grande Lisboa, com 28,7% dos edifícios construídos entre 2006 e 2011 da Região.

6.1.6.1. Estado de conservação dos edifícios

Quanto ao estado de conservação dos edifícios, em 2011, na RLVT, a maior proporção de edifícios existentes (71,5%) não necessitava de reparação e os edifícios muito degradados representavam a minoria (1,8%), à semelhança do observado a nível de Portugal, do Continente e das cinco NUTS III da Região, onde a maior proporção de edifícios tinha um bom estado de conservação e uma minoria estava muito degradada. Os edifícios sem necessidade de reparação e aqueles muito degradados representavam, respetivamente, 23,6% e 24,8% dos edifícios do País com estado de conservação análogo (25,0% e 25,9% dos de Portugal Continental).

Tabela 186 – Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Estado de conservação, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Edifícios (N.º e %)													
	Estado de conservação													
	Total		Sem necessidade de reparação		Com necessidade de reparação								Muito degradado	
					Total com necessidade de reparação		Pequenas reparações		Reparações médias		Grandes reparações			
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	
Portugal	3544389	100,0	2519452	71,1	965782	27,2	624322	17,6	244303	6,9	97157	2,7	59155	1,7
Continente	3353610	100,0	2379328	70,9	917553	27,4	592485	17,7	232439	6,9	92629	2,8	56729	1,7
RLVT	830798	100,0	594015	71,5	222107	26,7	146159	17,6	54569	6,6	21379	2,6	14676	1,8
Oeste	160794	100,0	120958	75,2	36817	22,9	23951	14,9	9052	5,6	3814	2,4	3019	1,9
Médio Tejo	113939	100,0	79807	70,0	31590	27,7	19622	17,2	8266	7,3	3702	3,2	2542	2,2
Grande Lisboa	277387	100,0	192456	69,4	80662	29,1	54023	19,5	19790	7,1	6849	2,5	4269	1,5
Península de Setúbal	171570	100,0	123010	71,7	46204	26,9	31804	18,5	10612	6,2	3788	2,2	2356	1,4
Lezíria do Tejo	107108	100,0	77784	72,6	26834	25,1	16759	15,6	6849	6,4	3226	3,0	2490	2,3

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE,IP); consulta a 31 de Janeiro de 2013

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Dos edifícios da Região com necessidade de reparação (26,7% do total de edifícios), a maioria (65,8%) necessitava de pequenas reparações, representando 17,6% da totalidade de edifícios da Região; apenas uma minoria (9,6%) necessitava de grandes reparações, correspondendo a 2,6% dos edifícios da RLVT.

No mesmo ano, a NUTS III com a maior proporção de edifícios sem necessidade de reparação foi o Oeste (75,2%), correspondendo a 20,4% dos edifícios que não necessitavam de reparação na Região. A NUTS III com a maior proporção de edifícios muito degradados foi a Lezíria do Tejo (2,3%), correspondendo a 17,0% dos edifícios muito degradados da Região. Em termos regionais, o maior contributo dos edifícios que não necessitavam de reparação e dos edifícios muito degradados foi dado pela NUTS III Grande Lisboa com, respetivamente, 32,4% e 29,1% daqueles edifícios da Região.

6.1.6.2. Características dos edifícios

Em 2011, na RLVT, 32,0% dos edifícios construídos estruturalmente para possuir três ou mais alojamentos familiares possuíam elevador e em 34,5% a entrada do edifício era acessível à circulação em cadeira de rodas. Os edifícios construídos estruturalmente para possuir três ou mais alojamentos representavam 16,3% da totalidade de edifícios da Região. Em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT, a maioria daqueles edifícios também não possuía elevador e na maioria a entrada do edifício não era acessível à circulação em cadeira de rodas.

Tabela 187 – Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), Acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada (entrada do edifício) e Existência de elevador, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (N.º e %)							
	Existência de elevador		Total		Com elevador		Sem elevador	
	Acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada		N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	Total	N.º	283879	100,0	93027	32,8	190852	67,2
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	102019	100,0	49810	48,8	52209	51,2
		%*	35,9		53,5		27,4	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	181860	100,0	43217	23,8	138643	76,2
		%*	64,1		46,5		72,6	
Continente	Total	N.º	278222	100,0	90844	32,7	187378	67,3
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	99028	100,0	48005	48,5	51023	51,5
		%*	35,6		52,8		27,2	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	179194	100,0	42839	23,9	136355	76,1
		%*	64,4		47,2		72,8	
RLVT	Total	N.º	135198	100,0	43294	32,0	91904	68,0
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	46584	100,0	22349	48,0	24235	52,0
		%*	34,5		51,6		26,4	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	88614	100,0	20945	23,6	67669	76,4
		%*	65,5		48,4		73,6	
Oeste	Total	N.º	8934	100,0	2149	24,1	6785	75,9
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	3051	100,0	1201	39,4	1850	60,6
		%*	34,2		55,9		27,3	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	5883	100,0	948	16,1	4935	83,9
		%*	65,8		44,1		72,7	
Médio Tejo	Total	N.º	4357	100,0	1267	29,1	3090	70,9
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	1327	100,0	651	49,1	676	50,9
		%*	30,5		51,4		21,9	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	3030	100,0	616	20,3	2414	79,7
		%*	69,5		48,6		78,1	

 CONTINUA 

Localização geográfica	Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (N.º e %)							
	Existência de elevador		Total		Com elevador		Sem elevador	
	Acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada		N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Grande Lisboa	Total	N.º	87583	100,0	30901	35,3	56682	64,7
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	31860	100,0	16600	52,1	15260	47,9
		%*	36,4		53,7		26,9	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	55723	100,0	14301	25,7	41422	74,3
		%*	63,6		46,3		73,1	
Península de Setúbal	Total	N.º	29831	100,0	7783	26,1	22048	73,9
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	8957	100,0	3326	37,1	5631	62,9
		%*	30,0		42,7		25,5	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	20874	100,0	4457	21,4	16417	78,6
		%*	70,0		57,3		74,5	
Lezíria do Tejo	Total	N.º	4493	100,0	1194	26,6	3299	73,4
		%*	100,0		100,0		100,0	
	Entrada do edifício acessível a cadeira de rodas	N.º	1389	100,0	571	41,1	818	58,9
		%*	30,9		47,8		24,8	
	Entrada do edifício não acessível a cadeira de rodas	N.º	3104	100,0	623	20,1	2481	79,9
		%*	69,1		52,2		75,2	

➤ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 30 de Janeiro de 2013

Fonte: INE,IP www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Dos edifícios da Região com acessibilidade, na entrada, a pessoas com mobilidade condicionada, em 48,0% existia, também, elevador; os edifícios com, simultaneamente, acessibilidade na entrada e elevador representavam 16,5% dos edifícios construídos estruturalmente para possuírem três ou mais alojamentos familiares da Região. Verificava-se, ainda, que a maioria dos edifícios sem acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada na entrada também não dispunha de elevador (76,4%); os edifícios sem, simultaneamente, acessibilidade na entrada e elevador representavam 50,1% dos edifícios construídos estruturalmente para possuírem três ou mais alojamentos familiares da Região.

Relativamente às NUTS III da Região, a Grande Lisboa era a que possuía uma maior percentagem dos seus edifícios construídos estruturalmente para possuir três ou mais alojamentos familiares com elevador (35,3%); a NUTS III com o menor valor era o Oeste (24,1%). A Grande Lisboa era, igualmente, a NUTS III que possuía uma maior percentagem dos seus edifícios construídos estruturalmente para possuir três ou mais alojamentos familiares em que a entrada do edifício era acessível a cadeiras de rodas (36,4%); a NUTS III com o menor valor era a Península de Setúbal

(30,0%). A Grande Lisboa também era a NUTS III com maior percentagem dos seus edifícios com, simultaneamente, acessibilidade na entrada e elevador (19,0%); o menor valor observou-se na Península de Setúbal (11,1%). A NUTS III com maior percentagem dos seus edifícios sem, simultaneamente, acessibilidade na entrada e elevador era o Oeste (55,2%); o menor valor observou-se na Grande Lisboa (47,3%).

A dimensão média dos edifícios (número de alojamentos por edifício), em Portugal, tem vindo a aumentar nas últimas décadas, sendo, em 2011, de 1,7 alojamentos por edifício, comparativamente aos 1,6 em 2001 e 1,5 em 1991.

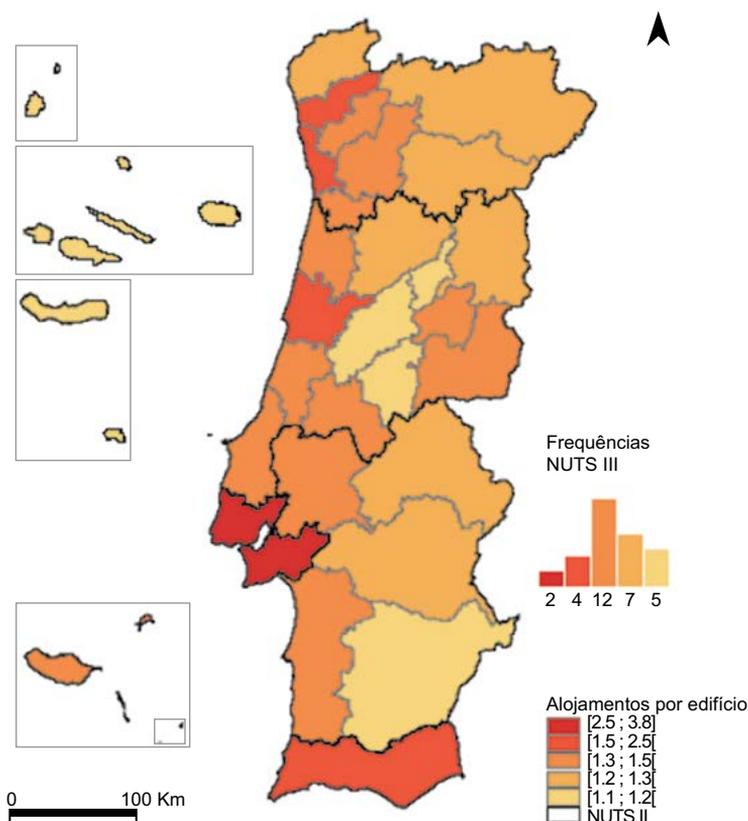


Figura 37 – Alojamentos por edifício, por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.

Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Em termos de NUTS III, apuraram-se, para a Grande Lisboa, em 2011, 3,3 alojamentos por edifício e para a Península de Setúbal 2,5, encontrando-se ambos entre os valores mais elevados a nível nacional, com uma média de 1,66 alojamentos por edifício (INE, IP, 2012).

Em 2011, na RLVT, a maioria dos edifícios (78,4%) tinha apenas um alojamento e os edifícios com 13 ou mais alojamentos representavam a minoria (2,8%), à semelhança do observado a nível de Portugal, do Continente e das cinco NUTS III da Região. Os edifícios com um alojamento da Região representavam 21,1% daqueles edifícios no País (22,4% nos de Portugal Continental). Os edifícios com 2 a 6 alojamentos e com 7 a 12 correspondiam, respetivamente, a 11,9% e 7,0% dos edifícios da RLVT.

Tabela 188 – Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Escalão de dimensão de alojamentos, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Edifícios (N.º e %)									
	Escalão de dimensão de alojamentos									
	Total		1 alojamento		2 - 6 alojamentos		7 - 12 alojamentos		13 ou mais alojamentos	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	3544389	100,0	3089935	87,2	308676	8,7	103770	2,9	42008	1,2
Continente	3353610	100,0	2909440	86,8	301110	9,0	102059	3,0	41001	1,2
RLVT	830798	100,0	651244	78,4	98857	11,9	57795	7,0	22902	2,8
Oeste	160794	100,0	144916	90,1	12202	7,6	2819	1,8	857	0,53
Médio Tejo	113939	100,0	106137	93,2	5793	5,1	1681	1,5	328	0,29
Grande Lisboa	277387	100,0	168430	60,7	55022	19,8	36710	13,2	17225	6,2
Península de Setúbal	171570	100,0	132709	77,3	19721	11,5	14925	8,7	4215	2,16
Lezíria do Tejo	107108	100,0	99052	92,5	6119	5,7	1660	1,5	277	0,06

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 31 de Janeiro de 2013

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT; IP *

No mesmo ano, a NUTS III com a maior proporção de edifícios com um alojamento foi o Médio Tejo (93,2%), seguido, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (92,5%), do Oeste (90,1%), da Península de Setúbal (77,3%) e da Grande Lisboa (60,7%); aquela com maior proporção de edifícios com 13 ou mais alojamentos foi a Grande Lisboa (6,2%) seguida de, por ordem decrescente, a Península de Setúbal (2,46%), o Oeste (0,53%), o Médio Tejo (0,29%) e a Lezíria do Tejo (0,26%). Em termos regionais, o maior contributo dos edifícios de menores e maiores dimensões foi dado pela NUTS III Grande Lisboa, com, respetivamente 33,4% e 75,2% daqueles edifícios da Região.

6.1.6.3. Tipo de utilização dos edifícios/residencialidade

Relativamente ao tipo de utilização dos edifícios, em 2011, a maioria dos edifícios na RLVT (92,5%) era exclusivamente residencial, 6,7% principalmente residencial e 0,8% principalmente não residencial, seguindo o padrão observado a nível de Portugal, do Continente e das cinco NUTS III da Região, onde a maior proporção de edifícios era utilizado exclusivamente como residência e uma minoria era principalmente não residencial. Os edifícios exclusivamente residenciais da Região representavam 23,2% daqueles edifícios do País (24,6% dos de Portugal Continental).

Tabela 189 – Edifícios (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de utilização, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Edifícios (N.º e %)							
	Tipo de utilização							
	Total		Edifício exclusivamente residencial (100%)		Edifício principalmente residencial (de 50% a 99%)		Edifício principalmente não residencial (até 49%)	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	3544389	100,0	3305062	93,2	213090	6,0	26237	0,7
Continente	3353610	100,0	3121458	93,1	207292	6,2	24860	0,7
RLVT	830798	100,0	768423	92,5	55778	6,7	6597	0,8
Oeste	160794	100,0	151679	94,3	8074	5,0	1041	0,6
Médio Tejo	113939	100,0	108304	95,1	4871	4,3	764	0,7
Grande Lisboa	277387	100,0	246475	88,9	28074	10,1	2838	1,0
Península de Setúbal	171570	100,0	160603	93,6	9823	5,7	1144	0,7
Lezíria do Tejo	107108	100,0	101362	94,6	4936	4,6	810	0,8

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 31 de Janeiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP *

No mesmo ano, a NUTS III com a maior proporção de edifícios exclusivamente residenciais foi o Médio Tejo (95,1%), correspondendo a 14,1% destes edifícios na Região, sendo seguida, por ordem decrescente, pela Lezíria do Tejo (94,6%), pelo Oeste (94,3%), pela Península de Setúbal (93,6%) e pela Grande Lisboa (88,9%). Em termos regionais, o maior contributo dos edifícios exclusivamente residenciais foi dado pela NUTS III Grande Lisboa, com 32,1% daqueles edifícios da Região. A NUTS III com a maior proporção de edifícios principalmente não residenciais foi a Grande Lisboa (1,0%), correspondendo a 43,0% destes edifícios na Região, o maior contributo para a RLVT.

Quanto à forma de ocupação dos edifícios, em 2011, 99,8% dos alojamentos existentes na RLVT eram familiares e 0,2% eram alojamentos coletivos, à semelhança do verificado a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da Região, onde a quase totalidade dos alojamentos (mais de noventa e nove por cento) era do tipo familiar.

Os alojamentos familiares e os alojamentos coletivos da Região representavam, respetivamente 33,9% e 26,2% daquele tipo de alojamentos em Portugal e 35,4% e 28,2% no Continente.

A maioria dos alojamentos familiares da Região (99,9%) era do tipo clássico, representando 99,7% dos alojamentos da RLVT. Os restantes 0,1% de alojamentos familiares correspondiam aos alojamentos não clássicos, que incluem barracas, alojamentos móveis, casas rudimentares de madeira, alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.), representando 0,1% do total de alojamentos da Região.

Quanto aos alojamentos coletivos da Região, a sua maioria (61,9%) eram alojamentos de convivência, representando 0,1% dos alojamentos da RLVT; os estabelecimentos hoteleiros e similares correspondiam aos restantes 38,1%, representando 0,06% do total de alojamentos da Região.

Tabela 190 – Alojamentos (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Alojamentos (N.º e %)														
	Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício														
	Total alojamentos		Alojamentos familiares						Alojamentos coletivos						
			Total alojamentos familiares		Clássicos		Não clássicos		Total alojamentos coletivos		Estabelecimentos hoteleiros e similares		Convivências		
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º
Portugal	5878756	100,00	5866152	99,79	5859540	99,67	6612	0,11	12604	0,21	6811	0,12	5793	0,10	
Continente	5639257	100,00	5627555	99,79	5621098	99,68	6457	0,11	11702	0,21	6233	0,11	5469	0,10	
RLVT	1994254	100,00	1990951	99,83	1988184	99,70	2767	0,14	3303	0,17	1258	0,06	2045	0,10	
Oeste	223950	100,00	223479	99,79	223190	99,66	289	0,13	471	0,21	203	0,09	268	0,12	
Médio Tejo	144730	100,00	144236	99,66	144073	99,55	163	0,11	494	0,34	190	0,13	304	0,21	
Grande Lisboa	1066868	100,00	1065235	99,85	1064036	99,73	1199	0,11	1633	0,15	630	0,06	1003	0,09	
Península de Setúbal	420990	100,00	420560	99,90	419681	99,69	879	0,21	430	0,10	128	0,03	302	0,07	
Lezíria do Tejo	137716	100,00	137441	99,80	137204	99,63	237	0,17	275	0,20	107	0,08	168	0,12	

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 31 de Janeiro de 2013

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Relativamente às NUTS III da Região, a proporção de alojamentos familiares era superior a noventa e nove por cento em todas, sendo que o maior contributo para este tipo de alojamentos na Região foi dado pela Grande Lisboa (53,5% dos alojamentos familiares da Região); o maior contributo para os alojamentos coletivos da Região foi também dado pela NUTS III Grande Lisboa (49,4% dos alojamentos coletivos da Região).

Também os alojamentos familiares clássicos representavam mais de noventa e nove por cento dos alojamentos da Região em todas as NUTS III, sendo a proporção dos restantes (alojamentos familiares não clássicos, estabelecimentos coletivos e similares e alojamentos de convivência) residual (inferior a 1%). Em todos os casos, o maior contributo para os respetivos alojamentos da Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa.

Quanto aos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da RLVT, em 2011, 99,6% estavam localizados em edifícios principalmente residenciais, seguindo o padrão nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da RLVT, onde mais de noventa e nove por cento daqueles alojamentos estavam em edifícios principalmente residenciais, sendo que os localizados em edifícios principalmente não residenciais constituíam a minoria.

Tabela 191 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação do edifício, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º)													
	Total		Em edifícios principalmente residenciais										Em edifícios principalmente não residenciais	
			Total em edifícios principalmente residenciais		Com 1 alojamento exclusivamente residencial		Com 1 alojamento parcialmente residencial		Com 2 alojamentos		Com 3 ou mais alojamentos			
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	3991112	100,0	3972998	99,5	1895883	47,5	80485	2,0	265033	6,6	1731597	43,4	18114	0,5
Continente	3818574	100,0	3801256	99,5	1769428	46,3	77712	2,0	257307	6,7	1696809	44,4	17318	0,5
RLVT	1451725	100,0	1446380	99,6	417634	28,8	12754	0,9	68397	4,7	947595	65,3	5345	0,4
Oeste	138682	100,0	137899	99,4	88016	63,5	3357	2,4	9662	7,0	36864	26,6	783	0,6
Médio Tejo	89189	100,0	88710	99,5	59755	67,0	1860	2,1	5184	5,8	21911	24,6	479	0,5
Grande Lisboa	821036	100,0	818266	99,7	118902	14,5	3514	0,4	34543	4,2	661307	80,5	2770	0,3
Península de Setúbal	306675	100,0	305815	99,7	86512	28,2	1855	0,6	13438	4,4	204010	66,5	860	0,3
Lezíria do Tejo	96143	100,0	95690	99,5	64449	67,0	2168	2,3	5570	5,8	23503	24,4	453	0,5

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 31 de Janeiro de 2013

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Os alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região localizados em edifícios principalmente residenciais representavam 36,4% destes alojamentos em Portugal e 38,1% no Continente; aqueles localizados em edifícios principalmente não residenciais representavam 29,5% daqueles alojamentos em Portugal e 30,9% no Continente.

Dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região localizados em edifícios principalmente residenciais, em 65,5% existiam três ou mais alojamentos, representando 65,3% do total dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região. As NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal seguiram o padrão regional, com a maior proporção dos seus alojamentos familiares clássicos de residência habitual a localizarem-se em edifícios principalmente residenciais com três ou mais alojamentos (80,8% e 66,7%, respetivamente para a Grande Lisboa e para a Península de Setúbal, representando, respetivamente, 80,5% e 66,5% da totalidade de alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região); nas NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, a maior proporção era relativa aos alojamentos com um alojamento exclusivamente residencial (63,8%, 67,4% e 67,4%, respetivamente para o Oeste, para o Médio Tejo e para a Lezíria do Tejo, representando, respetivamente, 63,5%, 67,0% e 67,0% da totalidade de alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região).

6.1.6.4. Forma de ocupação dos alojamentos familiares

Tabela 192 – Edifícios de habitação familiar clássica (Parque habitacional – N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011

Localização geográfica	Edifícios de habitação familiar clássica (Parque habitacional - N.º)		Taxa de Variação (%)*
	2011	2001	2001-2011
Portugal	3479014	3192799	+9,0
Continente	3298125	3028869	+8,9
RLVT	804866	735349	+9,5
Oeste	152102	137250	+10,8
Médio Tejo	112302	105116	+6,8
Grande Lisboa	270672	251532	+7,6
Península de Setúbal	165497	147036	+12,6
Lezíria do Tejo	104293	94415	+10,5

NOTAS:

Última atualização destes dados: 27 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 17 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Na RLVT, em 2011, contabilizaram-se mais 69 517 edifícios de habitação familiar clássica relativamente aos registados em 2001 (+9,5%), acompanhando a evolução Nacional e de Portugal Continental no sentido do aumento deste tipo de edifícios. Comportamento idêntico verificou-se nas cinco NUTS III da RLVT, com a maior taxa de variação a registar-se na Península de Setúbal (+12,6%) e a menor no Médio Tejo (+6,8%).

Em 2011, o número de edifícios de habitação familiar clássica, na RLVT, correspondia a 96,9% do total de edifícios contabilizados na Região (830 798 edifícios, tabela 184) e a 23,1% dos edifícios de habitação familiar clássica a nível nacional (24,4% a nível de Portugal Continental). O maior valor foi contabilizado na Grande Lisboa (correspondendo a mais de trinta por cento dos edifícios na Região, 33,6%) e o menor na Lezíria do Tejo.

Quanto à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos da RLVT, em 2011, a maioria (73,0%) era de residência habitual (correspondendo a 72,9% dos alojamentos familiares da Região), 13,9% eram de uso sazonal ou secundário (correspondendo a 13,9% dos alojamentos familiares da Região), e 13,1% não estavam ocupados (alojamentos vagos, correspondendo a 13,1% dos alojamentos familiares da Região), seguindo o padrão nacional, de Portugal Continental e de três das cinco NUTS III da Região, nos quais os alojamentos de residência habitual predominavam e os vagos constituíam uma minoria; nas NUTS III Grande Lisboa e Lezíria do Tejo também os alojamentos de residência habitual predominavam, mas eram os de uso sazonal ou secundário que constituíam a minoria.

No que concerne à forma de ocupação dos alojamentos familiares não clássicos da RLVT, no mesmo ano, verificava-se um predomínio (73,7%) do outro tipo de alojamentos não clássicos, “Outros” (alojamentos móveis, alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação - grutas, vãos de escada, pontes, etc., correspondendo a 0,1% dos alojamentos familiares da Região), à semelhança do verificado a nível de Portugal, do Continente e das cinco NUTS III da RLVT; as barracas e casas rudimentares de madeira correspondiam a 26,3% dos alojamentos familiares não clássicos e a 0,04% dos alojamentos familiares da Região.

Os alojamentos familiares clássicos e os alojamentos familiares não clássicos da Região representavam, respetivamente 33,9% e 41,8% daquele tipo de alojamentos em Portugal e 35,4% e 42,9% no Continente.

Tabela 193 – Alojamentos Familiares (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Alojamentos Familiares (N.º e %)															
	Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício															
	Total		Clássicos								Não clássicos					
			Total Clássicos		De residência habitual		Uso sazonal ou secundário		Vagos		Total não clássicos		Barracas e casas rudimentares de madeira		Outros	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	5866152	100,00	5859540	99,89	3991112	68,04	1133300	19,32	735128	12,53	6612	0,11	2052	0,03	4560	0,08
Continente	5627555	100,00	5621098	99,89	3818574	67,85	1098470	19,52	704054	12,51	6457	0,11	2040	0,04	4417	0,08
RLVT	1990951	100,00	1988184	99,86	1451725	72,92	275782	13,85	260677	13,09	2767	0,14	727	0,04	2040	0,10
Oeste	223479	100,00	223190	99,87	138682	62,06	53267	23,84	13241	13,98	289	0,13	59	0,03	230	0,10
Médio Tejo	144236	100,00	144073	99,89	89189	61,84	33066	22,92	21818	15,13	163	0,11	72	0,05	91	0,06
Grande Lisboa	1065235	100,00	1064036	99,89	821036	77,08	107113	10,06	135887	12,76	1199	0,11	191	0,02	1008	0,09
Península de Setúbal	420560	100,00	419681	99,79	306675	72,92	63984	15,21	49022	11,66	879	0,21	294	0,07	585	0,14
Lezíria do Tejo	137441	100,00	137204	99,83	96143	69,95	18352	13,35	22709	16,52	237	0,17	111	0,08	126	0,09

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 31 de Janeiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Relativamente aos alojamentos familiares por NUTS III da Região, no mesmo ano, a proporção de alojamentos familiares clássicos era superior a noventa e nove por cento em todas, sendo que o maior contributo para este tipo de alojamentos na RLVT foi dado pela Grande Lisboa (53,5% dos alojamentos familiares clássicos da Região); o maior contributo para os alojamentos familiares não clássicos da Região foi também dado pela NUTS III Grande Lisboa (43,3% dos alojamentos familiares não clássicos da Região).

A NUTS III com maior proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual foi a Grande Lisboa (77,2% dos alojamentos familiares clássicos dessa NUTS III), correspondendo 56,6% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região e a 77,1% dos alojamentos familiares da Grande Lisboa.

A NUTS III com maior proporção de alojamentos móveis, alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação - grutas, vãos de escada, ponte, etc. (alojamentos familiares não clássicos “Outros”) foi também a Grande Lisboa (84,1% dos alojamentos familiares não clássicos dessa NUTS III), correspondendo 49,4% deste tipo de alojamentos da Região e a 0,095% dos alojamentos familiares da Grande Lisboa.

Em termos gerais, e de acordo com o INE, IP, verifica-se que na maioria das NUTS III do País se acentuou a importância das residências secundárias no total do edificado, de 2001 para 2011.

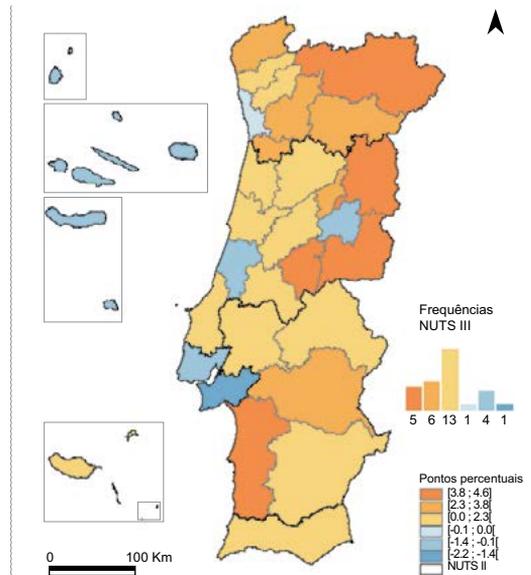
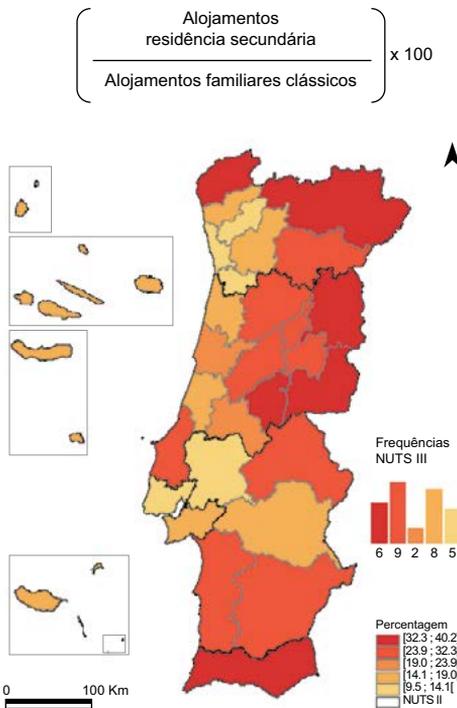


Figura 38 – Alojamentos de residência secundária (%), por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Figura 39 – Variação (%) dos alojamentos de residência secundária entre 2001 e 2011, por NUTS II e III

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

O número total de residências secundárias, em 2001, em Portugal, em 2011, era de 1 133 300, o que representa 19,3% do total de alojamentos e um aumento de 22,6% face a 2001. Na NUTS III Grande Lisboa, contabilizaram-se 10% de alojamentos secundários no total dos alojamentos, o valor mais baixo registado nas NUTS III, a nível nacional (INE, IP, 2012).

Em 2011, o Oeste era a NUTS III com maior percentagem de residências secundárias da RLVT, seguido do Médio Tejo; a Grande Lisboa e a Lezíria do Tejo tinham os valores mais baixos. Nas NUTS III Península de Setúbal e Grande Lisboa, em 2011, registou-se uma diminuição da percentagem de residências secundárias, relativamente a 2001, ao contrário das restantes NUTS III da RLVT.

Tabela 194 – Alojamentos familiares clássicos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por forma de ocupação, em 2001 e 2011

Localização geográfica	Alojamentos familiares clássicos (N.º)							
	Total		Ocupados		Vagos para aluguer		Vagos outros casos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	5019425	5859540	4475648	5124412	80094	110221	463683	624907
Continente	4832537	5621098	4307828	4917044	77618	106117	447091	597937
RLVT	1707422	1988184	1510450	1727507	23496	40471	173476	220206
Oeste	181208	223190	162416	191949	2393	4645	16399	26596
Médio Tejo	127952	144073	112876	122255	1445	1774	13631	20044
Grande Lisboa	923162	1064036	813038	928149	15219	25432	94905	110455
Península de Setúbal	358729	419681	319526	370659	3160	6682	36043	42340
Lezíria do Tejo	116371	137204	102594	114495	1279	1938	12498	20771

NOTAS:

Última actualização destes dados: 26 de Novembro de 2012 (PORDATA); consulta a 23 de Janeiro de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt

Tabela 195 – Taxa de variação (%) do número de alojamentos familiares clássicos, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por forma de ocupação, 2001-2011

Localização geográfica	Taxa de variação (%)			
	Total	Ocupados	Vagos para aluguer	Vagos outros casos
	2001-2011	2001-2011	2001-2011	2001-2011
Portugal	+16,7	+14,5	+37,6	+34,8
Continente	+16,3	+14,1	+36,7	+33,7
RLVT	+16,4	+14,4	+72,2	+26,9
Oeste	+23,2	+18,2	+94,1	+62,2
Médio Tejo	+12,6	+8,3	+22,8	+47,0
Grande Lisboa	+15,3	+14,2	+67,1	+16,4
Península de Setúbal	+17,0	+16,0	+111,5	+17,5
Lezíria do Tejo	+17,9	+11,6	+51,5	+66,2

NOTAS:

Última actualização dos dados da PORDATA: 26 de Novembro de 2012; consulta a 23 de Janeiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, registaram-se, na Região, mais 280 762 alojamentos familiares clássicos relativamente aos contabilizados em 2001 (+16,4%), representando 33,9% destes alojamentos no País (35,4% a nível de Portugal Continental). A nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da Região, a evolução foi idêntica, com aumento do número de alojamentos familiares clássicos no mesmo intervalo de tempo. A NUTS III onde se registou a maior taxa de variação daqueles alojamentos foi o Oeste (+23,2%), seguido, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (+17,9%), da Península de Setúbal (+17,0%), da Grande Lisboa (+15,3%) e do Médio Tejo (+12,6%).

Em 2011, o maior número de alojamentos familiares clássicos foi registado na Grande Lisboa (1 064 036 alojamentos familiares clássicos), correspondendo a 53,5% destes alojamentos na Região; o menor valor foi registado na Lezíria do Tejo (137 204 alojamentos familiares clássicos). A maioria dos alojamentos familiares clássicos da Região (86,9%) encontrava-se ocupado, 2,0% estavam vagos para arrendamento e 11,1% correspondiam a alojamentos vagos por outras situações. Este predomínio dos alojamentos ocupados, seguidos dos vagos para arrendamento e dos vagos por outras situações observou-se também em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT, sendo que a relação percentual entre as várias formas de ocupação foi também idêntica.

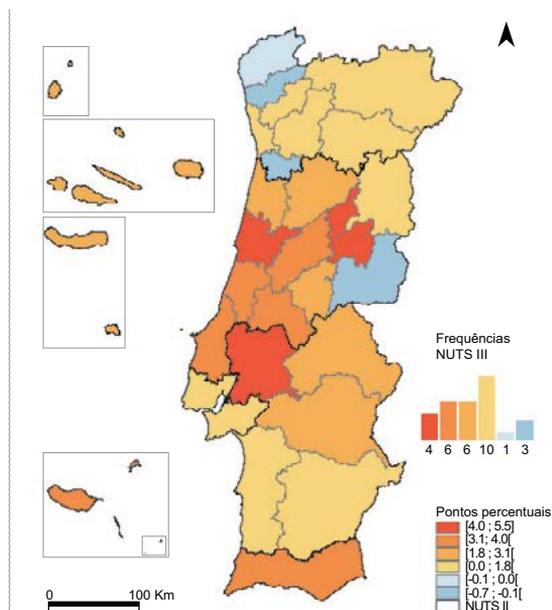
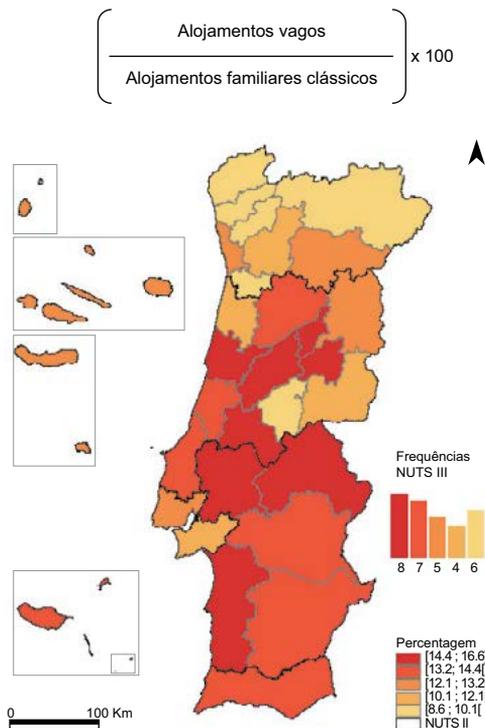


Figura 40 – Alojamentos vagos (%), por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Figura 41 – Variação (%) dos alojamentos vagos, entre 2001 e 2011, por NUTS II e III

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Em 2011, as NUTS III Lezíria do Tejo e Médio Tejo tiveram a maior percentagem de alojamentos vagos da RLVT e entre as maiores do País. O valor mais baixo da Região foi apurado na Península de Setúbal. Em todas as NUTS III da RLVT, registou-se, em 2011, um aumento da percentagem de alojamentos vagos face a 2001, com maior expressão na Lezíria do Tejo cujo aumento esteve entre os maiores registados no País.

6.1.6.5. Características dos alojamentos familiares

As condições de habitabilidade dos alojamentos melhoraram ao longo das últimas décadas, em Portugal. De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011, as infra-estruturas básicas, como a água canalizada, sistema de esgotos e instalações sanitárias com banho e duche, esta-

vam presentes em cerca de 98% das habitações clássicas, o que representa uma melhoria relativamente a 2001, altura em que 91% das habitações clássicas possuía aquelas condições. Em termos nacionais, a percentagem de alojamentos que não dispunham de água canalizada ou de sistema de esgotos era de 0,5%. Cerca de 2% dos alojamentos clássicos não dispunham de casa de banho com banho ou duche (INE, IP, 2012).

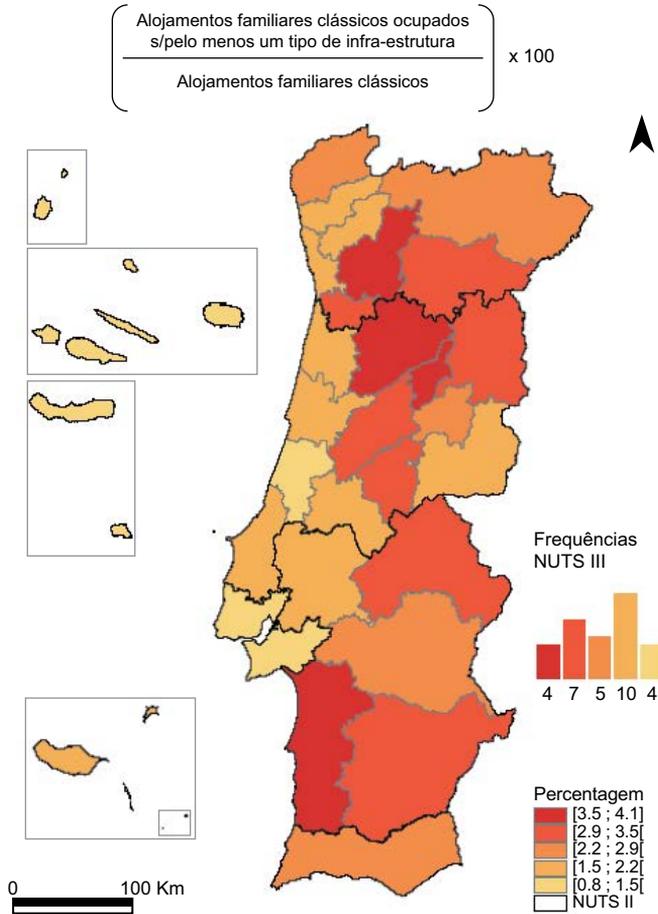


Figura 42 – Alojamentos familiares clássicos sem possuírem pelo menos uma infra-estrutura básica: água canalizada, sistema de esgotos, instalação de banho ou duche, por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.

Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Na RLVT, em 2011, as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal eram as que possuíam menor percentagem de alojamentos familiares clássicos sem pelo menos uma infra-estrutura básica, sendo, portanto, aquelas com maior percentagem de alojamentos com melhores condições de habitabilidade.

Tabela 196 – População residente (N.º e %) nos alojamentos familiares de residência habitual, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), e Existência de instalações (Água, retrete, banho/duche e aquecimento), à data dos Censos 2011

Localização geográfica	População residente (N.º e %) nos alojamentos familiares de residência habitual																					
	Total		Com água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho		Com água, retrete, sistema de aquecimento e sem instalação de banho		Com água, retrete e instalação de banho		Com água, retrete e sem instalação de banho		Só água e sistema de aquecimento		Só retrete e sistema de aquecimento		Só retrete		Só sistema de aquecimento		Sem instalações			
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	10430548	100,00	8909429	85,42	56023	0,54	1364925	13,09	22757	0,22	18265	0,18	13721	0,13	6108	0,06	6886	0,07	18618	0,18	13816	0,13
Continente	9922517	100,00	8754738	88,23	55301	0,56	1018524	10,26	18976	0,19	18026	0,18	13663	0,14	5808	0,06	5592	0,06	18553	0,19	13336	0,13
RLVT	3615121	100,00	3123463	86,40	12244	0,34	460616	12,74	6036	0,17	2276	0,06	1821	0,05	1229	0,03	1423	0,04	2422	0,07	3591	0,10
Oeste	357762	100,00	312506	87,35	1112	0,31	41461	11,59	688	0,19	296	0,08	250	0,07	279	0,08	289	0,08	279	0,08	602	0,17
Médio Tejo	222938	100,00	212180	95,17	1234	0,55	7802	3,50	190	0,09	502	0,23	207	0,09	43	0,02	99	0,04	427	0,19	254	0,11
Grande Lisboa	2018433	100,00	1711250	84,78	6268	0,31	293233	14,53	3498	0,17	478	0,02	625	0,03	525	0,03	525	0,03	664	0,03	1367	0,07
Península de Setúbal	772667	100,00	659357	85,34	2470	0,32	106512	13,78	1374	0,18	438	0,06	500	0,06	316	0,04	345	0,04	435	0,06	920	0,12
Lezíria do Tejo	243321	100,00	228170	93,77	1160	0,48	11608	4,77	286	0,12	562	0,23	239	0,10	66	0,03	165	0,07	617	0,25	448	0,18

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Agosto de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, a maioria da população residente nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da RLVT (86,4%) tinha água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho nas suas habitações, à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da Região; menos de um por cento (0,099%) não dispunha de nenhuma destas instalações.

Da população que dispunha, nos seus alojamentos, de pelo menos uma daquelas infra-estruturas, verificava-se que, por ordem decrescente, em 12,74% faltava apenas o sistema de aquecimento (“Com água, retrete e instalação de banho”); em 0,34% faltava apenas a instalação de banho (“Com água, retrete, sistema de aquecimento e sem instalação de banho”); em 0,17% faltavam a instalação de banho e o sistema de aquecimento (“Com água, retrete e sem instalação de banho”); em 0,07% faltavam a água, a retrete e a instalação de banho (“Só sistema de aquecimento”); em 0,06% faltavam a retrete e a instalação de banho (“Só água e sistema de aquecimento”); em 0,05% faltavam a água e a instalação de banho (“Só retrete e sistema de aquecimento”); em 0,04% faltavam a retrete, o sistema de aquecimento e a instalação de banho (“Só água”); e em 0,03% faltavam a água, o sistema de aquecimento e a instalação de banho (“Só retrete”).

As NUTS III com maior percentagem da sua população residente em alojamentos familiares clássicos de residência habitual com a totalidade daquelas instalações foram o Médio Tejo (95,2%) e a Lezíria do Tejo (93,8%); as NUTS III com maior percentagem da sua população residente em alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem nenhuma daquelas instalações foram a Lezíria do Tejo (0,18%) e o Oeste (0,17%).

A NUTS III Grande Lisboa foi a que mais contribuiu para a população residente na Região com água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região, mas também a que mais contribuiu para a população residente na Região sem nenhuma daquelas instalações, naqueles alojamentos, representando, respetivamente, 54,8% e 38,1% daquela população da RLVT.

Tabela 197 – População residente (N.º e %) nos alojamentos familiares de residência habitual, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), Existência de ar condicionado e Existência de sistema de aquecimento, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	População residente (N.º e %) nos alojamentos familiares de residência habitual																			
	Existência de ar condicionado						Existência de sistema de aquecimento													
	Total		Com ar condicionado		Sem ar condicionado		Total		Aquecimento não central - lareira aberta		Aquecimento não central - aparelho de recuperação de calor		Aquecimento não central - aparelhos móveis (aquecedores elétricos, a gás, etc.)		Aquecimento não central - aparelhos fixos (salamandra, aquecedores de parede, etc.)		Nenhum			
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	
Portugal	10430548	100,0	1130673	10,8	9299875	89,2	10430548	100,0	1219939	11,7	1893031	18,1	1021378	9,8	4032209	38,7	849499	8,1	1414492	13,6
Continente	9922517	100,0	1118567	11,3	8803950	88,7	9922517	100,0	1209843	12,2	1873332	18,9	1008844	10,2	3929195	39,6	839067	8,5	1062236	10,7
RLVT	3615121	100,0	476441	13,2	3138680	86,8	3615121	100,0	317526	8,8	384909	10,6	270538	7,5	1916597	53,0	252656	7,0	472895	13,1
Oeste	357762	100,0	19025	5,3	338737	94,7	357762	100,0	39450	11,0	65396	18,3	38236	10,7	138935	38,8	32426	9,1	43319	12,1
Médio Tejo	222938	100,0	39362	17,7	183576	82,3	222938	100,0	21340	9,6	75606	33,9	30134	13,5	65383	29,3	22087	9,9	8388	3,8
Grande Lisboa	2018433	100,0	230503	11,4	1787930	88,6	2018433	100,0	195936	9,7	102087	5,1	109916	5,4	1189796	58,9	121550	6,0	299148	14,8
Península de Setúbal	772667	100,0	139949	18,1	632718	81,9	772667	100,0	45909	5,9	69542	9,0	65854	8,5	431366	55,8	50529	6,5	109467	14,2
Lezíria do Tejo	243321	100,0	47602	19,6	195719	80,4	243321	100,0	14891	6,1	72278	29,7	26398	10,8	91117	37,4	26064	10,7	12573	5,2

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Janeiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

No que concerne às condições de climatização dos alojamentos, em 2011, a maioria da população residente (86,8%) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região não tinha ar condicionado e 13,1% não dispunham de qualquer tipo de sistema de aquecimento. Dos 86,9% de população residente que dispunha de sistema de aquecimento, 10,1% tinha sistemas de aquecimento central (correspondendo a 8,8% da população residente nos alojamentos familiares de residência habitual da Região) e os restantes 89,9% dispunha de aquecimento não central (correspondendo a 78,1% da população residente nos alojamentos familiares de residência habitual da Região), com predomínio daquela com aparelhos móveis (67,9%, correspondendo a 53,0% da população residente nos alojamentos familiares de residência habitual da Região), seguida de, por ordem decrescente, lareira aberta (13,6%, correspondendo a 10,6% da população residente nos alojamentos familiares de residência habitual da Região), recuperador de calor (9,6%, correspondendo a 7,5% da população residente nos alojamentos familiares de residência habitual da Região) e aparelhos fixos (8,9%, correspondendo a 7,0% da população residente nos alojamentos familiares de residência habitual da Região). Em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT a distribuição foi idêntica, com predomínio da população residente em alojamentos familiares de residência habitual sem ar condicionado e com sistema de aquecimento.

As NUTS III com maior percentagem da população residente em alojamentos familiares de residência habitual com ar condicionado foram a Lezíria do Tejo (19,6%), a Península de Setúbal (18,1%) e o Médio Tejo (17,7%); as NUTS III com maior percentagem da população residente em alojamentos familiares de residência habitual com sistema de aquecimento foram o Médio Tejo (96,2%), a Lezíria do Tejo (94,8%) e o Oeste (87,9%).

A NUTS III Grande Lisboa foi a que mais contribuiu para a população residente na Região com ar condicionado e com sistema de aquecimento nos alojamentos familiares de residência habitual da Região, representando 48,4% e 54,7% daquela população da RLVT.

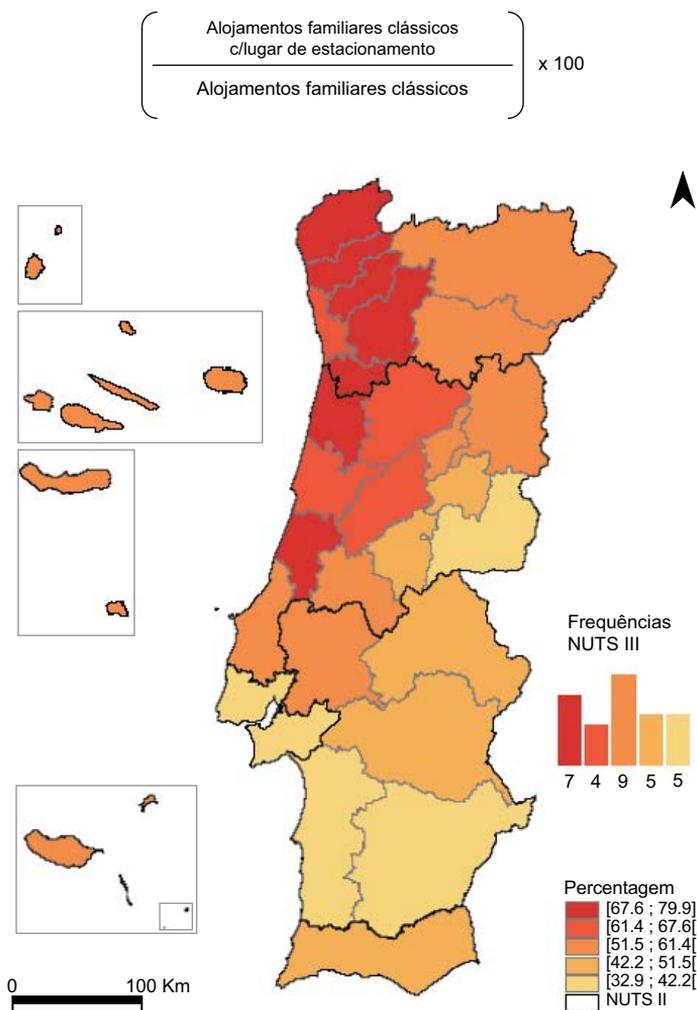


Figura 43 – Alojamentos familiares clássicos que dispõem de lugar de estacionamento, por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.

Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Na RLVT, em 2011, nas NUTS III Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, a maioria dos alojamentos familiares clássicos dispunha de lugar de estacionamento; na Grande Lisboa e Península de Setúbal ocorria o fenómeno contrário, com a maior percentagem dos alojamentos familiares clássicos a não dispor de lugar de estacionamento.

6.1.6.6. *Regime de propriedade*

De acordo com os resultados dos Censos 2011, a maioria dos alojamentos de residência habitual (73,24%), em Portugal, eram ocupados pelo proprietário, número inferior ao apurado em 2001 (75,71%). Relativamente ao arrendamento, verificou-se em 19,91% dos alojamentos familiares clássicos (20,85%, em 2001). As restantes situações, como empréstimos/cedências ocorreram em 6,8% dos alojamentos familiares clássicos (INE, IP, 2012).

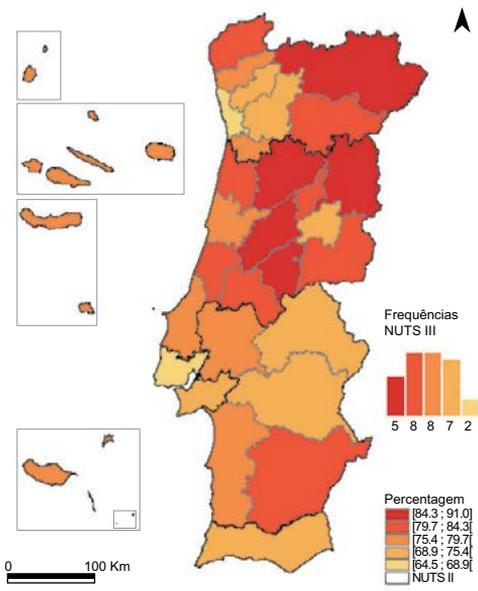


Figura 44 – Alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário, por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

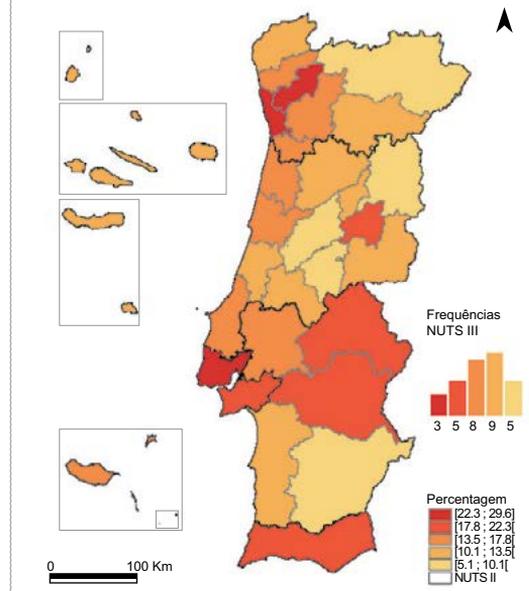


Figura 45 – Alojamentos familiares clássicos arrendados, por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Em 2011, em todas as NUTS III da RLVT, a maioria dos alojamentos familiares clássicos eram ocupados pelo proprietário. A maior percentagem de alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário ocorreu na NUTS III Médio Tejo e a menor na Grande Lisboa, representando, também, uma das menores percentagens do País.

No que concerne aos arrendamentos, a Grande Lisboa foi a NUTS III que teve maior predomínio de alojamentos arrendados na Região e esteve entre as NUTS III do País com maior percentagem de alojamentos arrendados, sendo seguida pela Península de Setúbal; o Médio Tejo teve o valor mais baixo da Região.

6.1.6.7. Bairros e habitação Sociais

Tabela 198 – Bairros sociais (N.º) e Edifícios de habitação social (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011

Localização geográfica	Bairros sociais (N.º)		Edifícios de habitação social (N.º)		Taxa de variação (%) 2009-2011 *	
	2011	2009	2011	2009	Bairros Sociais	Edifícios Hab. Social
Portugal	2089	1938	25042	25802	+7,8	-2,9
Continente	1785	1759	20984	23202	+1,5	-9,6
RLVT	533	538	10627	11821	-0,9	-10,1
Oeste	55	57	566	622	-3,5	-9,0
Médio Tejo	23	27	393	514	-14,8	-23,5
Grande Lisboa	270	255	7307	8259	+5,9	-11,5
Península de Setúbal	118	128	1732	1621	-7,8	+6,8
Lezíria do Tejo	67	71	629	805	-5,6	-21,9

NOTAS:

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 17 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Na RLVT, entre 2009 e 2011 (únicos dados disponíveis), registou-se uma diminuição do número de bairros sociais (-0,9%), ao contrário do verificado a nível nacional e de Portugal Continental, no mesmo intervalo de tempo. Com exceção da NUTS III Grande Lisboa, na qual se registou um aumento do número de bairros sociais (+5,9%), naquele intervalo de tempo nas restantes NUTS III da RLVT a evolução foi idêntica à da Região. A NUTS III onde a diminuição do número de bairros sociais teve maior expressão, considerando o respectiva taxa de variação, foi o Médio Tejo (-14,8%), seguida da Península de Setúbal (-7,8%).

No mesmo período, o número de edifícios de habitação social sofreu um decréscimo na RLVT (-10,1%) e em todas as NUTS III da Região (com exceção da Península de Setúbal, com mais 6,8% destes edifícios), à semelhança do ocorrido a nível nacional e de Portugal Continental e do ocorrido relativamente ao número de bairros sociais, na Região (cujo número também diminuiu na RLVT, como referido acima). A NUTS III onde a diminuição do número de edifícios de habitação social expressa pela respetiva taxa de variação, foi o Médio Tejo (-23,5%), seguida da Lezíria do Tejo (-21,9%).

Em 2011, contabilizaram-se 533 bairros sociais e 10 627 edifícios de habitação social na RLVT, o que corresponde a cerca de um quarto (25,5%) daquele tipo de bairros e a 42,4% daquele tipo de edifícios existentes a nível nacional (respetivamente, 29,9% e mais de cinquenta por cento, 50,6%, em relação aos existentes a nível de Portugal Continental). O maior número de bairros sociais e de edifícios de habitação social foi contabilizado na Grande Lisboa (270 bairros sociais e 7307 edifícios de habitação social), correspondendo a mais de cinquenta por cento dos bairros sociais (50,7%) e a quase setenta por cento dos edifícios de habitação social (68,8%) na Região; os menores valores registaram-se no Médio Tejo (23 bairros sociais e 393 edifícios de habitação social).

Tabela 199 – Edifícios de habitação social (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Época de construção, em 2011

Localização geográfica	Edifícios de habitação social (N.º e %)									
	Época de construção									
	Total		Até 1945		1946 - 1974		1975 - 1980		1981 - 1985	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	25042	100,0	1065	4,3	6357	25,4	2878	11,5	3004	12,0
Continente	20984	100,0	1030	4,9	6191	29,5	2669	12,7	2651	12,6
RLVT	10627	100,0	766	7,2	4095	38,5	954	9,0	1138	10,7
Oeste	566	100,0	0	0,0	229	40,5	87	15,4	85	15,0
Médio Tejo	393	100,0	10	2,5	290	73,8	11	2,8	19	4,8
Grande Lisboa	7307	100,0	726	9,9	3077	42,1	412	5,6	470	6,4
Península de Setúbal	1732	100,0	29	1,7	489	28,2	317	18,3	398	23,0
Lezíria do Tejo	629	100,0	1	0,2	10	1,6	127	20,2	166	26,4

CONTINUA ↘

Localização geográfica	Edifícios de habitação social (N.º e %)									
	Época de construção									
	1986 – 1990		1991 - 1995		1996 - 2000		2001 - 2005		2006 e seguintes	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	1378	5,5	1391	5,6	2954	11,8	3557	14,2	2458	9,8
Continente	1217	5,8	1212	5,8	2575	12,3	2632	12,5	807	3,8
RLVT	463	4,4	681	6,4	1268	11,9	1022	9,6	240	2,3
Oeste	16	2,8	12	2,1	25	4,4	84	14,8	28	4,9
Médio Tejo	20	5,1	4	1,0	18	4,6	20	5,1	1	0,3
Grande Lisboa	267	3,7	490	6,7	964	13,2	770	10,5	131	1,8
Península de Setúbal	125	7,2	119	6,9	142	8,2	112	6,5	1	0,1
Lezíria do Tejo	35	5,6	56	8,9	119	18,9	36	5,7	79	12,6

↗ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 17 de Dezembro de 2012

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, na RLVT, a maior proporção de edifícios de habitação social (38,5%) foi construído de 1946 a 1974. Cerca de sete por cento (7,2%) foi construído até 1945 e 2,3% a partir de 2006.

No mesmo ano, a NUTS III com a maior proporção de edifícios de habitação social mais antigos foi a Grande Lisboa (9,9%), correspondendo a 94,8% dos edifícios construídos até 1945 da Região, o maior contributo destes edifícios em termos regionais. A NUTS III com a maior proporção de edifícios de habitação social mais recentes foi a Lezíria do Tejo (12,6%), correspondendo a 32,9% dos edifícios construídos desde 2006 da Região. Em termos regionais, o maior contributo destes edifícios foi dado pela NUTS III Grande Lisboa, com 54,6% dos edifícios construídos desde 2006 da Região.

Tabela 200 – Casos registados de pedidos de habitação (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011

Localização geográfica	Casos registados de pedidos de habitação (N.º)		Taxa de variação (%)*
	2011	2009	2009-2011
Portugal	42248	39331	+7,4
Continente	34451	32974	+4,5
RLVT	16967	13710	+23,8
Oeste	436	427	+2,1
Médio Tejo	189	178	+6,2
Grande Lisboa	8814	6158	+43,1
Península de Setúbal	7015	6230	+12,6
Lezíria do Tejo	513	717	-28,5

NOTAS:

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 17 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Na RLVT, em 2011, registaram-se mais 3 257 pedidos de habitação social relativamente a 2009 (únicos dados disponíveis), correspondendo a uma taxa de variação de 23,8%. A nível nacional, de Portugal Continental e de quatro das cinco NUTS III da Região, o comportamento foi idêntico, com aumento do número de pedidos no mesmo intervalo de tempo. Apenas na NUTS III Lezíria do Tejo registou-se uma diminuição do número de pedidos, com uma taxa de variação de -28,5% (menos 204 pedidos). A NUTS III onde se registou o maior aumento do número de pedidos de habitação foi a Grande Lisboa (+43,1%) seguida da Península de Setúbal (+12,6%).

Em 2011, foram registados 16 967 pedidos de habitação social na RLVT, o que corresponde a 40,2% dos pedidos registados a nível nacional (49,2%, em relação aos existentes a nível de Portugal Continental). O maior número de pedidos de habitação social foi registado na Grande Lisboa, seguida da Península de Setúbal (respetivamente, com 8 814 e 7 015 pedidos de habitação), correspondendo, respetivamente, a 51,9% e 41,3% dos pedidos registados na Região; o menor valor registou-se no Médio Tejo (189 pedidos registados).

Tabela 201 – Famílias realojadas ao abrigo de programas públicos de realojamento (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011

Localização geográfica	Famílias realojadas ao abrigo de programas públicos de realojamento (N.º)		Taxa de variação (%)*
	2011	2009	2009-2011
Portugal	1664	2597	-35,9
Continente	1298	2456	-47,1
RLVT	185	375	-50,7
Oeste	0	15	-100,0
Médio Tejo	15	2	+650,0
Grande Lisboa	119	288	-58,7
Península de Setúbal	28	41	-31,7
Lezíria do Tejo	23	29	-20,7

NOTAS:

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 08 de Janeiro de 2013

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Entre 2009 e 2011 (únicos dados disponíveis), registou-se uma diminuição do número de famílias realojadas ao abrigo de programas públicos de realojamento a nível nacional, do Continente e da RLVT (-50,7% de famílias realojadas na Região). Com exceção da NUTS III Médio Tejo, na qual se registou um aumento do número de famílias realojadas (+650%, correspondendo a um aumento de 2 para 15 famílias realojadas), nas restantes NUTS III da RLVT a evolução foi idêntica à da Região e à do País. A NUTS III onde a diminuição do número de bairros sociais teve maior expressão foi o Oeste (-100%, correspondendo à inexistência de famílias realojadas em 2011, face às 15 contabilizadas em 2009), seguida da Grande Lisboa (-58,7%).

Em 2011, contabilizaram-se 185 famílias realojadas ao abrigo de programas públicos de realojamento, na RLVT, o que corresponde a 11,1% das famílias realojadas a nível nacional ao abrigo daqueles programas (14,3% das realojadas a nível de Portugal Continental). O maior número de famílias realojadas foi contabilizado na Grande Lisboa (119 famílias realojadas), correspondendo a mais de sessenta por cento das famílias realojadas (64,3%) na Região; os menores valores registaram-se no Oeste (inexistência de famílias realojadas em 2001) e no Médio Tejo (15 famílias realojadas, não obstante o aumento verificado nesta NUTS III relativamente a 2009).

Tabela 202 – Fogos de habitação social atribuídos (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Formas de atribuição da habitação social, em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011

Localização geográfica	Fogos de habitação social atribuídos (N.º)						Taxa de variação (%)*		
	2011			2009			2009-2011		
	Formas de atribuição da habitação social								
	Total	Arrendamento	Venda	Total	Arrendamento	Venda	Total	Arrendamento	Venda
Portugal	3593	2909	684	20160	13819	6341	-82,2	-78,9	-89,2
Continente	3201	2529	672	19958	13634	6324	-84,0	-81,5	-89,4
RLVT	1261	808	453	7649	6626	1023	-83,5	-87,8	-55,7
Oeste	32	30	2	521	338	183	-93,9	-91,1	-98,9
Médio Tejo	30	30	0	7	7	0	+328,6	+328,6	-
Grande Lisboa	938	512	426	3112	2784	328	-69,9	-81,6	+29,9
Península de Setúbal	223	199	24	3984	3476	508	-94,4	-94,3	-95,3
Lezíria do Tejo	38	37	1	25	21	4	+52,0	+76,2	-75,0

NOTAS:

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 08 de Janeiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, foram atribuídos menos 6 388 fogos de habitação social na RLVT relativamente a 2009 (únicos dados disponíveis), correspondendo a uma diminuição de mais de oitenta por cento (-83,5%), evolução idêntica à observada a nível nacional e de Portugal Continental. Em três das cinco NUTS III da Região a evolução foi idêntica, com diminuição do número de fogos atribuídos, no mesmo intervalo de tempo; nas NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo, registou-se um aumento do número de fogos atribuídos, com uma taxa de variação de, respetivamente +328,6% (mais 23 fogos atribuídos) e +52,0% (mais 13 fogos atribuídos).

Em 2011, foram atribuídos 1 261 fogos de habitação social na RLVT, o que corresponde a 35,1% dos fogos de habitação social atribuídos a nível nacional (39,4%, dos atribuídos a nível de Portugal Continental). O maior número de fogos atribuídos foi registado na Grande Lisboa, seguida da Península de Setúbal (respetivamente, com 938 e 223 fogos de habitação social atribuídos), correspondendo, respetivamente, a 74,4% e 17,7% dos fogos de habitação social atribuídos na Região; os menores valores registaram-se no Médio Tejo (30 fogos atribuídos), no Oeste (32 fogos atribuídos) e na Lezíria do Tejo (38 fogos atribuídos). O arrendamento foi a forma de atribuição da habitação social com maior expressão, representando 64,1% da totalidade dos fogos atribuídos na Região. Também nas NUTS III da RLVT, o arrendamento foi a forma de atribuição da habitação social com maior expressão, comparativamente à venda, tendo constituído a única forma de atribuição na NUTS III Médio Tejo (sem vendas registadas).

Tabela 203 – Receitas da cobrança de rendas e de venda de fogos de habitação social (€), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011

Localização geográfica	Receita da cobrança de rendas de habitação social (€)		Receita de venda de fogos de habitação social (€)		Taxa de Variação (%) 2009-2011*	
	2011	2009	2011	2009	Receita da cobrança de rendas de habitação social	Receita de venda de fogos de habitação social
Portugal	71569883	62731185	13220908	12542051	+14,1	+5,4
Continente	67197066	58568743	12843161	12156160	+14,7	+5,7
RLVT	35569108	29483729	9358781	6267798	+20,6	+49,3
Oeste	392091	353284	26852	34309	+11,0	-21,7
Médio Tejo	267153	233100	0	0	+14,6	-
Grande Lisboa	30213515	25643159	9086640	6117679	+17,8	+48,5
Península de Setúbal	4380774	2932439	241199	43578	+49,4	+453,5
Lezíria do Tejo	315575	321747	4090	72232	-1,9	-94,3

NOTAS:

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 17 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Na RLVT, entre 2009 e 2011 (únicos dados disponíveis), registou-se um aumento da receita da cobrança de rendas de habitação social (+20,6%) e da receita de venda de fogos de habitação social (+49,3%), à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente.

No mesmo intervalo de tempo, registou-se, em todas as NUTS III da Região, um aumento da receita da cobrança de rendas de habitação social, com exceção da Lezíria do Tejo, onde se registou uma diminuição da receita (-1,9%). O maior aumento da receita da cobrança de rendas de habitação social observou-se na NUTS III Península de Setúbal (+49,4%), seguindo-se, por ordem decrescente, a Grande Lisboa (+17,8%), o Médio Tejo (+14,6%) e o Oeste (+11,0%). Em duas NUTS III da Região, registou-se um aumento da receita de venda de fogos de habitação social: Península de Setúbal, com um aumento, de 453,5%, e Grande Lisboa, com um aumento de 48,5%; no Oeste e na Lezíria do Tejo registou-se uma diminuição de, respetivamente, 21,7% e 94,3%.

Em 2011, na RLVT, as receitas da cobrança de rendas de habitação social e de venda de fogos de habitação social foram de, respetivamente, 35 569 108 e 9 358 781 euros, correspondendo a 49,7% e 70,8% daquelas receitas, a nível nacional (52,9% e 72,9%, a nível de Portugal Continental). As maiores receitas da cobrança de rendas de habitação social e de venda de fogos de habitação social foram contabilizadas na Grande Lisboa (30 213 515 euros de receita da cobrança de rendas e 9 086 640 euros de receita de venda de fogos), correspondendo a mais de oitenta por cento da receita da cobrança de rendas de habitação social (84,9%) e a 97,1% da receita de venda de fogos de habitação social na Região. Os menores valores daquelas receitas registaram-se no Médio Tejo (267 153 euros de receita da cobrança de rendas e sem qualquer receita de venda de

fogos) e na Lezíria o Tejo (315 575 euros de receita da cobrança de rendas e 4 090 euros de receita de venda de fogos).

Tabela 204 – Encargos fixos com o parque de habitação social (€), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2009 e 2011, e Taxa de variação (%) 2009-2011

Localização geográfica	Encargos fixos com o parque de habitação social (€)		Taxa de variação (%)**
	2011	2009	2009-2011
Portugal	11504355	9833922*	+17,0
Continente	10821090	9125576*	+18,6
RLVT	5524100	3548382	+55,7
Oeste	53282	57595	-7,5
Médio Tejo	127885	89217	+43,3
Grande Lisboa	4510892	2882173*	+56,5
Península de Setúbal	785007	353116	+122,3
Lezíria do Tejo	47034	166281	-71,7

NOTAS:

*: Dado retificado

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 17 de Dezembro de 2012

Fonte: INE,IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP**

Em 2011, na RLVT, os encargos fixos com o parque de habitação social foram cerca de 2 milhões de euros (1 975 718 €) superiores aos registados em 2009 (únicos dados disponíveis), correspondendo a um aumento de mais de cinquenta por cento (+55,7%). Evolução idêntica foi observada a nível nacional, de Portugal Continental e de três das cinco NUTS III da Região, com aumento dos encargos fixos com o parque de habitação social, no mesmo intervalo de tempo. Nas NUTS III Médio Tejo, Grande Lisboa e Península de Setúbal o aumento foi, respetivamente, de 43,3%, 56,5% e 122,3%. Nas NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo registou-se uma diminuição dos encargos fixos com o parque de habitação social, com taxas de variação de, respetivamente, -7,5% (menos 4 313 €) e -71,7% (menos 119 247 €).

Em 2011, registaram-se 5 524 100 Euros com encargos fixos com o parque de habitação social na RLVT, correspondendo a 48,0% destes encargos a nível nacional (51,0%, a nível de Portugal Continental). Os maiores encargos contabilizaram-se na Grande Lisboa (com 4 510 892 €, representando 81,7% daqueles encargos na Região), seguida da Península de Setúbal (785 007 €, representando 14,2% daqueles encargos na RLVT); os menores valores registaram-se na Lezíria do Tejo (47 034 €) e no Oeste (53 282 €).

6.1.6.8. *Crédito*

Tabela 205 – Crédito concedido (€- milhares – e %) por estabelecimentos[&] de outra intermediação monetária, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de crédito, em 2011

Crédito concedido (€ - milhares - e %) por estabelecimentos ^{&} de outra intermediação monetária										
Localização geográfica	Tipo de crédito									
	Total		A clientes						A não clientes	
			Total A clientes		Para habitação		Para outros fins			
	€ - milhares	%*	€ - milhares	%*	€ - milhares	%*	€ - milhares	%*	€ - milhares	%*
Portugal	347893996	100,0	292089679	84,0	103867809	29,9	188221870	54,1	55804317	16,0
Continente	326641381	100,0	274127749	83,9	100000733	30,6	174127016	53,3	52513632	16,1
RLVT	216398107	100,0	171420682	79,2	50064475	23,1	121356207	56,1	44977426	20,8
Oeste	5409147	100,0	5016305	92,7	2853613	52,8	2162692	40,0	392842	7,3
Médio Tejo	3054785	100,0	3026367	99,1	1887021	61,8	1139346	37,3	28418	0,9
Grande Lisboa	193039744	100,0	148722360	77,0	35969849	18,6	112752511	58,4	44317385	23,0
Península Setúbal	11453320	100,0	11411778	99,6	7391649	64,5	4020129	35,1	41542	0,4
Lezíria do Tejo	3441111	100,0	3243872	94,3	1962343	57,0	1281529	37,2	197239	5,7

NOTAS:

[&]: “Crédito concedido (€) por estabelecimentos de outra intermediação monetária: Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa” (INE, IP).

Última atualização destes dados: 31 de Outubro de 2012 (INE, IP); consulta a 06 de Maio de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, na RLVT, o crédito concedido para habitação por estabelecimentos de outra intermediação monetária aos seus clientes correspondia a 23,1% do total de crédito concedido por aqueles estabelecimentos (a clientes e a não clientes), na Região, e a 29,2% do total de crédito concedido aos seus clientes, também na Região.

Naquele ano, na RLVT, o crédito concedido para habitação aos clientes daqueles estabelecimentos correspondia a 48,2% daquele crédito concedido para aquele efeito, por aqueles estabelecimentos, aos seus clientes, a nível nacional, e a 50,1% a nível de Portugal Continental. O maior valor registou-se na NUTS III Grande Lisboa, correspondendo a 71,8% do valor da Região; o menor contributo foi dado pelo Médio Tejo (3,8% do valor da Região).

Tabela 206 – Taxa de variação (%) do crédito concedido (€ - milhares) por estabelecimentos[&] de outra intermediação monetária, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de crédito, 2001-2011

Localização geográfica	Taxa de variação (%) 2001-2011				
	Tipo de crédito				
	Total	A clientes			A não clientes
		Total A clientes	Para habitação	Para outros fins	
Portugal	+66,3	+79,8	+82,4	+78,4	+19,3
Continente	+81,8	+80,7	+80,4	+80,9	+87,7
RLVT	+74,7	+68,5	+51,1	+77,0	+103,1
Oeste	+110,3	+120,0	+193,4	+65,4	+34,2
Médio Tejo	+98,3	+99,4	+156,8	+45,6	+25,2
Grande Lisboa	+75,2	+67,8	+37,5	+80,5	+105,3
Península Setúbal	+49,7	+50,3	+61,7	+33,0	-30,8
Lezíria do Tejo	+82,9	+90,1	+181,9	+26,9	+12,6

NOTAS:

[&]: "Crédito concedido (€) por estabelecimentos de outra intermediação monetária: Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa" (INE, IP).

Última atualização dos dados do INE, IP: 31 de Outubro de 2012; consulta a 06 de Maio de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, na RLVT, o crédito concedido para habitação por estabelecimentos de outra intermediação monetária aos seus clientes aumentou 16 928 264 mil euros face a 2001, correspondendo a uma taxa de variação de +51,1%. Em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT ocorreu a mesma evolução, com aumento daquele crédito, naquele intervalo de tempo. A NUTS III com maior taxa de variação foi o Oeste (+193,4%) e aquela com menor taxa de variação foi a Grande Lisboa.

6.1.7 Transportes e mobilidade

6.1.7.1. Movimentos da população

Tabela 207 – População residente (N.º e %) que trabalha ou estuda, segundo as saídas, por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011

Local de residência	Total*		Saídas da Região***		Saídas para outras NUTS da Região**		Saídas para o Estrangeiro	
	N.º	% ^a	N.º	% ^a	N.º	% ^a	N.º	% ^a
RLVT ^a	260078	100,0	34805	13,4	203452	78,2	21821	8,4
Oeste	38290	100,0	6984	18,2	28985	75,7	2321	6,1
Médio Tejo	18252	100,0	7686	42,1	9251	50,7	1315	7,2
Grande Lisboa	53735	100,0	10873	20,2	30733	57,2	12129	22,6
Península de Setúbal	124449	100,0	6237	5,0	113681	91,3	4531	3,6
Lezíria do Tejo	25352	100,0	3025	11,9	20802	82,1	1525	6,0

NOTAS:

Valores calculados através do Quadro de apuramento dos Censos 2011, 6.41 - População residente, a exercer uma profissão, segundo o ramo de atividade económica, e estudantes, por local de residência e local de trabalho ou estudo (DSP/ARSLVT, IP) Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&pgid=censos_quadros_populacao; consulta a 21 Novembro 2012

* Indivíduos que saíram da sua NUTS de residência para trabalhar ou estudar noutra Região, noutras NUTS da Região ou no Estrangeiro (DSP/ARSLVT, IP)

** Indivíduos que saíram da sua NUTS III de residência para trabalhar ou estudar noutra NUTS III da Região. Apurado através da expurgação, por NUTS III, das saídas para Municípios pertencentes à NUTS III em análise e do somatório das saídas para os restantes Municípios pertencentes à RLVT (DSP/ARSLVT, IP)

*** Indivíduos que saíram da sua NUTS III de residência para trabalhar ou estudar noutra Região. Resultados apurados pela expurgação, por NUTS III, das saídas para todos os Municípios pertencentes à RLVT e somatório das restantes saídas (DSP/ARSLVT, IP)

^a Resultados apurados através do somatório das saídas em cada NUTS III, nas categorias “Saídas da Região”, “Saídas para outras NUTS da Região” e “Saídas para o Estrangeiro” (DSP/ARSLVT, IP);

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP^a

Em 2011, na RLVT, um total de 260 078 indivíduos saíram da NUTS III onde residiam para trabalhar ou estudar noutra unidade geográfica (pertencendo, ou não, à Região e incluindo o Estrangeiro); destes, 34 805 saíram da Região para trabalhar ou estudar noutra Região de Portugal (representando, 13,4% do total de saídas), 203 452 saíram da NUTS III de residência para estudar ou trabalhar noutras NUTS da RLVT (correspondendo a 78,2% do total de saídas) e 21 821 indivíduos saíram da NUTS III de residência para estudar ou trabalhar no Estrangeiro (correspondendo a 8,4% do total de saídas).

No que concerne às saídas para outra Região, a NUTS III Médio Tejo registou a maior proporção de saídas (42,1%, correspondendo a 7 686 saídas), relativamente aos valores registados nas outras NUTS III da RLVT; relativamente às saídas para outras NUTS III da Região, a NUTS III Península de Setúbal registou a maior proporção de saídas (91,3%, correspondendo a 113 681 saídas); no que se refere às saídas para o estrangeiro, a Grande Lisboa foi a NUTS III com maior proporção de saídas (22,6%, correspondendo a 12 129 saídas) relativamente às registadas nas outras NUTS III da Região.

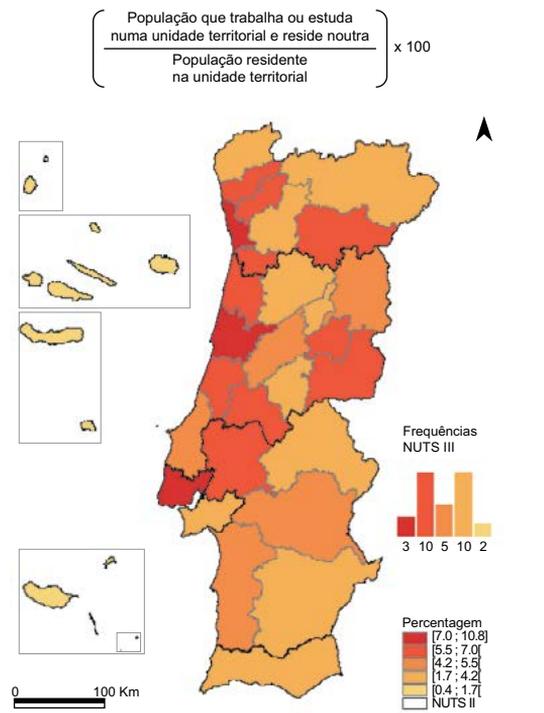


Figura 46 – Importância relativa da população que entra na Região, em Portugal e por NUTS III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

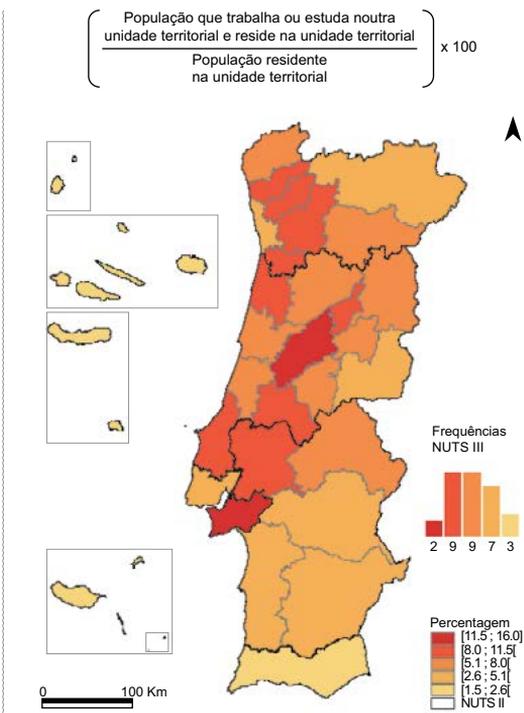


Figura 47 – Percentagem da população que sai da Região, em Portugal e por NUTS III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.
 Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Em 2011, a NUTS Grande Lisboa teve a maior importância relativa da população que trabalha ou estuda que entra na RLVLT e entre as maiores registadas do País. O valor mais baixo da Região foi apurado na Península de Setúbal. Em relação à percentagem da população que trabalha ou estuda que sai da Região foi maior na NUTS III Península de Setúbal e menor na Grande Lisboa.

Tabela 208 – Passageiros embarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros (N.º e %), 2008 a 2010

Passageiros embarcados no Aeroporto de Lisboa, portugueses e estrangeiros (N.º e %)																	
Total						Voos nacionais						Voos internacionais					
2010		2009		2008		2010		2009		2008		2010		2009		2008	
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	
7024103	100,0	6645430	100,0	6779732	100,0	1063742	15,1	1090999	16,4	1017598	15,0	5960361	84,9	5554431	83,6	5762134	85,0

NOTAS:
 Última atualização destes dados: 11 de Maio de 2012 (ORLVT/CCDR); consulta a 22 de Fevereiro de 2013
 Fonte: ORLVT/CCDR; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2010, registaram-se 7 024 103 passageiros embarcados no aeroporto de Lisboa, sendo que a maioria (84,9%, correspondendo a 596 0361 passageiros) era proveniente de voos internacionais, sendo os restantes 15,1% provenientes de voos nacionais (106 3742 passageiros). Em 2008 e 2009, a maioria dos passageiros embarcados no aeroporto de Lisboa foram também provenientes de voos internacionais (respetivamente, 85,0% e 83,6%).

Tabela 209 – Taxa de variação (%) dos passageiros embarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros, 2008-2010 e bienal

Taxa de variação (%)								
Total		Voos nacionais		Voos internacionais		Total	Voos nacionais	Voos internacionais
2009-2010	2008-2009	2009-2010	2008-2009	2009-2010	2008-2009	2008-2010		
+5,7	-2,0	-2,5	+7,2	+7,3	-3,6	+3,6	+4,5	+3,4

NOTAS:

Última atualização dos dados do ORLVT/CCDR: 11 de Maio de 2012; consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Entre 2008 e 2010, o número total de passageiros embarcados no aeroporto de Lisboa, portugueses e estrangeiros, aumentou 3,6%, com maior expressão nos passageiros dos voos nacionais (+4,5%) relativamente aos internacionais (+3,4%).

Considerando a taxa de variação do número de passageiros por biénio, no intervalo de tempo considerado, verificou-se um aumento do número total de passageiros embarcados (+5,7%) no biénio 2009-2010 através do aumento do número de passageiros dos voos internacionais (+7,3%), uma vez que o número de passageiros de voos nacionais diminuiu 2,5%, naquele biénio. Pelo contrário, no biénio 2008-2009 registou-se uma diminuição do número de passageiros embarcados no aeroporto de Lisboa (-2,0%), às custas da diminuição do número de passageiros dos voos internacionais (-3,6%), uma vez que o número de passageiros dos voos nacionais aumentou 7,2%.

Tabela 210 – Passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros (N.º e %), 2008 a 2010

Passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa, portugueses e estrangeiros (N.º e %)																		
Total				Voos internacionais						Voos nacionais								
2010		2009		2008		2010		2009		2008		2010		2009		2008		
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	
7002051	100,0	6600460	100,0	6752976	100,0	5940876	84,8	5517420	83,6	5794007	85,8	1061175	15,2	1083040	16,4	958969	14,2	

NOTAS:

Última atualização destes dados: 11 de Maio de 2012 (ORLVT/CCDR); consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: ORLVT/CCDR; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2010, registaram-se 7 002 051 passageiros desembarcados no aeroporto de Lisboa, portugueses e estrangeiros, sendo que a maioria (84,8%, correspondendo a 5 940 876 passageiros) era proveniente de voos internacionais, sendo os restantes 15,2% provenientes de voos nacionais (1 061 175 passageiros). Em 2008 e 2009, a maioria dos passageiros desembarcados no aeroporto de Lisboa foram também provenientes de voos internacionais (respetivamente, 85,8% e 83,6%).

Tabela 211 – Taxa de variação (%) dos passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa, Região de Lisboa e Vale do Tejo, portugueses e estrangeiros, 2008-2010 e bienal

Taxa de variação (%)								
Total		Voos internacionais		Voos nacionais		Total	Voos internacionais	Voos nacionais
2009-2010	2008-2009	2009-2010	2008-2009	2009-2010	2008-2009	2008-2010		
+6,1	-2,3	+7,7	-4,8	-2,0	+12,9	+3,7	+2,5	+10,7

NOTAS:

Última atualização dos dados do ORLVT/CCDR: 11 de Maio de 2012; consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Entre 2008 e 2010, o número total de passageiros desembarcados no aeroporto de Lisboa aumentou 3,7%, com maior expressão nos passageiros dos voos nacionais (+10,7%) relativamente aos internacionais (+2,5%).

Considerando a taxa de variação do número de passageiros por biénio, no intervalo de tempo considerado, verificou-se um aumento do número total de passageiros desembarcados (+6,1%) no biénio 2009-2010 através do aumento do número de passageiros dos voos internacionais (+7,7%), uma vez que o número de passageiros de voos nacionais diminuiu 2,0%, naquele biénio. Pelo contrário, no biénio 2008-2009 registou-se uma diminuição do número de passageiros desembarcados no aeroporto de Lisboa (-2,3%), às custas da diminuição do número de passageiros dos voos internacionais (-4,8%), uma vez que o número de passageiros dos voos nacionais aumentou 12,9%.

Tabela 212 – Movimento de passageiros em vias navegáveis interiores (N.º) por Carreira fluvial (Passageiros) na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011

Movimento de passageiros (N.º) e Taxa de variação (%)					
Carreira fluvial (Passageiros)	2011		2001		Taxa de variação (%) 2001-2011*
Total	31191005		41704866		-25,2
Nacional	30979430		41465302		-25,3
RLVT	28791256		38975989		-26,1
Rio Tejo	27481775		37231741		-26,2
Terreiro do Paço – Barreiro	10733799	(3)	10999946	(3)	-2,4
Terreiro do Paço – Montijo	1694176	(1)	1612017	(1)	+5,1
Terreiro do Paço – Seixal	1768898	(1)	2341291	(1)	-24,4
Cais da Alfândega – Cacilhas	–		8600262	(1)	–
Cais do Sodré – Cacilhas	12511935	(1)	12552047	(1)	-0,3
Belém - Porto Brandão	150146	(1)	279456	(1)	-46,3
Belém – Trafaria	622821	(1)	846722	(1)	-26,4
Rio Sado	1309481	(2)	1744248	(4)	-24,9

NOTAS:

- (1) Origem: Transtejo - Transportes Tejo, S.A.
 (2) Origem: Atlantic Ferris - Tráfego local, fluvial e marítimo, S. A.
 (3) Origem: Soflusa - Sociedade de Transportes, S.A.
 (4) Origem: Transado - Transportes Fluviais do Sado, S.A.

Sinais convencionais:

-: Dado nulo ou não aplicável

Última atualização destes dados: 16 de Agosto de 2012 (INE, IP); consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2011, na RLVT, registou-se uma diminuição do número de passageiros em vias navegáveis interiores, por carreira fluvial (-26,1%), face a 2001 (correspondendo a menos 10 184 733 passageiros), à semelhança do ocorrido a nível nacional, onde também se registou uma diminuição do número daqueles passageiros, naquele intervalo de tempo (-25,3%). Esta diminuição no número de passageiros teve maior expressão na carreira fluvial “Belém – Porto Brandão” (-46,3%) e menor expressão na carreira fluvial “Cais do Sodré-Cacilhas” (-0,3%), tendo-se registado em todas as carreiras fluviais, com exceção da carreira “Terreiro do Paço – Montijo”, na qual se registou um aumento do número de passageiros, no intervalo de tempo em apreço. Em 2011, o número de passageiros em vias navegáveis interiores, por carreira fluvial, na Região (28 791 256 passageiros) correspondia a 92,9% daqueles passageiros a nível nacional. O maior número de passageiros foi registado no conjunto das carreiras do Rio Tejo, correspondendo a 95,5% daqueles passageiros na RLVT. A carreira fluvial do Rio Tejo com maior número de passageiros foi “Cais do Sodré – Cacilhas”, correspondendo a 45,5% dos passageiros do Rio Tejo e a 43,5% dos da RLVT; o menor valor registou-se na carreira fluvial “Belém-Porto Brandão”, correspondendo a 0,5% dos passageiros do Rio Tejo e a 0,5% dos da RLVT.

Tabela 213 – Movimento de passageiros nos portos, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2008 a 2010

Movimento de passageiros																	
Total						Embarcados						Desembarcados					
2010		2009		2008		2010		2009		2008		2010		2009		2008	
N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *
52613	100,0	83877	100,0	38802	100,0	26248	49,9	43101	51,4	18862	48,6	26365	50,1	40776	48,6	19940	51,4

NOTAS:

Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 14 de Maio de 2012 (ORLVT/CCDR); consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: ORLVT/CCDR; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2011, registaram-se 52 613 passageiros nos portos da RLVT, sendo que a maior proporção correspondia aos passageiros desembarcados (50,1%, comparativamente aos 49,9% referentes aos passageiros embarcados), à semelhança do registado em 2008, mas ao contrário do registado em 2009, ano em que a maior proporção foi de passageiros embarcados.

Tabela 214 – Taxa de variação (%) do movimento de passageiros nos portos, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2008-2010 e bial

Total			Embarcados			Desembarcados		
2009-2010	2008-2009	2008-2010	2009-2010	2008-2009	2008-2010	2009-2010	2008-2009	2008-2010
-37,3	+116,2	+35,6	-39,1	+128,5	+39,2	-35,3	+104,5	+32,2

NOTAS:

Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados do ORLVT/CCDR: 14 de Maio de 2012; consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Entre 2008 e 2010, o número total de passageiros nos portos da RLVT aumentou 35,6%, com maior expressão nos passageiros embarcados (+39,2%) relativamente aos desembarcados (+32,2%).

Considerando a taxa de variação do número de passageiros por biénio, no intervalo de tempo considerado, verificou-se uma diminuição do número total de passageiros nos portos da RLVT no biénio 2009-2010 (-37,3%), com maior expressão nos passageiros embarcados (-39,1%) relativamente aos desembarcados (-35,3%). Pelo contrário, no biénio 2008-2009 registou-se um aumento do número total de passageiros nos portos da Região (+116,2%), com maior expressão nos passageiros embarcados (+128,5%) relativamente aos desembarcados (+104,5%).

Tabela 215 – Passageiros desembarcados na rede ferroviária nacional (N.º), por local de desembarque (Portugal e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS II 2001), em 2011

Passageiros desembarcados (N.º)	
Local de desembarque (NUTS II - 2001)	
Portugal	138873 [§]
Continente	X
Lisboa e Vale do Tejo*	114283 [§]

NOTAS:

§: Dado provisório

X – Sem dados

* Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 10 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2011, registaram-se 114 283 passageiros desembarcados na rede ferroviária nacional, na RLVT, correspondendo a 82,3% daqueles passageiros desembarcados a nível nacional.

Tabela 216 – Passageiros ferroviários desembarcados por habitante (N.º por habitante), por local de desembarque (Portugal e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS II 2001), em 2011

Passageiros ferroviários desembarcados por habitante (N.º hab.)	
Local de desembarque (NUTS II - 2001)	
Portugal	14 [§]
Continente	X
Lisboa e Vale do Tejo*	32,2 [§]

NOTAS:

§: Dado provisório

X – sem dados

* Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 10 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 22 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2011, na RLVT, registaram-se 32,2 passageiros ferroviários desembarcados por habitante da RLVT, valor superior ao registado a nível nacional, no mesmo ano.

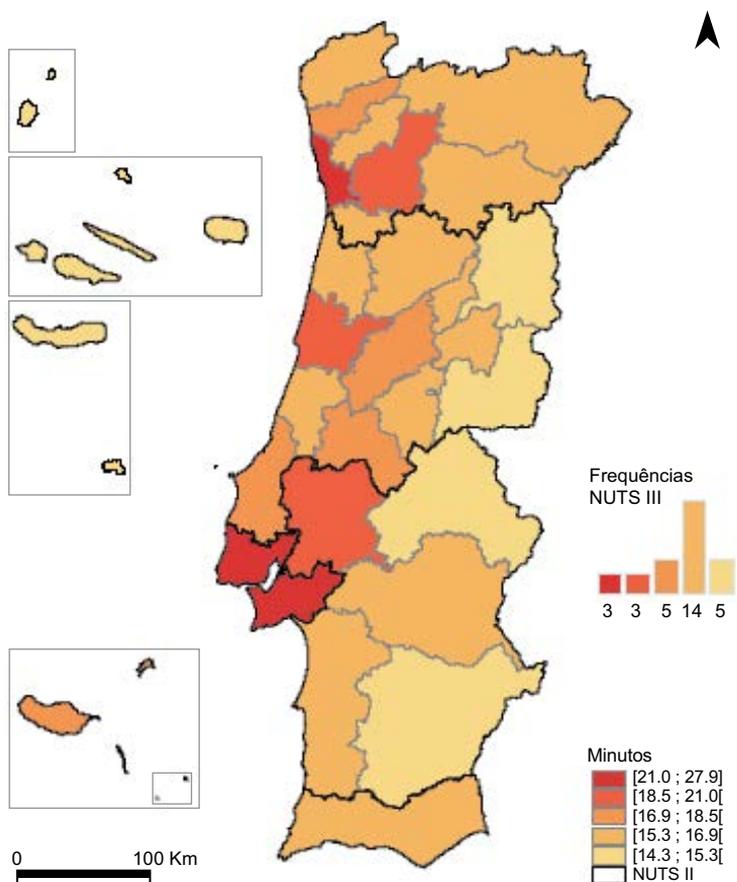


Figura 48 – Tempo médio por deslocação pendular (minutos), em Portugal e por NUTS II e III, em 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo.

Fonte: INE, IP, Censos 2011, www.ine.pt (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Em 2011, na RLVT, os valores mais elevados do tempo médio gasto na deslocação de casa até ao local de trabalho ou estudo foram registados nas NUTS III Península de Setúbal e Grande Lisboa, correspondendo, de acordo com dados do INE, IP, respetivamente, à primeira e segunda NUTS III, a nível nacional, com maior demora no tempo médio das deslocações diárias da sua população residente (cerca de 28 minutos, para a Península de Setúbal, e 26 minutos, para a Grande Lisboa). Os valores mais baixos registaram-se no Médio Tejo e no Oeste.

A nível nacional, o tempo médio, naquele ano, era de 20,02 minutos, valor inferior ao registado em 2001 (21,4 minutos) e em 1991 (22,3 minutos). O INE, IP, aponta como possíveis explicações para esta redução do tempo médio gasto nas deslocações diárias da população a melhoria das vias de comunicação e o maior recurso ao transporte automóvel (INE, IP, 2012).

6.1.7.2. Acidentes de viação

Tabela 217 – Acidentes de viação com vítimas (N.º), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e tipo de acidente, 2007 a 2011

Localização geográfica	Acidentes de viação com vítimas (N.º) *														
	Tipo de acidente de viação com vítimas														
	Total de acidentes					Acidentes com feridos					Acidentes com mortos				
	2011	2010	2009	2008	2007	2011	2010	2009	2008	2007	2011	2010	2009	2008	2007
Continente	32541	35426	35484	33613	35311	31715	35511	34811	32892	34546	826	857	673	721	765
RLVT	11353	12438	12349	11513	12192	11137	12442	12144	11314	11951	216	247	205	199	241
Oeste	1301	1535	1491	1503	1571	1275	1540	1459	1478	1531	26	44	32	25	40
Médio Tejo	784	910	965	927	1024	762	914	945	909	996	22	18	20	18	28
Grande Lisboa	6281	6621	6407	5903	6084	6196	6611	6357	5836	6012	85	91	50	67	72
Península de Setúbal	2049	2206	2272	2071	2288	2000	2202	2225	2016	2235	49	57	47	55	53
Lezíria do Tejo	938	1166	1214	1109	1225	904	1175	1158	1075	1177	34	37	56	34	48

NOTAS:

*: "Para o ano de 2010 e seguintes a informação é contabilizada até 30 dias após a data do acidente de viação" (INE, IP)

Última atualização destes dados: 07 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP

Tabela 218 – Taxa de variação (%) do número de acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e tipo de acidente, 2007-2011

Localização geográfica	Taxa de variação (%)		
	2007-2011		
	Tipo de acidente de viação com vítimas		
	Total de acidentes	Acidentes com feridos	Acidentes com mortos
Continente	-7,8	-8,2	+8,0
RLVT	-6,9	-6,8	-10,4
Oeste	-17,2	-16,7	-35,0
Médio Tejo	-23,4	-23,5	-21,4
Grande Lisboa	+3,2	+3,1	+18,1
Península de Setúbal	-10,4	-10,5	-7,5
Lezíria do Tejo	-23,4	-23,2	-29,2

NOTAS:

Última atualização dos dados do INE, IP: 07 de Novembro de 2012; consulta a 14 de Dezembro de 2012

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, na RLVT, registaram-se menos 839 acidentes de viação com vítimas, face a 2007, correspondendo a uma taxa de variação de -6,9%. Evolução idêntica foi registada em Portugal Continental (-7,8%) e em quatro das cinco NUTS III da RLVT, naquele intervalo de tempo; na NUTS III Grande Lisboa, o número de acidentes de viação com vítimas aumentou 3,2%.

O número de acidentes de viação com feridos e o número de acidentes de viação com mortos também decresceu, de 2007 para 2011, na Região (-6,8% e -10,4%, respetivamente), à semelhança do ocorrido no Continente, no caso dos acidentes de viação com feridos (-8,2%), e em quatro das cinco NUTS III da RLVT. Na NUTS III Grande Lisboa, o número de acidentes de viação com feridos e o número de acidentes de viação com mortos aumentaram de 2007 para 2011 (+3,1% e +18,1% respetivamente). No caso dos acidentes de viação com mortos, registou-se um aumento no Continente (+8,0%), ao contrário do verificado na Região, naquele intervalo de tempo.

A diminuição do número de acidentes de viação com vítimas foi mais expressiva nas NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo (ambas com taxa de variação de -23,4%), seguidos, por ordem decrescente, do Oeste (-17,2%) e da Península de Setúbal (-10,4%).

Relativamente à diminuição do número de acidentes de viação com feridos, no intervalo de tempo considerado, foi mais expressiva na NUTS III Médio Tejo (-23,5%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-23,2%), do Oeste (-16,7%) e da Península de Setúbal (-10,5%).

No que concerne à diminuição do número de acidentes de viação com mortos, e considerando o mesmo intervalo de tempo, foi mais expressiva no Oeste (-35,0%), seguido, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-29,2%), do Médio Tejo (-21,4%) e da Península de Setúbal (-7,5%).

Em 2011, o número de acidentes de viação com vítimas na RLVT representava 34,9% daqueles acidentes em Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa foi a que mais contribuiu para o valor da Região, correspondendo a mais de cinquenta por cento (55,3%) dos acidentes de viação com vítimas.

No mesmo ano, o número de acidentes de viação com feridos na RLVT representava 98,1% do total de acidentes com vítimas. Este predomínio dos acidentes de viação com feridos relativamente àqueles com mortos verificou-se, também, no Continente (97,5%) e nas cinco NUTS III da Região, com maior expressão na Grande Lisboa (98,6%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (98,0%), da Península de Setúbal (97,6%), do Médio Tejo (97,2%) e da Lezíria do Tejo (96,4%).

Tabela 219 – Índice de gravidade (N.º) dos acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2007 a 2011

Localização geográfica	Índice de gravidade* (N.º) dos acidentes de viação com vítimas ^{&}				
	2011	2010	2009	2008	2007
Continente	2,74	2,64	2,08	2,31	2,42
Lisboa e Vale do Tejo	2,03	2,11	1,82	1,84	2,15
Oeste	2,38	2,99	2,12	1,81	2,99
Médio Tejo ^a	2,99	2,37	2,30	2,07	2,67
Grande Lisboa	1,34	1,36	0,84	1,12	1,20
Península de Setúbal	2,44	2,72	2,24	2,90	2,58
Lezíria do Tejo	4,16	3,43	5,11	3,43	4,16

NOTAS:

*: "IG = Número de óbitos/ Acidentes de viação * 100" (INE, IP)

&: "Para o ano de 2010 e seguintes a informação é contabilizada até 30 dias após a data do acidente de viação" (INE, IP)

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 07 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 02 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

No que concerne ao índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas, registou-se a diminuição de 2007 para 2011 na Região e nas NUTS III Oeste e Península de Setúbal; no Continente e nas NUTS III Grande Lisboa e Médio Tejo, o valor do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas aumentou em 2011 face a 2007; na Lezíria do Tejo, o seu valor foi sobreponível ao calculado para 2007.

Em 2011, o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas na Região foi inferior ao do Continente. No mesmo ano, as NUTS III Oeste e Península de Setúbal tiveram valores do índice superiores ao da Região, mas inferiores aos do Continente; o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo tiveram valores superiores ao da RLVT e ao do Continente. Apenas a NUTS III Grande Lisboa teve um índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas inferior ao da Região.

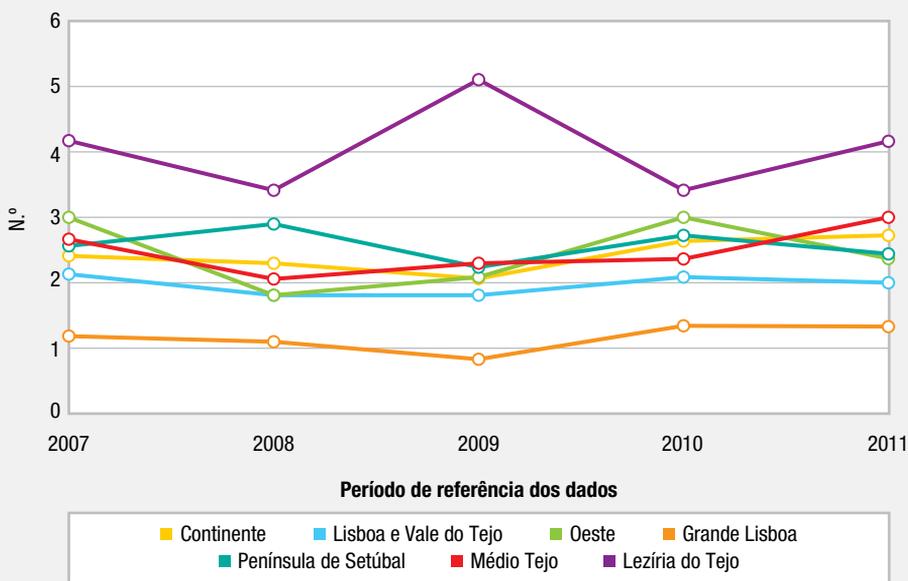


Figura 49 – Índice de gravidade (N.º) dos acidentes de viação com vítimas, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2007 a 2011

NOTA: Não inclui o Município de Mação na NUTS III Médio Tejo

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Na Figura acima está representada a evolução do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas no Continente, na RLVT e nas cinco NUTS III da Região, entre 2007 e 2011. Em todos os anos considerados, a RLVT teve um índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas inferior ao do Continente e ao de todas as NUTS III, com exceção da Grande Lisboa, com valores inferiores aos da Região em todos os anos considerados, e, em 2008, do Oeste (1,81), com valor inferior ao da Região (1,84).

Entre 2007 e 2011, a Lezíria do Tejo foi, em todos os anos, a NUTS III com o maior valor daquele indicador (superior, em todos os anos considerados, ao valor do Continente e ao da RLVT), e a Grande Lisboa aquela com o menor valor (inferior, em todos os anos considerados, ao valor do Continente e ao da RLVT).

Tabela 220 – Vítimas de acidentes de viação (N.º), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007-2011 e Tipo de vítima, 2007 a 2011

Localização geográfica	Vítimas de acidentes de viação (N.º) ²																								
	Total de vítimas										Tipo de vítima														
	Total de feridos					Feridos ligeiros					Feridos graves					Mortos									
	2011	2010	2009	2008	2007	2011	2010	2009	2008	2007	2011	2010	2009	2008	2007	2011	2010	2009	2008	2007					
Continente	42851	47302	47151	44709	47172	41960	46365	46414	43933	46318	39695	43890	43790	41327	43202	2265	2475	2624	2606	3116	891	937	737	776	854
RLVT	14559	16184	16072	14939	15964	14328	15922	15848	14726	15700	13652	15176	15037	13892	14706	676	746	811	834	994	231	262	224	213	264
Oeste	1681	2043	1969	2016	2125	1650	1997	1935	1990	2075	1566	1879	1837	1878	1952	84	118	98	112	123	31	46	34	26	50
Médio Tejo	1030	1228	1321	1255	1436	1006	1207	1299	1235	1407	936	1133	1202	1137	1297	70	74	97	98	110	24	21	22	20	29
Grande Lisboa	7806	8383	7964	7381	7645	7719	8288	7909	7312	7570	7425	8035	7621	6971	7163	294	253	288	341	407	87	95	55	69	75
Península de Setúbal	2732	2933	3045	2738	3056	2682	2873	2994	2678	2997	2573	2717	2821	2530	2800	109	156	173	148	197	50	60	51	60	59
Lezíria do Tejo	1310	1597	1773	1549	1702	1271	1557	1711	1511	1651	1152	1412	1556	1376	1494	119	145	155	135	157	39	40	62	38	51

NOTAS:

² - Para o ano de 2010 e seguintes a informação é contabilizada até 30 dias após a data do acidente de viação (INE, IP)

Última atualização destes dados: 07 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 02 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP

Tabela 221 – Taxa de variação (%) do número de vítimas de acidentes de viação, por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de vítima, 2007-2011

Localização geográfica	Taxa de variação (%)				
	2007-2011				
	Total de vítimas	Total de feridos	Feridos ligeiros	Feridos graves	Mortos
Continente	-9,2	-9,4	-8,1	-27,3	+4,3
RLVT	-8,8	-8,7	-7,2	-32,0	-12,5
Oeste	-20,9	-20,5	-19,8	-31,7	-38,0
Médio Tejo	-28,3	-28,5	-27,8	-36,4	-17,2
Grande Lisboa	+2,1	+2,0	+3,7	-27,8	+16,0
Península de Setúbal	-10,6	-10,5	-8,1	-44,7	-15,3
Lezíria do Tejo	-23,0	-23,0	-22,9	-24,2	-23,5

NOTAS:

Última atualização dos dados do INE, IP: 07 de Novembro de 2012; consulta a 02 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, na RLVT, registaram-se menos 1 405 vítimas de acidentes, face a 2007, correspondendo a uma taxa de variação de -8,8%. Evolução idêntica foi registada em Portugal Continental (-9,2%) e em quatro das cinco NUTS III da RLVT, naquele intervalo de tempo; na NUTS III Grande Lisboa, o número total de vítimas de acidentes de viação aumentou 2,1%.

O número total de mortos e o número total de feridos de acidentes de viação também decresceu de 2007 para 2011, na Região (-12,5% e -8,7%, respetivamente), incluindo os feridos ligeiros (-7,2%) e os graves (-32,0%). Evolução semelhante foi registada no Continente e nas NUTS III da RLVT, com exceção do número de mortos no Continente, que aumentou 4,3%, e do número total de mortos e do número total de feridos na Grande Lisboa, que aumentaram naquele intervalo de tempo (respetivamente, +16,0% e +2,0%), incluindo os feridos ligeiros (+3,7%) mas não os feridos graves (estes diminuíram 27,8% na Grande Lisboa, de 2007 para 2011).

A diminuição do número total de vítimas no quinquénio considerado foi mais expressiva na NUTS III Médio Tejo (-28,3%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-23,0%), do Oeste (-20,9%) e da Península de Setúbal (-10,6%).

Relativamente à diminuição do número total de feridos, no intervalo de tempo considerado, foi mais expressiva na NUTS III Médio Tejo (-28,5%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-23,0%), do Oeste (-20,5%) e da Península de Setúbal (-10,5%). A diminuição mais expressiva do número de feridos ligeiros ocorreu no Médio Tejo (-27,8%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-22,9%), do Oeste (-19,8%) e da Península de Setúbal (-8,1%). A maior diminuição do número de feridos graves, no intervalo de tempo considerado, registou-se na Península

de Setúbal (-44,7%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (-36,4%), do Oeste (-31,7%), da Grande Lisboa (-27,8%) e da Lezíria do Tejo (-24,2%).

No que concerne à diminuição do número de mortos, no quinquénio 2007-2011, foi mais expressiva na NUTS III Oeste (-38,0%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-23,5%), do Médio Tejo (-17,2%) e da Península de Setúbal (-15,3%).

Analisando a variação registada no número de vítimas de acidentes de viação, nos seus diversos tipos, por biénio, entre 2007 e 2011, na RLVT, registou-se um decréscimo do número total de vítimas de acidentes de viação entre 2007 e 2008 (-6,4%) e entre 2010 e 2011 (-10,0%). Entre 2008 e 2009 e entre 2009 e 2010, registou-se um aumento do número total de vítimas de acidentes de viação (respetivamente, +7,6% e +0,7%). Esta evolução foi idêntica à verificada no Continente, onde aquele indicador diminuiu nos biénios 2007-2008 (-5,2%) e 2010-2011 (-9,4%), tendo aumentado nos biénios 2008-2009 (+5,5%) e 2009 e 2010 (+0,3%).

No que concerne ao número total de feridos em acidentes de viação, registou-se um decréscimo entre 2007 e 2008 (-6,2%) e entre 2010 e 2011 (-10,0%). Entre 2008 e 2009 e entre 2009 e 2010, registou-se um aumento do número total de feridos em acidentes de viação (respetivamente, +7,6% e +0,5%). Esta evolução foi idêntica à verificada no Continente nos biénios 2007-2008 e 2010-2011, quando também diminuiu o indicador (respetivamente, -5,1% e -9,5%), e no biénio 2008-2009, quando também aumentou (+5,6%); no biénio e 2009-2010, o número total de feridos em acidentes de viação diminuiu no Continente (-0,1%), ao contrário do ocorrido na Região.

Quanto ao número de feridos ligeiros em acidentes de viação, registou-se um decréscimo entre 2007 e 2008 (-5,5%) e entre 2010 e 2011 (-10,0%). Entre 2008 e 2009 e entre 2009 e 2010, registou-se um aumento do número de feridos ligeiros em acidentes de viação (respetivamente, +8,2% e +0,9%). Esta evolução foi idêntica à verificada no Continente nos biénios 2007-2008 e 2010-2011, quando também diminuiu o indicador (respetivamente, -4,3% e -9,6%), e nos biénios 2008-2009 e 2009-2010, quando também aumentou (respetivamente +6,0% e +0,2%).

O número de feridos graves em acidentes de viação diminuiu em todos os biénios considerados (-16,1%, -2,8%,

-8,0% e -9,4%, respetivamente para os biénios 2007-2008, 2008-2009, 2009-2010 e 2010-2011). A região acompanhou o sentido da evolução verificada no Continente, nos biénios 2007-2008, 2009-2010 e 2010-2011; no biénio 2008-2009, o número de feridos graves em acidentes de viação aumentou no Continente (+0,7%), ao contrário do ocorrido na RLVT.

No que concerne o número de mortos em acidentes de viação registados na Região, diminuíram nos biénios 2007-2008 (-19,3%) e 2010-2011 (-11,8%). Nos biénios 2008-2009 e 2009-2010, registou-se um aumento do número de mortos em acidentes de viação (respetivamente, +5,2% e +17,0%). Esta evolução acompanhou o sentido da verificada no Continente nos biénios 2007-2008 e 2010-2011, quando o valor do indicador também diminuiu (respetivamente, -9,1% e

-5,0%), e no biénio 2009-2010, quando o valor também aumentou (+27,1%); no biénio 2008-2009, o número de mortos em acidentes de viação diminuiu no Continente (-5,0%), ao contrário do ocorrido na RLVT.

Em 2011, o número total de vítimas de acidentes de viação na RLVT representava 34,0% daquelas vítimas em Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa foi a que mais contribuiu para o valor da Região, correspondendo a mais de cinquenta por cento (53,6%) do total de vítimas de acidentes de viação na RLVT.

No mesmo ano, o número total de feridos em acidentes de viação na RLVT representava 98,4% do total de vítimas de acidentes de viação. Esta predominância do número de feridos em acidentes de viação relativamente ao número de mortos verificou-se, também, no Continente (97,9%) e nas cinco NUTS III da Região, com maior expressão na Grande Lisboa (98,9%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste e da Península de Setúbal (ambas com 98,2%), do Médio Tejo (97,7%), e da Lezíria do Tejo (97,0%).

Ainda em 2011, o número total de feridos ligeiros representava 93,8% do total de vítimas e 95,3% do total de feridos. No que concerne às NUTS III, a proporção de feridos ligeiros em relação ao total de vítimas de cada NUTS III foi mais expressiva na Grande Lisboa (95,1%, representando 96,2% do total de feridos da NUTS III), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (94,2%, representando 95,9% do total de feridos desta NUTS III), do Oeste (93,2%, representando 94,9% do total de feridos desta NUTS III), do Médio Tejo (90,9%, representando 93,0% do total de feridos desta NUTS III) e da Lezíria do Tejo (87,9%, representando 90,6% do total de feridos desta NUTS III).

No mesmo ano, o número total de feridos graves representava 4,6% do total de vítimas e 4,7% do total de feridos. Relativamente às NUTS III, a proporção de feridos graves em relação ao total de vítimas de cada NUTS III foi mais expressiva na Lezíria do Tejo (9,1%, representando 9,4% do total de feridos da NUTS III), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (6,8%, representando 7,0% do total de feridos desta NUTS III), do Oeste (5,0%, representando 5,1% do total de feridos desta NUTS III), da Península de Setúbal (4,0%, representando 4,1% do total de feridos desta NUTS III) e da Grande Lisboa (3,8%, representando 3,8% do total de feridos desta NUTS III).

Em 2011, o número total de mortos em acidentes de viação na RLVT representava 1,6% do total de vítimas de acidentes de viação. A proporção de mortos em relação ao total de vítimas de cada NUTS III foi mais expressiva na Lezíria do Tejo (3,0%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (2,3%), do Oeste e da Península de Setúbal (ambas com 1,8%) e da Grande Lisboa (1,1%).

6.1.8 Áreas protegidas

Em 2010, a proporção de superfície das áreas protegidas na RLVT (6,4%) foi inferior à registada a nível de Portugal Continental (7,9%) e superior à registada em três das cinco NUTS III da Região;

nas NUTS III Grande Lisboa (15,9%) e Península de Setúbal (14,1%), a proporção de superfície das áreas protegidas foi superior à registada na RLVT e no Continente.

No que concerne à análise por tipo de área protegida, na RLVT, no mesmo ano, os parques naturais representavam a maior proporção de superfície das áreas protegidas, seguidos, por ordem decrescente, das reservas naturais e das paisagens protegidas; a proporção de parques nacionais na RLVT foi igual a 0,0%. No Continente e em quatro das cinco NUTS III da RLVT, os parques naturais representavam, também, a maior proporção de superfície das respetivas áreas protegidas; na NUTS III Oeste, a maior proporção correspondia às paisagens protegidas. No ano em apreço, a proporção de parques naturais na RLVT (4,0%) foi inferior à registada a nível de Portugal Continental (6,2%) e superior à registada em três das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Grande Lisboa (10,5%) e Península de Setúbal (7,6%), a proporção de parques naturais foi superior à registada na RLVT e no Continente.

Também em 2010, a proporção de reservas naturais na RLVT (1,7%) foi superior à registada no Continente (0,7%) e em três das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Grande Lisboa (5,4%) e Península de Setúbal (5,5%), a proporção de parques naturais foi superior à registada na RLVT; na NUTS III Lezíria do Tejo o valor foi sobreponível ao registado no Continente.

No mesmo ano, a proporção de paisagens protegidas na RLVT (0,6%) foi superior à registada no Continente (0,2%) e em três das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Oeste (2,2%) e Península de Setúbal (0,9%), a proporção de paisagens protegidas foi superior à registada na RLVT; na NUTS III Lezíria do Tejo, o valor foi superior ao registado no Continente, embora inferior ao da RLVT; nas NUTS III Médio Tejo, a proporção apurada foi de 0,0%.

No ano em análise, a proporção de parques nacionais nas cinco NUTS III da Região foi igual a 0,0%, à semelhança do registado na RLVT, tal como referido acima e ao contrário do registado a nível do Continente (0,8%).

Tabela 222 – Proporção de Superfície das Áreas Protegidas (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS -2001, e respetivas NUTS III - NUTS 2002) e tipo de área protegida, 2008 a 2010

Localização geográfica	Proporção de superfície das áreas protegidas (%) *																					
	Tipo de área protegida																					
	Total			Parque natural			Parque nacional			Reserva natural			Paisagem protegida			Monumento natural			Sítio classificado			
	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008	
Continente	7,9	7,8	7,8	6,2	6,2	6,2	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,2	0,1	0,1	0	0	0	0	0
Lisboa e Vale do Tejo	6,4	6,1	6,1	4,0	4,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	1,4	1,4	0,6	0,5	0,5	0	0	0	0,1	0,1	0,1
Oeste	4,4	4,4	4,4	2,1	2,1	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	2,2	2,2	2,2	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Médio Tejo ^a	4,0	4,0	4,0	3,9	3,9	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Grande Lisboa	15,9	15,9	15,9	10,5	10,5	10,5	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4	5,4	5,4	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Península de Setúbal	14,1	12,3	12,8	7,6	7,6	7,9	0,0	0,0	0,0	0,0	5,5	3,8	3,9	0,9	0,9	1,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Lezíria do Tejo	2,6	2,6	2,6	1,6	1,6	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	0,7	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3

NOTAS:

*"O total inclui as áreas protegidas privadas" (INE, IP)

o: "Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada" (INE, IP)

-: "Dado nulo ou não aplicável" (INE, IP)

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados relativos à RLVT (NUTS - 2001): 17 de Novembro de 2011 (INE, IP); (consulta a 31 de Janeiro de 2013)

Última atualização dos dados relativos ao Continente e às NUTS III (NUTS - 2002): 28 de Novembro de 2011 (INE, IP); consulta a 22 de Julho de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; adaptado por DSP/ARSLVT, IP

Tabela 223 – Variação da proporção de Superfície das Áreas Protegidas (%), por localização geográfica (Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III - NUTS 2002) e tipo de área protegida, 2008-2010 e bienal

Localização geográfica	Variação da proporção de Superfície das Áreas Protegidas (%) [§]																Sitio Classificado	
	Total	Parque Natural		Parque Nacional		Reserva Natural		Paisagem Protegida		Monumento Natural		Sitio Classificado	Parque Natural	Parque Nacional	Reserva Natural	Paisagem Protegida		Monumento natural
		2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008							
Continente	+0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	+0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	+0,1	+0,1	0,0	0,0	-
RLVT (NUTS 2001)	+0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	+0,3	0,0	+0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	+0,3	+0,1	0,0	0,0	-
Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	+0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	+0,1	0,0	0,0	0,0	-
Médio Tejo ^a	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Grande Lisboa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Península de Setúbal	+1,8	-0,5	0,0	-0,3	0,0	0,0	+1,7	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	+1,6	-0,1	0,0	0,0	-
Lezíria do Tejo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	+0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,3

NOTAS:

§ "O total inclui as áreas protegidas privadas" (INE, IP)

-: Dado não aplicável

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados relativos à RLVT (NUTS -2001) do INE, IP: 17 de Novembro de 2011; consulta a 22 de Julho de 2013

Última atualização dos dados relativos ao Continente e às NUTS III (NUTS - 2002) do INE, IP: 28 de Novembro de 2011; consulta a 22 de Julho de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2010, registou-se um aumento da proporção de superfície das áreas protegidas na RLVT (+0,3%), face a 2008, à semelhança do ocorrido no Continente (+0,1%) e na NUTS III Península de Setúbal (+1,3%). Nas restantes NUTS III da Região não se registaram alterações naquela proporção, no intervalo de tempo considerado.

No que concerne à análise por tipo de área protegida, na RLVT, naquele intervalo de tempo, não se registaram alterações no valor da proporção relativa aos parques naturais nem aos parques nacionais. No que se refere às reservas naturais e às paisagens protegidas, registou-se um aumento do valor da proporção de respetivamente +0,3% e +0,1%.

Nas NUTS III da RLVT, de 2008 para 2010, registou-se um aumento da proporção de reservas naturais no Oeste (+0,1%) e na Península de Setúbal (+1,6%) e da proporção de paisagens protegidas na Lezíria do Tejo (+0,3%). No mesmo intervalo de tempo, registou-se uma diminuição da proporção de parques naturais e de paisagens protegidas na Península de Setúbal (respetivamente, -0,3% e -0,1%) e de sítios classificados na Lezíria do Tejo (-0,3%). Nas restantes NUTS III da Região não se registaram alterações na proporção dos diferentes tipos de área protegida, no intervalo de tempo em apreço. O aumento do valor da proporção com maior expressão, considerando os diferentes tipos de área protegida e as cinco NUTS III da RLVT, registou-se nas reservas naturais da Península de Setúbal (+1,6%); a maior diminuição da proporção registou-se nos parques naturais da Península de Setúbal e nos sítios classificados da Lezíria do Tejo, com uma variação de -0,3% em ambos os casos.

Analisando a variação registada na proporção de superfície das áreas protegidas na RLVT, por biénio, entre 2008 e 2010, registou-se o seu aumento no biénio 2009-2010 (+0,3%), à semelhança do ocorrido no Continente (+0,1%) e na NUTS III Península de Setúbal (+1,8%); nas restantes NUTS III, não se registou variação no valor da proporção, naquele biénio. No biénio 2008-2009, não se registou variação no valor da proporção de superfície das áreas protegidas na RLVT, no Continente e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Península de Setúbal, registou-se uma diminuição do valor da proporção (-0,5%).

Considerando a análise por tipo de área protegida, na RLVT, por biénio, registou-se um aumento das reservas naturais, no biénio 2009-2010 (+0,3%) e das paisagens protegidas, no biénio 2009-2010 (+0,1%). No biénio 2008-2009 e restantes tipos de área protegida, não se registaram alterações no valor da proporção, na Região.

Nas NUTS III da RLVT, nos biénios entre 2008 para 2010, registou-se um aumento da proporção de reservas naturais no Oeste e na Península de Setúbal, no biénio 2009-2010 (respetivamente, +0,1% e +1,7%) e da proporção de paisagens protegidas na Lezíria do Tejo, no biénio 2009-2010 (+0,3%). Na Península de Setúbal, registou-se uma diminuição da proporção de parques naturais, de reservas naturais e das paisagens protegidas, no biénio 2008-2009 (respetivamente, -0,3%, -0,1% e -0,1%). Na Lezíria do Tejo, registou-se uma diminuição da proporção de sítios classificados, no biénio 2009-2010 (-0,3%). Nas restantes NUTS III da Região, não se registaram alterações na proporção dos diferentes tipos de área protegida, nos biénios em apreço.

O aumento do valor da proporção com maior expressão, considerando os diferentes tipos de área protegida, os dois biénios entre 2008 e 2010 e as cinco NUTS III da RLVT, registou-se nas reservas naturais da Península de Setúbal, no biénio 2009-2010 (+1,7%); a maior diminuição da proporção registou-se nos parques naturais da Península de Setúbal, no biénio 2008-2009, e nos sítios classificados na Lezíria do Tejo, no biénio 2009-2010, em ambos os casos com uma variação de -0,3%.

6.1.9 Incêndios

Tabela 224 – Taxa de superfície florestal ardida (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2007 a 2011

Localização geográfica	Taxa de superfície florestal ardida (%)				
	2011	2010	2009	2008	2007
Portugal	x	x	x	x	x
Continente	1,371	2,471	1,623	0,326	0,917
Lisboa e Vale do Tejo	0,398	0,4	0,214	0,414	0,81
Oeste	1,285	0,346	0,37	0,517	0,722
Grande Lisboa	1,573	1,857	1,294	1,674	1,762
Península de Setúbal	0,268	0,328	0,448	0,242	0,665
Médio Tejo ^a	0,085	0,47	0,057	0,524	1,987
Lezíria do Tejo	0,127	0,237	0,052	0,215	0,09

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

x: Dado não disponível

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 12 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2011, face a 2007, registou-se uma diminuição de 0,4% da taxa de superfície florestal ardida na RLVT, seguindo a evolução verificada em três das cinco NUTS III da Região; em Portugal Continental e nas NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo, registou-se evolução contrária à da RLVT (+0,5%, +0,6% e +0,04%, respetivamente para o Continente, para o Oeste e para a Lezíria do Tejo), no mesmo intervalo de tempo.

A NUTS III onde foi mais expressiva a diminuição da taxa de superfície florestal ardida, no quinquénio considerado, foi o Médio Tejo (-1,9%), seguido, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (-0,4%) e da Grande Lisboa (-0,2%).

Analisando a variação registada na taxa de superfície florestal ardida, por biénio, entre 2007 e 2011, na RLVT, registou-se um aumento nos biénios 2007-2008 (+0,4%), 2008-2009 (+0,2%) e 2010-2011 (+0,002); entre 2009 e 2010 registou-se um decréscimo do valor daquele indicador (-0,2%). Esta evolução foi idêntica à verificada no Continente nos biénios 2007-2008 e 2010-2011, quando o indicador aumentou, respetivamente, +0,6% e +0,002%, e no biénio 2009-2010, quan-

do diminuiu (-0,8%), à semelhança do verificado na RLVT; no biénio 2008-2009, a taxa de superfície florestal ardida diminuiu no Continente (-1,3%), ao contrário do ocorrido na Região, nesse biénio.

Em 2011, a taxa de superfície florestal ardida na Região foi de 0,398%, valor inferior ao do Continente. Nas NUTS III Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, a taxa de superfície florestal ardida foi inferior à da Região; na NUTS III Oeste, o valor foi superior ao da Região, mas inferior ao do Continente e na NUTS III Grande Lisboa, a taxa de superfície florestal ardida foi superior às calculadas para a Região e para o Continente.

6.1.10 Proteção civil e recursos de defesa do ambiente e saúde

Tabela 225 – Bombeiros (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007 a 2010

Localização geográfica	Bombeiros (N.º) ^{&}			
	Período de referência dos dados			
	2010	2009	2008	2007
Portugal	30298	32811	37435	38225 [§]
Continente	28522	31003	35711	36474
RLVT	7830	8237	9103	9413
Oeste	1037	1143	1272	1313
Médio Tejo	943	985	1052	1053
Grande Lisboa	3731	3881	4414	4526
Península de Setúbal	1305	1352	1469	1560
Lezíria do Tejo	814	876	896	961

NOTAS:

[&]: "Inclui dados administrativos da Autoridade Nacional de Protecção Civil" (INE, IP)

[§]: Dado retificado

Última atualização destes dados: 17 de Janeiro de 2012 (INE, IP); consulta a 02 de Setembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP

Em 2010, contabilizaram-se 7 830 bombeiros na RLVT, correspondendo a 25,8% destes profissionais a nível nacional e 27,5% a nível de Portugal Continental. A NUTS III com maior número de bombeiros, naquele ano, foi a Grande Lisboa, com 3 731 bombeiros, representando 47,7% daqueles profissionais na Região; a NUTS com o menor número de bombeiros foi a Lezíria do Tejo (814 bombeiros, representando 10,4% dos bombeiros da Região).

Tabela 226 – Taxa de variação do número de bombeiros (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2007-2010 e bienal

Localização geográfica	Taxa de variação (%)			
	2007-2010	2009-2010	2008-2009	2007-2008
Portugal	-20,7	-7,7	-12,4	-2,1
Continente	-21,8	-8,0	-13,2	-2,1
RLVT	-16,8	-4,9	-9,5	-3,3
Oeste	-21,0	-9,3	-10,1	-3,1
Médio Tejo	-10,4	-4,3	-6,4	-0,1
Grande Lisboa	-17,6	-3,9	-12,1	-2,5
Península de Setúbal	-16,3	-3,5	-8,0	-5,8
Lezíria do Tejo	-15,3	-7,1	-2,2	-6,8

NOTAS:

Última atualização dos dados do INE, IP: 17 de Janeiro de 2012; consulta a 02 de Setembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2010, contabilizaram-se menos 1 583 bombeiros na RLVT relativamente a 2007, correspondendo a uma taxa de variação de -16,8%. Em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT, a evolução foi idêntica, com diminuição do número de bombeiros, naquele intervalo de tempo. A NUTS III com maior taxa de variação foi o Oeste (-21,0%, correspondendo a menos 276 bombeiros em 2010, face a 2007) e aquela com menor taxa de variação foi o Médio Tejo (-10,4%, correspondendo a menos 110 bombeiros em 2010, face a 2007).

Considerando a variação do número de bombeiros por biénio, no intervalo de tempo considerado, verificou-se uma diminuição do número de bombeiros da RLVT em todos os biénios, com maior expressão no biénio 2008-2009 (-9,5%) e menor expressão no biénio 2007-2008 (-3,3%).

No que se refere às NUTS III da RLVT, a maior variação ocorreu na Grande Lisboa, no biénio 2008-2009 (-12,1%) e a menor no Médio Tejo, no biénio 2007-2008 (-0,1%).

Tabela 227 – Bombeiros (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e tipo de pessoal ao serviço, em 2001 e 2006, e Taxa de variação do número de bombeiros (%) 2001-2006

Localização geográfica	Bombeiros (N.º e %)						Taxa de variação (%)								
	2006			2001			2001-2006			2001-2006					
	Tipo de pessoal ao serviço														
Total	Pessoal remunerado		Pessoal não remunerado		Total		Pessoal remunerado		Pessoal não remunerado		Total				
	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *			
Portugal	42208	100,0	8827	20,9	33381	79,1	41726	100,0	7511	18,0	34215	82,0	+1,2	+17,5	-2,4
Continente	40419	100,0	8123	20,1	32296	79,9	40466	100,0	6957	17,2	33509	82,8	-0,1	+16,8	-3,6
RLVT	9910	100,0	3320	33,5	6590	66,5	10847	100,0	2941	27,1	7906	72,9	-8,6	+12,9	-16,6
Oeste	1424	100,0	266	18,7	1158	81,3	1309	100,0	180	13,8	1129	86,2	+8,8	+47,8	+2,6
Médio Tejo	1326	100,0	377	28,4	949	71,6	1253	100,0	324	25,9	929	74,1	+5,8	+16,4	+2,2
Grande Lisboa	4583	100,0	1967	42,9	2616	57,1	5248	100,0	1837	35,0	3411	65,0	-12,7	+7,1	-23,3
Península de Setúbal	1494	100,0	421	28,2	1073	71,8	1966	100,0	392	19,9	1574	80,1	-24,0	+7,4	-31,8
Lezíria do Tejo	1083	100,0	289	26,7	794	73,3	1071	100,0	208	19,4	863	80,6	+1,1	+38,9	-8,0

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Junho de 2008 (INE, IP); consulta a 18 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2006 (último ano de dados disponíveis), contabilizaram-se menos 937 bombeiros na RLVT face aos contabilizados em 2001, correspondendo a uma taxa de variação de -8,6%. Evolução idêntica foi registada a nível do Continente e de duas das cinco NUTS III da RLVT (Grande Lisboa e Península de Setúbal), com maior expressão na NUTS III Península de Setúbal (-24,0%) relativamente às restantes NUTS III; em Portugal e nas NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, registou-se evolução inversa, com aumento do número de bombeiros, naquele intervalo de tempo, com maior expressão na NUTS III Oeste (+8,8%) relativamente às restantes NUTS III com a mesma evolução, e menor na Lezíria do Tejo (+1,1%).

Quanto ao número de bombeiros remunerados, registou-se o seu aumento, de 2001 para 2006, na RLVT (+379 bombeiros, correspondendo a uma taxa de variação de +12,9%), à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente e nas cinco NUTS III da Região, com maior expressão na NUTS III Oeste (+47,8%) e menor na Grande Lisboa (+7,1%), relativamente às restantes NUTS III.

No que concerne ao número de bombeiros não remunerados, registou-se a sua diminuição, na RLVT, naquele intervalo de tempo (-1316, correspondendo a uma taxa de variação de -16,6%), à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente e em três das cinco NUTS III da Região (Grande Lisboa, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo), com maior expressão na Península de Setúbal (-31,8%) e menor na Lezíria do Tejo (-8,0%), considerando aquelas NUTS III; nas NUTS III Oeste e Médio Tejo registou-se evolução inversa, com aumento do número de bombeiros, naquele intervalo de tempo, com maior expressão no Oeste (+2,6%).

Em 2006, a maioria dos bombeiros da RLVT (66,5%) era pessoal não remunerado, à semelhança do registado a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da Região. A NUTS III com maior proporção dos seus bombeiros a serem remunerados foi, naquele ano, a Grande Lisboa (42,9%) e aquela com a menor proporção foi o Oeste (18,7%).

No mesmo ano, o número de bombeiros contabilizados na RLVT correspondiam a 23,5% daqueles profissionais contabilizados a nível nacional e a 24,5% dos contabilizados a nível do Continente. A NUTS III da Região com maior número de bombeiros foi a Grande Lisboa, correspondendo a 46,2% dos bombeiros da RLVT; aquela com menor número de bombeiros foi a Lezíria do Tejo (10,9% dos bombeiros da RLVT).

Quanto aos bombeiros remunerados da RLVT, em 2006, correspondiam a 37,6% dos contabilizados a nível nacional e a 40,9% dos contabilizados a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (59,2% dos bombeiros remunerados da Região) e o menor foi dado pelo Oeste (8,0% dos bombeiros remunerados da Região).

No que concerne aos bombeiros não remunerados da RLVT, no mesmo ano, correspondiam a 19,7% dos contabilizados a nível nacional e a 20,4% dos contabilizados a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (39,7% dos bombeiros não remunerados da Região) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (12,0% dos bombeiros não remunerados da Região).

Tabela 228 – Bombeiros (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), sexo e tipo de vínculo, em 2011

Localização geográfica	Bombeiros (N.º e %) por sexo, grupo etário e tipo de vínculo																	
	Sexo																	
	Total						Masculino						Feminino					
	Tipo de vínculo																	
	Total		Profissional		Voluntário		Total		Profissional		Voluntário		Total		Profissional		Voluntário	
	N.º	% *	N.º	% *	N.º	%*	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *	N.º	% *
Portugal	30530	100,0	7900	25,9	22630	74,1	25313	82,9	6926	22,7	18387	60,2	5217	17,1	974	3,2	4243	13,9
Continente	28940	100,0	7167	24,8	21773	75,2	23920	82,7	6238	21,6	17682	61,1	5020	17,3	929	3,2	4091	14,1
RLVT	7912	100,0	3060	38,7	4852	61,3	6509	82,3	2659	33,6	3850	48,7	1403	17,7	401	5,1	1002	12,7
Oeste	1102	100,0	156	14,2	946	85,8	899	81,6	130	11,8	769	69,8	203	18,4	26	2,4	177	16,1
Médio Tejo ^a	901	100,0	233	25,9	668	74,1	737	81,8	199	22,1	538	59,7	164	18,2	34	3,8	130	14,4
Grande Lisboa	3687	100,0	1825	49,5	1862	50,5	3068	83,2	1623	44,0	1445	39,2	619	16,8	202	5,5	417	11,3
Península de Setúbal	1418	100,0	520	36,7	898	63,3	1176	82,9	442	31,2	734	51,8	242	17,1	78	5,5	164	11,6
Lezíria do Tejo	804	100,0	326	40,5	478	59,5	629	78,2	265	33,0	364	45,3	175	21,8	61	7,6	114	14,2

NOTAS:

Os conceitos de bombeiro profissional e voluntário, utilizados na Tabela acima (e que constam do Glossário), tiveram início de vigência a 03-01-2012 (INE, IP, <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6830> e <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6839>, consulta a 10-09-2013) (DSP/ARSLVT, IP)

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 17 de Janeiro de 2012 (INE, IP); consulta a 02 de Setembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2011, a maioria dos bombeiros existentes na RLVT (61,3%) eram voluntários, à semelhança do verificado a nível de Portugal e do Continente e das cinco NUTS III da RLVT. Naquele ano, o Oeste foi a NUTS III com maior proporção dos seus bombeiros a serem voluntários (85,8% dos bombeiros eram voluntários), relativamente às restantes NUTS III; na Grande Lisboa registou-se a menor proporção dos seus bombeiros a serem voluntários (50,5%), relativamente às restantes NUTS III.

No mesmo ano, os bombeiros contabilizados na RLVT correspondiam a 25,9% dos bombeiros do país e a 27,3% dos contabilizados a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (46,6% dos bombeiros contabilizados a nível regional) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (10,2% dos bombeiros da Região).

No que concerne aos bombeiros profissionais da RLVT, em 2011, correspondiam a 38,7% dos contabilizados a nível nacional e a 42,7% dos contabilizados no Continente. O maior contributo para o contingente regional foi dado pela Grande Lisboa (59,6% dos bombeiros profissionais da Região) e o menor foi dado pelo Oeste (5,1% dos bombeiros profissionais da Região).

Relativamente aos bombeiros voluntários da RLVT, no mesmo ano, correspondiam a 21,4% daqueles bombeiros a nível nacional e a 22,3% dos a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela Grande Lisboa (38,4% dos bombeiros voluntários da RLVT) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (9,9% dos bombeiros voluntários da Região).

No ano em apreço, a maioria dos bombeiros da Região (82,3%) eram do sexo masculino, à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT. Dos bombeiros do sexo masculino, a maioria (59,1%) era voluntária (correspondendo a 48,7% do total de bombeiros na Região), e os restantes eram profissionais, à semelhança do ocorrido a nível nacional, do Continente e de quatro das cinco NUTS III da RLVT; na NUTS III Grande Lisboa, a maior proporção de bombeiros do sexo masculino era profissional (52,9%, correspondendo a 44,0% do total de bombeiros da NUTS III).

Naquele ano, a NUTS III com a maior proporção dos seus bombeiros do sexo masculino a serem voluntários foi o Oeste (85,5%, correspondendo a 69,8% do total de bombeiros da NUTS III); a NUTS III com a menor proporção dos seus bombeiros do sexo masculino a serem voluntários foi a Grande Lisboa (47,1%, correspondendo a 39,2% do total de bombeiros da NUTS III, conforme já explanado acima).

No mesmo ano, os bombeiros do sexo masculino contabilizados na RLVT correspondiam a 25,7% daqueles bombeiros contabilizados a nível nacional e a 27,2% dos contabilizados a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (47,1% dos bombeiros do sexo masculino contabilizados a nível regional) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (9,7% dos bombeiros do sexo masculino da Região).

No que concerne aos bombeiros profissionais do sexo masculino da RLVT, em 2011, correspondiam a 38,4% dos contabilizados a nível nacional e a 42,6% dos contabilizados no Continente. O maior contributo para o contingente regional foi dado pela Grande Lisboa (61,0% dos bombeiros profissionais do sexo masculino da Região) e o menor foi dado pelo Oeste (4,9% dos bombeiros profissionais do sexo masculino da Região).

Relativamente aos bombeiros voluntários do sexo masculino da RLVT, no mesmo ano, correspondiam a 20,9% daqueles bombeiros a nível nacional e a 21,8% dos a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela Grande Lisboa (37,5% dos bombeiros voluntários do sexo masculino da RLVT) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (9,5% dos bombeiros voluntários do sexo masculino da Região).

Dos bombeiros do sexo feminino contabilizados em 2011 na Região (17,7%), a maioria era voluntária (71,4%, correspondendo a 12,7% do total de bombeiros na Região), e os restantes eram profissionais, à semelhança do ocorrido a nível nacional, do Continente e das cinco NUTS III da RLVT.

Naquele ano, a NUTS III com a maior proporção dos seus bombeiros do sexo feminino a serem voluntários foi o Oeste (87,2%, correspondendo a 16,1% do total de bombeiros da NUTS III); a

NUTS III com a menor proporção dos seus bombeiros do sexo feminino a serem voluntários foi a Lezíria do Tejo (65,1%, correspondendo a 14,2% do total de bombeiros da NUTS III).

No mesmo ano, os bombeiros do sexo feminino contabilizados na RLVT correspondiam a 26,9% daqueles bombeiros contabilizados a nível nacional e a 27,9% dos contabilizados a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (44,1% dos bombeiros do sexo feminino contabilizados a nível regional) e o menor foi dado pelo Médio Tejo (11,7% dos bombeiros do sexo feminino da Região).

No que concerne aos bombeiros profissionais do sexo feminino da RLVT, em 2011, correspondiam a 41,2% dos contabilizados a nível nacional e a 43,2% dos contabilizados no Continente. O maior contributo para o contingente regional foi dado pela Grande Lisboa (50,4% dos bombeiros profissionais do sexo feminino da Região) e o menor foi dado pelo Oeste (6,5% dos bombeiros profissionais do sexo feminino da Região).

Relativamente aos bombeiros voluntários do sexo feminino da RLVT, no mesmo ano, correspondiam a 23,6% daqueles bombeiros a nível nacional e a 24,5% dos a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela Grande Lisboa (41,6% dos bombeiros voluntários do sexo feminino da RLVT) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (11,4% dos bombeiros voluntários do sexo feminino da Região).

Tabela 229- Corpos de bombeiros (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2000 a 2006

Localização geográfica	Corpos de bombeiros (N.º)						
	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Portugal	467	465	459	434	449	446	444
Continente	440	438	432	408	426	425	424
RLVT	112	111	111	103	109	108	110
Oeste	16	16	16	14	15	15	15
Médio Tejo	14	14	14	13	13	13	13
Grande Lisboa	47	47	45	44	48	46	48
Península de Setúbal	19	19	20	18	18	19	19
Lezíria do Tejo	16	15	16	14	15	15	15

NOTAS:

Última atualização destes dados: 25 de janeiro de 2011 (INE, IP); consulta a 26 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP

Em 2006 (último ano de dados disponíveis), contabilizaram-se 112 corpos de bombeiros na RLVT, correspondendo a 24,0% dos corpos de bombeiros a nível nacional e 25,5% a nível de Portugal Continental. A NUTS III com maior número de corpos de bombeiros, naquele ano, foi a Grande Lisboa, com 47 corpos de bombeiros, representando 42,0% dos corpos de bombeiros na Região; a NUTS com o menor número de corpos de bombeiros foi o Médio Tejo (14 corpos de bombeiros, representando 12,5% dos corpos de bombeiros da Região).

Tabela 230 – Taxa de variação do número de corpos de bombeiros (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2000-2006 e bienal

Localização geográfica	Taxa de variação (%)						
	2000-2006	2005-2006	2004-2005	2003-2004	2002-2003	2001-2002	2000-2001
Portugal	+5,2	+0,4	+1,3	+5,8	-3,3	+0,7	+0,5
Continente	+3,8	+0,5	+1,4	+5,9	-4,2	+0,2	+0,2
RLVT	+1,8	+0,9	0,0	+7,8	-5,5	+0,9	-1,8
Oeste	+6,7	0,0	0,0	+14,3	-6,7	0,0	0,0
Médio Tejo	+7,7	0,0	0,0	+7,7	0,0	0,0	0,0
Grande Lisboa	-2,1	0,0	+4,4	+2,3	-8,3	+4,3	-4,2
Península de Setúbal	0,0	0,0	-5,0	+11,1	0,0	-5,3	0,0
Lezíria do Tejo	+6,7	+6,7	-6,3	+14,3	-6,7	0,0	0,0

NOTAS:

Última atualização dos dados do INE, IP: 25 de janeiro de 2011; consulta a 26 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2006 (último ano de dados disponíveis), contabilizaram-se mais 2 corpos de bombeiros na RLVT relativamente a 2000, correspondendo a uma taxa de variação de +1,8%. Em Portugal, no Continente e em três das cinco NUTS III da RLVT a evolução foi idêntica, com aumento do número de corpos de bombeiros, naquele intervalo de tempo; na NUTS III Grande Lisboa, o número de corpos de bombeiros diminuiu (-2,1%) e na NUTS III Península de Setúbal não se registou alteração no número de corpos de bombeiros (0%), considerando o intervalo de tempo em apreço. A NUTS III com maior taxa de variação foi o Médio Tejo (+7,7%), correspondendo a mais 1 corpo de bombeiros em 2006, face a 2000.

Considerando a taxa de variação do número de corpos de bombeiros na RLVT por biénio, no intervalo de tempo considerado, verificou-se um aumento em todos os biénios, com exceção do biénio 2004-2005, no qual não se registou alteração no número de corpos de bombeiros (0%), e nos biénios 2002-2003 e 2000-2001, nos quais se registou a diminuição do número de corpos de bombeiros na Região (-5,5% e -1,8%, respetivamente). O maior aumento do número de corpos de bombeiros, expresso pela respectiva taxa de variação, registou-se no biénio 2003-2004 (+7,8%).

No que se refere às NUTS III da RLVT, o maior aumento do número de corpos de bombeiros, expresso pela respectiva taxa de variação, registou-se no Oeste e na Lezíria do Tejo, no biénio 2003-2004 (+14,3%) e a maior diminuição registou-se na Grande Lisboa, no biénio 2002-2003 (-8,3%), considerando todas os biénios compreendidos entre 2000 e 2006 e as cinco NUTS III da região.

6.1.11 Despesas em ambiente

Tabela 231 – Taxa de variação (%) das despesas em ambiente dos municípios, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Domínios de ambiente, 2010-2011

Localização geográfica	Taxa variação (%) 2010-2011									
	Domínios de ambiente									
	Total	Protecção da qualidade do ar e clima	Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Protecção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais	Protecção contra ruídos e vibrações	Protecção da biodiversidade e paisagem	Protecção contra radiações	Investigação e desenvolvimento	Outras actividades de protecção do ambiente
Portugal	-1,9	+98,7	x	-0,5	-5,5	+2,9	-8,1	x	+96,7	+4,2
Continente	-1,4	+98,7	x	+0,2	5,3	+2,9	-8,6	x	+84,0	+4,5
Lisboa e Vale do Tejo	+1,6	+767,5	x	+3,8	+119,0	+12,1	-6,5	x	+160,0	+2,3
Oeste	+17,8	+100,0	x	+21,6	+432,4	-100,0	+2,5	x	_	-6,4
Médio Tejo ^a	-0,3	_	x	+0,2	0,0	_	-3,0	x	_	+43,4
Grande Lisboa	+2,8	+813,5	x	+6,0	-100,0	+15,0	-7,9	x	-100,0	+3,7
Península de Setúbal	-6,6	_	x	-5,7	-100,0	-100,0	-13,8	x	_	+2,9
Lezíria do Tejo	-8,9	_	x	-16,7	+16,7	_	+11,0	x	_	-22,8

NOTAS:

x: Dado de 2011 não disponível

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados do INE, IP: 11 de Dezembro de 2012; consulta a 10 de Setembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, registou-se um aumento das despesas em ambiente dos municípios da RLVT de 4 135 000 euros face a 2010, correspondendo a uma taxa de variação de +1,6%. Evolução idêntica foi registada em duas das cinco NUTS III da Região (Oeste e Grande Lisboa, com, respetivamente, +17,8% e +2,8% de despesas em 2011, relativamente ao ano anterior). Em Portugal, no Continente e nas restantes três NUTS III da RLVT a evolução foi inversa, com diminuição das despesas naquele intervalo de tempo, com maior expressão na Lezíria do Tejo (-8,9%, correspondendo a menos 1 316 000 euros em 2011, face a 2010) relativamente às restantes NUTS III com evolução, no mesmo sentido e menor no Médio Tejo (-0,3%, correspondendo a menos 36 000 euros em 2011, face a 2010).

Considerando os domínios de ambiente que concorreram para o total das despesas em ambiente, o maior aumento, na RLVT, registou-se no domínio “Protecção da qualidade do ar e clima”, com um acréscimo da despesa de 307 000 euros em 2011, face a 2010, correspondendo a um aumento de 767,5%; o menor aumento registou-se no domínio “Outras actividades de protecção do am-

biente”, com um acréscimo de despesa de 196 000 euros em 2011, face a 2010, correspondendo a um aumento de 2,3%. O único domínio onde se registou uma diminuição da despesa, na RLVT, no intervalo de tempo em apreço, foi a “Proteção da biodiversidade e paisagem” (menos 3 888 000 euros, correspondendo a uma taxa de variação de -6,5%).

Analisando a variação das despesas em ambiente dos municípios, naquele intervalo de tempo, por domínios de ambiente, nas NUTS III da RLVT, o maior aumento expresso pela respectiva taxa de variação, registou-se no domínio “Proteção da qualidade do ar e clima”, na NUTS III Grande Lisboa, com um acréscimo de despesa de 301 000 euros em 2011, face a 2010, correspondendo a um aumento de 813,5%. A diminuição da despesa com maior expressão registou-se no domínio “Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais”, nas NUTS III Grande Lisboa (decrécimo de despesa de 13 000 euros em 2011, face a 2010) e Península de Setúbal (decrécimo de 15 000 euros em 2011, face a 2010), no domínio “Proteção contra ruídos e vibrações”, nas NUTS III Oeste (decrécimo de 21 000 euros em 2011, face a 2010) e Península de Setúbal (decrécimo de 3 000 euros em 2011, face a 2010) e no domínio “Investigação e desenvolvimento”, na NUTS III Grande Lisboa (decrécimo de 5 000 euros em 2011, face a 2010), correspondendo, todos, a taxas de variação de -100,0%.

Tabela 232 – Despesas em ambiente (€ - milhares – e %) dos municípios, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Domínios de ambiente, em 2011

Localização geográfica	Despesas em ambiente (€ milhares e %) dos municípios																			
	Domínios de ambiente																			
	Total		Proteção da qualidade do ar e clima		Gestão de águas residuais		Gestão de resíduos		Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais		Proteção contra ruídos e vibrações		Proteção da biodiversidade e paisagem		Proteção contra radiações		Investigação e desenvolvimento		Outras atividades de proteção do ambiente	
€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	€ (milhares)	%*	
Portugal	594435	100,0	451	0,08	x	–	459378	77,3	1415	0,24	1442	0,2	116024	19,5	x	–	295	0,05	15431	2,6
Continente	557850	100,0	451	0,08	x	–	431720	77,4	1314	0,24	1440	0,3	107306	19,2	x	–	276	0,05	15343	2,8
Lisboa e Vale do Tejo	265279	100,0	347	0,13	x	–	198750	74,9	230	0,09	1036	0,4	56114	21,2	x	–	13	0,005	8789	3,3
Oeste	23302	100,0	6	0,03	x	–	19030	81,7	181	0,78	0	0,0	3129	13,4	x	–	13	0,06	943	4,0
Médio Tejo ^a	10357	100,0	3	0,03	x	–	6553	63,3	0	0,0	2	0,02	3614	34,9	x	–	0	0,0	185	1,8
Grande Lisboa	177630	100,0	338	0,19	x	–	132985	74,9	0	0,0	1034	0,6	38456	21,6	x	–	0	0,0	4816	2,7
Península de Setúbal	40521	100,0	0	0,0	x	–	31546	77,9	0	0,0	0	0,0	6282	15,5	x	–	0	0,0	2692	6,6
Lezíria do Tejo	13469	100,0	0	0,0	x	–	8636	64,1	49	0,36	0	0,0	4633	34,4	x	–	0	0,0	152	1,1

NOTAS:

x: Dado não disponível

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 11 de Dezembro de 2012 (INE, IP); consulta a 10 de Setembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2011, as despesas em ambiente dos municípios da RLVT, no valor de 265 279 000 euros, correspondiam a 44,6% do valor daquelas despesas em Portugal e a 47,6% das do Continente. A Grande Lisboa contribuiu com mais de sessenta por cento (67,0%) para as despesas da RLVT, e o Médio Tejo com 3,9%, representando o menor contributo, naquele ano.

No mesmo ano, a maioria das despesas em ambiente dos municípios da RLVT (74,9%) foi feita no domínio “Gestão de resíduos”, à semelhança do registado em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da Região. As menores despesas, na Região, foram feitas no domínio “Investigação e desenvolvimento”, à semelhança do ocorrido a nível nacional, do Continente e de quatro das cinco NUTS III da RLVT (Grande Lisboa, Península de Setúbal, Médio Tejo e Lezíria do Tejo), nas quais não se registou qualquer despesa, naquele domínio, tal como o registado no domínio “Proteção da qualidade do ar e clima”, nas NUTS III Península de Setúbal e Lezíria do Tejo, também sem qualquer despesa; no Oeste, a menor despesa foi feita no domínio “Proteção da qualidade do ar e clima”.

Tabela 233 – Despesas em ambiente dos municípios por habitante (€ por habitante), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001) e Domínios de ambiente, em 2010

Localização geográfica	Despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ hab.)									
	Domínios de ambiente									
	Total	Proteção da qualidade do ar e clima	Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Proteção e recuperação dos solos, de águas subterráneas e superficiais	Proteção contra ruídos e vibrações	Proteção da biodiversidade e paisagem	Proteção contra radiações	Investigação e desenvolvimento	Outras atividades de proteção do ambiente
Portugal	57	0	0	43	0	0	12	0	0	1
Continente	56	0	0	42	0	0	12	0	0	1
Lisboa e Vale do Tejo	71	0	0	52	0	0	16	0	0	2
Oeste	45	0	0	35	0	0	7	0	0	2
Médio Tejo ^a	45	0	0	28	0	0	16	0	0	1
Grande Lisboa	88	0	0	64	0	0	21	0	0	2
Península de Setúbal	54	0	0	42	0	0	9	0	0	3
Lezíria do Tejo	59	0	0	41	0	0	17	0	0	1

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 17 de janeiro de 2012 (INE, IP); consulta a 10 de Setembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2010, registaram-se 71 €/habitante de despesas em ambiente dos municípios da RLVT, valor superior ao registado em Portugal e no Continente, naquele ano.

O domínio de ambiente onde se registou o maior valor de despesa por habitante, na Região, foi na “Gestão de resíduos”, à semelhança do registado a nível de Portugal, do Continente e das cinco NUTS III da RLVT.

6.2 Escola

O futuro de cada um consubstancia-se na escola. Assim, o insucesso escolar é o fenómeno mais importante em termos de exclusão no seio da escola. Pode surgir associado a experiências traumatizantes, baixas expectativas, desilusão, ausência de perspetivas perante o futuro em termos de construção de um projeto escolar e profissional. A escola pode ser mesmo ser um espaço de expressão da revolta sentida no seio do grupo, da família ou de condições de exclusão da comunidade. Consta-se uma taxa de insucesso escolar mais significativa entre populações mais vulneráveis, de que são exemplos, entre outros, os filhos de desempregados de longa duração, de famílias disfuncionais e/ou monoparentais, filhos de toxicodependentes ou de populações migrantes.

Multifatorialidade no insucesso escolar

Até há algumas décadas atrás, considerava-se que existia insucesso escolar quando os objetivos pedagógicos não eram atingidos, o que não obstava a uma integração social, dada a separação que existia entre a escola e o mundo do trabalho.

Com a democratização da escola – aumento dos anos de escolaridade obrigatória e ensino secundário aberto a todos – iniciou-se a seleção social no seio da escola e não fora dela. Tal significou que a obtenção de um “diploma” passou a ser cada vez mais importante para a integração social e profissional.

O insucesso escolar é uma antecâmara do fracasso na vida, restringindo oportunidades de sucesso à maioria das crianças e jovens em risco e reduzindo a esperança de aprender algo válido e importante para o seu futuro.

Os problemas da criança estão sempre inseridos num determinado contexto – a família, a escola e o meio – pelo que se trata de um processo social e não um mero problema individual exclusivamente centrado nas características do potencial de aprendizagem da criança ou do jovem estudante.

Embora a escola possa ser acusada de contribuir para as desigualdades e para a exclusão social, desempenha, como instituição, um papel insubstituível na integração social dos indivíduos. Os objetivos e conteúdos do *curriculum* escolar que a escola privilegia são predominantemente uma seleção de conhecimentos, atitudes e valores relevantes da cultura da sociedade a que pertence. Os *curricula* estão mais adaptados aos alunos provenientes de grupos sociais, económicos e étnicos maioritários e, conseqüentemente, os alunos oriundos de minorias étnicas e estratos sociais mais baixos têm maiores dificuldades em atingir os objetivos curriculares.

As expectativas dos professores em relação aos alunos têm grande importância no processo de aprendizagem. Os professores influenciados pelos valores da sua cultura e classe social tendem, inconscientemente, a conceber perfis de “bons alunos”. Os alunos que mais se afastam dessa imagem podem ver a sua autoestima, autoconfiança e motivação afetadas, contribuindo, dessa forma, para o seu insucesso.

Também é relevante referir-se que, em zonas de difícil acesso e em escolas em bairros degradados com populações pertencentes a “grupos marginais”, o absentismo e a instabilidade do corpo docente têm um contributo negativo no sucesso escolar.

A importância do meio físico, particularmente as condições higio-sanitárias dos estabelecimentos escolares, é também um fator contributivo para a diminuição do sucesso escolar caso não propicie o bem-estar dos alunos e dos profissionais que aí trabalham.

Nas zonas rurais, há uma maior incidência de doenças de transmissão hídrica, como é o caso da hepatite A, por deficiente tratamento da água de abastecimento, o que conduz a um absentismo desnecessário.

Também nos locais onde as amplitudes térmicas são mais elevadas e particularmente sob o efeito das alterações climáticas em curso, a inexistência de tecnologia reguladora da temperatura pode conduzir a invernos inóspitos e a verões muito quentes em estabelecimentos escolares inadequadamente construídos, com diminuição da sensação de conforto e bem-estar dos alunos, professores e outros funcionários.

O estado de abandono dos estabelecimentos escolares, com edifícios degradados e arranjos exteriores descuidados, produz um ambiente desconfortável e esteticamente repulsivo que afasta as crianças do desejo de aí permanecerem.

Nas zonas urbanas e respetivos subúrbios, o panorama ambiental não é substancialmente diferente, dado que muitas escolas têm já muitos anos de existência. É frequente encontrarem-se nestas escolas instalações sanitárias sem quaisquer condições higiénicas onde, por muito eficaz que seja a sua limpeza, não se consegue obter um compartimento sanitário adequado, dada a desadequação do equipamento sanitário à idade dos utilizadores.

Tudo isto se passa numa Região onde se encontram também escolas modelo, das mais avançadas da União Europeia (UE). Tal acentua as diferenças entre os locais e as pessoas, criando desigualdades entre uns e outros, dado que é tão inadequada uma escola degradada na zona rural para as crianças dessa zona quanto uma escola construída com tecnologia de ponta no local suburbano para ser frequentada por crianças oriundas de uma minoria étnica residente num bairro degradado.

No que respeita ao idioma, o domínio da língua usada na escola é essencial para o sucesso das crianças. O seu conhecimento deficiente dificulta o conjunto das aprendizagens bem como o processo de integração destas. No caso das crianças e jovens africanas que falam a língua materna, entre as quais o crioulo¹¹, este é visto como um português deficiente e não como símbolo de identidade e meio de comunicação no contexto da sua cultura. As críticas ao modo como as crianças falam português afetam a sua autoconfiança e restringem a sua participação no processo de aprendizagem.

O sucesso escolar das crianças pertencentes a minorias étnicas está comprometido pelos seus baixos índices de autoestima e autoimagem, devido à desvalorização da sua identidade cultural, dos preconceitos e discriminações de que são alvo na sociedade onde se inserem e na escola. Estes baixos níveis de autoimagem e autoestima tendem a originar baixas expectativas em relação à sua aprendizagem e a facilitar o insucesso escolar. A valorização, no dia-a-dia escolar, das diferenças raciais, culturais e linguísticas contribui para a formação da autoestima e autoimagem das crianças das minorias étnicas. Acresce que a maioria dos membros pertencentes a estas minorias vive em condições socioeconómicas desvantajosas o que, só por si, contribuirá para o insucesso escolar.

A família e o meio social são também um fator importante. As condições de vida das crianças no seio da família poderão ser perturbadas por fatores intrinsecamente familiares ou de organização social, como é o caso das famílias com desenraizamento cultural devido, por exemplo, à migração dos meios rurais para os bairros urbanos e suburbanos; há uma perda de referências externas básicas que contribuem para falhas futuras na estruturação de uma personalidade.

As crianças inadaptadas provêm, fundamentalmente, de famílias monoparentais, ou reconstruídas, com baixos rendimentos, em situação de subemprego ou desemprego, de clandestinidade, com falta de assistência médica e social, em bairros e habitações degradados, pertencendo a minorias étnicas.

Igualmente desfavorecidas são as crianças filhas de pais com problemas de toxicodependência, alcoolismo, prostituição, doenças mentais e doenças crónicas incapacitantes.

Há também a considerar as situações em que há uma demissão dos pais na educação dos filhos, a qual pode ser provocada por baixo nível de instrução, horários de trabalho prolongados, transferência para a escola do seu papel de educador, passando ao lado do seu crescimento como pessoa.

A saúde das crianças na escola

A adaptação das crianças à escola depende de vários condicionalismos: irem para a escola com fome ou frio, serem obrigadas a trabalhar ou terem responsabilidades familiares inapropriadas

11 Dialetos naturais dos povos originários de Cabo Verde.

à sua idade (cuidar de irmãos mais novos, serem submetidas a maus-tratos e violência familiar ou serem portadoras de doença mental ou física (auditiva, visual, motora, doença crónica), entre outros.

Nas crianças com doenças crónicas, o aproveitamento escolar é dificultado pelo absentismo, motivado pelos cuidados médicos que a sua doença exige (crises de agudização, grande número de consultas, exames complementares, tratamentos de reabilitação, etc.), mas também pelas repercussões psicológicas que a doença acarreta.

As crianças deficientes auditivas e visuais terão de ser enquadradas na escola normal, com meios adaptados à sua deficiência.

Na doença mental, designadamente a depressão e o possível risco de suicídio associado, o papel da escola é preventivo, sendo importante o encaminhamento para estruturas de saúde adequadas

Alguns sinais de doença que podem ser detetados pelos professores são, entre outros, a mudança do comportamento dos alunos, a frequência irregular das aulas, a diminuição do rendimento escolar, o isolamento, as alterações do relacionamento com os colegas, as ruturas afetivas, as doenças graves do próprio, a doença ou morte no círculo afetivo, as alterações na maneira de vestir e na higiene, o abuso de álcool e drogas, a preocupação excessiva com a temática da morte.

São igualmente fatores importantes na génese do insucesso as perturbações de linguagem oral (a dislalia e a gaguez), as perturbações da linguagem escrita e da sua compreensão (a dislexia e a disgrafia), a síndrome de hiperatividade e *deficit* de atenção, a síndrome de deficiência postural.

A escola deve inovar nas estratégias pedagógicas que despertem a atenção dos que apresentam mais dificuldades de aprendizagens cognitivas e afetivas. É necessário atentar na diversidade do indivíduo e respeitar a pluralidade, pois perante crianças tão diferentes do ponto de vista económico, social, étnico e cultural um ensino indiferenciado leva a desigualdades de oportunidades de sucesso.

Um diálogo permanente entre professores, família, profissionais de saúde, assistentes sociais potencia a avaliação e tratamento precoce das situações detetadas.

6.2.1 Estabelecimentos de Ensino

Na RLVT, entre 2001 e 2011, registou-se um aumento do número total de estabelecimentos de ensino não superior (considerando os estabelecimentos públicos e os privados), com mais 2065 estabelecimentos em 2011, face a 2001, correspondendo a uma taxa de variação de +43,5%, ao contrário do verificado em Portugal e no Continente, onde o valor diminuiu. O aumento na Região ocorreu em todos os níveis de ensino ministrado, com maior expressão no ensino pré-escolar (+76,2%, correspondendo a mais 1289 estabelecimentos em 2011, face a 2001) e a menor

no 1.º Ciclo do Ensino Básico (+13,7%, correspondendo a mais 231 naquele intervalo de tempo, estabelecimentos em 2011, face a 2001). Portugal e o Continente acompanharam o sentido da evolução verificado na RLVT no ensino pré-escolar, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário; nos restantes níveis de ensino ministrado, registou-se uma diminuição do número total de estabelecimentos de ensino não superior, em Portugal e no Continente.

No mesmo intervalo de tempo, registou-se, nas NUTS III da RLVT, um aumento do número total de estabelecimentos de ensino não superior (considerando os estabelecimentos públicos e os privados) em apenas duas NUTS: na Península de Setúbal e no Médio Tejo, à semelhança do ocorrido na Região. Nas restantes NUTS III, registou-se evolução contrária, com diminuição do número de estabelecimentos, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente. A diminuição mais expressiva ocorreu na Grande Lisboa (-81,7%), com o menor valor da taxa de variação a registar-se na Lezíria do Tejo (-14,7%); o aumento mais expressivo ocorreu na Península de Setúbal (+534,2%), com o menor valor da taxa de variação a registar-se no Médio Tejo (+40,3%).

No que concerne aos estabelecimentos públicos e privados, a maior diminuição do número total de estabelecimentos de ensino não superior, nas NUTS III da RLVT, no intervalo de tempo considerado, ocorreu no ensino privado, na Grande Lisboa (-93,8%), e a menor no ensino público, no Médio Tejo (-4,2%); o maior aumento ocorreu no ensino privado, na Península de Setúbal (+600,0%) e o menor ocorreu também no ensino privado, na Lezíria do Tejo (+60,0%).

Considerando o nível de ensino ministrado, nas NUTS III da RLVT, a diminuição mais expressiva do número total de estabelecimentos de ensino não superior (considerando os estabelecimentos públicos e os privados) ocorreu no 1.º Ciclo do Ensino Básico, na Grande Lisboa (-126,3%), e a menos expressiva ocorreu no 2.º Ciclo do Ensino Básico, no Oeste (-8,3%). O aumento mais expressivo do número daqueles estabelecimentos ocorreu no Ensino Pré-Escolar, na Península de Setúbal (+649,6%), e a menos expressiva ocorreu no 3.º Ciclo do Ensino Básico, no Oeste (+4,3%).

Tabela 234 – Estabelecimentos de ensino não superior (N.º e %), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), em 2001 e 2011

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Estabelecimentos de ensino não superior (N.º e %)																																			
		Nível de ensino ministrado *																																			
		Total			Pré-escolar			Básico - 1º ciclo			Básico - 2º ciclo			Básico - 3º ciclo			Secundário																				
Total		Público		Privado		Total		Público		Privado		Total		Público		Privado		Total		Público		Privado															
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*														
2011	Portugal	15669	100,0	11696	74,6	3973	25,4	6812	43,5	4579	27,9	2433	15,5	5225	33,3	4669	29,8	556	3,5	1179	7,5	913	5,8	286	1,7	1516	9,7	1169	7,5	347	2,2	937	6,0	566	3,6	371	2,4
	Continente	14763	100,0	10984	74,4	3779	25,6	6415	43,5	4088	27,8	2317	15,7	4922	33,3	4396	29,8	526	3,6	1115	7,6	856	5,8	259	1,8	1440	9,8	1107	7,5	333	2,3	871	5,9	527	3,6	344	2,3
	Lisboa e Vale do Tejo	6807	100,0	4589	67,4	2218	32,6	2981	43,8	1595	23,3	1396	20,5	2237	32,9	1842	27,1	395	5,8	544	8,0	403	5,9	141	2,1	659	9,7	516	7,6	143	2,1	386	5,7	243	3,6	143	2,1
	Oeste	672	100,0	545	81,1	127	18,9	298	44,3	217	32,3	81	12,1	250	37,2	239	35,6	11	1,6	44	6,5	35	5,2	9	1,3	49	7,3	37	5,5	12	1,8	31	4,6	17	2,5	14	2,1
	Médio Tejo ^a	867	100,0	541	62,4	326	37,6	387	44,6	152	17,5	235	27,1	272	31,4	219	25,3	53	6,1	69	8,0	57	6,6	12	1,4	90	10,4	77	8,9	13	1,5	49	5,7	36	4,2	13	1,5
	Grande Lisboa	392	100,0	328	83,7	64	16,3	175	44,6	139	35,5	36	9,2	136	34,7	126	32,1	10	2,6	26	6,6	21	5,4	5	1,3	32	8,2	27	6,9	5	1,3	23	5,9	15	3,8	8	2,0
	Península de Setúbal	4509	100,0	2864	63,5	1645	36,5	1964	43,6	959	21,3	1005	22,3	1450	32,2	1136	25,2	314	7,0	378	8,4	264	5,9	114	2,5	482	10,0	343	7,6	109	2,4	265	5,9	162	3,6	103	2,3
	Lezíria do Tejo	367	100,0	311	84,7	56	15,3	157	42,8	118	32,2	39	10,6	129	35,1	122	33,2	7	1,9	27	7,4	26	7,1	1	0,3	36	9,8	32	8,7	4	1,1	18	4,9	13	3,5	5	1,4

CONTINUA

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Estabelecimentos de ensino não superior (N.º e %)																																			
		Nível de ensino ministrado *																																			
		Total			Pré-escolar			Básico - 1º ciclo			Básico - 2º ciclo			Básico - 3º ciclo			Secundário																				
		Público		Privado	Público		Privado	Público		Privado	Público		Privado	Público		Privado	Público		Privado																		
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*																		
2001	Portugal	19554	100,0	16204	82,9	3350	17,1	6624	33,9	4454	22,8	2170	11,1	9416	48,2	8847	45,2	569	2,9	1447	7,4	1213	6,2	234	1,2	1398	7,1	1171	6,0	227	1,2	669	3,4	519	2,7	150	0,8
	Continente	18524	100,0	15311	82,7	3213	17,3	6172	33,3	4099	22,1	2073	11,2	8984	48,5	8444	45,6	540	2,9	1395	7,5	1166	6,3	229	1,2	1336	7,2	1114	6,0	222	1,2	637	3,4	488	2,6	149	0,8
	Lisboa e Vale do Tejo	4742	100,0	3317	69,9	1425	30,1	1692	35,7	838	17,7	854	18,0	2006	42,3	1690	35,6	316	6,7	372	7,8	271	5,7	101	2,1	445	9,4	352	7,4	93	2,0	227	4,8	166	3,5	61	1,3
	Oeste	846	100,0	770	91,0	76	9,0	257	30,4	199	23,5	58	6,9	476	56,3	469	55,4	7	0,8	48	5,7	45	5,3	3	0,4	47	5,6	43	5,1	4	0,5	18	2,1	14	1,7	4	0,5
	Médio Tejo ^a	618	100,0	565	91,4	53	8,6	204	33,0	172	27,8	32	5,2	319	51,6	310	50,2	9	1,5	42	6,8	38	6,1	4	0,6	35	5,7	30	4,9	5	0,8	18	2,9	15	2,4	3	0,5
	Grande Lisboa	2137	100,0	1111	52,0	1026	48,0	833	39,0	274	12,8	559	26,2	721	33,7	463	21,7	258	12,1	192	9,0	110	5,1	82	3,8	253	11,8	176	8,2	77	3,6	138	6,5	88	4,1	50	2,3
	Península de Setúbal	711	100,0	476	66,9	235	33,1	262	36,8	90	12,7	172	24,2	272	38,3	230	32,3	42	5,9	59	8,3	47	6,6	12	1,7	78	11,0	72	10,1	6	0,8	40	5,6	37	5,2	3	0,4
	Lezíria do Tejo	430	100,0	395	91,9	35	8,1	136	31,6	103	24,0	33	7,7	218	50,7	-	-	31	7,2	31	7,2	-	-	-	-	32	7,4	31	7,2	1	0,2	13	3,0	12	2,8	1	0,2

CONTINUAÇÃO

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

*: "Cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os ensinosa que ministra" (INE, IP)

-: Dado nulo ou não aplicável

Última atualização destes dados: 08 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 08 de Outubro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 235 -Taxa de variação (%) do número de estabelecimentos de ensino não superior, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III – NUTS 2001), 2001-2011

Localização geográfica		Taxa de variação (%) 2001-2011																			
		Nível de ensino ministrado ^a						Básico - 2º ciclo						Básico - 3º ciclo						Secundário	
		Total		Pré-escolar		Básico - 1º ciclo		Total		Público		Privado		Total		Público		Privado		Total	Privado
Natureza institucional																					
Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	
Portugal	-19,9	+27,8	+18,6	+2,8	-1,7	+12,1	-47,4	-47,2	-2,3	-18,5	-24,7	+13,7	+8,4	-0,2	+52,9	+40,1	+9,1	+147,3			
Continente	-20,3	-28,3	+17,6	+3,9	0,0	+11,8	-48,1	-47,9	-2,6	-20,1	-26,6	+13,1	+7,8	-0,6	+50,0	+36,7	+8,0	+130,9			
Lisboa e Vale do Tejo	+43,5	+38,3	+55,6	+76,2	+89,1	+63,5	+13,7	+9,0	+25,0	+46,2	+48,7	+39,6	+48,1	+46,6	+53,8	+70,0	+46,4	+134,4			
Oeste	-20,6	-29,2	+67,1	+16,0	+9,0	+39,7	-48,2	-49,0	+57,1	-8,3	-22,2	+200,0	+4,3	-14,0	+200,0	+72,2	+21,4	+250,0			
Médio Tejo ^a	+40,3	-4,2	+515,1	+89,7	-11,6	+634,4	-15,2	-29,4	+488,9	+64,3	+50,0	+200,0	+157,1	+156,7	+160,0	+172,2	+140,0	+333,3			
Grande Lisboa	-81,7	-70,5	-93,8	-79,0	-49,3	-93,6	-126,3	-72,8	-96,1	-86,5	-80,9	-93,9	-87,4	-84,7	-93,5	-83,3	-83,0	-84,0			
Península de Setúbal	+534,2	+501,7	+600,0	+649,6	+965,6	+484,3	+512,2	+393,9	+647,6	+540,7	+461,7	+850,0	+479,5	+376,4	+1,716,7	+562,5	+337,8	+3333,3			
Lezíria do Tejo	-14,7	-21,3	+60,0	+15,4	+14,6	+18,2	-40,8	-44,0	-	-12,9	-16,1	-	+12,5	+3,2	+300,0	+38,5	+8,3	+400,0			

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

^b "Cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os ensinos que ministra" (INE, IP)

-: Dado nulo ou não aplicável

Última atualização dos dados do INE, IP: 08 de Novembro de 2012; consulta a 08 de Outubro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, o número estabelecimentos de ensino não superior na RLVT representava 43,4% daqueles estabelecimentos a nível nacional e 46,1% a nível de Portugal Continental, com o maior valor contabilizado na Península de Setúbal, correspondendo a mais de sessenta e cinco por cento daqueles estabelecimentos na Região (66,2%), e o menor na Lezíria do Tejo (5,4% daqueles estabelecimentos na RLVT).

Naquele ano, mais de sessenta e sete por cento (67,4%) dos estabelecimentos de ensino não superior da Região eram do sector público, representando 39,2% daqueles estabelecimentos do sector público de Portugal e 41,8% dos do Continente. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Península de Setúbal (62,4% daqueles estabelecimentos privados da RLVT) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (6,8% daqueles estabelecimentos privados da Região). O predomínio dos estabelecimentos públicos verificou-se em todos os níveis de ensino ministrado, na RLVT, em Portugal e nas cinco NUTS III da RLVT, com exceção do ensino pré-escolar, nas NUTS III Península de Setúbal e Médio Tejo, onde predominavam os estabelecimentos privados.

Considerando o nível de ensino ministrado, a maioria dos estabelecimentos de ensino não superior da RLVT, em 2011, eram do ensino pré-escolar (43,8%) e a menor proporção era de estabelecimentos do ensino secundário (5,7%), à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da Região.

Os estabelecimentos do ensino pré-escolar representavam 43,8% daqueles estabelecimentos a nível nacional e 46,5% dos existentes a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Península de Setúbal (65,9% dos estabelecimentos do ensino pré-escolar da Região) e o menor foi dado pela Lezíria do Tejo (5,3% dos estabelecimentos do ensino pré-escolar da RLVT).

Tabela 236 – Proporção dos estabelecimentos de ensino não superior (%), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III – NUTS 2001), em 2011

Localização geográfica	Proporção dos Estabelecimentos de ensino não superior (%)																	
	Nível de ensino ministrado ^a																	
	Total			Pré-escolar			Básico - 1º ciclo			Básico - 2º ciclo			Básico - 3º ciclo			Secundário		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Portugal	100,0	74,6	25,4	43,5	27,9	15,5	33,3	29,8	3,5	7,5	5,8	1,7	9,7	7,5	2,2	6,0	3,6	2,4
Continente	100,0	74,4	25,6	43,5	27,8	15,7	33,3	29,8	3,6	7,6	5,8	1,8	9,8	7,5	2,3	5,9	3,6	2,3
Lisboa e Vale do Tejo	100,0	67,4	32,6	43,8	23,3	20,5	32,9	27,1	5,8	8,0	5,9	2,1	9,7	7,6	2,1	5,7	3,6	2,1
Oeste	100,0	81,1	18,9	44,3	32,3	12,1	37,2	35,6	1,6	6,5	5,2	1,3	7,3	5,5	1,8	4,6	2,5	2,1
Médio Tejo ^a	100,0	62,4	37,6	44,6	17,5	27,1	31,4	25,3	6,1	8,0	6,6	1,4	10,4	8,9	1,5	5,7	4,2	1,5
Grande Lisboa	100,0	83,7	16,3	44,6	35,5	9,2	34,7	32,1	2,6	6,6	5,4	1,3	8,2	6,9	1,3	5,9	3,8	2,0
Península de Setúbal	100,0	63,5	36,5	43,6	21,3	22,3	32,2	25,2	7,0	8,4	5,9	2,5	10,0	7,6	2,4	5,9	3,6	2,3
Lezíria do Tejo	100,0	84,7	15,3	42,8	32,2	10,6	35,1	33,2	1,9	7,4	7,1	0,3	9,8	8,7	1,1	4,9	3,5	1,4

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

^b - "Cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os ensinos que ministra" (INE, IP)

Última atualização dos dados do INE, IP: 08 de Novembro de 2012; consulta a 08 de Outubro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Tabela 237 – Estabelecimentos de ensino superior (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2000 a 2010

Localização geográfica	Estabelecimentos de ensino superior (N.º)										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Portugal	296	301	305	319	326	328	325	325	316	310	305
Continente	288	293	297	311	317	319	316	316	308	300	296
RLVT	114	114	117	123	124	125	124	126	126	125	124
Oeste	4	4	4	4	4	5	6	6	7	7	9
Médio Tejo ^a	4	4	4	4	4	4	5	4	4	4	4
Grande Lisboa	88	88	91	97	98	98	95	97	96	95	94
Península de Setúbal	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	11
Lezíria do Tejo	6	6	6	6	6	6	6	7	7	7	6

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 03 de Dezembro de 2010 (INE, IP); consulta a 03 de Janeiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Tabela 238 – Taxa de variação (%) do número de estabelecimentos de ensino superior, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2000 a 2010

Localização geográfica	Taxa de variação (%)
	2000-2010
Portugal	-3,0
Continente	-2,7
RLVT	-8,1
Oeste	-55,6
Médio Tejo ^a	0,0
Grande Lisboa	-6,4
Península de Setúbal	+9,1
Lezíria do Tejo	0,0

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados do INE, IP: 03 de Dezembro de 2010; consulta a 03 de Janeiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Na RLVT, entre 2000 e 2010 (últimos dados disponíveis), registou-se uma diminuição do número de estabelecimentos de ensino superior, com menos 10 estabelecimentos em 2010, correspondendo a uma taxa de variação de -8,1%. No mesmo intervalo de tempo, as NUTS III da RLVT Oeste e Grande Lisboa seguiram a mesma evolução da Região, com maior expressão no Oeste, onde se registou uma diminuição em mais de metade daqueles estabelecimentos (de -55,6%, tendo sido de -6,4% na Grande Lisboa). Na NUTS III Península de Setúbal observou-se uma evolução inversa,

com aumento do número de estabelecimentos (taxa de variação de 9,1%). No Médio Tejo e Lezíria do Tejo não se registaram alterações, considerando os dados estatísticos nos anos em apreço.

Em 2010 (último ano disponível), o número estabelecimentos de ensino superior na RLVT representava 38,5% daqueles estabelecimentos, a nível nacional (39,6% a nível de Portugal Continental), com o maior valor a ser contabilizado na Grande Lisboa (correspondendo a mais de setenta e cinco por cento daqueles estabelecimentos na Região, 77,2%), e o menor no Oeste e no Médio Tejo.

Tabela 239 – Estabelecimentos de ensino superior por 100 000 habitantes, por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS, 2001), 2003/2004 a 2008/2009

Localização geográfica	Estabelecimentos de ensino superior por 100 000 habitantes					
	2008-2009	2007-2008	2006-2007	2005-2006	2004-2005	2003-2004
Portugal	2,8	2,9	3	3,1	3,1	3,1
Continente	2,9	2,9	3,1	3,1	3,2	3,2
Lisboa e Vale do Tejo ^a	3,1	3,2	3,4	3,4	3,5	3,5

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 23 de Fevereiro de 2010 (INE, IP); consulta a 18 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

No biénio 2008/2009 (últimos dados disponíveis), o número de estabelecimentos de ensino superior por 100 000 habitantes na RLVT foi de 3,1, valor superior ao nacional e ao de Portugal Continental.

6.2.2 Abandono escolar precoce

Tabela 240 – Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 2011 – %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Sexo, em 2011

Local de residência	Taxa de abandono precoce de educação e formação (%) *		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	23,2	28,2	18,1
Continente	22,3	27,0	17,4
Lisboa e Vale do Tejo ^a	22,4	26,5	18,1

NOTAS:

* "O "Abandono precoce de educação e formação" é um dos indicadores utilizados na monitorização da estratégia Europa 2020 (anteriormente designado por "Abandono escolar precoce"). Os valores apresentados seguem a metodologia de cálculo do Eurostat." (INE, IP)

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 03 de Julho de 2012 (INE, IP); consulta a 18 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2011, na RLVT, a população residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação no período de referência (abandono precoce de educação e formação) foi de 22,4% da população residente naquele grupo etário, valor idêntico ao nacional e ao de Portugal Continental. O abandono precoce de educação e formação teve maior expressão nos indivíduos do sexo masculino, na Região, em Portugal e no Continente.

6.3 Família

Algumas situações de exclusão e de desigualdades provêm do enfraquecimento dos laços familiares tradicionais e das solidariedades organizadas em torno do modelo de família alargada, dadas as alterações que se verificaram na família nas últimas décadas.

A atração urbana da mão-de-obra rural e estrangeira, a mobilidade geográfica, social e profissional, a elevação do nível de instrução, a generalização do salário e a nova divisão do trabalho entre géneros e entre nacionais e imigrados, condicionaram escolhas de vida pessoais, reforçadas pelo afastamento do meio familiar de origem. Traduziram-se na emergência de um modelo familiar de tipo *nuclear*, centrado sobre a constituição de um casal, cujos laços repousam fundamentalmente sobre a negociação e onde o declínio da fecundidade impera. Deixou de existir a “necessidade agrícola” de famílias numerosas.

A família exerce uma forte influência sobre o nível de saúde dos seus membros:

- todo o indivíduo é o produto da interação entre o seu genótipo e o meio ambiente;
- a família é vital para o desenvolvimento da criança;
- algumas famílias são mais vulneráveis às doenças do que outras;
- as doenças infecciosas alastram nas famílias;
- os fatores familiares afetam a morbi-mortalidade dos seus membros;
- a família é importante na recuperação da doença.

Fatores de risco

Uma família é uma organização, ou sistema social, onde uma alteração importante tem consequências profundas em todos os seus membros, afetando particularmente o desenvolvimento dos mais novos, sendo de realçar as situações que podem ter impactes negativos – cuidados parentais inadequados, conflito, divórcio, doença e deficiência, luto, pobreza, desenraizamento, desemprego.

As principais evoluções da família podem resumir-se no alongamento da escolaridade, no au-

mento da idade do matrimónio e do seu número, no desenvolvimento da coabitação juvenil e da união livre, na baixa da natalidade e da taxa de fecundidade, no aumento do nascimento fora do casamento e no considerável aumento das separações e dos divórcios. Estas tendências contribuíram para o aparecimento, paralelamente à família tradicional clássica, de dois tipos de famílias: *famílias monoparentais* e *famílias reconstruídas*. Há ainda a referir que muitas famílias são constituídas por uma só pessoa viva – *famílias unitárias*.

Para estas famílias, um acontecimento grave (desemprego, doença) provoca uma baixa de proventos, podendo criar uma situação de precariedade.

Há bastantes anos a viuvez era a razão primeira da monoparentalidade. Hoje, essa situação, em cerca de metade dos casos, é consequência de um divórcio e afeta sobretudo as mulheres em meio urbano. Cerca de 70% dos primeiros casamentos terminam em divórcio e aproximadamente 60% de todos os divórcios envolvem crianças.

Neste contexto de decomposição e recomposição familiar, a criança confronta-se com situações como os conflitos familiares, as ruturas, a ausência de um dos pais biológicos e as novas regras da família que passa a integrar. As carências objetivas e afetivas da infância são determinantes da personalidade e repercutem-se no futuro da criança, podendo influir negativamente sobre os resultados escolares e a inserção profissional, gerando, mesmo, problemas de comportamento e alguns desvios. Muitos dos indivíduos que estão nas prisões atribuem os seus atos às carências familiares da sua infância, apontando assim para *infâncias de risco*.

Um outro aspeto a referir prende-se com o alongamento dos estudos e as dificuldades de inserção profissional, fatores que retardam o acesso a uma vida autónoma, com um prolongamento da vida dos jovens com os pais.

Verifica-se, na Região, que este modelo é predominante, com os jovens a apresentarem uma tendência geral para protelar os estudos, um longo período de precariedade laboral após a conclusão dos estudos e uma forte tendência para permanecer em casa dos pais, mesmo na posse de um emprego estável e com elevado grau de independência.

A taxa de desemprego entre os jovens até aos 25 anos, à procura do primeiro emprego, tem aumentado fortemente devido à crise financeira e económica em curso. O número de licenciados a fazerem mestrados e doutoramentos logo após a conclusão do curso superior é uma consequência desse fato.

Pode, assim, concluir-se que as questões da escolaridade e da instabilidade económica caracterizam a juventude – um grupo heterogéneo, caracterizado por múltiplas clivagens, designadamente sociais.

Consequências

Ressalta, portanto, a existência de disfunções suscetíveis de ameaçar as famílias, contribuindo, em particular, para a exclusão e as desigualdades entre os jovens.

O sistema de regulação tradicional, baseado na proximidade da família alargada, não pode funcionar, dada a sua inexistência. Os jovens, deixados à sua própria iniciativa, têm de construir, muitas vezes sozinhos ou em grupos, a sua identidade e estruturar-se. Daí os riscos de insucesso escolar, do desvio, da exclusão.

Mas a família de hoje comporta numerosos aspetos positivos – as comunicações modernas facilitam o contacto entre os seus diversos membros, possibilitando-lhes juntarem-se em alturas de crise, na família atual há uma relação de casal negociada, com predomínio de crianças desejadas. Há muitas famílias reconstruídas funcionantes, onde a criança nem sempre está só – tem os pais biológicos, os pais educadores, avós, irmãos e irmãs ou meios-irmãos ou meias-irmãs.

Mas é um fato que na família moderna as clivagens são potencialmente mais numerosas e os indivíduos, isolados e entregues aos seus próprios meios materiais, morais e afetivos, ficam mais fragilizados; os riscos de se encontrarem em situações de exclusão são maiores, desde que muitos fatores se acumulem (desemprego, baixa de proventos económicos, alojamento deficiente, fraco nível de qualificação). Neste âmbito, as desigualdades são enormes.

Uma família não é uma ilha e tem relações estreitas com o campo socioeconómico (trabalho ou desemprego, estatuto social, proventos), urbano (habitat, cultura e modo de vida), escolar (nível de formação ou insucesso escolar), jurídico, da saúde, com os quais interage e, tal como nos restantes sistemas sociais, se gere atualmente num contexto de incerteza.

6.3.1 Famílias clássicas e institucionais

Em 2011, o número de famílias institucionais e o número de famílias clássicas da Região representavam, respetivamente, 37,3% e 36,5% daquelas famílias em Portugal (39,3% e 38,1% no Continente). A NUTS III Grande Lisboa tinha o maior número de famílias institucionais e de famílias clássicas, correspondendo, respetivamente, a 49,1% e a 56,6% daquelas famílias na Região; os menores valores registaram-se na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo, respetivamente para as famílias institucionais e para as famílias clássicas.

Tabela 241 – Famílias institucionais e clássicas (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011

Local de residência	Famílias institucionais e clássicas (N.º) e Taxa de variação (%) 2001-2011					
	Famílias institucionais		Famílias clássicas		Famílias institucionais	Famílias clássicas
	2001	2011	2001	2011	Taxa de variação (%) 2001-2011*	
Portugal	3876	4832	3650757	4043726	+24,7	+10,8
Continente	3661	4578	3505292	3869188	+25,0	+10,4
RLVT	1550	1801	1305438	1476002	+16,2	+13,1
Oeste	134	191	122614	140696	+42,5	+14,7
Médio Tejo	183	280	86923	90126	+53,0	+3,7
Grande Lisboa	928	884	742658	835653	-4,7	+12,5
Península de Setúbal	211	287	263013	312122	+36,0	+18,7
Lezíria do Tejo	94	159	90230	97405	+69,1	+8,0

NOTAS:

Última atualização dos dados de 2001: 31 de Maio de 2001 (INE, IP)

Última atualização dos dados de 2011: 07 de Dezembro de 2012 (INE, IP); consulta a 05 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Na RLVT, o número de famílias institucionais, em 2011, era de 1 801, tendo aumentado, 16,2% face a 2001. O número de famílias clássicas na Região também aumentou, de 2001 (1 305 438 famílias) para 2011 (1 476 002 famílias), correspondendo a uma taxa de variação de 13,1%. Em ambos os casos, a evolução seguiu a verificada a nível nacional, de Portugal Continental e de quatro das cinco NUTS III da Região entre 2001 e 2011; apenas na Grande Lisboa se registou uma diminuição do número de famílias institucionais (-4,7%), naquele intervalo de tempo (as clássicas, pelo contrário, aumentaram 12,5%).

A Grande Lisboa foi a única NUTS III da RLVT em que se registou uma diminuição do número de famílias institucionais, de 2001 para 2011 (- 4,7%); nas restantes NUTS III ambos os indicadores seguiram o padrão Regional e Nacional.

Tabela 242 – Núcleos familiares monoparentais (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), à data dos Censos 2011

Local de residência	Núcleos familiares monoparentais (N.º e %)					
	Total		Pai com filhos		Mãe com filhos	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	480443	100,0	64100	13,3	416343	86,7
Continente	454505	100,0	60843	13,4	393662	86,6
RLVT	188285	100,0	25894	13,8	162391	86,2
Oeste	14448	100,0	2068	14,3	12380	85,7
Médio Tejo	8812	100,0	1238	14,0	7574	86,0
Grande Lisboa	114423	100,0	15450	13,5	98973	86,5
Península de Setúbal	40305	100,0	5686	14,1	34619	85,9
Lezíria do Tejo	10297	100,0	1452	14,1	8845	85,9

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 04 de Dezembro de 2012

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Na RLVT, o número de núcleos familiares integrando apenas um dos progenitores (pai ou mãe) com filho(s), em 2011, era de 188 285, correspondendo a 39,2% dos núcleos familiares monoparentais do País e a 41,4% dos de Portugal Continental. A NUTS III com maior número de núcleos familiares monoparentais foi a Grande Lisboa, representando 60,8% daqueles núcleos familiares na Região, o menor valor registou-se no Médio Tejo.

À semelhança do registado a nível nacional e do Continente, verificou-se, na Região, em 2011, a preponderância dos núcleos familiares com mãe e filhos, representando mais de oitenta por cento (86,2%) dos núcleos familiares monoparentais da RLVT; nas cinco NUTS III da RLVT verificou-se a mesma preponderância dos núcleos familiares com mãe e filhos.

6.3.2 Famílias clássicas segundo a dimensão

Em 2001 a dimensão média das famílias clássicas, em Portugal, era de 2,81 indivíduos. Os Censos de 2011 evidenciaram uma redução da dimensão das famílias clássicas, com o número médio de pessoas por família a descer para 2,58 (INE, IP, 2012).

Na RLVT, entre 2001 e 2011, a proporção de famílias clássicas com três pessoas, com quatro pessoas e com cinco ou mais pessoas tem vindo a perder expressão, representando, em 2011, respetivamente, 22,5%, 14,5% e 5,3% do total de famílias clássicas da Região (25,1%, 17,4% e 6,8%, em 2001), à semelhança do registado em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da Região. Relativamente às famílias clássicas com uma pessoa e com duas pessoas verificou-se o fenómeno inverso.

No mesmo intervalo de tempo, o número de pessoas a viver sozinhas (famílias clássicas com uma pessoa) na Região aumentou 38,0% (+100 520 famílias clássicas unipessoais, relativamente

a 2001), à semelhança do registado a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da RLVT. O maior aumento registou-se na NUTS III Península de Setúbal (+56,3%), seguida de, por ordem decrescente, o Oeste (+42,9%), a Grande Lisboa (+35,1%), a Lezíria do Tejo (+25,1%) e o Médio Tejo (+23,3%). Pelo contrário, as famílias clássicas de maior dimensão (cinco ou mais pessoas), na Região, diminuíram em 11,4% (- 10 050 famílias clássicas com cinco ou mais pessoas, relativamente a 2001), à semelhança do ocorrido a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da RLVT. A maior diminuição registou-se na NUTS III Médio Tejo (-28,5%), seguida de, por ordem decrescente, o Oeste (-20,2%), a Lezíria do Tejo (-13,6%), a Península de Setúbal (-11,4%) e a Grande Lisboa (-7,3%).

Tabela 243 – Famílias clássicas (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Dimensão, à data dos Censos 2001 e 2011

Local de residência	Famílias clássicas (N.º e %)											
	2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	Total				Com 1 pessoa				Com 2 pessoas			
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	3650757	100,0	4043726	100,0	631762	17,3	866827	21,4	1036312	28,4	1277558	31,6
Continente	3505292	100,0	3869188	100,0	611627	17,4	834680	21,6	1003882	28,6	1232982	31,9
RLVT	1305438	100,0	1476002	100,0	264613	20,3	365133	24,7	396964	30,4	486945	33,0
Oeste	122614	100,0	140696	100,0	21072	17,2	30121	21,4	37542	30,6	45820	32,6
Médio Tejo	86923	100,0	90126	100,0	16613	19,1	20487	22,7	27723	31,9	30929	34,3
Grande Lisboa	742658	100,0	835653	100,0	164408	22,1	222099	26,6	222615	30,0	272099	32,6
Península de Setúbal	263013	100,0	312122	100,0	45491	17,3	71121	22,8	80024	30,4	104856	33,6
Lezíria do Tejo	90230	100,0	97405	100,0	17029	18,9	21305	21,9	29060	32,2	33241	34,1

CONTINUA ➤

Local de residência	Famílias clássicas (N.º e %)											
	2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	Com 3 pessoas				Com 4 pessoas				Com 5 ou mais pessoas			
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	918735	25,2	965781	23,9	718492	19,7	671066	16,6	345456	9,5	262494	6,5
Continente	886204	25,3	923812	23,9	688030	19,6	637236	16,5	315549	9,0	240478	6,2
RLVT	327768	25,1	331898	22,5	227703	17,4	213686	14,5	88390	6,8	78340	5,3
Oeste	30213	24,6	33331	23,7	24178	19,7	23752	16,9	9609	7,8	7672	5,5
Médio Tejo	20006	23,0	19888	22,1	16507	19,0	14477	16,1	6074	7,0	4345	4,8
Grande Lisboa	183141	24,7	180822	21,6	123207	16,6	114940	13,8	49287	6,6	45693	5,5
Península de Setúbal	72198	27,5	75001	24,0	47745	18,2	45582	14,6	17555	6,7	15562	5,0
Lezíria do Tejo	22210	24,6	22856	23,5	16066	17,8	14935	15,3	5865	6,5	5068	5,2

➤ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização dos dados de 2011: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 22 de Janeiro de 2013

Última atualização dos dados de 2001: 31 de Maio de 2007 (INE, IP); consulta a 22 de Janeiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 244 – Taxa de variação (%) do número de famílias clássicas, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Dimensão, 2001-2011

Local de residência	Taxa de variação (%) 2001-2011					
	Total	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 pessoas	Com 4 pessoas	Com 5 ou mais pessoas
Portugal	+10,8	+37,2	+23,3	+5,1	-6,6	-24,0
Continente	+10,4	+36,5	+22,8	+4,2	-7,4	-23,8
RLVT	+13,1	+38,0	+22,7	+1,3	-6,2	-11,4
Oeste	+14,7	+42,9	+22,0	+10,3	-1,8	-20,2
Médio Tejo	+3,7	+23,3	+11,6	-0,6	-12,3	-28,5
Grande Lisboa	+12,5	+35,1	+22,2	-1,3	-6,7	-7,3
Península de Setúbal	+18,7	+56,3	+31,0	+3,9	-4,5	-11,4
Lezíria do Tejo	+8,0	+25,1	+14,4	+2,9	-7,0	-13,6

NOTAS:

Última atualização dos dados de 2011 do INE, IP: 20 de Novembro de 2012; consulta a 22 de Janeiro de 2013

Última atualização dos dados de 2001 do INE, IP: 31 de Maio de 2007; consulta a 22 de Janeiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, as famílias clássicas de maior dimensão na RLVT (com cinco ou mais pessoas) representavam 29,8% destas famílias em Portugal e 32,6% a nível do Continente; as famílias clássicas unipessoais representavam 42,1% destas famílias em Portugal e 43,7% a nível do Continente.

No mesmo ano, a maioria das famílias clássicas da Região (33,0%) tinha duas pessoas; as famílias clássicas com cinco ou mais pessoas representavam a minoria (5,3%). Fenómeno idêntico ocorreu a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da RLVT.

A NUTS III com maior proporção de famílias clássicas unipessoais relativamente ao total de famílias clássicas da NUTS foi a Grande Lisboa (26,6%), representando também o maior contributo destas famílias na Região (60,8%). As NUTS III com maior proporção de famílias clássicas com cinco ou mais pessoas, relativamente ao total de famílias clássicas da NUTS, foram a Grande Lisboa (5,47%) e o Oeste (5,45%), sendo que a Grande Lisboa representava o maior contributo destas famílias na Região (58,3%).

6.3.3 Famílias clássicas segundo o tipo de alojamento

Em 2011, na RLVT, 99,9% das famílias clássicas residiam em alojamentos familiares e 0,07% residiam em alojamentos coletivos, à semelhança do verificado a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da Região, onde a quase totalidade das famílias clássicas (mais de noventa e nove por cento) residia em alojamentos do tipo familiar.

As famílias clássicas a residir em alojamentos familiares e aquelas a residir em alojamentos coletivos da Região representavam, respetivamente 36,5% e 28,9% daquelas famílias naqueles tipos de alojamento, em Portugal, e 38,1% e 31,4%, no Continente.

A maioria das famílias clássicas da Região a residir em alojamentos familiares (99,8%) residia em alojamentos do tipo clássico, representando 99,7% das famílias a residir em alojamentos da RLVT, à semelhança do verificado em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT, onde a maioria das famílias clássicas também residia em alojamentos familiares clássicos. As restantes famílias clássicas residia em alojamentos familiares não clássicos (0,2%), que incluem barracas, alojamentos móveis, casas rudimentares de madeira, alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.), representando 0,2% do total de famílias a residir em alojamentos da Região.

As famílias a residir em alojamentos familiares clássicos e aquelas a residir em alojamentos familiares não clássicos da Região representavam, respetivamente 36,5% e 42,1% daquelas famílias naquele tipo de alojamentos, em Portugal, e 38,1% e 43,1%, no Continente.

Quanto às famílias a residir em alojamentos coletivos da Região, a maioria (52,4%) residia em estabelecimentos hoteleiros e similares, representando 0,03% das famílias a residir em alojamentos da RLVT; as famílias a residir em convivências correspondiam aos restantes 47,6%, representando 0,03% do total de famílias a residir em alojamentos da Região. Esta distribuição acompanhava a registada em Portugal, no Continente e em três das cinco NUTS III da RLVT; nas NUTS III Oeste e Grande Lisboa, a maioria das famílias clássicas a residir em alojamentos coletivos residia em convivências.

As famílias a residir em estabelecimentos hoteleiros e similares e aquelas a residir em convivências da Região representavam, respetivamente 25,3% e 34,3% daquelas famílias naquele tipo de alojamentos, em Portugal, e 26,8% e 38,5%, no Continente.

Tabela 245 – Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos													
	Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício													
	Total		Alojamentos familiares						Alojamentos coletivos					
			Total Alojamentos familiares		Clássicos		Não clássicos		Total Alojamentos coletivos		Estabelecimentos hoteleiros e similares		Convivências	
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	
Portugal	4043372	100,00	4039999	99,92	4033121	99,75	6878	0,17	3373	0,08	2021	0,05	1352	0,03
Continente	3868834	100,00	3865725	99,92	3859004	99,75	6721	0,17	3109	0,08	1905	0,05	1204	0,03
RLVT	1475648	100,00	1474673	99,93	1471779	99,74	2894	0,20	975	0,07	511	0,03	464	0,03
Oeste	140696	100,00	140618	99,94	140322	99,73	296	0,21	78	0,06	37	0,03	41	0,03
Médio Tejo	90126	100,00	90029	99,89	89855	99,70	174	0,19	97	0,11	61	0,07	36	0,04
Grande Lisboa	835299	100,00	834616	99,92	833356	99,77	1260	0,15	683	0,08	331	0,04	352	0,04
Península de Setúbal	312122	100,00	312028	99,97	311110	99,68	918	0,29	94	0,03	69	0,02	25	0,01
Lezíria do Tejo	97405	100,00	97382	99,98	97136	99,72	246	0,25	23	0,02	13	0,01	10	0,01

NOTAS: Última atualização dos dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 20 de Fevereiro de 2013
 Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Relativamente às NUTS III da Região, o maior contributo para as famílias clássicas a residir em alojamentos familiares na Região foi dado pela Grande Lisboa (56,6% das famílias clássicas a residir nos alojamentos familiares da Região); o maior contributo para as famílias clássicas a residir nos alojamentos coletivos da Região foi também dado pela NUTS III Grande Lisboa (70,1% das famílias clássicas a residir nos alojamentos coletivos da Região).

As famílias clássicas a residir em alojamentos familiares clássicos representavam mais de noventa e nove por cento das famílias a residir em alojamentos nas NUTS III da Região, sendo a proporção das restantes famílias (as residentes em alojamentos familiares não clássicos, as residentes em estabelecimentos hoteleiros e similares e as residentes em alojamentos de convivência) residual (inferior a 1%). Em todos os casos, o maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa.

Em 2011, na RLVT, a maioria (74,0%) das famílias clássicas a residir em alojamentos familiares não clássicos residia em alojamentos móveis, alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação - grutas, vãos de escada, pontes, etc. ("Outros"), correspondendo a 0,1% das famílias a residir em alojamentos familiares na Região, à semelhança do ocorrido a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da RLVT, onde a maioria das famílias clássicas a residir em alojamentos familiares não clássicos também residia em "Outros". As famílias a residir em barracas e casas rudimentares de madeira correspondiam a 26,0% das famílias a residir em alojamentos familiares não clássicos e a 0,05% das famílias a residir em alojamentos familiares da Região.

Tal como referido acima, as famílias a residir em alojamentos familiares não clássicos na RLVT, em 2011, constituíam uma minoria das famílias a residir em alojamentos familiares na Região (0,2%).

Tabela 246 – Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos familiares, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento familiar face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos familiares															
	Tipo de alojamento familiar face à forma de ocupação e edifício															
	Total		Clássicos						Não clássicos							
			Total Clássicos		De residência habitual		Uso sazonal ou secundário		Vagos		Total Não Clássicos		Barracas e casas rudimentares de madeira		Outros	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	4039999	100,00	4033121	99,83	4033121	99,83	0	0,00	0	0,00	6878	0,17	2103	0,05	4775	0,12
Continente	3865725	100,00	3859004	99,83	3859004	99,83	0	0,00	0	0,00	6721	0,17	2090	0,05	4631	0,12
RLVT	1474673	100,00	1471779	99,80	1471779	99,80	0	0,00	0	0,00	2894	0,20	753	0,05	2141	0,15
Oeste	140618	100,00	140322	99,79	140322	99,79	0	0,00	0	0,00	296	0,21	63	0,04	233	0,17
Médio Tejo	90029	100,00	89855	99,81	89855	99,81	0	0,00	0	0,00	174	0,19	73	0,08	101	0,11
Grande Lisboa	834616	100,00	833356	99,85	833356	99,85	0	0,00	0	0,00	1260	0,15	198	0,02	1062	0,13
Península de Setúbal	312028	100,00	311110	99,71	311110	99,71	0	0,00	0	0,00	918	0,29	304	0,10	614	0,20
Lezíria do Tejo	97382	100,00	97136	99,75	97136	99,75	0	0,00	0	0,00	246	0,25	115	0,12	131	0,13

NOTAS:

Última atualização dos dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Relativamente às famílias a residir nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da RLVT, o maior contributo foi dado pela NUTS III Grande Lisboa, representando 56,6% das famílias a residir neste tipo de alojamentos na Região.

A NUTS III com a maior proporção de famílias a residir nos alojamentos familiares não clássicos contemplados em “Outros” (alojamentos móveis, alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação - grutas, vãos de escada, pontes, etc.) foi a Grande Lisboa (84,3% das famílias a residir em alojamentos familiares não clássicos dessa NUTS III), correspondendo 49,6% dessas famílias a residir nesse tipo de alojamentos da Região e a 0,1% das famílias a residir nos alojamentos familiares da Grande Lisboa.

A NUTS III com a maior proporção de famílias a residir em barracas e casas rudimentares de madeira foi a Península de Setúbal (33,1% das famílias a residir em alojamentos familiares não clássicos dessa NUTS III), correspondendo a 40,4% dessas famílias a residir nesse tipo de alojamentos da Região e a 0,1% das famílias a residir nos alojamentos familiares da Península de Setúbal.

Quanto às famílias clássicas residentes nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da RLVT, em 2011, a maioria (99,6%) residia em alojamentos localizados em edifícios principalmente residenciais, à semelhança do verificado a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da RLVT, onde mais de noventa e nove por cento daquelas famílias residiam em alojamentos localizados em edifícios principalmente residenciais.

Tabela 247 – Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Tipo de alojamento familiar face à forma de ocupação e edifício, à data dos Censos 2011

Localização geográfica	Famílias clássicas (N.º e %) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual													
	Tipo de alojamento familiar clássico de residência habitual face à forma de ocupação e edifício													
	Total		Em edifícios principalmente residenciais										Em edifícios principalmente não residenciais	
			Total em edifícios principalmente residenciais		Com 1 alojamento exclusivamente residencial		Com 1 alojamento parcialmente residencial		Com 2 alojamentos		Com 3 ou mais alojamentos			
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	
Portugal	4033121	100,0	4014595	99,5	1912907	47,4	81585	2,0	267628	6,6	1752475	43,5	18526	0,5
Continente	3859004	100,0	3841291	99,5	1785414	46,3	78769	2,0	259775	6,7	1717333	44,5	17713	0,5
RLVT	1471779	100,0	1466271	99,6	422349	28,7	13031	0,9	69367	4,7	961524	65,3	5508	0,4
Oeste	140322	100,0	139514	99,4	89014	63,4	3426	2,4	9769	7,0	37305	26,6	808	0,6
Médio Tejo	89855	100,0	89370	99,5	60202	67,0	1890	2,1	5230	5,8	22048	24,5	485	0,5
Grande Lisboa	833356	100,0	830481	99,7	120187	14,4	3583	0,4	34987	4,2	671724	80,6	2875	0,3
Península de Setúbal	311110	100,0	310230	99,7	87915	28,3	1930	0,6	13713	4,4	206672	66,4	880	0,3
Lezíria do Tejo	97136	100,0	96676	99,5	65031	66,9	2202	2,3	5668	5,8	23775	24,5	460	0,5

NOTAS:

Última atualização dos dados: 20 de Novembro de 2012 (INE, IP); consulta a 14 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

As famílias clássicas residentes nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região localizados em edifícios principalmente residenciais representavam 36,5% daquelas famílias residentes nestes alojamentos e edifícios, em Portugal, e 38,2%, no Continente; aquelas a residir em alojamentos familiares clássicos de residência habitual localizados em edifícios principalmente não residenciais representavam 29,7% daquelas famílias residentes nestes alojamentos e edifícios em Portugal e 31,1% no Continente.

Das famílias clássicas a residir nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região localizados em edifícios principalmente residenciais, 65,6% residiam em edifícios com três ou mais alojamentos, representando 65,3% do total de famílias a residir nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da Região.

As NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal seguiram a distribuição regional, com a maior proporção das suas famílias clássicas a residir em alojamentos familiares clássicos de residência habitual localizados em edifícios principalmente residenciais com três ou mais alojamentos: 80,9% para a Grande Lisboa e 66,6% para a Península de Setúbal representando, respetivamente, 80,6% e 66,4% da totalidade famílias a residir nos alojamentos familiares de residência habitual da Região.

Nas NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, a maior proporção de famílias clássicas residia em alojamentos em edifícios principalmente residenciais com um alojamento exclusivamente residencial: 63,8% para o Oeste, 67,4% para o Médio Tejo e 67,3% para a Lezíria do Tejo, representando, respetivamente, 63,4%, 67,0% e 66,9% da totalidade de famílias clássicas a residir em alojamentos familiares de residência habitual da Região), à semelhança do padrão nacional e de Portugal Continental.

6.3.4 Vítimas de violência doméstica e outros crimes

6.3.4.1. Vítimas de crime que recorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Tabela 248 – Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), 2008 a 2012, e Taxa de variação (%) 2008-2012 e bienal

Local de residência	Vítimas de crime (N.º)					Taxa de variação (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2008-2012
Portugal	7835	7637	6932	8693	8945	-2,5	-9,2	+25,4	+2,9	+14,2
Continente	7672	7460	6777	8244	8744	-2,8	-9,2	+21,6	+6,1	+14,0
Lisboa+Santarém+Setúbal	3439	2525	1829	1978	1110	-26,6	-27,6	+8,1	-43,9	-67,7
Lisboa	2585	1815	1235	1294	787	-29,8	-32,0	+4,8	-39,2	-69,6
Santarém	304	277	251	280	143	-8,9	-9,4	+11,6	-48,9	-53,0
Setúbal	550	433	343	404	180	-21,3	-20,8	+17,8	-55,4	-67,3
NS/NR	849	1712	2617	4129	6536	+101,6	+52,9	+57,8	+58,3	+669,8

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

“Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes” (APAV, 2010)

Fonte: APAV. Estatísticas APAV 2008. 2009 (disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2008.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); APAV. Estatísticas APAV 2009. 2010 (disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/estatisticas_apav_2009.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); APAV. Estatísticas APAV 2010 retificadas. 2011 (disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_2010_.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); APAV. Estatísticas APAV. Relatório anual 2011. Fevereiro 2012 (disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_RelatorioAnual_2011.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); APAV. Estatísticas APAV. Relatório anual 2012. Fevereiro 2013

(disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013). Adaptado por DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dispersas pelo país, menos 67,7% de vítimas de crime residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, face a 2008, correspondendo a menos 2 329 vítimas de crime, à semelhança do ocorrido com as vítimas residentes nos três Distritos, conside-

radados individualmente, mas contrariamente ao registado a nível nacional e do Continente, com aumentos de, respetivamente, 14,2% e 14,0%, naquele intervalo de tempo (+1110 vítimas a nível nacional e + 1072, a nível de Portugal Continental).

De realçar que o número de vítimas com respostas “Não sabe/não responde”, no que concerne ao seu local de residência, aumentou substancialmente, naquele intervalo de tempo (+669,8%, correspondendo a +5 687 vítimas cujo local de residência não foi possível apurar). Assim, os dados relativos ao número de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal (considerados individualmente e em conjunto) podem estar subavaliados.

No que concerne a variação do número de vítimas por biénios, no mesmo intervalo de tempo, nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados em conjunto, apenas no biénio 2010-2011 se registou um aumento do número de vítimas residentes naqueles concelhos (+8,1%), à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nos três Distritos considerados separadamente; nos restantes biénios, o número de vítimas diminuiu, sendo que nos biénios 2008-2009 e 2009-2010, a diminuição do número de vítimas foi transversal a todos os níveis geográficos considerados (Portugal, Continente e Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal considerados no seu conjunto e individualmente) e no biénio 2011-2012, diminuiu nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto e individualmente, mas aumentou em Portugal e no Continente.

A variação do número de vítimas cujo local de residência não foi possível apurar (“NS/NR”) ocorreu sempre no sentido inverso da variação do número das vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal (considerados em conjunto e separadamente), no intervalo de tempo em apreço e nos biénios nele contidos, com exceção do ocorrido no biénio 2010-2011, quando a evolução ocorreu no mesmo sentido.

A maior taxa de variação negativa do número de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, ocorreu no biénio 2011-2012 (-43,9%, correspondendo a menos 868 vítimas de crime), e a menor ocorreu no biénio 2008-2009 (-26,6%, correspondendo a menos 914 vítimas de crime).

Refira-se que o número de vítimas em relação às quais não foi possível apurar o local de residência (“NS/NR”) representava, em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, respetivamente, 10,8%, 22,4%, 37,8%, 47,5% e 73,1% do total de vítimas no respetivo ano, a nível nacional.

Em 2012, o número de vítimas de crime residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, representa 12,4% das vítimas a nível nacional e 12,7% daquelas a nível de Portugal Continental. Naquele ano, 70,9% das vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 1 110 vítimas, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos considerando isoladamente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (12,9% das vítimas que acorreram à APAV residentes nos

Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 143 vítimas residentes no Distrito de Santarém).

Tabela 249 – Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (por 100 000 habitantes), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), 2008-2012

Local de residência	Vítimas de crime por 100 000 habitantes				
	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	74,2	72,3	65,6	82,3	85,1
Continente	76,4	74,2	67,4	82,1	87,4
Lisboa+Santarém+Setúbal	97,8	71,5	51,5	55,6	31,2
Lisboa	116,3	81,2	55,0	57,5	35,0
Santarém	66,7	60,8	55,2	61,8	31,7
Setúbal	65,7	51,4	40,4	47,3	21,1
NS/NR	—	—	—	—	—

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

“Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes” (APAV, 2010)

População média anual residente: *“2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011. 2001 - 2010, Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.” (INE, IP)*

Última atualização dos dados populacionais: 14 de Junho de 2013 (INE, IP); consulta a 06 de Dezembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP a partir dos dados dos Relatórios de Estatísticas Anuais da APAV, (disponíveis em http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/estatisticas/estatisticas; consulta a 06 de Dezembro de 2013) e dos dados populacionais do INE, IP, www.ine.pt (consulta a 06 de Dezembro de 2013)

Em 2012, acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dispersas pelo país, 31,2 vítimas de crime por cem mil habitantes residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, valor inferior ao relativo às vítimas residentes em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa e Santarém, considerando individualmente e superior ao registado para o Distrito de Setúbal (21,1 vítimas/100 000 habitantes residentes no distrito).

Relativamente ao intervalo de tempo 2008-2012, o número de vítimas por cem mil habitantes residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, tem vindo a diminuir (com exceção de 2011, quando se registou um aumento face a 2010), com o maior valor a registar-se em 2008 (97,8 vítimas/100 000 habitantes) e o menor em 2012 (31,2 vítimas/100 000 habitantes).

6.3.4.2. Perfil das vítimas de crime que recorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Tabela 250 – Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e sexo, em 2012

Local de residência	Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas do APAV (N.º e %)							
	Total		Feminino		Masculino		NS/NR	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	8945	100,0	7257	81,1	1500	16,8	188	2,1
Somatório dos Distritos	1110	100,0	951	85,7	154	13,9	5	0,5
Lisboa	787	100,0	668	84,9	117	14,9	2	0,3
Santarém	143	100,0	123	86,0	19	13,3	1	0,7
Setúbal	180	100,0	160	88,9	18	10,0	2	1,1
NS/NR	6536	—	ND	—	ND	—	ND	—

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

ND: Não disponível

“Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes” (APAV, 2010)

Fonte: APAV. Estatísticas APAV. Relatório anual 2012. Fevereiro 2013 (Disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); DSP/ARSLVT, IP*; os dados relativos à distribuição por sexo nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal foram obtidos por cortesia da Dra. Elsa Beja, Unidade de Estatística/Unidade da Qualidade/APAV. Adaptado por DSP/ARSLVT, IP

Relativamente à análise por sexo do número de vítimas de crime residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, mais de oitenta por cento das vítimas (85,7%) era do sexo feminino, 13,9% era do sexo masculino e em 0,5% das vítimas não foi possível apurar o sexo, à semelhança do registado relativamente às vítimas residentes em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados individualmente, onde as vítimas também eram predominantemente do sexo feminino.

Naquele ano, e considerando os Distritos individualmente, a maior proporção de vítimas do sexo feminino registou-se no Distrito de Setúbal (88,9%, correspondendo a 160 vítimas); a maior proporção de vítimas do sexo masculino registou-se no Distrito de Lisboa (14,9%, correspondendo a 117 vítimas).

No mesmo ano, o número de vítimas de crime do sexo feminino residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, representavam 13,1% das vítimas de crime daquele sexo, a nível nacional, e as vítimas de crime do sexo masculino representavam 10,3% das registadas a nível nacional, deste sexo.

Em 2012, 70,2% das vítimas de crime do sexo feminino residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 668 vítimas, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (12,9% das vítimas do sexo feminino que acorreram à APAV residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 123 vítimas daquele sexo residentes no Distrito de Santarém).

No mesmo ano, 76,0% das vítimas de crime do sexo masculino residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 117 vítimas, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Setúbal (11,7% das vítimas do sexo masculino que acorreram à APAV residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 18 vítimas daquele sexo residentes no Distrito de Setúbal).

No que concerne à análise, por grupo etário, do número de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, a maioria das vítimas (11,17%) tinha 35 a 40 anos, à semelhança do registado relativamente às vítimas residentes em Portugal e nos Distritos de Lisboa e Setúbal, considerados individualmente, nos quais também se registou um predomínio das vítimas naquele grupo etário; no Distrito de Santarém, foi no grupo etário entre os 45 a 50 anos que predominaram as vítimas de crime (19,58%).

Naquele ano, o menor valor percentual relativamente às vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, registou-se no grupo etário dos 91 e mais anos (0,27% do total de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto), à semelhança do registado em Portugal e no Distrito de Lisboa, onde a menor proporção de vítimas de crime também se registou neste grupo etário. Nos Distritos de Santarém e de Setúbal, considerados individualmente, não se registaram vítimas de crime no grupo etário dos 91 e mais anos, nem não no grupo etário dos 0 aos 3 anos.

Refira-se que não foi possível apurar o grupo etário a que pertencia a vítima em 35,79% dos casos registados a nível nacional, em 22,34% dos registados relativamente ao somatório dos três Distritos, em 21,73% dos registados no Distrito de Lisboa, em 20,28% no Distrito de Santarém e em 26,67% no Distrito de Setúbal.

Em 2012, o número de vítimas de crime residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, com 35 a 40 anos, representavam 16,85% das vítimas daquele grupo etário a nível nacional.

No mesmo ano, 75,0% das vítimas com 35 a 40 anos residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 93 vítimas, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (7,26% das vítimas com 35 a 40 anos que acorreram à APAV residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 9 vítimas daquele grupo etário residentes no Distrito de Santarém).

No que concerne às vítimas com 91 e mais anos residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, representavam 12,0% das vítimas daquele grupo etário a nível nacional.

No mesmo ano, a totalidade das vítimas com 91 e mais anos residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 3 vítimas, o único contributo para o valor do conjunto dos três Distritos.

Refira-se que o número de vítimas em relação às quais não foi possível apurar o local de residência ("NS/NR") representava, nos grupos etários dos 0 aos 17 anos, dos 18 aos 64 anos e com 65 e mais anos, respetivamente, 69,1%, 75,4% e 68,6% do total de vítimas do respetivo grupo etário, a nível nacional.

Tabela 252 – Vítimas de crime que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e nível de ensino, em 2012

Local de residência	Vítimas de crime por nível de ensino (N.º e %)											
	Total		Nenhum (não sabe ler/escrever)		Nenhum (sabe ler/escrever)		Pré-escolar		Ensino básico 1.º ciclo		Ensino básico 2.º ciclo	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	8945	100,00	126	1,41	618	6,91	156	1,74	336	3,76	291	3,25
Somaratório dos Distritos	1110	100,00	14	1,26	3	0,27	16	1,44	46	4,14	44	3,96
Lisboa	787	100,00	10	1,27	3	0,38	12	1,52	30	3,81	19	2,41
Santarém	143	100,00	0	0,00	0	0,00	2	1,40	8	5,59	21	14,69
Setúbal	180	100,00	4	2,22	0	0,00	2	1,11	8	4,44	4	2,22
NS/NR	6536	-	ND		ND		ND		ND		ND	

CONTINUA ➔

Local de residência	Vítimas de crime por nível de ensino (N.º e %)											
	Ensino básico 3.º ciclo		Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior		Outro		NS/NR	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	355	3,97	355	3,97	47	0,53	624	6,98	20	0,22	6017	67,27
Somaratório dos Distritos	39	3,51	44	3,96	14	1,26	108	9,73	2	0,18	780	70,27
Lisboa	27	3,43	27	3,43	11	1,40	74	9,40	2	0,25	572	72,68
Santarém	9	6,29	10	6,99	3	2,10	11	7,69	0	0,00	79	55,24
Setúbal	3	1,67	7	3,89	0	0,00	23	12,78	0	0,00	129	71,67
NS/NR	ND		ND		ND		ND		ND		ND	

➔ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

ND: Não disponível

“Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes” (APAV, 2010)

Fonte: APAV. Estatísticas APAV. Relatório anual 2012. Fevereiro 2013 (Disponível em:

http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); DSP/ARSLVT, IP*; os dados relativos à distribuição por nível de ensino nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal foram obtidos por cortesia da Dra Elsa Beja, Unidade de Estatística/Unidade da Qualidade/APAV. Adaptado por DSP/ARSLVT, IP

Em relação à análise por nível de ensino do número de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, a maioria das vítimas com nível de escolaridade conhecido (correspondendo a 9,73% do total de vítimas, independentemente de se conhecer, ou não, o nível de ensino) tinha o ensino superior, à semelhança do registado relativamente às vítimas residentes em Portugal e nos Distritos de Lisboa e Setúbal, considerados individualmente, nos quais também se registou um predomínio das vítimas naquele nível de ensino; no Distrito de Santarém, o nível de ensino das vítimas de crime que predominava foi o 2.º ciclo do ensino básico (14,69% do total de vítimas do Distrito).

Naquele ano, o menor valor percentual relativamente às vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, registou-se no grupo relativo a ausência de nível de ensino, mas a saber ler/escrever (“Nenhum – sabe ler/escrever”), correspondendo a 0,27% do total de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, à semelhança do registado nos Distritos de Santarém e Setúbal, considerados individualmente, onde não se registaram vítimas [no Distrito de Santarém, também sem registo de vítimas no grupo relativo a ausência de nível de ensino, e sem saber ler/escrever (“Nenhum – não sabe ler/escrever”) e no Distrito de Setúbal também sem vítimas no grupo “Ensino pós-secundário”]; em Portugal e no Distrito de Lisboa, o menor número de vítimas a ocorreu no grupo “Outro” (0,22% e 0,25%, respetivamente).

Refira-se que não foi possível apurar o nível de ensino a que pertencia a vítima em 67,27% dos casos registados a nível nacional, em 70,27% dos registados relativamente ao somatório dos três Distritos, em 72,68% dos registados no Distrito de Lisboa, em 55,24% no Distrito de Santarém e em 71,67% no Distrito de Setúbal.

Em 2012, o número de vítimas de crime residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, com o ensino superior representavam 17,31% das vítimas daquele nível de ensino a nível nacional.

No mesmo ano, 68,52% das vítimas com o ensino superior residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 74 vítimas, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (10,19% das vítimas com o ensino superior que acorreram à APAV residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 11 vítimas daquele nível de ensino residentes no Distrito de Santarém).

No que concerne às vítimas no grupo relativo a ausência de nível de ensino, mas a saber ler/escrever (“Nenhum – sabe ler/escrever”) nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, representavam 0,49% das vítimas daquele grupo a nível nacional.

No mesmo ano, a totalidade das vítimas no grupo relativo a ausência de nível de ensino, mas a saber ler/escrever (“Nenhum – sabe ler/escrever”) residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 3 vítimas, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos.

Refira-se que não estão disponíveis dados, por nível de ensino, sobre o número de vítimas em relação às quais não foi possível apurar o local de residência (“NS/NR”).

6.3.4.3. Perfil dos agressores das vítimas que recorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Tabela 253 – Autores dos crimes (N.º e %), por local de residência (Portugal, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e sexo, em 2012

Local de residência	Autores dos crimes por sexo (N.º e %)							
	Total		Feminino		Masculino		NS/NR	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	9006	100,00	1135	12,60	7157	79,47	714	7,93
Somatório dos Distritos	1133	100,00	146	12,89	951	83,94	36	3,18
Lisboa	803	100,00	96	11,96	679	84,56	28	3,49
Santarém	145	100,00	33	22,76	111	76,55	1	0,69
Setúbal	185	100,00	17	9,19	161	87,03	7	3,78
NS/NR	ND	—	ND	—	ND	—	ND	—

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

ND: Não disponível

“Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes” (APAV, 2010)

Fonte: APAV. Estatísticas APAV. Relatório anual 2012. Fevereiro 2013 (Disponível em:

http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); DSP/ARSLVT, IP*; os dados relativos à distribuição por sexo nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal foram obtidos por cortesia da Dra. Elsa Beja, Unidade de Estatística/Unidade da Qualidade/APAV. Adaptado por DSP/ARSLVT, IP

Relativamente à análise por sexo dos autores dos crimes residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, mais de oitenta por cento dos agressores (83,94%) era do sexo masculino, 12,89% era do sexo feminino e em 3,18% dos agressores não foi possível apurar o sexo, à semelhança do registado relativamente aos agressores residentes em Portugal e nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados individualmente, onde os agressores também eram predominantemente do sexo masculino.

Naquele ano, e considerando os Distritos individualmente, a maior proporção de agressores do sexo masculino registou-se no Distrito de Setúbal (87,03%, correspondendo a 161 agressores); a maior proporção de agressores do sexo feminino registou-se no Distrito de Santarém (22,76%, correspondendo a 33 agressores).

No mesmo ano, o número de agressores do sexo feminino residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, representavam 12,86% dos agressores daquele sexo a nível nacional e os agressores do sexo masculino representavam 13,29% dos registados a nível nacional deste sexo.

Em 2012, 65,75% dos agressores do sexo feminino residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 96

agressores, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Setúbal (11,64% dos agressores do sexo feminino que acorreram à APAV residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 17 agressores daquele sexo residentes no Distrito de Setúbal).

No mesmo ano, 71,40% dos agressores do sexo masculino residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 679 agressores, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (11,67% dos agressores do sexo masculino que acorreram à APAV residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 111 agressores daquele sexo residentes no Distrito de Santarém).

No que concerne à análise por grupo etário do número de agressores residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, a maioria dos agressores (8,91%) tinha 45 a 50 anos, à semelhança do registado relativamente aos agressores residentes nos Distritos de Santarém (9,66%) e Setúbal (10,27%), considerados individualmente, nos quais também se registou um predomínio dos agressores naquele grupo etário (no Distrito de Santarém, também no grupo etário dos 55 a 60 anos igualmente com 9,66%); no Distrito de Lisboa, o grupo etário onde predominaram os agressores foi os 35 a 40 anos (9,34%). Relativamente aos agressores residentes em Portugal, registou-se um predomínio no grupo etário dos 35-40 anos (6,92%).

Naquele ano, o menor valor percentual relativamente aos agressores residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, registou-se no grupo etário dos 0 a 10 anos, sem registo de agressores, à semelhança do registado em Portugal (0,16%, correspondendo ao menor valor do país).

Tabela 254 – Autores dos crimes (N.º e %), por local de residência (Portugal, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) e grupo etário, em 2012

Local de residência	Autores dos crimes por grupo etário (N.º e %)													
	Total		0-10 anos		11-17 anos		18-24 anos		25-30 anos		31-34 anos		35-40 anos	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	9006	100,00	14	0,16	76	0,84	227	2,52	365	4,05	307	3,41	623	6,92
Somatório dos distritos	1133	100,00	0	0,00	11	0,97	32	2,82	56	4,94	44	3,88	94	8,30
Lisboa	803	100,00	0	0,00	6	0,75	24	2,99	48	5,98	31	3,86	75	9,34
Santarém	145	100,00	0	0,00	1	0,69	3	2,07	3	2,07	7	4,83	10	6,90
Setúbal	185	100,00	0	0,00	4	2,16	5	2,70	5	2,70	6	3,24	9	4,86
NS/NR	ND		ND		ND		ND		ND		ND		ND	

CONTINUA ➤

Local de residência	Autores dos crimes por grupo etário (N.º e %)													
	41-44 anos		45-50 anos		51-54 anos		55-60 anos		61-64 anos		65 e + anos		NS/NR	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	348	3,86	566	6,28	238	2,64	266	2,95	103	1,14	318	3,53	5555	61,68
Somatório dos distritos	57	5,03	101	8,91	34	3,00	49	4,32	12	1,06	53	4,68	590	52,07
Lisboa	34	4,23	68	8,47	25	3,11	24	2,99	8	1,00	39	4,86	421	52,43
Santarém	10	6,90	14	9,66	6	4,14	14	9,66	2	1,38	3	2,07	72	49,66
Setúbal	13	7,03	19	10,27	3	1,62	11	5,95	2	1,08	11	5,95	97	52,43
NS/NR	ND		ND		ND		ND		ND		ND		ND	

➤ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

ND: Não disponível

“Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes” (APAV, 2010)

Fonte: APAV. Estatísticas APAV. Relatório anual 2012. Fevereiro 2013 (Disponível em:

http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); DSP/ARSLVT, IP*; os dados relativos à distribuição por grupo etário nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal foram obtidos por cortesia da Dra Elsa Beja, Unidade de Estatística/Unidade da Qualidade/APAV. Adaptado por DSP/ARSLVT, IP

Refira-se que não foi possível apurar o grupo etário a que pertencia o agressor em 61,68% dos casos registados a nível nacional, em 52,07% dos registados relativamente ao somatório dos três Distritos, em 52,43% dos registados no Distrito de Lisboa, em 49,66% no Distrito de Santarém e em 52,43% no Distrito de Setúbal.

Em 2012, o número de agressores residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, com 45 a 50 anos, representavam 17,84% dos agressores daquele grupo etário a nível nacional.

No mesmo ano, 67,33% dos agressores com 45 a 50 anos residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 68 agressores, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (13,86% do contributo agressores com 45 a 50 anos que acorreram à APAV residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 14 agressores daquele grupo etário residentes no Distrito de Santarém).

6.3.4.4. *Vítimas de crime atendidas pela Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)*

Tabela 255 – Vítimas de crime atendidas pela Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (N.º e por 100 000 habitantes), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2012

Local de residência	Vítimas de crime (N.º e por 100 000 habitantes) atendidas pelos GAV da APAV *	
	N.º	/100 000 hab.*
Portugal	8420	80,1
Continente	8229	82,3
RLVT	1361	37,2
Oeste	47	13,0
Médio Tejo	36	16,0
Grande Lisboa	1019	50,0
Península de Setúbal	160	20,4
Lezíria do Tejo	99	40,0
Outros *	20	—
NS/NR	5912	—

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

“Em termos criminais a APAV regista os crimes distribuindo-os por 6 categorias, designadamente os crimes de violência doméstica, os crimes contra as pessoas e a humanidade, os crimes contra o património, contra a vida em sociedade e o estado, os crimes rodoviários e os outros crimes” (APAV, 2011)

“A APAV presta o apoio à população através dos 15 Gabinetes de Apoio à Vítima, 2 Casas de Abrigo, 1 Rede UVIDRE (UAVI-DRE; CLAI; Projeto Sul 2; UAVMD) e em 1 Linha de Apoio à Vítima” (APAV 2013). A Tabela acima apenas considera as vítimas atendidas pelos 15 GAV e pela Linha de Apoio à Vítima.

População média anual residente: *“2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.” (INE, IP)*

Última atualização dos dados populacionais: 14 de Junho de 2013 (INE, IP); consulta a 06 de Dezembro de 2013

Fonte: GAV/APAV. Dados Estatísticos da Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima 2012 (Disponível em: http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/estatisticas/estatisticas; consulta a 06 de Dezembro de 2013); INE, IP, <http://www.ine.pt>. Adaptado por DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, foram atendidos pelos quinze Gabinetes da Rede de Gabinetes de Apoio à Víctima e pela Linha de Apoio à Víctima da Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV) 1361 vítimas residentes na RLVT, representando 16,16% das vítimas atendidas pelos Gabinetes de Apoio à Víctima a nível nacional e 16,5% daquelas a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, 74,9% daquelas vítimas residentes na RLVT residiam na NUTS III Grande Lisboa, correspondendo a 1 019 vítimas, o maior contributo para o valor da Região, comparativamente ao contributo das restantes quatro NUTS III; o menor contributo foi dado pela NUTS III Médio Tejo (2,6% das vítimas residentes na RLVT atendidas por um dos quinze GAV existentes e pela Linha de Apoio à Víctima, correspondendo a 36 vítimas residentes no Médio Tejo).

Refira-se que o número de vítimas atendidos pelos GAV em relação às quais não foi possível apurar o local de residência (“NS/NR”) representava 70,2% do total de vítimas a nível nacional atendidas pelos GAV e Linha de Apoio à Víctima da APAV.

Considerando o número de vítimas atendidas pelos GAV e Linha de Apoio à Víctima por cem mil habitantes, na RLVT, o seu valor, em 2012 (37,2 vítimas de crime / 100 000 habitantes), foi inferior ao de Portugal (80,1 vítimas /100 000 habitantes), ao do Continente (82,3 vítimas /100 000 habitantes) e ao de duas das cinco NUTS III da RLVT (Grande Lisboa, com 50,0 vítimas /100 000 habitantes, e Lezíria do Tejo, com 40,0 vítimas/100 000 habitantes); nas NUTS III Oeste, Médio Tejo e Península de Setúbal, o valor (respetivamente, 13,0, 16,0 e 20,4 vítimas /100 000 habitantes) foi inferior ao da Região.

6.3.4.5. *Vítimas de crime e violência sexual que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)*

Tabela 256 – Vítimas de violência e crimes sexuais (N.º e por 100 000 habitantes) que acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), em 2012

Local de residência	Vítimas de violência e crimes sexuais (N.º e por 100 000 habitantes)	
	N.º	/100 000 hab.*
Portugal	546	5,2
Continente	531	5,3
Lisboa+Santarém+Setúbal	86	2,4
Lisboa	60	2,7
Santarém	12	2,7
Setúbal	14	1,6
NS/NR	380	—

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

De acordo com a APAV, incluem-se na violência e crimes sexuais os crimes sexuais no âmbito dos crimes contra as pessoas (abuso sexual de crianças-idade inferior a 14 anos -, pornografia de menores, assédio sexual - com prática de atos sexuais -, importunação sexual, lenocínio, violação - crianças ou adultos -, outros crimes sexuais) e os crimes sexuais no âmbito da violência doméstica (abuso sexual de crianças - idade inferior a 14 anos -, abuso sexual de menor dependente, abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, coação sexual, violação, outros crimes de natureza sexual).

População média anual residente: "2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011." (INE, IP)

Última atualização dos dados populacionais: 14 de Junho de 2013 (INE, IP); consulta a 06 de Dezembro de 2013

Fonte: APAV. Estatísticas APAV. Violência sexual 2012. Fevereiro 2013

(Disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_ViolenciaSexual_2012.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); INE, IP, www.ine.pt. Adaptado por DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, acorreram às Unidades Orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dispersas pelo país, 86 vítimas de violência e crimes sexuais residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, representando 15,8% das vítimas de violência e crimes sexuais que acorreram à APAV a nível nacional e 16,2% daquelas a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, 69,8% das vítimas residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 60 vítimas, o maior contributo para o valor dos três Distritos, considerados no seu conjunto, comparativamente ao contributo dos restantes dois Distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (14,0% das vítimas que acorreram à APAV residentes nos três Distritos, considerados no seu conjunto, correspondendo a 12 vítimas residentes no Distrito de Santarém).

Refira-se que o número de vítimas de violência e crimes sexuais em relação às quais não foi possível apurar o local de residência ("NS/NR") representavam 69,6% do total de vítimas de violência e crimes sexuais, a nível nacional.

Considerando o número de vítimas de violência e crimes sexuais por cem mil habitantes, o seu valor, considerando o total dos três distritos, em 2012 (2,4 vítimas de crime / 100 000 habitantes), foi inferior ao de Portugal (5,2 vítimas de violência e crimes sexuais /100 000 habitantes), ao do Continente (5,3 vítimas de violência e crimes sexuais /100 000 habitantes) e ao de Lisboa e Santarém, considerados individualmente); no Distrito de Setúbal, o valor (1,6 vítimas de crime /100 000 habitantes) foi inferior ao dos três distritos, considerados no seu conjunto.

Tabela 257 – Vítimas de crime (N.º) atendidas pela Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) 2009 a 2011 e Taxa de variação (%) 2009-2011 e bienal

Local de residência	Vítimas de crime atendidas pela UAVIDRE (N.º)			Taxa de variação (%)*		
	2011	2010	2009	2009-2010	2010-2011	2009-2011
Portugal	412	320	313	+2,2	+28,8	+31,6
Continente	411	320	312	+2,6	+28,4	+31,7
Lisboa+Santarém+Setúbal	70	98	112	-12,5	-28,6	-37,5
Lisboa	61	90	98	-8,2	-32,2	-37,8
Santarém	1	1	4	-75,0	0,0	-75,0
Setúbal	8	7	10	-30,0	+14,3	-20,0
NS/NR	327	202	178	+13,5	+61,9	+83,7

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

Fonte: UAVIDRE/APAV. Estatísticas APAV 2011. UAVIDRE. Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica. Fevereiro 2012 (disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/RAR/Estatisticas_GAV_2011.zip; consulta a 06 de Dezembro de 2013); UAVIDRE/APAV. GAV UAVIDRE. Estatísticas APAV 2010. Março 2011 (disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/RAR/Estatisticas_GAV_2010.zip; consulta a 06 de Dezembro de 2013); UAVIDRE/APAV. Estatísticas APAV. Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica. UAVIDRE 2009. 2010 (disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/RAR/Estatisticas_GAV_2009.rar; consulta a 06 de Dezembro de 2013). Adaptado por DSP/ARTSLVT, IP*.

Em 2011, foram atendidas pela Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), menos 37,5% de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, face a 2009, correspondendo a menos 42 vítimas, à semelhança do ocorrido com as vítimas residentes nos três Distritos, considerados individualmente, mas contrariamente ao registado a nível nacional e do Continente, com aumentos de, respetivamente, +31,6% e +31,7%, naquele intervalo de tempo (+99 vítimas, a nível nacional, e +99 vítimas, a nível de Portugal Continental).

De realçar que o número de vítimas com respostas “Não sabe/não responde”, no que concerne ao seu local de residência, aumentou, naquele intervalo de tempo (+83,7%, correspondendo a +149 vítimas cujo local de residência não foi possível apurar). Assim, os dados relativos ao número de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal (isoladamente e em conjunto) podem estar subavaliados.

Considerando a variação do número de vítimas atendidas pela UVIDRE por biénios, no mesmo intervalo de tempo, nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados em conjunto, registou-se uma diminuição do número de vítimas atendidas residentes naqueles concelhos em ambos os biénios (2009-2010 e 2010-2011), ao contrário do ocorrido em Portugal e no Continente, onde se registou um aumento do número de vítimas em ambos os biénios.

No biénio 2009-2010, a diminuição do número de vítimas atendidas pela UVIDRE foi transversal aos três distritos em apreço, considerados individualmente; no biénio 2010-2011, apenas no Distrito de Lisboa se registou uma evolução idêntica à dos três distritos considerados globalmente, com diminuição do número de vítimas; no Distrito de Santarém não se registaram alterações, mantendo-se o mesmo número de vítimas em 2010 e 2011; no Distrito de Setúbal, registou-se um aumento do número de vítimas, acompanhando o sentido da variação registado em Portugal e no Continente.

A variação do número de vítimas atendidas pela UVIDRE cujo local de residência não foi possível apurar ("NS/NR") ocorreu sempre no sentido inverso do da variação do número de vítimas residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal (considerados em conjunto), no intervalo de tempo em apreço e nos biénios nele contidos.

A maior taxa de variação do número de vítimas, atendidas pela UVIDRE, residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, ocorreu no biénio 2010-2011 (-28,6%, correspondendo a menos 28 vítimas), comparativamente ao biénio 2009-2010 (-12,5%, correspondendo a menos 14 vítimas).

Refira-se que o número de vítimas atendidas pela UVIDRE em relação às quais não foi possível apurar o local de residência ("NS/NR") representava, em 2009, 2010 e 2011, respetivamente, 56,9%, 63,1% e 79,4% do total de vítimas no respetivo ano, a nível nacional, atendidas pela UVIDRE.

Em 2011, o número de vítimas atendidas pela UVIDRE residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, representavam 16,99% daquelas vítimas a nível nacional e 17,03% daquelas a nível de Portugal Continental. Naquele ano, 87,14% das vítimas atendidas pela UVIDRE residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, residiam no Distrito de Lisboa, correspondendo a 61 vítimas, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (1,43% das vítimas que atendidas pela UVIDRE residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 1 vítima residente no Distrito de Santarém).

Tabela 258 – Vítimas de crime (por 100 000 habitantes) atendidas pela Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), por local de residência da vítima (Portugal, Continente, Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) 2009 a 2011

Local de residência	Vítimas de crime atendidas pela UAVIDRE / APAV (por 100 000 hab.)		
	2011	2010	2009
Portugal	3,9	3,0	3,0
Continente	4,1	3,2	3,1
Lisboa+Santarém+Setúbal	2,0	2,8	3,2
Lisboa	2,7	4,0	4,4
Santarém	0,2	0,2	0,9
Setúbal	0,9	0,8	1,2

NOTAS:

NS/NR: Não sabe/não responde

População média anual residente: “2011, *Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011. 2001 - 2010, Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral - , em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.*” (INE, IP)

Última atualização dos dados populacionais do INE, IP: 14 de Junho de 2013; consulta a 6 de Dezembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP, a partir de dados da UAVIDRE/APAV e do INE, IP, www.ine.pt

Em 2011, acorreram às Unidades de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dispersas pelo país, 2,0 vítimas de crime por cem mil habitantes residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, valor inferior ao relativo às vítimas residentes em Portugal, no Continente e no Distrito de Lisboa, e superior ao registado para os Distritos de Santarém (0,2 vítimas/100 000 habitantes residentes no distrito) e Setúbal (0,9 vítimas por 100 000 habitantes residentes no distrito), considerados individualmente.

Considerando o intervalo de tempo 2009-2011, o número de vítimas por cem mil habitantes residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, tem vindo a diminuir.

6.3.4.6. *Vítimas de crime de violência doméstica*

Tabela 259 – Estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica (N.º e por 100 000 habitantes), no âmbito do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 24 de Março de 2011

Localização geográfica	Estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica (N.º e por 100 000 habitantes)	
	N.º	/1 000 000 hab.
Portugal	176	16,8
Continente	149	14,9
RLVT	31	8,5
Oeste	1	2,8
Médio Tejo	1	4,5
Grande Lisboa	17	8,4
Península de Setúbal	10	12,8
Lezíria do Tejo	2	8,1

NOTAS:

O valor apurado para o nível nacional inclui 19 (dezanove) Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e 4 (quatro) Projectos-piloto no âmbito das Administrações Regionais de Saúde (DSP/ARSLVT, IP)

População residente: "2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011." (INE, IP).

Última atualização dos dados populacionais: 14 de Junho de 2013 (INE, IP); consulta a 06 de Dezembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP, a partir da lista de Estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica, no âmbito do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), CIG/PCM, de 24 de Março de 2011, disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/ficheiros/cd_agi_st/listagem_ACTUALIZADA_MP.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013) e de dados do INE, IP, <http://www.ine.pt>

À data de 24 de Março de 2011, existiam 31 estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica, no âmbito do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), na RLVT, representando 17,6% daquelas estruturas a nível nacional e 20,8% a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, 54,8% das estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica, no âmbito do SIVVD, localizavam-se na NUTS III Grande Lisboa, correspondendo a 17 estruturas, o maior contributo para o valor da Região comparativamente ao contributo das restantes quatro NUTS III da RLVT; o menor contributo foi dado pelas NUTS III Oeste e Médio Tejo (cada uma com 3,2% das estruturas existentes na RLVT, correspondendo a 1 estrutura em cada uma destas NUTS III).

Considerando o número de estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica, no âmbito do SIVVD, por um milhão de habitantes, o seu valor, na RLVT, em 2011 (8,5 estruturas /1 000 000 habitantes), foi inferior ao de Portugal (16,8 estruturas /1 000 000 habitantes), ao do Continente (14,9 estruturas /1 000 000 habitantes) e ao da NUTS III Península de Setúbal (12,8 estruturas /1 000 000 habitantes); nas NUTS III Oeste, Médio Tejo, Grande Lisboa e Lezíria do Tejo, o valor

foi inferior ao da Região, com maior expressão no Oeste (2,8 estruturas /1 000 000 habitantes), onde se registou o menor valor relativamente às restantes NUTS III da RLVT.

Tabela 260 – atendimentos efetuados pelo Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD) (N.º e por 100 000 habitantes), por localização geográfica (Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), em 2011

Localização geográfica	Atendimentos efetuados pelo SIVVD * (N.º e por 100 000 habitantes)	
	N.º	/100 000 hab.
RLVT	659	18,0
Oeste	21	5,8
Médio Tejo	18	7,9
Grande Lisboa	380	18,6
Península de Setúbal	190	24,3
Lezíria do Tejo	50	20,2

NOTAS:

* “Serviço de atendimento telefónico, confidencial e gratuito – 24 horas por dia/365 dias por ano” (CIG/PCM)

População média anual residente: “2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.” (INE, IP)

Última atualização dos dados populacionais do INE, IP: 14 de Junho de 2013; consulta a 06 de Dezembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP, a partir dados disponibilizados pelo CIG/PCM (cortesia: Dra. Marta Silva) e de dados do INE, IP, www.ine.pt

Em 2011, foram efetuados 659 atendimentos a vítimas de violência doméstica pelo Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD) na RLVT, com maior expressão na NUTS III Grande Lisboa, com 57,7% dos atendimentos pelo SIVVD na Região, correspondendo a 380 atendimentos, o maior contributo para o valor da Região comparativamente ao contributo das restantes quatro NUTS III da RLVT; o menor contributo foi dado pela NUTS III Médio Tejo (2,7% dos atendimentos efetuados pelo SIVVD na Região, correspondendo a 18 atendimentos).

Considerando o número de atendimento a vítimas de violência doméstica, no âmbito do SIVVD, por cem mil habitantes, o seu valor, na RLVT, de 18,0 atendimentos/100 000 habitantes, foi superior ao das NUTS III Oeste e Médio Tejo (com, respetivamente, 5,8 e 7,9 atendimentos /100 000 habitantes) e inferior aos das NUTS III Grande Lisboa, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo (com, respetivamente, 18,6, 24,3 e 20,2 atendimentos /100 000 habitantes).

Tabela 261 – Participações de violência doméstica às Forças de Segurança, por Distrito / Comando, em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa, de Santarém e de Setúbal, 2009 a 2012, e Taxa de variação anual (%) 2009-2012 e bienal

Distrito/ Comando	Participações de violência doméstica às Forças de Segurança (N.º)												Taxa de variação anual (%) *			
	2012			2011			2010			2009			2011	2010	2009	2009
	GNR	PSP	Total	GNR	PSP	Total	GNR	PSP	Total	GNR	PSP	Total	-2012	-2011	-2010	-2012
Portugal	11346	15332	26678	11485	17495	28980	12742	18493	31235	11545	18998	30543	-7,9	-7,2	+2,3	-12,7
Continente	11343	13203	24546	11485	15306	26791	12742	16217	28959	11545	16676	28221	-8,4	-7,5	+2,6	-13,0
Lisboa + Santarém + Setúbal*	2332	6609	8941	2470	7494	9964	2738	8169	10907	2455	8355	10810	-10,3	-8,6	+0,9	-17,3
Lisboa	744	4952	5696	972	5742	6714	1042	6272	7314	846	6676	7522	-15,2	-8,2	-2,8	-24,3
Santarém	637	346	983	647	321	968	746	341	1087	634	254	888	+1,5	-10,9	+22,4	+10,7
Setúbal	951	1311	2262	851	1431	2282	950	1556	2506	975	1425	2400	-0,9	-8,9	+4,4	-5,8

NOTAS:

Fonte: DGAI/MAI. Violência doméstica 2010. Ocorrências participadas às Forças de Segurança. 2 de Maio de 2011 (disponível em: [http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/VD_Relatorio%20Anual_2010_2_5_2011\(1\).pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/VD_Relatorio%20Anual_2010_2_5_2011(1).pdf); consulta a 06 de Dezembro de 2013); DGAI/MAI. Violência doméstica 2011. Relatório anual de monitorização. Julho 2012 (disponível em: http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Relatprio%20VD%202011_%20Participacoes%20as%2020FS.pdf; consulta a 06 de Dezembro de 2013); DGAI/MAI. Violência Doméstica - 2012. Relatório anual de monitorização. Caracterização das ocorrências participadas segundo a tipo de relação vítima-denunciado/a. Agosto de 2013 (disponível em: <http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/VD%20Relatorio%20anual%202012.pdf>; consulta a 06 de Dezembro de 2013). Adaptado por DSP/ARTSLVT, IP*.

Em 2012, foram registadas menos 17,3% participações de violência doméstica às Forças de Segurança nos Distritos / Comandos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, face a 2009, correspondendo a menos 1 869 participações de violência doméstica, à semelhança do registado a nível nacional e do Continente, com diminuições de, respetivamente, -12,7% e -13,0% de participações de violência doméstica, e em dois dos três distritos atrás referidos, considerados individualmente (Lisboa e Setúbal com, respetivamente, -24,3% e -5,8% participações de violência doméstica), mas contrariamente ao registado no Distrito de Santarém, naquele intervalo de tempo (+10,7% de participações de violência doméstica em 2012, face a 2009).

Considerando a taxa de variação do número de participações de violência doméstica por biénios, no mesmo intervalo de tempo, nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados em conjunto, apenas no biénio 2009-2010 se registou um aumento do número de participações (+0,9%, correspondendo a mais 97 participações), à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e em dois dos três distritos considerados separadamente (Santarém e Setúbal com, respetivamente, +22,4% e + 4,4% de participações, correspondendo a mais 199 participações no Distrito de Santarém e a mais 106 participações no Distrito de Setúbal).

Nos restantes biénios, o número de participações de violência doméstica diminuiu nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados em conjunto, sendo que no biénio 2010-2011 a diminuição do número de participações foi transversal aos níveis geográficos considerados

(Portugal, Continente e Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal considerados no seu conjunto e individualmente) e no biénio 2011-2012, diminuiu em todos os níveis geográficos considerados, com exceção do Distrito de Santarém (+1,5% de participações, correspondendo a mais 15 participações de violência doméstica).

A maior taxa de variação negativa do número de participações de violência doméstica nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, registou-se no biénio 2011-2012 (-10,3%, correspondendo a menos 1 023 participações de violência doméstica às Forças de Segurança).

Em 2012, o número de participações de violência doméstica às Forças de Segurança nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, representavam 33,5% daquelas participações a nível nacional e 36,4% das a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, 63,7% das participações de violência doméstica nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, foram registadas no Distrito de Lisboa, correspondendo a 5 696 participações, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos, considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (11,0% das participações registadas nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 983 participações de violência doméstica às Forças de Segurança no Distrito de Santarém).

Tabela 262 – Participações de violência doméstica às Forças de Segurança por 1 000 habitantes, por Distrito / Comando, em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, 2009 a 2012

Distrito/ Comando	Participações de violência doméstica às Forças de Segurança (por 100 000 habitantes)			
	2012	2011	2010	2009
Portugal	2,54	2,74	2,95	2,89
Continente	2,45	2,67	2,88	2,81
Lisboa + Santarém + Setúbal	2,52	2,80	3,07	3,06
Lisboa	2,53	2,98	3,26	3,37
Santarém	2,18	2,14	2,39	1,95
Setúbal	2,65	2,67	2,95	2,85

NOTAS:

População média anual residente: "2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011. 2001 - 2010, Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011." (INE, IP)

Última atualização dos dados populacionais do INE, IP: 14 de Junho de 2013; consulta a 6 de Dezembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP, a partir de dados da DGAI/MAI e do INE, IP, www.ine.pt

Em 2012, foram registadas 2,52 participações por cem mil habitantes residentes nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, valor inferior ao registado em Portugal (2,54 participações / 100 000 habitantes) e nos Distritos de Lisboa e Setúbal, considerados individualmente (com, respetivamente, 2,53 e 2,65 participações /100 000 habitantes). No Continente e no Distrito de Santarém (com, respetivamente, 2,45 e 2,18 participações /100 000 habitantes), o número de participações por cem mil habitantes foi inferior ao registado nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto.

No intervalo de tempo 2009-2012, o número de participações de violência doméstica às Forças de Segurança nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, tem vindo a diminuir (com exceção de 2010, quando se registou um ligeiro aumento face a 2009), com o maior valor a registar-se em 2010 (3,07 participações /100 000 habitantes) e o menor em 2012 (2,52 participações /100 000 habitantes).

Tabela 263 – Participações de violência doméstica às Forças de Segurança (N.º e %), por Distrito / Comando, em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, em 2012

Distrito/ Comando	Participações de violência doméstica às Forças de Segurança (N.º e %)					
	GNR		PSP		Total	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	11346	42,5	15332	57,5	26678	100,0
Continente	11343	46,2	13203	53,8	24546	100,0
Lisboa + Santarém + Setúbal*	2332	26,1	6609	73,9	8941	100,0
Lisboa	744	13,1	4952	86,9	5696	100,0
Santarém	637	64,8	346	35,2	983	100,0
Setúbal	951	42,0	1311	58,0	2262	100,0

NOTAS:

Fonte: DGAI /MAI. Violência Doméstica - 2012. Relatório anual de monitorização. Caracterização das ocorrências participadas segundo a tipo de relação vítima-denunciado/a. Agosto de 2013 (disponível em: <http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/VD%20Relatorio%20anual%202012.pdf>; consulta a 06 de Dezembro de 2013) Adaptado por DSP/ ARSLVT, IP*.

No que concerne à análise do número de participações de violência doméstica por Força de Segurança nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, em 2012, a maior proporção foi feita à Polícia de Segurança Pública (PSP) – 73,9% do total de participações registadas no conjunto dos três Distritos, à semelhança do registado em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa e Setúbal, considerados individualmente, onde também predominaram as participações feitas à PSP, comparativamente às feitas à Guarda Nacional Republicana (GNR); no Distrito de Santarém, registou-se o predomínio das participações efetuadas à GNR (64,8% das participações do Distrito, correspondendo a 637 participações de violência doméstica).

7. Proteção de Crianças e Jovens em Risco/Crianças de rua

Historicamente, as ruas das grandes urbes serviram como palco da vida e campo de batalha dos filhos dos “pobres”.

O processo de adaptação da criança à vida da rua começa no próprio bairro. Para muitas crianças de bairros populares a rua representa uma extensão “natural” da sua casa, como meio de socialização, local de aprendizagem e exercitação dos saberes necessários à sobrevivência.

As “crianças da rua” são, essencialmente, crianças e jovens provenientes de estratos sociais mais baixos, que vivem em bairros degradados na periferia das grandes cidades. Provêm, maioritariamente, de famílias nucleares numerosas e de composição instável ou de famílias monoparentais e reconstruídas. Nestas famílias, os laços afetivos estão fragilizados, com fraca comunicação entre pais e filhos. Existe deficiente controlo dos filhos por ausência da figura paterna ou pelo facto de ambos trabalharem, deixando os filhos entregues aos irmãos mais velhos ou a si próprios.

A violência familiar é frequente e, muitas vezes, associada a problemas de alcoolismo e toxicodependência dos pais.

A situação precária destas famílias leva a que, frequentemente, todos os seus membros tenham que contribuir para a subsistência familiar. Esta contribuição, imposta pelos pais ou por opção própria, através da mendicidade, pela execução de trabalhos ocasionais ou mesmo atos delinquentes, favorece a sua habituação à vida na rua.

Há que distinguir entre “crianças na rua” e “crianças da rua”. As primeiras mantêm os laços familiares e voltam a casa regularmente, estão na rua para trabalhar, divertir-se, passar o tempo, etc. Para os segundos, a rua é o seu lar e nela procuram a sua identidade.

Segundo o Instituto de Apoio à Criança (IAC), em 1997, 57% das crianças da rua, em Lisboa, são de famílias originárias de África, sobretudo cabo-verdianas (45%); 15% são originárias de Lisboa e 28% provêm da comunidade rural branca.

A ida das crianças para a rua não se processa sempre do mesmo modo. Existem situações em que a saída de casa se processa com rutura, como no abandono pelos progenitores, por um acontecimento violento, um acidente ou falecimento dos progenitores ou ainda pela degradação da situação económica familiar. Esta transição pode ser progressiva, traduzida por fugas sucessivas, por períodos de tempo variáveis.

A vida na rua, embora difícil, apresenta compensações que são valorizadas pelos jovens em relação à sua vivência anterior. Nas situações em que as crianças já se dedicavam à mendicância ou angariavam dinheiro de outras formas, de modo a contribuir para a economia familiar, a ida para a rua representa a libertação da situação familiar insatisfatória e a aquisição de autonomia.

As atividades na rua, além da mendicância praticada, sobretudo, pelos mais novos, são a execução de pequenos serviços, como arrumar carros e fazer recados, recolher cartão e cobre para venda e, também, atividades delinquentes, como pequenos furtos, assaltos na rua, prostituição homo e heterossexual e, em menor número, atividades ligadas a redes de criminalidade adulta, como assaltos a casas e estabelecimentos comerciais e tráfico de droga.

As crianças da rua tendem a inserir-se em grupos existentes, de modo a ter proteção e adquirir conhecimentos e capacidades indispensáveis à sua sobrevivência na rua, sendo estes também fatores de inclusão no meio.

Em relação às raparigas, há uma invisibilidade parcial da sua vida na rua, havendo menos conhecimento da sua forma de ida, permanência e saída da rua, muitas vezes associada à prostituição. Encontram-se, muitas vezes, em grupos a que pertencem os irmãos ou namorados, o que constitui uma proteção.

A maioria das crianças da rua, embora consuma droga, raramente fica viciada em drogas duras. As drogas têm funções lúdicas instrumentais, sendo uma prova de reafirmação de identidade coletiva. O estilo de vida característico da rua é incompatível com o consumo de drogas duras; tal situação é o oposto ao que se verifica com os jovens que permanecem em bairros, onde o consumo de drogas duras é o mais generalizado.

Problemas de saúde

As doenças das “crianças da rua” não são só as próprias da sua idade, mas também as provocadas pelos estilos de vida com contínua exposição à rua. A sua vulnerabilidade face à doença está associada a diferentes fatores:

- Fatores que conduziram à sua situação de “criança da rua”:

- Famílias desintegradas;
- Pobreza;
- Fome;
- Abuso sexual e físico;
- Exploração por adultos;
- Deslocação através de migrações;

- Urbanização e crescimento desorganizado da periferia;
- Aculturação.

- Fatores associados com as condições físicas da vida na rua:

- Higiene precária;
- Alimentação deficiente;
- Violência;
- Situações transitórias e os seus efeitos no futuro;
- Carências afetivas, com repercussões sociais e emocionais.

- Fatores associados com estereótipos de sobrevivência na rua:

- Comportamento criminoso;
- Mendicidade, que inclui atos de automutilação e auto-humilhação;
- Violência;
- Exploração por adultos;
- Prostituição e sexo de subsistência;
- Consumo e tráfico de drogas.

- Fatores associados com a inacessibilidade de recursos e serviços:

- Cuidados de Saúde primários inadequados, incluindo vacinação;
- Dificuldade de acesso à educação;
- Ausência de referências positivas.

Nas crianças da rua, os principais problemas de saúde são:

- Má nutrição, que pode levar a deficiências nutricionais específicas, como anemias e avitaminoses;
- Doenças infecciosas da pele, aparelho respiratório, doenças sexualmente transmitidas, doenças virais, incluindo SIDA e Hepatites A,B e C;
- Doenças parasitárias e infeções oportunistas;
- Infeções específicas, como a tuberculose e febre reumática;
- Patologia da cavidade oral; cáries dentárias e gengivites;
- Uso de drogas;

- Gravidez não planeada e não vigiada;
- Risco associado à prática de aborto;
- Traumatismos por acidentes e violência;
- Doenças psiquiátricas. Depressão, alterações do humor, suicídio e para-suicídio, ansiedade, fobias, stress pós-traumático, comportamentos antissociais;
- Dificuldades de aprendizagem.

Embora algumas destas doenças sejam comuns nas outras crianças têm nas “crianças da rua” a sua incidência e prevalência aumentadas, tal como a sua morbidade e mortalidade.

Tabela 264 – Processos Instaurados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente e Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal), 2009 a 2012, e Taxa de variação (%) 2009-2012 e bienal

Local de residência	Processos Instaurados pelas CPCJ (N.º)				Taxa de variação (%)*			
	2012	2011	2010	2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2009-2012
Portugal	29149	27947	28103	28401	-1,0	-0,6	+4,3	+2,6
Continente	26891	26060	26278	26338	-0,2	-0,8	+3,2	+2,1
Lisboa+Santarém+Setúbal	10984	10597	10761	10894	-1,2	-1,5	+3,7	+0,8
Lisboa	7054	6860	7023	7223	-2,8	-2,3	+2,8	-2,3
Santarém	1288	1246	1271	1313	-3,2	-2,0	+3,4	-1,9
Setúbal	2642	2491	2467	2358	+4,6	+1,0	+6,1	+12,0

NOTAS:

“No final do ano de 2012 existiam 305 CPCJ instaladas, sendo que 9 não tinham legitimidade para intervir em processos por não ter sido publicada a respetiva portaria de instalação (não se inclui Vila Nova de Gaia Norte e Vila Nova de Gaia Sul, pois estavam constituídas em portaria única anterior). Os dados relativos aos outros anos são: (...) 2009 - 291 CPCJ instaladas/287 CPCJ que reuniam os requisitos para entrega do MRD; 2010- 300 instaladas/296 CPCJ reuniam, os requisitos para entrega do MDR; 2011 – 305 instaladas/ 296 reuniam os requisitos para entrega do MDR” (CPCJN, 2012)

2006: “(...) primeiro ano em que obteve 100% de entrega dos dados relativos ao fluxo processual” (CPCJN, 2013)

Fonte: CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2009. Junho 2010 (disponível em: http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3143&m=PDF; consulta a 08 de Dezembro de 2013); CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2010. Junho de 2011 (disponível em: http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3453&m=PDF; consulta a 08 de Dezembro de 2013); CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2011. Maio 2012 (disponível em: http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3795&m=PDF; consulta a 08 de Dezembro de 2013); CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2012. Maio 2013 (disponível em: http://www.cnpcjr.pt/Relatorio_2012_28maio.pdf). Adaptado por DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, foram instaurados, pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) dos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, mais 0,8% de processos, face a 2009, correspondendo a mais 90 processos instaurados, à semelhança do ocorrido a nível nacional e de Portugal Continental (com aumentos de, respetivamente, +2,6% e +2,1%, naquele intervalo de tempo, correspondendo a mais 748 processos instaurados a nível nacional e mais 553, a nível de Portugal Continental) e do Distrito de Setúbal (+12,0%, correspondendo a mais

284 processos instaurados); nos Distritos de Lisboa e Santarém, considerados individualmente, a evolução foi no sentido contrário, com diminuição daquele indicador naquele intervalo de tempo (respetivamente, -2,3% e -1,9%, correspondendo a menor 169 processos instaurados, no Distrito de Lisboa, e a menos 25 processos instaurados, no Distrito de Santarém).

Considerando a variação do número processos instaurados por biénios, no mesmo intervalo de tempo, nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados em conjunto, apenas no biénio 2011-2012 se registou um aumento do indicador, à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nos três Distritos considerados separadamente. Nos restantes biénios (2009-2010 e 2010-2011), o número de processos instaurados diminuiu, acompanhando o sentido da evolução do indicador em Portugal, no Continente e nos Distritos de Lisboa e Santarém, considerados individualmente; no Distrito de Setúbal, o número de processos instaurados aumentou, nos biénios 2009-2010 e 2010-2011.

A maior diminuição do número de processos instaurados nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, e atendendo à respectiva taxa de variação, ocorreu no biénio 2010-2011 (-1,5%, correspondendo a menos 164 processos instaurados, e a menor ocorreu no biénio 2009-2010 (-1,2%, correspondendo a menos 133 processos instaurados). Conforme o referido atrás, no biénio 2011-2012, o número de processos instaurados nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, aumentou (+3,7%, correspondendo a mais 387 processos instaurados).

Em 2012, o número de processos instaurados pelas CPCJ dos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, representavam 37,7% dos processos instaurados a nível nacional e 40,8% daqueles a nível de Portugal Continental. Naquele ano, 64,2% dos processos instaurados nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, referiam-se às CPCJ do Distrito de Lisboa, correspondendo a 7054 processos instaurados, o maior contributo para o valor do conjunto dos três Distritos, comparativamente ao contributo dos restantes dois distritos considerados individualmente; o menor contributo foi dado pelo Distrito de Santarém (11,7% dos processos instaurados nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, considerados no seu conjunto, correspondendo a 1288 processos instaurados no Distrito de Santarém).

Tabela 265 – Crianças e Jovens acompanhados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e distribuição das crianças e jovens por fluxo processual (%), em 2009

Local de residência	Crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ (N.º) e distribuição pelo fluxo processual (%)							
	Transitados		Instaurados		Reabertos		Global	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	34608	51,6	28426	42,4	4087	6,1	67121	100,0
Continente	31762	51,2	26363	42,5	3851	6,2	61976	100,0
RLVT	12854	50,3	10998	43,0	1696	6,6	25548	100,0
Oeste	1009	52,2	776	40,1	149	7,7	1934	100,0
Médio Tejo	794	51,9	638	41,7	97	6,3	1529	100,0
Grande Lisboa	7142	48,7	6697	45,7	826	5,6	14665	100,0
Península de Setúbal	3057	55,1	2146	38,7	345	6,2	5548	100,0
Lezíria do Tejo	852	45,5	741	39,6	279	14,9	1872	100,0

NOTAS:

“No final do ano de 2012 existiam 305 CPCJ instaladas, sendo que 9 não tinham legitimidade para intervir em processos por não ter sido publicada a respetiva portaria de instalação (não se inclui Vila Nova de Gaia Norte e Vila Nova de Gaia Sul, pois estavam constituídas em portaria única anterior).” (CPCJN, 2012)

2006: “(...) primeiro ano em que obteve 100% de entrega dos dados relativos ao fluxo processual” (CPCJN, 2013)

Fonte: CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2009. Junho 2010 (disponível em: http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3143&m=PDF; consulta a 08 de Dezembro de 2013). Adaptado por DSP/ARSLVT, IP

Em 2009, foram acompanhadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da RLVT 25 548 crianças e jovens em risco, sendo que a maioria das situações referia-se a processos transitados (50,3%), à semelhança do ocorrido em de Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT, onde a maioria dos processos referentes a crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ eram processos transitados.

Naquele ano, na RLVT, os processos reabertos representavam a minoria das situações (6,6%), à semelhança do ocorrido a nível nacional, de Portugal Continental e das cinco NUTS III da RLVT, onde os processos reabertos representavam, também, a minoria dos processos referentes a crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ.

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção dos seus processos a serem transitados, relativamente às restantes NUTS III, foi a Península de Setúbal (55,1% do seu volume processual referia-se a processos transitados); a NUTS III com maior proporção dos seus processos a serem instaurados relativamente aos restantes NUTS III, foi a Grande Lisboa (45,7% do seu volume processual referia-se a processos instaurados); a NUTS III com maior proporção dos seus processos a serem reabertos, relativamente às restantes NUTS III, foi a Lezíria do Tejo (14,9% do seu volume processual referia-se a processos reabertos).

Em 2009, as crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ a nível da RLVT representavam 38,1% daquelas crianças e jovens a nível nacional e 41,2% das a nível de Portugal Continental.

No mesmo ano, 57,4% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT referiam-se às CPCJ da Grande Lisboa, correspondendo a 14 665 crianças e jovens acompanhadas, o maior contributo para o valor da Região; o menor contributo foi dado pela NUTS III Médio Tejo (6,0% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT, correspondendo a 1 529 crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da NUTS III Médio Tejo).

No que concerne às crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos transitados, em 2009, representavam 37,1% das crianças e jovens com aqueles processos a nível nacional e 40,5% daquelas a nível de Portugal Continental.

No mesmo ano, 55,6% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos transitados referiam-se às CPCJ da Grande Lisboa, correspondendo a 7 142 crianças e jovens acompanhadas com processos transitados, o maior contributo para o valor da Região; o menor contributo foi dado pela NUTS III Médio Tejo (6,2% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos transitados, correspondendo a 794 crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da NUTS III Médio Tejo com processos transitados).

Relativamente às crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos instaurados, em 2009, representavam 38,7% das crianças e jovens com aqueles processos a nível nacional e 41,7% daquelas a nível de Portugal Continental.

No mesmo ano, 60,9% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos instaurados referiam-se às CPCJ da Grande Lisboa, correspondendo a 6 697 crianças e jovens acompanhadas com processos instaurados, o maior contributo para o valor da Região; o menor contributo foi dado pela NUTS III Médio Tejo (6,7% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos instaurados, correspondendo a 638 crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da NUTS III Médio Tejo com processos instaurados).

No que se refere às crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos reabertos, em 2009, representavam 41,5% das crianças e jovens com aqueles processos a nível nacional e 44,0% daquelas a nível de Portugal Continental.

No mesmo ano, 48,7% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos reabertos referiam-se às CPCJ da Grande Lisboa, correspondendo a 826 crianças e jovens acompanhadas com processos reabertos, o maior contributo para o valor da Região; o menor contributo foi dado pela NUTS III Médio Tejo (5,7% das crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da RLVT com processos reabertos, correspondendo a 97 crianças e jovens acompanhadas pelas CPCJ da NUTS III Médio Tejo com processos reabertos).

8. Emprego/Desemprego

O trabalho é um valor que corresponde a uma dimensão fundamental da existência humana, constituindo um meio de integração e desenvolvimento pessoal, tendo funções económicas e sociais.

O emprego é um dos principais fatores de integração social – permite um vínculo social importante, proporciona uma rede de relações interpessoais e cria o sentimento solidário de participação na vida económica do país.

O trabalho e o rendimento têm estado intimamente associados, tornando o emprego (trabalho remunerado) indispensável como fonte normal de sobrevivência económica e de aquisição de identidade social. Passar do trabalho ao emprego implica uma atividade socializada, realizada fora de casa, remunerada e regulamentada.

Mas o emprego, por si só, não garante a ausência de pobreza – regista-se uma incidência de 12,2% de pobreza entre os ativos empregados.

O desemprego pode ser definido como a ausência involuntária da possibilidade de um indivíduo exercer uma atividade remunerada. É uma forma de exclusão social que conduz à quebra do vínculo com o sistema social designado por mercado de trabalho, impedindo o desempregado de se integrar como membro da sociedade de consumo.

Em Portugal, foi em meados da década de 70 do século passado que o desemprego se impôs como um problema social e prolongado, como consequência de desajustamentos no sistema de emprego, tendo estado contido até então devido à emigração e ao processo de assalariamento lento.

O desemprego pode ter consequências destruidoras na personalidade e na vida social do indivíduo, podendo condicionar situações graves de saúde.

Não cabe, no âmbito deste Perfil, analisar os fatores sociais e económicos que têm contribuído para o desemprego nas sociedades contemporâneas. Incluem-se, nesse âmbito, aspetos tão variados como a globalização, implicada na deslocação da mão-de-obra para espaços concorrentemente mais favoráveis, níveis de escolarização elevados que permitam satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, estando o desemprego ligado a fracas competências escolares (em Portugal, 80% dos indivíduos com fraca literacia são desempregados de longa duração, sendo o insucesso escolar um fator individual importante de precarização do emprego), exacerbação da competitividade internacional e desenvolvimento tecnológico, substituindo a mão-de-obra humana por trabalho mecânico.

Todos estes fatores, entre outros, têm condicionado o encerramento de fábricas e empresas assim como o despedimento de um número importante de trabalhadores, com o consequente aumento de desemprego e de esquemas de reformas antecipadas.

A crise financeira e económica atualmente em curso tem também implicações a este nível.

Falar de desemprego implica considerar um conjunto de variantes possíveis, com pesos e implicações sociais diferentes. Há vários tipos de desempregados: de *longa duração*, ou seja, à procura de emprego há mais de um ano; os *invisíveis*, que não têm consciência da sua situação de desempregados; os *disfarçados*, que não entram nas estatísticas, enquanto frequentadores de cursos de formação; os *ocultos*, que desistem de procurar emprego.

As fontes de subsistência dos desempregados residem, sobretudo, nas redes informais de solidariedade social, onde o apoio familiar se sobrepõe, o que conduz ao empobrecimento das famílias que sustentam os desempregados. Outras fontes alternativas de rendimento são o subsídio de desemprego, que abrange uma parte dos desempregados, e as pensões sociais, designadamente o rendimento mínimo garantido.

Consequências do desemprego na saúde

É através do trabalho que o indivíduo se insere na sociedade, desenvolve a autoestima e adquire sentimentos de realização pessoal e social.

O desemprego pode originar conflitos individuais e familiares, podendo ter consequências físicas, psíquicas e sociais desastrosas. A própria situação de instabilidade laboral, em que o trabalhador se sinta ameaçado pela iminência da perda de trabalho, pode gerar situações de *stress*.

A perda de emprego modifica os ritmos diários, desde a alteração dos horários às modificações dos rituais do quotidiano, o que conduz à fragilização da personalidade ou, mesmo, à sua desestruturação.

A perda das relações sociais do posto de trabalho origina, no desempregado, o isolamento, que pode criar tensões no seio familiar, podendo aí determinar ruturas, e conduzir a comportamentos de agressividade, depressão e alcoolismo, entre outros.

O desemprego determina uma diminuição da autoestima do indivíduo, com consequente afetação da sua saúde mental e a deterioração das suas redes relacionais com os outros – colegas e sociedade em geral.

Estudos feitos encontraram correlação entre alguns indicadores e problemas de saúde (taxas de mortalidade, alcoolismo, cirrose, suicídio, homicídio, internamentos em instituições psiquiátricas) e o nível económico dos indivíduos.

Os problemas de saúde mais frequentes entre os desempregados são as manifestações psicossomáticas, incapacidade, invalidez e deterioração da saúde com alteração do padrão de sono, do padrão alimentar e queixas de etiologia difusa (hábitos alimentares, dores abdominais, dificuldade em dormir), afetando a família e nomeadamente os filhos.

O desemprego condiciona a existência de uma falta de capacidade de aquisição de bens que satisfaçam necessidades básicas, como é o caso da alimentação. A pessoa insuficientemente nutrida vê afetado negativamente o seu “stock” de saúde.

Há, portanto, uma forte correlação entre a perda do emprego e a degradação do estado de saúde. A situação engendra novas patologias, afetando a saúde física e mental, bem como os comportamentos.

Os desempregados têm mais frequentemente afeções cardiovasculares, problemas do sistema nervoso e problemas mentais ou do sono, sendo a toma de medicamentos psicotrópicos duas vezes mais elevada entre os desempregados. A esquizofrenia e os problemas ligados ao álcool são mais frequentes entre os homens desempregados, ao passo que as depressões são mais frequentes entre as mulheres desempregadas.

A taxa de morbilidade é, assim, mais elevada entre os desempregados, dependendo sempre também de outros fatores, tais como o meio social, o nível de formação, a história pessoal e o contexto familiar.

Os riscos são maiores entre os indivíduos que vivem sós (celibatários, divorciados): mais de 30% dos doentes do sector psiquiátrico estão nesta situação.

As manifestações clínicas, nomeadamente as reações psicológicas, podem tomar formas diferentes de apresentação, de acordo com as fases de ajustamento emocional em que o desempregado se encontra.

Classicamente, são identificadas as seguintes:

- fase de incredulidade, em que há reações de surpresa e de irrealismo face aos acontecimentos;
- fase de negação, por vezes camuflando o problema, aparentando comportamentos ajustados e conformismo, traduzida por reações como “agora é que é boa vida”;
- fase de angústia, traduzida por ansiedade, reações de desespero e dificuldade em tomar medidas ou ver alternativas que se oponham à situação;
- fase de identidade como desempregado, apresentando sentimentos de vergonha, humilhação, inaptidão social e inutilidade, adquirindo com o estigma de desempregado a privação de relações sociais e o sentimento de frustração social.

Portanto, a perda do emprego perturba as referências do indivíduo na sua vida quotidiana e os seus ritmos espaciotemporais, afetando-o no seu estatuto e identidade, na segurança pela incerteza de recursos e nas suas redes relacionais.

De acordo com as fases mencionadas, os sintomas que expressam essa desestabilização mental e física exprimem-se, em primeiro lugar, sob uma forma de resistência, contestação agressiva do acontecimento, recusa da imagem do desempregado e depois por uma despersonalização progressiva, até que surge a somatização. Contudo, será o desgaste psicológico, provocado pela duração no desemprego, que vai aparecer como o fator determinante.

8.1 Emprego

Tabela 266 – Taxa de emprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012

Período de referência dos dados	Local de residência	Taxa de emprego (Série 2011 - %) *		
		Sexo		
		Total	Masculino	Feminino
2012	Portugal	61,8	64,9	58,7
	Continente	62,0	65,1	58,9
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	61,3	62,8	59,9
2011	Portugal	64,2	68,1	60,4
	Continente	64,3	68,2	60,5
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	63,9	65,8	62,1

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

* "Para a população residente com idade dos 15 aos 64 anos" (INE, IP)

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 28 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2012, para 2012 registou-se uma diminuição de 2,6% da taxa de emprego na RLVT face a 2011, seguindo a evolução verificada a nível nacional (-2,4%) e de Portugal Continental (-2,3%), no mesmo intervalo de tempo. Esta diminuição ocorreu em ambos os sexos, com maior expressão no sexo masculino, na Região (-3,0%, no sexo masculino, face a uma variação de -2,2%, no sexo feminino), em Portugal (-3,2%, no sexo masculino, face a uma variação de -1,7%, no sexo feminino) e no Continente (-3,1%, no sexo masculino, face a uma variação de -1,6%, no sexo feminino).

Em 2012, a taxa de emprego na Região foi de 61,3%, valor inferior ao registado em Portugal e ao registado no Continente. Nesse ano, a taxa de emprego na Região foi superior no sexo masculino em 2,9% comparativamente ao valor no sexo feminino.

Tabela 267 – Taxa de emprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Período de referência dos dados	Local de residência	Taxa de emprego (Série 2011 - %) *		
		Grupo etário		
		Total	15 - 54 anos	55 - 64 anos
2012	Portugal	61,8	65,2	46,5
	Continente	62,0	65,5	46,5
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	61,3	65,6	43,0
2011	Portugal	64,2	67,8	47,9
	Continente	64,3	68,0	47,9
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	63,9	68,2	45,6
Variação (%) 2011-2012**	Portugal	-2,4	-2,6	-1,4
	Continente	-2,3	-2,5	-1,4
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	-2,6	-2,6	-2,6

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

* "Para a população residente com idade dos 15 aos 64 anos" (INE, IP)

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 28 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP**

A diminuição da taxa de emprego verificada entre 2011 e 2012, na RLVT, atingiu dois grupos etários considerados, tal como ocorreu em Portugal e no Continente, mas teve, na Região, dimensão igual em ambos os grupos etários (-2,6%), ao contrário do ocorrido em Portugal e no Continente, onde a diminuição da taxa de emprego teve maior expressão no grupo dos 15 aos 54 anos (-2,6% e -2,5% em 2012, face a 2011, respetivamente em Portugal e no Continente).

Em 2012, o maior valor da taxa de desemprego na Região registou-se no grupo etário dos 15 aos 54 anos (65,6%).

Tabela 268 – Proporção da população empregada (Série 1998 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Escalão de empregos anteriores, em 2001 e 2010, e Variação (%) 2001-2010

Local de residência	Proporção da população empregada (Série 1998 - %)										
	2010				2001				Variação (%) 2001-2010*		
	Escalão de empregos anteriores										
	Total	Nenhum	1 - 2 empregos	3 e mais empregos	Total	Nenhum	1 - 2 empregos	3 e mais empregos	Nenhum	1 - 2 empregos	3 e mais empregos
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
Portugal	100,0	23,1	42,6	34,3	100,0	26,6	49,2	24,2	-3,5	-6,6	+10,1
Continente	100,0	22,6	42,4	35,0	100,0	25,8	49,6	24,7	-3,2	-7,2	+10,3
Lisboa e Vale do Tejo ^a	100,0	19,1	41,8	39,1	100,0	25,4	49,9	24,7	-6,3	-8,1	+14,4

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 17 de Fevereiro de 2011 (INE, IP); consulta a 01 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2010 (último ano de dados disponíveis), na RLVT, registou-se uma diminuição da proporção da população empregada sem nenhum emprego anterior, face a 2001 (-6,3%), seguindo a evolução registada em Portugal (-3,5%) e no Continente (-3,2%), no mesmo intervalo de tempo. No que concerne à proporção da população empregada com 1 a 2 empregos anteriores, registou-se, igualmente, um decréscimo (-8,1%), de 2001 para 2010, à semelhança do ocorrido em Portugal (-6,6%) e no Continente (-7,2%). Pelo contrário, a proporção da população empregada com 3 e mais empregos anteriores aumentou na Região (+14,4%), em Portugal (+10,1%) e no Continente (+10,3%), naquele intervalo de tempo.

Em 2010, a proporção de população empregada sem nenhum emprego anterior e a proporção de população empregada com 1 a 2 empregos anteriores, na Região, foram inferiores às registadas a nível nacional e de Portugal Continental, ao contrário da proporção da população empregada com 3 e mais empregos, cujo valor na Região foi superior ao de Portugal e ao do Continente, naquele ano.

Tabela 269 – População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012

Local de residência	População média empregada, Série 2011 – N.º (milhares)					
	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Portugal	4634,7	4837	2443,6	2574,5	2191,1	2262,5
Continente	4426,0	4618	2331,4	2456,3	2094,5	2161,7
Lisboa e Vale do Tejo ^a	1533,4	1609,5	784,4	830,0	749,0	779,5

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt 2011

Em 2012, 51,2% da população média empregada da Região eram indivíduos do sexo masculino e 48,8% do sexo feminino, à semelhança do ocorrido a nível nacional e de Portugal Continental, onde a maior proporção de população média empregada era do sexo masculino (52,7% de indivíduos do sexo masculino em Portugal e a mesma proporção no Continente).

Tabela 270 – População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, e Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, em 2011 e 2012

Período de referência dos dados	Local de residência	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e %											
		Grupo etário											
		Total		15 - 24 anos		25 - 34 anos		35 - 44 anos		45 - 64 anos		65 e mais anos	
		N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
2012	Portugal	4634,7	100,0	266,3	5,7	1080,7	23,3	1285,1	27,7	1717,3	37,1	285,3	6,2
	Continente	4426	100,0	252,4	5,7	1024,5	23,1	1226,7	27,7	1645,8	37,2	276,4	6,2
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1533,4	100,0	76,4	5,0	356,1	23,2	462,8	30,2	574,5	37,5	63,6	4,1
2011	Portugal	4837	100,0	310,3	6,4	1195	24,7	1310,1	27,1	1741,9	36,0	279,7	5,8
	Continente	4618	100,0	292,5	6,3	1133,2	24,5	1249,1	27,0	1670,7	36,2	272,6	5,9
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1609,5	100,0	96,4	6,0	397	24,7	468,4	29,1	583,5	36,3	64,2	4,0

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt 2011; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, a maior proporção de população média empregada na Região registou-se no grupo etário dos 45 aos 64 anos (37,5%), seguida de, por ordem decrescente, o grupo etário dos 35 aos 44 anos (30,2%), dos 25 aos 34 anos (23,2%), dos 15 aos 24 anos (5,0%) e dos 65 e mais anos (4,1%). A distribuição, em termos de ordenação, em Portugal e no Continente foi idêntica, mas foi no grupo etário dos 65 e mais anos que se registou a segunda menor proporção de população média empregada (6,2% para Portugal e o mesmo valor para o Continente), sendo a menor proporção registada no grupo etário dos 15 aos 24 anos (5,7% para Portugal e o mesmo valor para o Continente).

Tabela 271 – População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011 e 2012

Período de referência dos dados	Local de residência	População média empregada, Série 2011 (N.º milhares) e %													
		Nível de escolaridade mais elevado completo													
		Total		Nenhum		Básico - 1º Ciclo		Básico - 2º Ciclo		Básico - 3º Ciclo		Secundário e pós-secundário		Superior	
		N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
2012	Portugal	4634,7	100,0	153,3	3,3	891,8	19,2	679,8	14,7	986,6	21,3	980,3	21,2	942,9	20,3
	Continente	4426	100,0	142,7	3,2	843,6	19,1	641,1	14,5	947,9	21,4	943	21,3	907,6	20,5
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1533,4	100,0	26,7	1,7	220,2	14,4	181,6	11,8	334,4	21,8	384,8	25,1	385,8	25,2
2011	Portugal	4837	100,0	182,6	3,8	974,2	20,1	740	15,3	1059,9	21,9	970,7	20,1	909,7	18,8
	Continente	4618	100,0	171,2	3,7	922,2	20,0	695,4	15,1	1016,7	22,0	935,3	20,3	877,3	19,0
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1609,5	100,0	36,4	2,3	241	15,0	201,3	12,5	369	22,9	374,2	23,2	387,6	24,1

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, a maior proporção de população média empregada na Região registou-se no grupo da população ativa com o ensino superior completo (25,2%), seguido do grupo com o ensino secundário e pós-secundário completo (25,1%), do grupo com o ensino básico, 3.º ciclo, completo (21,8%), do grupo com o ensino básico, 1.º ciclo, completo (14,4%), do grupo com o ensino básico, 2.º ciclo, completo (11,8%) e do grupo sem nenhum nível de escolaridade completo (1,7%).

Em Portugal e no Continente, no mesmo ano, os três grupos que representavam os níveis de escolaridade completos com menor proporção de população ativa coincidiam com os da Região, mas a maior proporção de população média ativa registou-se no grupo da população ativa com o ensino básico, 3.º ciclo, completo (21,3% e 21,4%, respetivamente para Portugal e para o Continente), seguido do grupo com o ensino secundário e pós-secundário completo (21,2% e 21,3%, respetivamente para Portugal e para o Continente) e o grupo com o ensino superior completo (20,3% e 20,5%, respetivamente para Portugal e para o Continente).

Tabela 272 – População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e Profissão, em 2011 e 2012

Período de referência dos dados	Local de residência	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e %											
		Profissão											
		Total		Profissões das Forças Armadas		Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos		Especialistas das atividades intelectuais e científicas		Técnicos e profissões de nível intermédio		Pessoal administrativo	
		N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
2012	Portugal	4634,7	100,00	31,4	0,68	299,5	6,46	690,6	14,90	446,2	9,63	359,9	7,77
	Continente	4426	100,00	30,5	0,69	294,7	6,66	661,5	14,95	423,6	9,57	344,4	7,78
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1533,4	100,00	19,0	1,24	96,6	6,3	285,3	18,61	164,8	10,75	161,1	10,51
2011	Portugal	4837	100,00	31,7	0,66	299,8	6,2	689,0	14,24	423,4	8,75	400,1	8,27
	Continente	4618	100,00	30,2	0,65	292,6	6,34	662,1	14,34	403	8,73	383,8	8,31
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1609,5	100,00	18,5	1,15	98,2	6,1	293,4	18,23	150,8	9,37	187,6	11,66

CONTINUA ➤

Período de referência dos dados	Local de residência	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e %									
		Profissão									
		Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores		Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta		Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices		Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem		Trabalhadores não qualificados	
		N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
2012	Portugal	753,7	16,26	463,5	10,00	669,4	14,44	378,3	8,16	542,3	11,70
	Continente	712,9	16,11	435,9	9,85	645,0	14,57	368,9	8,33	508,5	11,49
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	274,0	17,87	66,7	4,35	175,4	11,44	90,0	5,87	200,6	13,08
2011	Portugal	785,7	16,24	462,2	9,56	771,1	15,94	406,4	8,4	567,6	11,73
	Continente	742,5	16,08	436,7	9,46	742,4	16,08	394,7	8,55	530,1	11,48
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	291,6	18,12	60,8	3,78	198,3	12,32	95,7	5,95	214,6	13,33

➤ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 15 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, a maior proporção de população média empregada na Região registou-se no grupo dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (18,6%), seguido, por ordem decrescente, do grupo dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (17,9%), dos trabalhadores não qualificados (13,1%), dos trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (11,4%), dos técnicos e profissões de nível intermédio (10,7%), do pessoal administrativo (10,5%), dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (6,3%), dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (5,9%), dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (4,3%) e das profissões das Forças Armadas (1,2%).

Em Portugal e no Continente, no mesmo ano, apenas o grupo profissional que representa a menor proporção de população média empregada coincidiu com o da RLVT: profissões das Forças Armadas (0,68% em Portugal e 0,69% no Continente). Nas restantes profissões, não houve coincidência na ordenação: a maior proporção de população média empregada em Portugal e no Continente registou-se no grupo dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (16,3% em Portugal e 16,1% no Continente), seguido de, por ordem decrescente, o grupo dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (14,9% em Portugal e 14,95% no Continente), dos trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (14,4% em Portugal e 14,6% no Continente), dos trabalhadores não qualificados (11,7% em Portugal e 11,5% no Continente), dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (10,0% em Portugal e 9,8% no Continente), dos técnicos e profissões de nível intermédio (9,63% em Portugal e 9,57% no Continente), dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (8,2% em Portugal e 8,3% no Continente), do pessoal administrativo (7,77% em Portugal e 7,78% no Continente), e dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (6,5% em Portugal e 6,7% no Continente).

Tabela 273 – População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e % -, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e situação na profissão, em 2011 e 2012

Período de referência dos dados	Local de residência	População média empregada, Série 2011 - N.º (milhares) e %									
		Situação na profissão									
		Total		Trabalhador por conta de outrem		Trabalhador por conta própria/isolado		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador por conta própria/empregadores	
		N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
2012	Portugal	4634,7	100,0	3628,4	78,3	742,3	16,0	30,3	0,65	233,7	5,0
	Continente	4426	100,0	3458,3	78,1	713,4	16,1	29,2	0,66	225,1	5,1
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1533,4	100,0	1287,8	84,0	177,1	11,5	6,5	0,4	62,1	4,0
2011	Portugal	4837	100,0	3815,2	78,9	744	15,4	29,4	0,6	248,4	5,1
	Continente	4618	100,0	3633,3	78,7	716,7	15,5	28,2	0,6	239,8	5,2
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	1609,5	100,0	1347,7	83,7	180,2	11,2	6,6	0,4	74,9	4,7

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 15 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, a maior proporção de população média empregada na Região registou-se no grupo dos trabalhadores por conta de outrem (84,0%), seguido do grupo dos trabalhadores por conta própria/isolados (11,5%), do grupo dos trabalhadores por conta própria/empregadores (4,0%) e do grupo dos trabalhadores familiares não remunerados (0,4%).

Aquela ordenação coincidiu com a registada em Portugal e no Continente, no mesmo ano: trabalhadores por conta de outrem (78,3% em Portugal e 78,1% no Continente), seguidos dos trabalhadores por conta própria/isolados (16,0% em Portugal e 16,1% no Continente), dos trabalhadores por conta própria/empregadores (5,0% em Portugal e 5,1% no Continente) e dos trabalhadores familiares não remunerados (0,65% em Portugal e 0,66% no Continente).

Tabela 274 – Ganho médio mensal (€), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001, 2004 a 2009

Localização geográfica	Ganho médio mensal (€)*					
	Período de referência dos dados					
	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Portugal	1034,2	1008,0	963,3	934,0	907,2	877,5
Continente	1036,4	1010,4	965,3	936,0	909,2	879,6
Lisboa e Vale do Tejo	1237,2	1214,5	1169,5	1133,7	1100,5	1066,0
Oeste	864,1	837,0	804,8	775,9	755,2	729,0
Médio Tejo ^a	893,4	870,9	827,4	837,1	785,9	763,5
Grande Lisboa	1365,4	1347,3	1299,1	1263,8	1228,3	1189,8
Península de Setúbal	1032,9	1011,9	974,9	927,0	899,6	871,4
Lezíria do Tejo	915,0	895,8	879,7	847,8	833,1	804,1

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

* “Quadros de Pessoal; os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa” (INE, IP).

Última atualização destes dados: 04 de Novembro de 2011 (INE, IP); consulta a 01 de Fevereiro de 2013 e 28 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2009, o ganho médio mensal na RLVT (1 237,2€) foi superior ao calculado para Portugal e para o Continente (1 034,2€ e 1 036,4€, respetivamente). No mesmo ano, em todas as NUTS III da RLVT, o ganho médio mensal foi inferior ao da Região, ao de Portugal e ao do Continente, com exceção da Grande Lisboa, com um ganho médio mensal contabilizado superior ao da Região. Este padrão foi igual ao observado a partir de 2004, com exceção de 2007 e 2008, anos em que se contabilizou, na Península de Setúbal, um ganho médio mensal superior ao calculado para Portugal e para o Continente, apesar de inferior ao da Região.

Tabela 275 – População empregada por conta de outrem (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Sector de atividade económica, 2007 a 2009

Localização geográfica	População empregada por conta de outrem (N.º e %) **															
	Sector de atividade económica															
	Total				Primário				Secundário				Terciário			
	2009								2008							
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	2175028	100,0	34839	1,60	733067	33,70	1407122	64,69	2267915	100,0	36524	1,6	798315	35,2	1433076	63,2
Continente	2082235	100,0	33355	1,60	709631	34,08	1339249	64,32	2171074	100,0	34859	1,6	772288	35,6	1363927	62,8
RLVT	838051	100,0	10114	1,21	187454	22,37	640483	76,43	858965	100,0	9914	1,2	206228	24,0	642823	74,8
Oeste	67340	100,0	2995	4,45	23826	35,38	40519	60,17	70169	100,0	2939	4,2	26593	37,9	40637	57,9
Médio Tejo ^a	37343	100,0	765	2,05	13377	35,82	23201	62,13	39426	100,0	781	2,0	14713	37,3	23932	60,7
Grande Lisboa	580178	100,0	1280	0,22	100347	17,30	478551	82,48	587690	100,0	1265	0,2	109265	18,6	477160	81,2
Península de Setúbal	109383	100,0	1863	1,70	34831	31,84	72689	66,45	116285	100,0	1852	1,6	39400	33,9	75033	64,5
Lezíria do Tejo	43807	100,0	3211	7,33	15073	34,41	25523	58,26	45395	100,0	3077	6,8	16257	35,8	26061	57,4

➔ CONTINUAÇÃO

Localização geográfica	População empregada por conta de outrem (N.º e %) **							
	Sector de atividade económica							
	Total		Primário		Secundário		Terciário	
	2007							
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	2247556	100,0	35773	1,6	816280	36,3	1395503	62,1
Continente	2152634	100,0	34158	1,6	790199	36,7	1328277	61,7
RLVT	837907	100,0	9567	1,1	208882	24,9	619458	73,9
Oeste	69910	100,0	2717	3,9	27516	39,4	39677	56,8
Médio Tejo ^a	39243	100,0	876	2,2	15114	38,5	23253	59,3
Grande Lisboa	570703	100,0	1221	0,2	110379	19,3	459103	80,4
Península de Setúbal	113425	100,0	1850	1,6	39038	34,4	72537	64,0
Lezíria do Tejo	44626	100,0	2903	6,5	16835	37,7	24888	55,8

➔ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

** "Os valores apresentados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa e não incluem os dados relativos a trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos cuja freguesia de localização é ignorada" (INE, IP).

Última atualização destes dados: 29 de Dezembro de 2011 (INE, IP); consulta a 01 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 276 – Taxa de variação (%) da população empregada por conta de outrem, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e Sector de atividade económica, 2007-2009 e bial

Localização geográfica	Taxa de variação da população empregada por conta de outrem (%) *											
	Sector de atividade económica											
	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário
	2007-2008				2008-2009				2007-2009			
Portugal	+0,91	+2,10	-2,20	+2,69	-4,10	-4,61	-8,17	-1,81	-3,23	-2,61	-10,19	+0,83
Continente	+0,86	+2,05	-2,27	+2,68	-4,09	-4,31	-8,11	-1,81	-3,27	-2,35	-10,20	+0,83
RLVT	+2,51	+3,63	-1,27	+3,77	-2,43	+2,02	-9,10	-0,36	+0,02	+5,72	-10,26	+3,39
Oeste	+0,37	+8,17	-3,35	+2,42	-4,03	+1,91	-10,40	-0,29	-3,68	+10,23	-13,41	+2,12
Médio Tejo ^a	+0,47	-10,84	-2,65	+2,92	-5,28	-2,05	-9,08	-3,05	-4,84	-12,67	-11,49	-0,22
Grande Lisboa	+2,98	+3,60	-1,01	+3,93	-1,28	+1,19	-8,16	+0,29	+1,66	+4,83	-9,09	+4,24
Península de Setúbal	+2,52	+0,11	+0,93	+3,44	-5,94	+0,59	-11,60	-3,12	-3,56	+0,70	-10,78	+0,21
Lezíria do Tejo	+1,72	+5,99	-3,43	+4,71	-3,50	+4,35	-7,28	-2,06	-1,84	+10,61	-10,47	+2,55

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

* "Os valores apresentados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa e não incluem os dados relativos a trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos cuja freguesia de localização é ignorada" (INE, IP).

Última atualização dos dados do INE, IP: 29 de Dezembro de 2011; consulta a 01 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2009 (último ano de dados disponíveis), contabilizaram-se mais 144 efetivos da população empregada por conta de outrem, na RLVT, face a 2007, o que representa uma taxa de variação de +0,02%. Apenas a NUTS III Grande Lisboa acompanhou este aumento, no intervalo de tempo considerado (+1,7%). Nas restantes NUTS III, verificou-se uma diminuição da população empregada por conta de outrem, entre 2007 e 2009, com taxa de variação com maior expressão no Médio Tejo (-4,8%), seguido, por ordem decrescente, do Oeste (-3,7%), da Península de Setúbal (-3,6%) e da Lezíria do Tejo (-1,8%). Em Portugal e no Continente, também se registou uma diminuição da população empregada por conta de outrem (-3,2% e -3,3%, respetivamente), no intervalo de tempo em apreço.

No que concerne à variação da população empregada por conta de outrem, na RLVT, por sector de atividade económica, registou-se um aumento, em 2009, face a 2007, no sector primário (+5,7%) e terciário (+3,4%); no sector secundário houve uma diminuição de 10,3%.

Relativamente às NUTS III da RLVT, e considerando a taxa de variação no triénio 2007-2009 da população empregada por conta de outrem, por sector de atividade, registou-se um aumento nos sectores primário e terciário em todas as NUTS, com exceção do Médio Tejo, onde se verificou uma diminuição da população empregada por conta de outrem (-12,7% e -0,2%, respetivamente no sector primário e no sector terciário), no intervalo de tempo considerado. No sector secundário registou-se uma diminuição em todas as NUTS III, com maior expressão no Oeste (-13,4%),

seguido, por ordem decrescente, do Médio Tejo (-11,5%), da Península de Setúbal (-10,8%), da Lezíria do Tejo (-10,5%) e da Grande Lisboa (-9,1%). No sector primário, a Lezíria do Tejo foi a NUTS III onde se registou a taxa de variação positiva o aumento mais expressiva (+10,6%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (+10,2%), da Grande Lisboa (+4,8%) e da Península de Setúbal (+0,7%). No sector terciário, a Grande Lisboa foi a NUTS III onde se registou a taxa de variação positiva mais expressiva (+4,2%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (+2,6%), do Oeste (+2,1%) e da Península de Setúbal (+0,2%).

Em 2009, a RLVT contribuiu com 38,5% da população empregada por conta de outrem em Portugal e 40,2% daquela no Continente. A Grande Lisboa foi a que mais contribuiu para a população empregada por conta de outrem da RLVT, representando mais de sessenta por cento desta população (69,2%), na Região.

No mesmo ano, o sector terciário representava a maior proporção de população empregada por conta de outrem, na Região (76,4%), nas cinco NUTS III, em Portugal (64,7%) e no Continente (64,3%); a menor proporção era do sector primário, na Região (1,2%), nas cinco NUTS III, em Portugal e no Continente (ambos com 1,6%).

Em 2009, a NUTS III com maior proporção da sua população empregada por conta de outrem no sector terciário foi a Grande Lisboa (82,5%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (66,5%), do Médio Tejo (62,1%), do Oeste (60,2%) e da Lezíria do Tejo (58,3%). No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção da sua população empregada por conta de outrem no sector primário foi a Lezíria do Tejo (7,3%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (4,4%), do Médio Tejo (2,0%), da Península de Setúbal (1,7%) e da Grande Lisboa (0,2%).

Tabela 277 – População empregada por conta de outrem (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e sexo, 2007 a 2009

Localização geográfica	População empregada por conta de outrem (N.º e %) ^a											
	Sexo											
	Total		Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino	
	2009						2008					
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	2175028	100,0	1224734	56,3	950294	43,7	2267915	100,0	1284194	56,6	983721	43,4
Continente	2082235	100,0	1172353	56,3	909882	43,7	2171074	100,0	1228831	56,6	942243	43,4
RLVT	838051	100,0	465204	55,5	372847	44,5	858965	100,0	484320	56,4	374645	43,6
Oeste	67340	100,0	37696	56,0	29644	44,0	70169	100,0	39857	56,8	30312	43,2
Médio Tejo ^a	37343	100,0	21232	56,9	16111	43,1	39426	100,0	22627	57,4	16799	42,6
Grande Lisboa	580178	100,0	320074	55,2	260104	44,8	587690	100,0	328849	56,0	258841	44,0
Península de Setúbal	109383	100,0	61866	56,6	47517	43,4	116285	100,0	67402	58,0	48883	42,0
Lezíria do Tejo	43807	100,0	24336	55,6	19471	44,4	45395	100,0	25585	56,4	19810	43,6

CONTINUA 

Localização geográfica	População empregada por conta de outrem (N.º e %) ^a					
	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	2007					
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	2247556	100,0	1279218	56,9	968338	43,1
Continente	2152634	100,0	1224459	56,9	928175	43,1
RLVT	837907	100,0	474291	56,6	363616	43,4
Oeste	69910	100,0	39956	57,2	29954	42,8
Médio Tejo ^a	39243	100,0	22464	57,2	16779	42,8
Grande Lisboa	570703	100,0	320713	56,2	249990	43,8
Península de Setúbal	113425	100,0	65315	57,6	48110	42,4
Lezíria do Tejo	44626	100,0	25843	57,9	18783	42,1

 CONTINUAÇÃO

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

^a "Os valores apresentados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa e não incluem os dados relativos a trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos cuja freguesia de localização é ignorada" (INE, IP).

Última atualização destes dados: 28 de Dezembro de 2011 (INE, IP); consulta a 01 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 278 – Taxa de variação (%) da População empregada por conta de outrem, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e sexo, 2007-2009 e bienal

Localização geográfica	Taxa de variação da População empregada por conta de outrem (%) *								
	Sexo								
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
	2007-2008			2008-2009			2007-2009		
Portugal	+0,91	+0,39	+1,59	-4,10	-4,63	-3,40	-3,23	-4,26	-1,86
Continente	+0,86	+0,36	+1,52	-4,09	-4,60	-3,43	-3,27	-4,26	-1,97
RLVT	+2,51	+2,11	+3,03	-2,43	-3,95	-0,48	+0,02	-1,92	+2,54
Oeste	+0,37	-0,25	+1,20	-4,03	-5,42	-2,20	-3,68	-5,66	-1,03
Médio Tejo ^a	+0,47	+0,73	+0,12	-5,28	-6,17	-4,10	-4,84	-5,48	-3,98
Grande Lisboa	+2,98	+2,54	+3,54	-1,28	-2,67	+0,49	+1,66	-0,20	+4,05
Península de Setúbal	+2,52	+3,20	+1,61	-5,94	-8,21	-2,79	-3,56	-5,28	-1,23
Lezíria do Tejo	+1,72	-1,00	+5,47	-3,50	-4,88	-1,71	-1,84	-5,83	+3,66

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

* "Os valores apresentados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa e não incluem os dados relativos a trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos cuja freguesia de localização é ignorada" (INE, IP).

Última atualização dos dados do INE, IP: 28 de Dezembro de 2011; consulta a 01 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

No que concerne à variação da população empregada por conta de outrem, por sexo, na RLVT, entre 2007 e 2009, registou-se uma diminuição no sexo masculino (-1,9%), à semelhança do ocorrido a nível nacional e de Portugal Continental (ambos com uma taxa de variação de -4,3%, no sexo masculino); no sexo feminino, registou-se um aumento daquela população (+2,5%), ao contrário do ocorrido a nível de Portugal e do Continente, nesse sexo (-1,9% e -2,0%, respetivamente).

Relativamente às NUTS III da RLVT, seguiram a mesma evolução da Região, em ambos os sexos, com exceção do Oeste, do Médio Tejo e da Península de Setúbal, no sexo feminino, cuja população empregada por conta de outrem diminuiu no intervalo de tempo considerado (respetivamente, -1,0%, -4,0% e -1,2%), ao contrário do ocorrido na Região.

No sexo masculino, a taxa de variação negativa da população empregada por conta de outrem, entre 2007 e 2009, teve maior expressão na NUTS III Lezíria do Tejo (-5,8%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (-5,7%), do Médio Tejo (-5,5%), da Península de Setúbal (-5,3%) e da Grande Lisboa (-0,2%); no sexo feminino, o aumento registado nas NUTS III Grande Lisboa e Lezíria do Tejo teve maior expressão, traduzida na respetiva taxa de variação, na primeira (+4,0%) do que na segunda (+3,7%).

Em 2009, na RLVT, 55,5% da população empregada por conta de outrem era do sexo masculino e 44,5% do sexo feminino, à semelhança do ocorrido a nível nacional e de Portugal Continental, onde a maior proporção de população empregada por conta de outrem era do sexo masculino (56,3% de indivíduos do sexo masculino em Portugal e a mesma proporção no Continente).

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção da sua população empregada por conta de outrem do sexo masculino foi o Médio Tejo (56,9%), seguido, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (56,6%), do Oeste (56,0%), da Lezíria do Tejo (55,6%) e da Grande Lisboa (55,2%).

Tabela 279 – Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2004-2009, e Variação (%) 2004-2009 e bienal

Localização geográfica	Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%) *						Variação (%)*					
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2004 -2005	2005 -2006	2006 -2007	2007 -2008	2008 -2009	2004-2009
Portugal	15,4	14,5	13,2	12,6	11,8	10,7	+1,1	+0,8	+0,6	+1,3	+0,9	+4,7
Continente	15,7	14,7	13,5	12,8	12,1	10,9	+1,2	+0,7	+0,7	+1,2	+1,0	+4,8
Lisboa e Vale do Tejo ^a	20,6	19,6	18,3	17,6	16,6	15,5	+1,1	+1,0	+0,7	+1,3	+1,0	+5,1

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

* “Quadros de pessoal: os dados referen-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo, com remuneração completa” (INE, IP)

Última atualização destes dados do INE, IP: 17 de Abril de 2013 (INE, IP); consulta a 13 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

No que concerne à proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior, o seu valor, na Região, aumentou todos os anos, no período de tempo considerado (2004 a 2009, último ano de dados disponíveis), tendo o maior aumento sido registado de 2007 para 2008 (+1,3%), seguido, por ordem decrescente, da variação ocorrida entre 2004 e 2005 (+1,1%), entre 2005 e 2006 e entre 2008 e 2009 (ambos com variações de +1,0%) e entre 2006 e 2007 (+0,7%). Em Portugal e no Continente registou-se, igualmente, um aumento da proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior, ano a ano, no intervalo de tempo considerado.

Em todos os anos considerados, a proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior, na Região, foi superior às registadas para Portugal e para o Continente, em cada ano.

Tabela 280 – Proporção da população empregada por conta de outrem com contrato a termo (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), e sexo em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Local de residência	Proporção da população empregada por conta de outrem com contrato a termo (Série 2011 - %)						Variação (%)*		
	2012			2011			2011-2012		
	Sexo								
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Portugal	17,0	8,8	8,2	18,5	9,2	9,3	-1,5	-0,4	-1,1
Continente	17,1	8,8	8,3	18,7	9,3	9,4	-1,6	-0,5	-1,1
Lisboa e Vale do Tejo ^a	16,9	8,7	8,3	19,2	9,5	9,7	-2,3	-0,8	-1,4

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 17 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Relativamente à proporção da população empregada por conta de outrem com contrato a termo, na RLVT, registou-se uma diminuição de 2011 para 2012 (-2,3%), à semelhança do ocorrido em Portugal (-1,5%) e no Continente (-1,6%). Esta diminuição ocorreu em ambos os sexos, com maior expressão no sexo feminino (-1,4%, na Região; -1,1% em Portugal e no Continente) relativamente ao masculino (-0,8%, na Região; -0,4% em Portugal e -0,5% no Continente).

Em 2012, na RLVT, a proporção da população empregada por conta de outrem com contrato a termo (valor total considerando ambos os sexos) foi inferior à registada em Portugal e no Continente; no sexo masculino foi igualmente inferior, mas no sexo feminino o valor da Região foi superior ao de Portugal e igual ao do Continente.

Tabela 281 – Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa sem ser por encerramento em relação ao emprego total (%), por localização geográfica (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2004 a 2009, e Variação (%) 2004-2009 e bienal

Localização geográfica	Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa sem ser por encerramento em relação ao emprego total (%)						Variação (%)*					
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2004-2009
Portugal	9,5	10,2	9,2	8,2	7,7	7,6	+0,1	+0,5	+1,0	+1,0	-0,7	+1,9
Continente	9,6	10,3	9,3	8,2	7,8	7,6	+0,2	+0,4	+1,1	+1,0	-0,7	+2,0
Lisboa e Vale do Tejo ^a	11,1	11,7	10,6	9,6	9,0	9,0	0,0	+0,6	+1,0	+1,1	-0,6	+2,1

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 18 de Julho de 2011 (INE, IP); consulta a 01 de Fevereiro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Entre 2004 e 2008, na RLVT, a proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa sem ser por encerramento em relação ao emprego total aumentou todos os anos, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente, no período de tempo considerado. Pelo contrário, de 2008 para 2009 (último ano de dados disponíveis), registou-se uma diminuição da proporção na Região (-0,6%), em Portugal e no Continente (ambos com uma variação de -0,7%).

Na RLVT, entre 2004 e 2008, o maior aumento registou-se de 2007 para 2008 (+1,1%), seguido, por ordem decrescente, da variação ocorrida entre 2006 e 2007 (+1,0%) e entre 2005 e 2006 (+0,6%); entre 2004 e 2005 não se registou qualquer alteração da proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa sem ser por encerramento em relação ao emprego total.

Em todos os anos considerados, a proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa sem ser por encerramento em relação ao emprego total, na Região, foi superior às registadas para Portugal e para o Continente.

Tabela 282 – Proporção de trabalhadoras/es não qualificadas/os (Série 2011 - %) da população empregada, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), e sexo em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Local de residência	Proporção de trabalhadoras/es não qualificadas/os (Série 2011 - %) da população empregada						Variação (%)*		
	2012			2011			2011-2012		
	Sexo								
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Portugal	11,7	3,2	8,5	11,7	3,1	8,6	0,0	+0,1	-0,1
Continente	11,5	3,1	8,4	11,5	3	8,5	0,0	+0,1	-0,1
Lisboa e Vale do Tejo ^a	13,1	3,1	10,0	13,3	3	10,3	-0,2	+0,1	-0,3

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 17 de Abril de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Relativamente à proporção de trabalhadores não qualificados da população empregada, registou-se, na RLVT, uma diminuição de 2011 para 2012 (-0,2%); em Portugal e no Continente não se registaram alterações, no intervalo de tempo considerado. A diminuição registada na Região ocorreu apenas no sexo feminino (-0,3%); no sexo masculino houve um aumento de 0,1%. Em Portugal e no Continente, no mesmo intervalo de tempo, registou-se uma diminuição de 0,1% na proporção de trabalhadores não qualificados da população empregada do sexo feminino e um aumento da mesma ordem de grandeza no sexo masculino.

Em 2012, na RLVT, a proporção de trabalhadores não qualificados da população empregada de ambos os sexos foi superior à registada em Portugal e no Continente, à semelhança do registado no sexo feminino; no sexo masculino, o valor foi inferior ao de Portugal e igual ao do Continente.

8.2 Desemprego

Tabela 283 – População média desempregada, Série 2011 (N.º milhares), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012

Local de residência	População média desempregada, Série 2011 - (N.º e milhares)											
	2012						2011					
	Sexo											
	Total		Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	860,1	100,0	453,9	52,8	406,2	47,2	706,1	100,0	366	51,8	340,1	48,2
Continente	819,0	100,0	429,1	52,4	390,0	47,6	347,5	100,0	x	–	326,8	94,0
Lisboa e Vale do Tejo ^a	310,8	100,0	172,1	55,4	138,6	44,6	259,5	100,0	141,9	54,7	117,6	45,3

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

X Dado não disponível

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, 55,4% da população média desempregada da Região eram indivíduos do sexo masculino e 44,6% do sexo feminino, à semelhança do ocorrido a nível nacional e de Portugal Continental, onde a maior proporção de população média desempregada era do sexo masculino (52,8% e 52,4% de indivíduos do sexo masculino, respetivamente em Portugal e no Continente).

Tabela 284 – Taxa de desemprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Local de residência	Taxa de desemprego (Série 2011 - %)						Variação (%) *		
	2012			2011			2011-2012		
	Sexo								
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
	Portugal	15,7	15,7	15,6	12,7	12,4	13,1	+3,0	+3,3
Continente	15,6	15,5	15,7	12,7	12,4	13,1	+2,9	+3,1	+2,6
Lisboa e Vale do Tejo ^a	16,9	18,0	15,6	13,9	14,6	13,1	+3,0	+3,4	+2,5

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, registou-se um aumento de 3,0% da taxa de desemprego na RLVT, face a 2011, seguindo a evolução verificada a nível nacional e de Portugal Continental, no mesmo intervalo de tempo. Este aumento ocorreu em ambos os sexos, com maior expressão no sexo masculino na Região (+3,4% no sexo masculino, face a uma variação de +2,5% no sexo feminino), em Portugal (+3,3% no sexo masculino, face a uma variação de +2,5% no sexo feminino) e no Continente (+3,1% no sexo masculino, face a uma variação de +2,6% no sexo feminino).

Em 2012, a taxa de desemprego na Região foi de 16,9%, valor superior ao de Portugal e ao do Continente, no mesmo ano. Nesse ano, a taxa de desemprego na Região foi superior no sexo masculino em 2,4% comparativamente ao valor no sexo feminino.

Tabela 285 – Taxa de desemprego (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e grupo etário, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Período de referência dos dados	Local de residência	Taxa de desemprego (Série 2011 - %)				
		Grupo etário				
		Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 44 anos	45 e mais anos
2012	Portugal	15,7	37,7	18,1	13,4	11,5
	Continente	15,6	37,3	18,1	13,3	11,7
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	16,9	41,4	18,2	14,2	13,6
2011	Portugal	12,7	30,1	14,0	11,0	9,7
	Continente	12,7	29,8	14,0	11,0	9,8
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	13,9	32,1	15,0	11,4	11,4
Variação (%) 2011-2012 *	Portugal	+3,0	+7,6	+4,1	+2,4	+1,8
	Continente	+2,9	+7,5	+4,1	+2,3	+1,9
	Lisboa e Vale do Tejo ^a	+3,0	+9,3	+3,2	+2,8	+2,2

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

O aumento da taxa de desemprego verificado entre 2011 e 2012, na RLVT, atingiu todos os grupos etários, tal como ocorreu em Portugal e no Continente, embora com maior expressão no grupo dos 15 aos 24 anos (+9,3% em 2012, face a 2011) e menor expressão no grupo etário dos 45 e mais anos (+2,2% em 2012, face a 2011), à semelhança do ocorrido a nível nacional e de Portugal Continental; nos dois grupos etários intermédios, a variação foi de +3,2% (25-34 anos) e +2,8% (35-44), na Região.

Em 2012, o maior valor da taxa de desemprego na Região registou-se no grupo etário dos 15 aos 24 anos (41,4%) e o menor no grupo etário dos 45 e mais anos (13,6%).

Tabela 286 – Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001) e sexo, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Local de residência	Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo (Série 2011 - %)						Variação (%)*		
	2012			2011			2011-2012		
	Sexo								
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Portugal	11,9	11,6	12,1	9,2	9,8	8,7	+2,7	+1,8	+3,4
Continente	12,0	11,7	12,3	9,3	10,0	8,8	+2,7	+1,7	+3,5
Lisboa e Vale do Tejo ^a	11,2	11,6	10,9	8,0	9,1	7,2	+3,2	+2,5	+3,7

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, registou-se um aumento de 3,2% da taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo, face a 2011, na RLVT, seguindo a evolução verificada a nível nacional e de Portugal Continental. Este aumento ocorreu em ambos os sexos, com maior expressão no sexo feminino na Região (+3,7% no sexo feminino, face a uma variação de +2,5% no sexo masculino), em Portugal (+3,4% no sexo feminino, face a uma variação de +1,8% no sexo masculino) e no Continente (+3,5% no sexo feminino, face a uma variação de +1,7% no sexo masculino).

Em 2012, a taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo na Região era de 11,2%, valor inferior ao de Portugal e ao do Continente, no mesmo ano. Nesse ano, a taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo na Região foi superior no sexo masculino em 0,7% comparativamente ao valor no sexo feminino.

Tabela 287 – Taxa de desemprego da população ativa sem escolaridade obrigatória (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Local de residência	Taxa de desemprego da população ativa sem escolaridade obrigatória (Série 2011 - %)		Variação (%) *
	2012	2011	2011-2012
Portugal	14,8	12,2	+2,6
Continente	14,7	12,1	+2,6
Lisboa e Vale do Tejo ^a	18,9	16,4	+2,5

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, a taxa de desemprego da população ativa sem escolaridade obrigatória na Região foi de 18,9%, valor superior ao de Portugal e ao do Continente, representando um aumento de +2,5% relativamente ao valor registado em 2011, à semelhança da evolução verificada a nível nacional e de Portugal Continental, no mesmo intervalo de tempo.

Tabela 288 – Taxa de desemprego de longa duração (Série 2011 - %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS2001) e sexo, em 2011 e 2012, e Variação (%) 2011-2012

Local de residência	Taxa de desemprego de longa duração (Série 2011 - %)						Variação (%)*		
	2012			2011			2011-2012		
	Sexo								
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Portugal	8,5	8,6	8,4	6,8	6,6	7,0	+1,7	+2,0	+1,4
Continente	8,4	8,4	8,4	6,7	6,5	7,0	+1,7	+1,9	+1,4
Lisboa e Vale do Tejo ^a	9,0	10,0	8,0	7,5	8,1	6,8	+1,5	+1,9	+1,2

NOTAS:

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Fevereiro de 2013 (INE, IP); consulta a 26 de Março de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Em 2012, registou-se um aumento de 1,5% da taxa de desemprego de longa duração (há 12 ou mais meses) face a 2011, na RLVT, seguindo a evolução verificada a nível nacional e de Portugal Continental, no mesmo intervalo de tempo. Este aumento ocorreu em ambos os sexos, com maior expressão no sexo masculino na Região (+1,9% no sexo masculino, face a uma variação de +1,2% no sexo feminino), em Portugal (+2,0% no sexo masculino, face a uma variação de +1,4% no sexo feminino) e no Continente (+1,9% no sexo masculino, face a uma variação de +1,4% no sexo feminino).

Em 2012, a taxa de desemprego de longa duração na Região foi de 9,0%, valor superior ao de Portugal e ao do Continente. Nesse ano, a taxa de desemprego de longa duração na Região foi superior no sexo masculino em 2,0% comparativamente ao valor no sexo feminino.

9. Proteção e ação social

Tabela 289 – Pensionistas: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012

Local de residência	Pensionistas: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (N.º e %)															
	Indivíduo															
	Pensionistas															
	Total								Segurança Social							
	2009		2010		2011		2012		2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	3423324	100,0	3473392	100,0	3535422	100,0	3584902	100,0	2859260	83,5	2896065	83,4	2943645	83,3	2981635	83,2
Continente	3208046	100,0	3254207	100,0	3310804	100,0	3356504	100,0	2667571	83,2	2701025	83,0	2744771	82,9	2779569	82,8
RLVT	1216552	100,0	1235160	100,0	1257205	100,0	1275537	100,0	943045	77,5	955434	77,4	971967	77,3	985862	77,3
Oeste	112141	100,0	114181	100,0	116623	100,0	118525	100,0	99278	88,5	100888	88,4	102856	88,2	104363	88,1
Médio Tejo	84959	100,0	85787	100,0	86999	100,0	87783	100,0	73117	86,1	73637	85,8	74636	85,8	75152	85,6
Grande Lisboa	696910	100,0	705081	100,0	715273	100,0	723163	100,0	506711	72,7	511280	72,5	518383	72,5	524204	72,5
Península Setúbal	234617	100,0	240763	100,0	247637	100,0	254202	100,0	187613	80,0	192282	79,9	197710	79,8	202874	79,8
Lezíria do Tejo	87925	100,0	89348	100,0	90673	100,0	91864	100,0	76326	86,8	77347	86,6	78382	86,4	79269	86,3

CONTINUA ➔

Local de residência	Pensionistas: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (N.º e %)							
	Indivíduo							
	Pensionistas							
	Caixa Geral de Aposentações							
	2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	564064	16,5	577327	16,6	591777	16,7	603267	16,8
Continente	540475	16,8	553182	17,0	566033	17,1	576935	17,2
RLVT	273507	22,5	279726	22,6	285238	22,7	289675	22,7
Oeste	12863	11,5	13293	11,6	13767	11,8	14162	11,9
Médio Tejo	11842	13,9	12150	14,2	12363	14,2	12631	14,4
Grande Lisboa	190199	27,3	193801	27,5	196890	27,5	198959	27,5
Península Setúbal	47004	20,0	48481	20,1	49927	20,2	51328	20,2
Lezíria do Tejo	11599	13,2	12001	13,4	12291	13,6	12595	13,7

➔ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 25 de Março de 2013 (PORDATA); consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 290 – Taxa de variação (%) do número de Pensionistas: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009-2012 e bienal

Local de residência	Taxa de variação (%) do número de Pensionistas: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações											
	Indivíduo											
	Pensionistas											
	Total				Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações			
	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2009-2012	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2009-2012	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2009-2012
Portugal	+1,5	+1,8	+1,4	+4,7	+1,3	+1,6	+1,3	+4,3	+2,4	+2,5	+1,9	+7,0
Continente	+1,4	+1,7	+1,4	+4,6	+1,3	+1,6	+1,3	+4,2	+2,4	+2,3	+1,9	+6,7
RLVT	+1,5	+1,8	+1,5	+4,8	+1,3	+1,7	+1,4	+4,5	+2,3	+2,0	+1,6	+5,9
Oeste	+1,8	+2,1	+1,6	+5,7	+1,6	+2,0	+1,5	+5,1	+3,3	+3,6	+2,9	+10,1
Médio Tejo	+1,0	+1,4	+0,9	+3,3	+0,7	+1,4	+0,7	+2,8	+2,6	+1,8	+2,2	+6,7
Grande Lisboa	+1,2	+1,4	+1,1	+3,8	+0,9	+1,4	+1,1	+3,5	+1,9	+1,6	+1,1	+4,6
Península Setúbal	+2,6	+2,9	+2,7	+8,3	+2,5	+2,8	+2,6	+8,1	+3,1	+3,0	+2,8	+9,2
Lezíria do Tejo	+1,6	+1,5	+1,3	+4,5	+1,3	+1,3	+1,1	+3,9	+3,5	+2,4	+2,5	+8,6

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA: 25 de Março de 2013; consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, na RLVT, registaram-se mais 58 985 (+4,8%) pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações em relação aos contabilizados em 2009, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, +4,7% e +4,6% de pensionistas) e nas cinco NUTS III da RLVT. O aumento do número total de pensionistas, entre 2009 e 2012, expresso em termos da respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Península de Setúbal (+8,3%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (+5,7%), da Lezíria do Tejo (+4,5%), da Grande Lisboa (+3,8%) e do Médio Tejo (+3,3%).

No que concerne aos pensionistas da Segurança Social, aumentaram 4,5%, de 2009 para 2012, na RLVT, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, +4,3% e + 4,2% de pensionistas da Segurança Social) e nas cinco NUTS III da RLVT. O aumento do número de pensionistas da Segurança Social, entre 2009 e 2012, teve maior expressão na NUTS III Península de Setúbal (+8,1%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (+5,1%), da Lezíria do Tejo (+3,9%), da Grande Lisboa (+3,5%) e do Médio Tejo (+2,8%).

Em relação aos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, o seu número também aumentou de 2009 para 2012 (+5,9%), na RLVT, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, +7,0% e + 6,7% de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações) e nas cinco NUTS III da RLVT. O aumento do número de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, entre 2009 e 2012, teve maior expressão na NUTS III Oeste (+10,1%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (+9,2%), da Lezíria do Tejo (+8,6%), do Médio Tejo (+6,7%) e da Grande Lisboa (+4,6%).

Em 2012, o número total de pensionistas na RLVT representava 35,6% do número total de pensionistas a nível nacional e 38,0% a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 56,7% do total de pensionistas na Região.

No mesmo ano, o número de pensionistas da Segurança Social na RLVT representava 48,0% daqueles pensionistas a nível nacional e 50,2% a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 68,7% dos pensionistas da Segurança Social na Região. No que concerne ao número de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações na RLVT, representava 33,1% daqueles pensionistas a nível nacional e 35,5% a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 53,2% dos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações na Região.

Em 2012, na RLVT, a maioria dos pensionistas (77,3%) era da Segurança Social (os restantes 22,7% eram da Caixa Geral de Aposentações), à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, 83,2% e 82,8% dos pensionistas a serem da Segurança Social, e os restantes 16,8% e 17,2% a serem da Caixa Geral de Aposentações) e nas cinco NUTS III da RLVT.

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção de pensionistas da Segurança Social foi o Oeste (88,1%), seguido, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (86,3%), do Médio Tejo (85,6%), da Península de Setúbal (79,8%) e da Grande Lisboa (72,5%). A NUTS III com maior proporção de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações foi a Grande Lisboa (27,5%) seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (20,2%), do Médio Tejo (14,4%), da Lezíria do Tejo (13,7%) e do Oeste (11,9%).

Tabela 291 – Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012

Local de residência	Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa ⁶			
	2009	2010	2011	2012
Portugal	319,27	322,59	328,18	333,62
Continente	312,58	315,79	321,17	326,54
RLVT	306,46	308,79	314,06	319,77
Oeste	326,14	328,68	334,95	339,97
Médio Tejo	370,25	373,36	380,23	385,74
Grande Lisboa	295,00	296,30	300,62	305,74
Península Setúbal	290,00	294,33	301,45	309,43
Lezíria do Tejo	362,14	366,42	371,02	375,62

NOTAS:

⁶“2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011. 2001 - 2010, Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.” (INE, IP)

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos às estimativas da população residente: 14 de Junho de 2013; consulta a 17 de Dezembro de 2013

Última atualização dos dados da PORDATA relativos ao número de pensionistas: 25 de Março de 2013; consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, por cada mil habitantes da RLVT em idade ativa (15 e mais anos) cerca de 320 eram pensionistas da Segurança Social, valor inferior ao registado em Portugal e no Continente, e em três das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal, o número de pensionistas da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa foi inferior ao da Região. Relação idêntica verificou-se nos três anos anteriores, tendo-se registado, na RLVT um valor inferior daquele indicador relativamente ao de Portugal, ao do Continente e de três das suas cinco NUTS III.

Em 2012, a NUTS III onde se registou o maior número de Pensionistas da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa foi o Médio Tejo (385,7%) e aquela onde se registou o menor valor foi a Grande Lisboa (305,7%).

Entre 2009 e 2012, o número de pensionistas da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa na RLVT tem vindo a aumentar, com o maior valor a registar-se em 2012 (319,8%, correspondendo a 985 862 pensionistas da Segurança Social numa população residente de 15 e mais anos de 3 083 047 efetivos) e o menor em 2009 (306,5%, correspondendo a 943 045 pensionistas da Segurança Social numa população residente de 15 e mais anos de 3 077 248 efetivos).

Tabela 292 – Pensões da segurança social (€ milhares), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2004 a 2011, e Taxa de variação (%) 2004-2011

Local de residência	Pensões da segurança social (€ milhares) §								Taxa de variação (%)*
	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2004-2011
	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)
Portugal	14131043	13697307	13167016	12535837	11856558	11202656	10426167	9664128	+46,2
Continente	13633700	13213070	12700337	12089069	11430503	10794775	10009305	9304425	+46,5
RLVT	5695394	5498203	5274155	5005039	4715503	4427072	4093424	3774730	+50,9
Oeste	474544	457792	437019	414761	390772	370106	345417	318770	+48,9
Médio Tejo	339858	331695	321469	308467	293561	279831	263045	245058	+38,7
Grande Lisboa	3361407	3249778	3127242	2971446	2797387	2623016	2418461	2226531	+51,0
Península de Setúbal	1162847	1113993	1058852	995173	935697	870736	801521	738772	+57,4
Lezíria do Tejo	356738	344945	329573	315192	298086	283383	264980	245599	+45,3

NOTAS:

§ “No ano de 2005, o total de Portugal inclui beneficiários com residência não determinada.” (INE, IP)

Última atualização destes dados: 25 de Junho de 2012 (INE, IP); consulta a 22 de Abril de 2013

Fonte: www.ine.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2011, o montante relativo às pensões da Segurança Social, na RLVT, aumentou 50,9% face a 2004, representando um acréscimo de 1 920 664 000€. Em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT também se verificou um aumento do montante global relativo às pensões da Segurança Social, naquele intervalo de tempo (+46,2%, para Portugal, e +46,5%, para o Continente). O aumento, expresso através da respectiva taxa de variações, teve maior expressão

na NUTS III Península de Setúbal (+57,4%), seguida, por ordem decrescente, da Grande Lisboa (+51,0%), do Oeste (+48,9%), da Lezíria do Tejo (+45,3%) e do Médio Tejo (+38,7%).

No mesmo ano, o montante global das pensões da Segurança Social na RLVT representava 40,3% daquele montante a nível nacional e 41,8% a nível de Portugal Continental. O maior montante das pensões da Segurança Social registou-se na NUTS III Grande Lisboa e o menor no Médio Tejo. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 59,0% do montante global das pensões da Segurança Social na Região, naquele ano.

Tabela 293 – Valor médio das pensões da Segurança Social (€ milhares), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2011

Local de residência	Valor médio das pensões da Segurança Social (€ milhares)		
	2011	2010	2009
Portugal	4801	4730	4605
Continente	4967	4892	4761
RLVT	5860	5755	5593
Oeste	4614	4538	4402
Médio Tejo	4554	4504	4397
Grande Lisboa	6484	6356	6172
Península de Setúbal	5882	5794	5644
Lezíria do Tejo	4551	4460	4318

NOTAS:

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos às pensões da Segurança Social (€ milhares): 25 de Junho de 2012; consulta a 22 de Abril de 2013

Última atualização dos dados da PORDATA relativos ao número de pensionistas: 25 de Março de 2013; consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, o valor médio das pensões da Segurança Social, na RLVT (5 860 milhares €), foi superior ao registado em Portugal e no Continente, e em três das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal, o valor médio das pensões da Segurança Social foi superior ao da Região. Relação idêntica registou-se nos dois anos anteriores, com a RLVT a registar um valor superior daquele indicador relativamente a Portugal, ao Continente e a três das suas cinco NUTS III.

Naquele ano, a NUTS III onde se registou o maior valor médio das pensões da Segurança Social foi a Grande Lisboa (6 484 milhares €) e aquela onde se registou o menor valor foi a Lezíria do Tejo (4 551€).

Entre 2009 e 2011, o valor médio das pensões da Segurança Social na RLVT tem vindo a aumentar, com o maior valor a registar-se em 2011 (5 860 milhares €, correspondendo a um total de 5 695 394 milhares € de pensões distribuídos por 971 967 pensionistas da Segurança Social) e o menor em 2009 (5 593 milhares €, correspondendo a um total de 5 274 155 milhares € de pensões distribuídos por 943 045 pensionistas da Segurança Social).

Tabela 294 – Caixa Geral de Aposentações: subscritores (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012, e Taxa de variação (%) 2009-2012

Local de residência	Caixa Geral de Aposentações: subscritores (N.º)				Taxa de variação (%)*
	Indivíduo				
	Subscritores				
	2009	2010	2011	2012	2009-2012
Portugal	603840	586391	559164	531814	-11,9
Continente	561219	544538	518493	492477	-12,2
RLVT	321802	308929	292828	277022	-13,9
Oeste	10214	10061	9669	9270	-9,2
Médio Tejo	8552	8342	7946	7514	-12,1
Grande Lisboa	269966	258031	243828	230403	-14,7
Península de Setúbal	26267	25769	24850	23644	-10,0
Lezíria do Tejo	6803	6726	6535	6191	-9,0
Ignorado/Outro	95	373	288	0	-100,0

NOTAS:

Última atualização destes dados: 25 de Junho de 2012 (PORDATA); consulta a 22 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2012, na RLVT, registaram-se menos 44 780 (-13,9%) subscritores da Caixa Geral de Aposentações em relação aos contabilizados em 2009, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, -11,9% e -12,2% de subscritores) e nas cinco NUTS III da RLVT. A diminuição do número de subscritores da Caixa Geral de Aposentações expressa através da respectiva taxa de variação, entre 2009 e 2012, teve maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (-14,7%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (-12,1%), da Península de Setúbal (-10,0%), do Oeste (-9,2%) e da Lezíria do Tejo (-9,0%).

Em 2012, o número de subscritores da Caixa Geral de Aposentações, na RLVT, representava 52,1% daqueles subscritores a nível nacional e 56,3% a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, a NUTS III da RLVT com maior número de subscritores foi a Grande Lisboa, e aquela com o menor número foi a Lezíria do Tejo. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com mais de oitenta por cento (83,2%) dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações da Região.

Tabela 295 – Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações por 1000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012

Local de residência	Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações por 1000 habitantes em idade ativa ^a			
	2009	2010	2011	2012
Portugal	62,99	64,31	65,98	67,50
Continente	63,33	64,68	66,22	67,78
RLVT	88,88	90,41	92,16	93,96
Oeste	42,26	43,31	44,83	46,13
Médio Tejo	59,97	61,60	62,98	64,83
Grande Lisboa	110,73	112,31	114,18	116,04
Península Setúbal	72,66	74,21	76,12	78,29
Lezíria do Tejo	55,03	56,85	58,18	59,68

NOTAS:

^a 2011, *Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011. 2001 - 2010, Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011* (INE, IP)

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos às estimativas da população anual residente: 14 de Junho de 2013; consulta a 17 de Dezembro de 2013

Última atualização dos dados da PORDATA relativos ao número de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações: 25 de Março de 2013, consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, por cada mil residentes na RLVT, com pelo menos 15 anos, cerca de 94 eram pensionistas da Caixa Geral de Aposentações (CGA), valor superior ao registado em Portugal e no Continente, e em quatro das cinco NUTS III da Região; na NUTS III Grande Lisboa, a proporção de pensionistas da CGA foi superior à da Região. Relação idêntica verificou-se nos três anos anteriores, tendo-se registado, na RLVT, um valor superior daquele indicador relativamente a Portugal, ao Continente e a quatro das suas cinco NUTS III.

Naquele ano, a NUTS III onde se registou a maior proporção de Pensionistas da CGA em relação à sua população residente foi a Grande Lisboa (116%) e aquela onde se registou o menor valor foi o Oeste (46,1%).

Entre 2009 e 2012, a proporção de pensionistas da CGA na RLVT tem vindo a aumentar, com o maior valor a registar-se em 2012 (94%, correspondendo a 289 675 pensionistas da CGA numa população residente estimada de 3 083 047 efetivos) e o menor em 2009 (88,9%, correspondendo a 273 507 pensionistas da CGA numa população residente estimada de 3 077 248 efetivos). Importa ressaltar que, de acordo com o INE, IP, “Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base os valores revistos na sequência da divulgação da nova série de estimativas anuais com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, pelo que não são diretamente comparáveis com o dos anos anteriores” (INE, IP, Outubro de 2013).

Tabela 296 – Caixa Geral de Aposentações: relação pensionistas / subscritores (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012

Local de residência	Caixa Geral de Aposentações: Relação pensionistas / subscritores (%)			
	2009	2010	2011	2012
Portugal	93	98	106	113
Continente	96	102	109	117
RLVT	85	91	97	105
Oeste	126	132	142	153
Médio Tejo	138	146	156	168
Grande Lisboa	70	75	81	86
Península de Setúbal	179	188	201	217
Lezíria do tejo	170	178	188	203

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA relativos ao número de pensionistas da Caixa Geral de Aposentações: 25 de Março de 2013; consulta a 2 de Maio de 2013

Última atualização dos dados da PORDATA relativos ao número de subscritores da Caixa Geral de Aposentações: 25 de Junho de 2012; consulta a 22 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, na RLVT, contabilizaram-se 105 pensionistas da Caixa Geral de Aposentações por 100 subscritores daquele organismo, valor inferior ao nacional e ao de Portugal Continental. Nos anos anteriores, o número de pensionistas da Região foi inferior ao de subscritores.

No que concerne às NUTS III da RLVT, o maior valor em 2012 foi registado na Península de Setúbal (217 pensionistas por 100 subscritores) e o menor na Grande Lisboa (86 pensionistas por 100 subscritores).

Tabela 297 – Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012

Local de residência	Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (N.º e %)																												
	Indivíduo																												
	Pensionistas																												
	Total						2009						2010						2011						2012				
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*					
Portugal	2859260	100,0	2896065	100,0	2981635	100,0	1864840	65,2	1903525	65,7	1951031	66,3	1991191	66,8	2667571	100,0	2701025	100,0	2779569	100,0	1749471	66,1	1829091	66,6	1866332	67,1			
Continente	943045	100,0	955434	100,0	985862	100,0	627744	66,6	641593	67,2	658681	67,8	674189	68,4	99278	100,0	100888	100,0	104363	100,0	64425	64,9	67256	65,4	68610	65,7			
Oeste	73117	100,0	73637	100,0	75152	100,0	47027	64,3	47464	64,5	48277	64,7	48817	65,0	506711	100,0	511280	100,0	524204	100,0	343160	67,7	350129	68,5	358935	69,2			
Grande Lisboa	187613	100,0	192282	100,0	197710	100,0	123383	65,8	127765	66,4	132678	67,1	137696	67,9	76326	100,0	77347	100,0	79269	100,0	49749	65,2	50569	65,4	51535	65,7			
Península de Setúbal	79060	100,0	81274	100,0	85220	100,0	52947	67,0	55236	68,0	57723	68,9	59102	69,4	79060	100,0	81274	100,0	85220	100,0	52947	67,0	55236	68,0	57723	68,9			

CONTINUA ➔

Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (N.º e %)

Indivíduo

Pensionistas

Invalidez

Sobrevivência

Local de residência	2009		2010		2011		2012		2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*														
Portugal	297177	10,4	289409	10,0	282697	9,6	277104	9,3	697243	24,4	703131	24,3	709917	24,1	713340	23,9
Continente	273356	10,2	266090	9,9	259782	9,5	254483	9,2	644744	24,2	649940	24,1	655898	23,9	658754	23,7
RLVT	90405	9,6	86794	9,1	84051	8,6	81261	8,2	224896	23,8	227047	23,8	229235	23,6	230412	23,4
Oeste	9889	10,0	10013	9,9	10086	9,8	10177	9,8	24964	25,1	25209	25,0	25514	24,8	25576	24,5
Médio Tejo	7931	10,8	7913	10,7	7943	10,6	7927	10,5	18159	24,8	18260	24,8	18416	24,7	18408	24,5
Grande Lisboa	45229	8,9	42015	8,2	39431	7,6	36951	7,0	118322	23,4	119136	23,3	120017	23,2	120393	23,0
Península de Setúbal	19933	10,6	19466	10,1	19198	9,7	18748	9,2	44297	23,6	45051	23,4	45834	23,2	46430	22,9
Lezíria do Tejo	7423	9,7	7387	9,6	7393	9,4	7458	9,4	19154	25,1	19391	25,1	19454	24,8	19605	24,7
Ignorado/Outro	6961	8,8	6412	7,9	5925	7,1	5513	6,5	19152	24,2	19626	24,1	20142	24,0	20605	24,2

CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 20 de Março de 2013 (PORDATA); consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 298 – Taxa de variação (%) do número de Pensionistas da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009-2012

Local de residência	Taxa de variação (%) 2009-2012			
	Indivíduo			
	Pensionistas			
	Total	Velhice	Invalidez	Sobrevivência
Portugal	+4,3	+6,8	-6,8	+2,3
Continente	+4,2	+6,7	-6,9	+2,2
RLVT	+4,5	+7,4	-10,1	+2,5
Oeste	+5,1	+6,5	+2,9	+2,5
Médio Tejo	+2,8	+3,8	-0,1	+1,4
Grande Lisboa	+3,5	+6,9	-18,3	+1,8
Península de Setúbal	+8,1	+11,6	-5,9	+4,8
Lezíria do Tejo	+3,9	+4,9	+0,5	+2,4
Ignorado/Outro	+7,8	+11,6	-20,8	+7,6

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA: 20 de Março de 2013; consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, na RLVT, os pensionistas da Segurança Social por velhice aumentaram 7,4%, face a 2009, acompanhando a evolução do total de pensionistas daquela Entidade, naquele intervalo de tempo. Em Portugal e no Continente ocorreu a mesma evolução (com, respetivamente, +6,8% e + 6,7% de pensionistas da Segurança Social por velhice em 2012, face a 2009) e nas cinco NUTS III da RLVT.

O aumento do número de pensionistas da Segurança Social por velhice, entre 2009 e 2012, teve maior expressão na NUTS III Península de Setúbal (+11,6%), seguida, por ordem decrescente, da Grande Lisboa (+6,9%), do Oeste (+6,5%), da Lezíria do Tejo (+4,9%) e do Médio Tejo (+3,8%).

Em relação aos pensionistas da Segurança Social por sobrevivência, o seu número também aumentou em 2012, face a 2009 (+2,5%), na RLVT, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, +2,3% e + 2,2% de pensionistas da Segurança Social por sobrevivência em 2012, face a 2009) e nas cinco NUTS III da RLVT. O aumento do número de pensionistas da Segurança Social por sobrevivência, expresso pela respetiva taxa de variação, entre 2009 e 2012, teve maior expressão na NUTS III Península de Setúbal (+4,8%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (+2,5%), da Lezíria do Tejo (+2,4%), da Grande Lisboa (+1,8%) e do Médio Tejo (+1,4%).

No que concerne aos pensionistas da Segurança Social por invalidez, registou-se a sua diminuição em 2012 face a 2009 na RLVT (-10,1%), à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, -6,8% e -6,9% de pensionistas da Segurança Social por invalidez em 2012, face a 2009) e em três das cinco NUTS III da RLVT; no Oeste e na Lezíria do Tejo registaram-se aumentos de, respetivamente, +2,9% e +0,5%, naquele intervalo de tempo.

A diminuição do número de pensionistas da Segurança Social por invalidez expressa pela respetiva taxa de variação, entre 2009 e 2012 teve maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (-18,3%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (-5,9%) e do Médio Tejo (-0,1%).

Em 2012, o número de pensionistas da Segurança Social por velhice, na RLVT, representava 33,9% daqueles pensionistas a nível nacional e 36,1% a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 54,4% dos pensionistas da Segurança Social por velhice na Região.

No mesmo ano, o número de pensionistas da Segurança Social por invalidez, na RLVT, representava 29,3% daqueles pensionistas a nível nacional e 31,9% a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 45,5% dos pensionistas da Segurança Social por invalidez na Região.

No que concerne ao número de pensionistas da Segurança Social por sobrevivência, na RLVT, em 2012, representava 32,3% daqueles pensionistas a nível nacional e 35,0% a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 52,3% dos pensionistas da Segurança Social por sobrevivência na Região.

Em 2012, na RLVT, a maioria dos pensionistas da Segurança Social (68,4%) era por velhice e a menor proporção era por invalidez (8,2%), à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, 66,8% e 67,1% dos pensionistas da Segurança Social a serem por velhice e 9,3% e 9,2% por invalidez) e nas cinco NUTS III da RLVT. Os pensionistas da Segurança Social por sobrevivência representavam 23,4% do total de pensionistas na Região, 23,9% em Portugal e 23,7% no Continente.

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção de pensionistas da Segurança Social por velhice foi a Grande Lisboa (70,0%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (67,9%), da Lezíria do Tejo (65,9%), do Oeste (65,7%) e do Médio Tejo (65,0%); a NUTS III com maior proporção de pensionistas da Segurança Social por invalidez foi o Médio Tejo (10,5%), seguido, por ordem decrescente, do Oeste (9,8%), da Lezíria do Tejo (9,4%), da Península de Setúbal (9,2%) e da Grande Lisboa (7,0%); a NUTS III com maior proporção de pensionistas da Segurança Social por sobrevivência foi a Lezíria do Tejo (24,7%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste e do Médio Tejo (cada um 24,5%), da Grande Lisboa (23,0%) e da Península de Setúbal (22,9%).

Tabela 299 – Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2010 a 2012

Local de residência	Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social (N.º e %)																		
	Total						Masculino						Feminino						
	2010		2011		2012		2010		2011		2012		2010		2011		2012		
N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	527287	100,0	448107	100,0	420022	100,0	250194	47,4	214099	47,8	201987	48,1	277093	52,6	234008	52,2	218035	51,9	
Continente	488811	100,0	414765	100,0	384813	100,0	231443	47,3	197530	47,6	184295	47,9	257368	52,7	217235	52,4	200518	52,1	
RLVT	146993	100,0	130925	100,0	126674	100,0	68735	46,8	61713	47,1	60182	47,5	78258	53,2	69212	52,9	66492	52,5	
Oeste	8827	100,0	6984	100,0	6400	100,0	4235	48,0	3348	47,9	3102	48,5	4592	52,0	3636	52,1	3298	51,5	
Médio Tejo	5921	100,0	5129	100,0	5054	100,0	2918	49,3	2506	48,9	2473	48,9	3003	50,7	2623	51,1	2581	51,1	
Grande Lisboa	88408	100,0	80478	100,0	76042	100,0	40994	46,4	37815	47,0	36056	47,4	47414	53,6	42663	53,0	39986	52,6	
Península de Setúbal	34937	100,0	30302	100,0	31263	100,0	16246	46,5	14092	46,5	14667	46,9	18691	53,5	16210	53,5	16596	53,1	
Lezíria do Tejo	8398	100,0	7518	100,0	7463	100,0	4083	48,6	3687	49,0	3640	48,8	4315	51,4	3831	51,0	3823	51,2	
Ignorado/Outro	502	100,0	514	100,0	452	100,0	259	51,6	265	51,6	244	54,0	243	48,4	249	48,4	208	46,0	

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 22 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT,JP*

Em 2012, na RLVT, os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social correspondiam a 30,2% daqueles beneficiários a nível nacional e a 32,9% dos a nível de Portugal Continental. A NUTS III que mais contribuiu para o valor da Região foi a Grande Lisboa (60,0% daqueles beneficiários a nível regional); o menor contributo foi dado pelo Médio Tejo (4,0%).

No que concerne à análise por sexo, a maior proporção de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, na RLVT, em 2012, era do sexo feminino (52,5%), à semelhança do registado a nível nacional, do Continente e das cinco NUTS III da Região.

Tabela 300 – Taxa de variação (%) do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2010-2012 e bial

Local de residência	Taxa de variação do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social (%)								
	Total			Masculino			Feminino		
	2010-2012	2010-2011	2011-2012	2010-2012	2010-2011	2011-2012	2010-2012	2010-2011	2011-2012
Portugal	-20,3	-15,0	-6,3	-19,3	-14,4	-5,7	-21,3	-15,5	-6,8
Continente	-21,3	-15,1	-7,2	-20,4	-14,7	-6,7	-22,1	-15,6	-7,7
RLVT	-13,8	-10,9	-3,2	-12,4	-10,2	-2,5	-15,0	-11,6	-3,9
Oeste	-27,5	-20,9	-8,4	-26,8	-20,9	-7,3	-28,2	-20,8	-9,3
Médio Tejo	-14,6	-13,4	-1,5	-15,3	-14,1	-1,3	-14,1	-12,7	-1,6
Grande Lisboa	-14,0	-9,0	-5,5	-12,0	-7,8	-4,7	-15,7	-10,0	-6,3
Península de Setúbal	-10,5	-13,3	+3,2	-9,7	-13,3	+4,1	-11,2	-13,3	+2,4
Lezíria do Tejo	-11,1	-10,5	-0,7	-10,8	-9,7	-1,3	-11,4	-11,2	-0,2
Ignorado/Outro	-10,0	+2,4	-12,1	-5,8	+2,3	-7,9	-14,4	+2,5	-16,5

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA: 29 de Janeiro de 2013; consulta a 22 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, na RLVT, registaram-se menos 20 319 beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, face a 2010, correspondendo a uma taxa de variação de -13,8%, à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da Região, naquele intervalo de tempo, com evolução no mesmo sentido.

No que concerne à análise da taxa de variação daquele indicador pelos biénios compreendidos entre 2010 e 2012, registou-se, em ambos os biénios, uma diminuição do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, na RLVT, com maior expressão no biénio 2010-2011 (-10,9%). À semelhança do ocorrido ao nível da Região, também nas cinco NUTS III da RLVT registou-se uma diminuição do indicador, em ambos os biénios, com exceção da Península de Setúbal, no biénio 2011-2012, quando se registou um aumento do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social (+3,2%, correspondendo a mais 961 beneficiários). A diminuição mais expressiva ocorreu na NUTS III Oeste, no biénio 2010-2011 (-20,9%, correspondendo a menos 1 843 beneficiários), e a menos expressiva na Lezíria do Tejo, no biénio 2011-2012 (-0,7%, correspondendo a menos 55 beneficiários).

Relativamente à análise por sexo, a diminuição do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social foi transversal a ambos os sexos, entre 2010 e 2012, e nos biénios 2010-2011 e 2011-2012, na RLVT, em Portugal e no Continente, e nas cinco NUTS III da Região, com exceção da Península de Setúbal, no biénio 2011-2012, altura em que o indicador aumentou 4,1% (mais 575 beneficiários) e 2,4% (mais 386 beneficiários), respetivamente, nos indivíduos do sexo masculino e nos do sexo feminino.

Entre 2010 e 2012, a variação mais expressiva na Região registou-se no sexo feminino (-15,0%), correspondendo a menos 11 766 beneficiários.

Tabela 301 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, da Segurança Social por 1 000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente e Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTS 2001), 2008 a 2012

Local de residência	Beneficiários do rendimento social de inserção, da Segurança Social *(por 1000 habitantes)				
	2012	2011 ^a	2010	2009	2008
	/1000 hab.	/1000 hab.	/1000 hab.	/1000 hab.	/1000 hab.
Portugal	47,04	49,96	58,45	54,03	46,50
Continente	45,24	48,52	56,67	52,49	45,00
RLVT ^a	41,12	42,23	47,22	41,18	33,53

NOTAS:

* "Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base os valores revistos na sequência da divulgação da nova série de estimativas anuais com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, pelo que não são diretamente comparáveis com o dos anos anteriores." (INE, IP)

[§] Quebra de série

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados: 28 de Outubro de 2013 (INE, IP); consulta a 13 de Dezembro de 2013

Fonte: INE, IP, www.ine.pt

Em 2012, por cada mil residentes na RLVT, com pelo menos 15 anos, cerca de quarenta uma (41,12%) eram beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, valor inferior ao registado em Portugal (47,04%) e no Continente (45,24%). Relação idêntica observou-se nos quatro anos anteriores, tendo-se registado, na RLVT, um valor inferior daquele indicador relativamente a Portugal e ao Continente.

Entre 2008 e 2012, a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social aumentou até 2010, tendo-se registado um decréscimo a partir de 2011. O maior valor registou-se em 2010 (47,22%) e o menor em 2008 (33,53%). Importa ressaltar que, de acordo com o INE, IP, *“Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base os valores revistos na sequência da divulgação da nova série de estimativas anuais com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, pelo que não são diretamente comparáveis com o dos anos anteriores”* (Outubro de 2013).

Tabela 302 – Subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2010 a 2012, e Taxa de variação (%) 2010-2012

Local de residência	Subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social (N.º)			Taxa de variação (%)*
	Titular			
	Bonificação por deficiência			
	2010	2011	2012	2010-2012
Portugal	82521	81189	81990	-0,6
Continente	78597	77026	77402	-1,5
RLVT	21996	22562	22418	+1,9
Oeste	2440	2528	2491	+2,1
Médio Tejo	1084	1093	1074	-0,9
Grande Lisboa	12941	13112	12748	-1,5
Península de Setúbal	3992	4236	4576	+14,6
Lezíria do Tejo	1539	1593	1529	-0,6
Ignorado/Outro	222	170	119	-46,4

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 23 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2012, na RLVT, registaram-se mais 422 (+1,9%) subsídios de bonificação por deficiência da Segurança Social em relação aos contabilizados em 2010, ao contrário do ocorrido em Portugal e no Continente, onde aquele indicador diminuiu (respetivamente, -0,6% e -1,5% daquele subsídio em 2012 face a 2010) e em três das cinco NUTS III da RLVT, igualmente com diminuição do número de subsídios de bonificação por deficiência da Segurança Social: Grande Lisboa (-1,5%), Médio Tejo (-0,9%) e Lezíria do Tejo (-0,6%).

O aumento do número de subsídios de bonificação por deficiência da Segurança Social entre 2010 e 2012, expressa pela respetiva taxa da variação, teve maior expressão na NUTS III Península de Setúbal (+14,6%), relativamente ao registado no Oeste (+2,1%), a outra NUTS III com aumento do indicador, no intervalo de tempo em apreço.

Em 2012, o número de subsídios de bonificação por deficiência da Segurança Social, na RLVT, representava 27,3% daqueles subsídios a nível nacional e 29,0% a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, a NUTS III da RLVT com maior número daqueles subsídios foi a Grande Lisboa e aquela com o menor número foi o Médio Tejo. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com mais de cinquenta por cento (56,9%) do número de subsídios de bonificação por deficiência da Segurança Social na Região.

Tabela 303 – Subsídio mensal vitalício da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2010 a 2012, e Taxa de variação (%) 2010-2012

Local de residência	Subsídio mensal vitalício da Segurança Social (N.º)			Taxa de variação (%)*
	Titular			
	Subsídio mensal vitalício			
	2010	2011	2012	2010-2012
Portugal	12653	12853	13187	+4,2
Continente	11696	11901	12248	+4,7
RLVT	4076	4120	4252	+4,3
Oeste	386	393	414	+7,3
Médio Tejo	283	286	293	+3,5
Grande Lisboa	2559	2579	2652	+3,6
Península de Setúbal	631	641	667	+5,7
Lezíria do Tejo	217	221	226	+4,1
Ignorado/Outro	287	273	262	-8,7

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 23 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2012, na RLVT, registaram-se mais 176 (+4,3%) subsídios mensais vitalícios da Segurança Social em relação aos contabilizados em 2010, à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (com, respetivamente, +4,2% e +4,7% daquele subsídio em 2012 face a 2010) e nas cinco NUTS III da RLVT.

O aumento do número de subsídios mensais vitalícios da Segurança Social entre 2010 e 2012, expresso pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Oeste (+7,3%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (+5,7%), da Lezíria do Tejo (+4,1%), da Grande Lisboa (+3,6%) e do Médio Tejo (+3,5%).

Em 2012, o número de subsídios mensais vitalícios da Segurança Social, na RLVT, representava 32,2% daqueles subsídios a nível nacional e 34,7% a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, a NUTS III da RLVT com maior número daqueles subsídios foi a Grande Lisboa e aquela com o menor número foi a Lezíria do Tejo. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com mais de sessenta por cento (62,4%) do número de subsídios mensais vitalícios da Segurança Social na Região.

Tabela 304 – Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2010 a 2012, e Taxa de variação (%) 2010-2012

Local de residência	Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social (N.º)			Taxa de variação (%)*
	Titular			
	Subsídio por assistência à 3ª pessoa			
	2010	2011	2012	2010-2012
Portugal	13175	13187	13145	-0,2
Continente	12072	12086	12056	-0,1
RLVT	4200	4298	4327	+3,0
Oeste	490	502	510	+4,1
Médio Tejo	294	292	294	0,0
Grande Lisboa	2390	2429	2429	+1,6
Península de Setúbal	712	743	772	+8,4
Lezíria do Tejo	314	332	322	+2,5
Ignorado/Outro	79	72	66	-16,5

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 24 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt ; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2012, na RLVT, registaram-se mais 127 (+3,0%) subsídios por assistência à terceira pessoa da Segurança Social em relação aos contabilizados em 2010, ao contrário do ocorrido em Portugal e no Continente, onde aquele indicador diminuiu (respetivamente, -0,2% e -0,1% daquele subsídio em 2012 face a 2010), mas à semelhança do ocorrido em quatro dos cinco NUTS III da RLVT; na NUTS III Médio Tejo, o valor foi igual em 2010 e em 2012.

O aumento do número de subsídios por assistência à terceira pessoa da Segurança Social, entre 2010 e 2012, expresso pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Península de Setúbal (+8,4%), seguida, por ordem decrescente, do Oeste (+4,1%), da Lezíria do Tejo (+2,5%) e da Grande Lisboa (+1,6%). No Médio Tejo, não se registou alteração do subsídio por assistência à terceira pessoa da Segurança Social em 2012 face ao valor de 2010, conforme referido atrás.

Em 2012, o número de subsídios por assistência à terceira pessoa da Segurança Social, na RLVT, representava 32,9% daqueles subsídios a nível nacional e 35,9% a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, a NUTS III da RLVT com maior número daqueles subsídios foi a Grande Lisboa e aquela com o menor valor foi o Médio Tejo. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com mais de cinquenta por cento (56,1%) do número de subsídios por assistência à terceira pessoa da Segurança Social na Região.

Tabela 305 – Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009 a 2012

Local de residência	Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (N.º e %)															
	Indivíduo															
	Sexo															
	Total								Masculino							
	2009		2010		2011		2012		2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	584748	100,0	546041	100,0	550989	100,0	495705	100,0	238558	40,8	220224	40,3	220933	40,1	196124	39,6
Continente	561842	100,0	522717	100,0	529094	100,0	476223	100,0	227857	40,6	209374	40,1	210897	39,9	187409	39,4
RLVT	193871	100,0	181530	100,0	182954	100,0	163265	100,0	72220	37,3	67157	37,0	67149	36,7	59050	36,2
Oeste	19921	100,0	18875	100,0	18957	100,0	16893	100,0	8067	40,5	7409	39,3	7345	38,7	6432	38,1
Médio Tejo	12731	100,0	11668	100,0	11572	100,0	10422	100,0	5627	44,2	5156	44,2	5002	43,2	4493	43,1
Grande Lisboa	105471	100,0	97336	100,0	97428	100,0	87493	100,0	38134	36,2	35174	36,1	34986	35,9	30785	35,2
Península Setúbal	40881	100,0	39596	100,0	40764	100,0	35911	100,0	14561	35,6	14049	35,5	14386	35,3	12621	35,1
Lezíria do Tejo	14867	100,0	14055	100,0	14233	100,0	12546	100,0	5831	39,2	5369	38,2	5430	38,2	4719	37,6
Ignorado/Outro	795	100,0	584	100,0	468	100,0	440	100,0	401	50,4	302	51,7	228	48,7	209	47,5

CONTINUA ↗

Local de residência	Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (N.º e %)							
	Indivíduo							
	Sexo							
	Feminino							
	2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	346190	59,2	325817	59,7	330056	59,9	299581	60,4
Continente	333985	59,4	313343	59,9	318197	60,1	288814	60,6
RLVT	121651	62,7	114373	63,0	115805	63,3	104215	63,8
Oeste	11854	59,5	11466	60,7	11612	61,3	10461	61,9
Médio Tejo	7104	55,8	6512	55,8	6570	56,8	5929	56,9
Grande Lisboa	67337	63,8	62162	63,9	62442	64,1	56708	64,8
Península Setúbal	26320	64,4	25547	64,5	26378	64,7	23290	64,9
Lezíria do Tejo	9036	60,8	8686	61,8	8803	61,8	7827	62,4
Ignorado/Outro	394	49,6	282	48,3	240	51,3	231	52,5

↗ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 24 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt ; DSP/ARSLVT, IP *

Tabela 306 – Taxa de variação (%) do número de Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009-2012

Local de residência	Taxa de variação (%) 2009-2012		
	Indivíduo		
	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	-15,2	-17,8	-13,5
Continente	-15,2	-17,8	-13,5
RLVT	-15,8	-18,2	-14,3
Oeste	-15,2	-20,3	-11,8
Médio Tejo	-18,1	-20,2	-16,5
Grande Lisboa	-17,0	-19,3	-15,8
Península Setúbal	-12,2	-13,3	-11,5
Lezíria do Tejo	-15,6	-19,1	-13,4
Ignorado/Outro	-44,7	-47,9	-41,4

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA: 29 de Janeiro de 2013; consulta a 24 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Tabela 307 – Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (%), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, em 2012

Local de residência	Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (%)		
	Indivíduo		
	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	100,0	39,6	60,4
Continente	100,0	39,4	60,6
RLVT	100,0	36,2	63,8
Oeste	100,0	38,1	61,9
Médio Tejo	100,0	43,1	56,9
Grande Lisboa	100,0	35,2	64,8
Península Setúbal	100,0	35,1	64,9
Lezíria do Tejo	100,0	37,6	62,4
Ignorado/Outro	100,0	47,5	52,5

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA: 29 de Janeiro de 2013; consulta a 24 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, na RLVT, o número de beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social diminuiu 15,8% (menos 30 606 beneficiários) em relação a 2009, acompanhando a evolução verificada em Portugal e no Continente (ambos com -15,2% de beneficiários) e nas cinco NUTS III da Região, naquele intervalo de tempo.

A diminuição do número de beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social, entre 2009 e 2012, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Médio Tejo (-18,1%), seguida, por ordem decrescente, da Grande Lisboa (-17,0%), da Lezíria do Tejo (-15,6%), do Oeste (-15,2%) e da Península de Setúbal (-12,2%).

No que se refere à evolução do número de beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social por sexo, na Região, registou-se, em ambos os sexos, de 2009 para 2012, expressa pela respetiva taxa de variação, uma diminuição do indicador (-18,2%, no sexo masculino, e -14,3%, no sexo feminino), à semelhança do ocorrido em Portugal e no Continente (em ambos os casos com -17,8%, no sexo masculino, e -13,5%, no sexo feminino).

A diminuição do número de beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social do sexo masculino, entre 2009 e 2012, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Oeste (-20,3%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (-20,2%), da Grande Lisboa (-19,3%), da Lezíria do Tejo (-19,1%) e da Península de Setúbal (-13,3%).

No mesmo intervalo de tempo, a diminuição do número de beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social do sexo feminino, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Médio Tejo (-16,5%), seguida, por ordem decrescente, da Grande Lisboa (-15,8%), da Lezíria do Tejo (-13,4%), do Oeste (-11,8%) e da Península de Setúbal (-11,5%).

Em 2012, o número de beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social, na RLVT, representava 32,9% daqueles beneficiários a nível nacional e 34,3% a nível de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com 53,6% daqueles beneficiários na Região.

Em 2012, na RLVT, a maioria dos beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social (63,8%) era do sexo feminino, e os restantes 36,2% eram do sexo masculino, à semelhança do ocorrido em Portugal (60,4% do sexo feminino e 39,6% do sexo masculino), no Continente (60,6% do sexo feminino e 39,4% do sexo masculino) e nas cinco NUTS III da RLVT, onde a preponderância era também do sexo feminino.

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção de beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social do sexo feminino foi a Península de Setúbal (64,9%), seguida, por ordem decrescente, da Grande Lisboa (64,8%), da Lezíria do Tejo (62,4%), do Oeste (61,9%) e do Médio Tejo (56,9%).

Tabela 308 – Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009 a 2012

Local de residência	Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social (N.º e %)															
	Indivíduo															
	Sexo															
	Total								Masculino							
	2009		2010		2011		2012		2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	118565	100,0	62100	100,0	56019	100,0	68866	100,0	50323	42,4	29236	47,1	27176	48,5	34812	50,6
Continente	113073	100,0	58481	100,0	52444	100,0	64326	100,0	47421	41,9	27210	46,5	25059	47,8	31983	49,7
RLVT	52642	100,0	26832	100,0	21490	100,0	28237	100,0	23943	45,5	12898	48,1	10608	49,4	14447	51,2
Oeste	3577	100,0	1727	100,0	1574	100,0	2025	100,0	1377	38,5	676	39,1	656	41,7	859	42,4
Médio Tejo	20342	100,0	10075	100,0	7806	100,0	10599	100,0	9437	46,4	4880	48,4	3914	50,1	5465	51,6
Grande Lisboa	16765	100,0	8348	100,0	6232	100,0	8574	100,0	8060	48,1	4204	50,4	3258	52,3	4606	53,7
Península de Setúbal	8007	100,0	4442	100,0	4040	100,0	4997	100,0	3571	44,6	2227	50,1	1992	49,3	2597	52,0
Lezíria do Tejo	3951	100,0	2240	100,0	1838	100,0	2042	100,0	1498	37,9	911	40,7	788	42,9	920	45,1
Ignorado/Outro	79	100,0	17	100,0	16	100,0	21	100,0	41	51,9	9	52,9	9	56,3	12	57,1

CONTINUA ➔

Local de residência	Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social (N.º e %)							
	Indivíduo							
	Sexo							
	Feminino							
	2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	68223	57,5	32832	52,9	28843	51,5	34054	49,4
Continente	65652	58,1	31265	53,5	27385	52,2	32339	50,3
RLVT	28699	54,5	13934	51,9	10882	50,6	13790	48,8
Oeste	2200	61,5	1051	60,9	918	58,3	1166	57,6
Médio Tejo	10905	53,6	5195	51,6	3892	49,9	5134	48,4
Grande Lisboa	8705	51,9	4144	49,6	2974	47,7	3968	46,3
Península de Setúbal	4436	55,4	2215	49,9	2048	50,7	2400	48,0
Lezíria do Tejo	2453	62,1	1329	59,3	1050	57,1	1122	54,9
Ignorado/Outro	38	48,1	8	47,1	7	43,8	9	42,9

➔ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 24 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt ; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 309 – Taxa de variação (%) do número de Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009-2012

Local de residência	Taxa de variação (%) 2009-2012		
	Indivíduo		
	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	-41,9	-30,8	-50,1
Continente	-43,1	-32,6	-50,7
RLVT	-46,4	-39,7	-51,9
Oeste	-43,4	-37,6	-47,0
Médio Tejo	-47,9	-42,1	-52,9
Grande Lisboa	-48,9	-42,9	-54,4
Península de Setúbal	-37,6	-27,3	-45,9
Lezíria do Tejo	-48,3	-38,6	-54,3
Ignorado/Outro	-73,4	-70,7	-76,3

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA: 29 de Janeiro de 2013; consulta a 24 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, na RLVT, o número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social diminuiu 46,4% (menos 24 405 beneficiários) em relação a 2009, acompanhando a evolução verificada em Portugal (-41,9%), no Continente (-43,1%) e nas cinco NUTS III da Região, naquele intervalo de tempo.

A diminuição do número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social, entre 2009 e 2012, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (-48,9%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-48,3%), do Médio Tejo (-47,9%), do Oeste (-43,4%) e da Península de Setúbal (-37,6%).

Também no que se refere à evolução do número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social por sexo, na Região, registou-se, em ambos os sexos, de 2009 para 2012, uma diminuição do indicador (-39,7%, no sexo masculino, e -51,9%, no sexo feminino), à semelhança do ocorrido em Portugal (-30,8%, no sexo masculino, e -50,1, no sexo feminino), e no Continente (-32,6%, no sexo masculino, e -50,7%, no sexo feminino).

A diminuição do número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social do sexo masculino, entre 2009 e 2012, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (-42,9%) seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (-42,1%), da Lezíria do Tejo (-38,6%), do Oeste (-37,6%) e da Península de Setúbal (-27,3%).

No mesmo intervalo de tempo, a diminuição do número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social do sexo feminino, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (-54,4%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (-54,3%), do Médio Tejo (-52,9%), do Oeste (-47,0%) e da Península de Setúbal (-45,9%).

Em 2012, o número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social, na RLVT, representava 41,0% daqueles beneficiários a nível nacional e 43,9% a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Médio Tejo (37,5% dos beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social na Região); o menor contributo foi dado pelo Oeste (7,2%).

Em 2012, na RLVT, a maioria dos beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social (51,2%) era do sexo masculino e os restantes 48,8% eram do sexo feminino, à semelhança do ocorrido em Portugal (50,6% do sexo masculino e 49,4% do sexo feminino), e em três das cinco NUTS III da RLVT, onde a preponderância era também do sexo masculino; no Continente (50,3% do sexo feminino e 49,7% do sexo masculino) e nas NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo, a preponderância era do sexo feminino.

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social do sexo masculino foi a da Grande Lisboa (53,7%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (52,0%), do Médio Tejo (51,6%), da Lezíria do Tejo (45,1%) e do Oeste (42,4%); a NUTS III com maior proporção de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social do sexo feminino foi o Oeste (57,6%), seguido, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (54,9%), do Médio Tejo (48,4%), da Península de Setúbal (48,0%) e da Grande Lisboa (46,3%).

Tabela 310 – Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social por 1 000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012

Local de residência	Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa [§]			
	2009	2010	2011	2012
Portugal	13,26	6,93	6,24	7,69
Continente	13,27	6,84	6,13	7,54
RLVT	17,15	8,70	6,94	9,14
Oeste	11,79	5,65	5,13	6,60
Médio Tejo	102,90	51,05	39,67	54,20
Grande Lisboa	9,78	4,85	3,61	4,99
Península de Setúbal	12,43	6,83	6,17	7,62
Lezíria do Tejo	18,76	10,62	8,70	9,67

NOTAS:

[§] "2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011. 2001 - 2010, Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011." (INE, IP)

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos às estimativas da população média anual residente: 14 de Junho de 2013; consulta a 17 de Dezembro de 2013

Última atualização dos dados da PORDATA relativos aos beneficiários do subsídio social de desemprego: 29 de Janeiro de 2013; consulta a 24 de Abril de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, por cada mil residentes na RLVT, com pelo menos 15 anos, 9,14 eram beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social, valor superior ao registado em Portugal e no Continente, e em três das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo, o número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa foi superior ao da Região. Relação idêntica observou-se nos três anos anteriores, tendo-se registado, na RLVT, um valor superior daquele indicador relativamente a Portugal, ao Continente e a três das suas cinco NUTS III.

Naquele ano, a NUTS III onde se registou o maior número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa foi o Médio Tejo (54,2 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa) e aquela onde se registou o menor valor foi a Grande Lisboa (4,99 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa).

Entre 2009 e 2012, o número de beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa diminuiu até 2011, tendo-se registado um acréscimo em 2012. O maior valor registou-se em 2009 (17,15 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa) correspondendo a 52 642 beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social numa população média residente com pelo menos 15 anos de 3 069 724 efetivos) e o menor em 2011 (6,94 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa, correspondendo a 21 490 beneficiários

do subsídio social de desemprego da Segurança Social numa população média residente com 15 e mais anos de 3 094 477 efetivos). Importa ressaltar que, de acordo com o INE, IP, “Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base os valores revistos na sequência da divulgação da nova série de estimativas anuais com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, pelo que não são diretamente comparáveis com o dos anos anteriores” (Outubro de 2013).

Tabela 311- Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (N.º e %), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009 a 2012

Local de residência	Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (N.º e %)															
	Indivíduo															
	Sexo															
	Total								Masculino							
	2009		2010		2011		2012		2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	244132	100,0	233115	100,0	261093	100,0	331357	100,0	125459	51,4	118976	51,0	134792	51,6	177205	53,5
Continente	235325	100,0	223968	100,0	250258	100,0	316112	100,0	120066	51,0	113324	50,6	128151	51,2	167640	53,0
RLVT	80000	100,0	76904	100,0	87593	100,0	113007	100,0	42413	53,0	40051	52,1	45248	51,7	59416	52,6
Oeste	7532	100,0	7284	100,0	8372	100,0	11551	100,0	3760	49,9	3515	48,3	4143	49,5	6043	52,3
Médio Tejo	4214	100,0	4152	100,0	4934	100,0	6482	100,0	2274	54,0	2260	54,4	2576	52,2	3422	52,8
Grande Lisboa	43549	100,0	42141	100,0	47264	100,0	60125	100,0	22880	52,5	22045	52,3	24541	51,9	31596	52,6
Península de Setúbal	19242	100,0	17947	100,0	20246	100,0	25987	100,0	10480	54,5	9441	52,6	10446	51,6	13585	52,3
Lezíria do Tejo	5463	100,0	5380	100,0	6777	100,0	8862	100,0	3019	55,3	2790	51,9	3542	52,3	4770	53,8
Ignorado/Outro	156	100,0	144	100,0	135	100,0	168	100,0	85	54,5	82	56,9	86	63,7	112	66,7

CONTINUA ↗

Local de residência	Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (N.º e %)							
	Indivíduo							
	Sexo							
	Feminino							
	2009		2010		2011		2012	
	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*	N.º	%*
Portugal	118664	48,6	114134	49,0	126301	48,4	154152	46,5
Continente	115259	49,0	110644	49,4	122107	48,8	148472	47,0
RLVT	37587	47,0	36853	47,9	42345	48,3	53591	47,4
Oeste	3772	50,1	3769	51,7	4229	50,5	5508	47,7
Médio Tejo	1940	46,0	1892	45,6	2358	47,8	3060	47,2
Grande Lisboa	20669	47,5	20096	47,7	22723	48,1	28529	47,4
Península de Setúbal	8762	45,5	8506	47,4	9800	48,4	12402	47,7
Lezíria do Tejo	2444	44,7	2590	48,1	3235	47,7	4092	46,2
Ignorado/Outro	71	45,5	62	43,1	49	36,3	56	33,3

↗ CONTINUAÇÃO

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 05 de Novembro de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP*

Tabela 312 – Taxa de variação (%) dos Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, 2009-2012

Local de residência	Taxa de variação (%) 2009-2012		
	Indivíduo		
	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	+35,7	+41,2	+29,9
Continente	+34,3	+39,6	+28,8
RLVT	+41,3	+40,1	+42,6
Oeste	+53,4	+60,7	+46,0
Médio Tejo	+53,8	+50,5	+57,7
Grande Lisboa	+38,1	+38,1	+38,0
Península de Setúbal	+35,1	+29,6	+41,5
Lezíria do Tejo	+62,2	+58,0	+67,4
Ignorado/Outro	+7,7	+31,8	-21,1

NOTAS:

Última atualização dos dados da PORDATA: 29 de Janeiro de 2013; consulta a 05 de Novembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, na RLVT, o número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social aumentou 41,3% (mais 33 007 beneficiários) em relação a 2009, acompanhando a evolução verificada em Portugal (+35,7%), no Continente (+34,3%) e nas cinco NUTS III da Região, naquele intervalo de tempo.

O aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social, entre 2009 e 2012, expresso pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Lezíria do Tejo (+62,2%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (+53,8%), do Oeste (+53,4%), da Grande Lisboa (+38,1%) e da Península de Setúbal (+35,1%).

Também no que se refere à evolução do número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social por sexo, na Região, registou-se, em ambos os sexos, de 2009 para 2012, um aumento do indicador (+40,1%, no sexo masculino, e +42,6%, no sexo feminino), à semelhança do ocorrido em Portugal (+41,2%, no sexo masculino, e +29,9%, no sexo feminino), no Continente (+39,6%, no sexo masculino, e +28,8%, no sexo feminino).

O aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social do sexo masculino, entre 2009 e 2012 expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Oeste (+60,7%), seguida, por ordem decrescente, da Lezíria do Tejo (+58,0%), do Médio Tejo (+50,5%), da Grande Lisboa (+38,1%) e da Península de Setúbal (+29,6%).

No mesmo intervalo de tempo, o aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social do sexo feminino, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Lezíria do Tejo (+67,4%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (+57,7%), do Oeste (+46,0%), da Península de Setúbal (+41,5%) e da Grande Lisboa (+38,0%).

Em 2012, o número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social, na RLVT, representava 34,1% daqueles beneficiários a nível nacional e 35,7% a nível de Portugal Continental. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (53,2% dos beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social na Região); o menor contributo foi dado pelo Médio Tejo (5,7%).

Em 2012, na RLVT, a maioria dos beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (52,6%) era do sexo masculino e os restantes 47,4% eram do sexo feminino, à semelhança do ocorrido em Portugal (53,5% do sexo masculino e 46,5% do sexo feminino), no Continente (53,0% do sexo masculino e 47,0% do sexo feminino) e nas cinco NUTS III da RLVT, onde a preponderância era também do sexo masculino.

No mesmo ano, a NUTS III com maior proporção de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social do sexo masculino foi a Lezíria do Tejo (53,8%), seguida, por ordem decrescente, do Médio Tejo (52,8%), da Grande Lisboa (52,6%) e do Oeste e Península de Setúbal (cada um com 52,3%); as NUTS III com maior proporção de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social do sexo feminino foram o Oeste e a Península de Setúbal (cada um com 47,7%), seguidos, por ordem decrescente, da Grande Lisboa (47,4%), do Médio Tejo (47,2%) e da Lezíria do Tejo (46,2%).

Tabela 313 – Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social por 1 000 habitantes em idade ativa, por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III), 2009 a 2012

Local de residência	Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (por 1000 habitantes) [§]			
	2009	2010	2011	2012
Portugal	27,30	26,00	29,10	37,01
Continente	27,61	26,21	29,27	37,06
RLVT	26,06	24,92	28,31	36,58
Oeste	24,83	23,83	27,27	37,62
Médio Tejo	21,32	21,04	25,08	33,15
Grande Lisboa	25,41	24,48	27,40	34,97
Península de Setúbal	29,87	27,61	30,93	39,63
Lezíria do Tejo	25,94	25,51	32,09	41,97

NOTAS:

[§] “2011, Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011. 2001 - 2010, Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.” (INE, IP)

Última atualização dos dados do INE, IP, relativos às estimativas da população média anual residente: 14 de Junho de 2013; consulta a 17 de Dezembro de 2013

Última atualização dos dados da PORDATA relativos aos beneficiários do subsídio de desemprego: 29 de Janeiro de 2013, consulta a 05 de Novembro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2012, por cada mil residentes na RLVT com pelo menos 15 anos, 36,58 eram beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social, valor ligeiramente inferior ao registado em Portugal e no Continente e superior ao registado em duas das cinco NUTS III da Região; nas NUTS III Oeste, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo, o número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa foi superior ao da Região. Nos três anos anteriores, registou-se, na RLVT, um valor inferior daquele indicador relativamente ao de Portugal, do Continente e de duas das cinco NUTS III da Região, sendo que, em 2009, apenas na NUTS III Península de Setúbal se registou um valor superior ao apurado na Região; neste período, nas NUTS III Oeste, Médio Tejo e Grande Lisboa, o número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa foi inferior ao da Região.

Em 2012, a NUTS III onde se registou o maior número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa foi a Lezíria do Tejo (42 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa) e aquelas onde se registou o menor valor foram o Médio Tejo e a Grande Lisboa (33,2 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa e 35 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa, respetivamente).

Entre 2009 e 2012, o maior valor do número de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa registou-se em 2012 (36,6 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa, correspondendo a 113 007 beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social numa população média anual residente com pelo menos 15 anos de 3 088 960 efetivos) e o menor em 2010 (24,9 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa, correspondendo a 76 904 beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social numa população média anual residente com pelo menos 15 anos de 3 085 664). Note-se que, de acordo com o INE, IP, *“Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base os valores revistos na sequência da divulgação da nova série de estimativas anuais com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, pelo que não são diretamente comparáveis com o dos anos anteriores”* (Outubro de 2013).

Tabela 314 – Beneficiários ativos da Segurança Social (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) e por sexo, em 2001 e 2011, e Taxa de variação (%) 2001-2011

Local de residência	Beneficiários ativos da Segurança Social (N.º)		Taxa de variação (%) *
	Indivíduo		
	Beneficiários ativos		
	2001	2011	2001-2011
Portugal	4541044	4396307	-3,2
Continente	4301972	4190654	-2,6
RLVT	1554470	1577977	+1,5
Oeste	152051	155794	+2,5
Médio Tejo	94554	87082	-7,9
Grande Lisboa	879932	905454	+2,9
Península de Setúbal	318035	326597	+2,7
Lezíria do Tejo	109898	103050	-6,2
Ignorado/Outro	40625	8381	-79,4

NOTAS:

Última atualização destes dados: 24 de Julho de 2012 (PORDATA); consulta a 2 de Maio de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2011, na RLVT, registaram-se mais 23 507 (+1,5%) beneficiários ativos da Segurança Social em relação aos contabilizados em 2001, ao contrário do ocorrido em Portugal e no Continente, onde aquele indicador diminuiu (respetivamente, -3,2% e -2,6% daqueles beneficiários em 2011 face a 2001) e nas NUTS III da RLVT Médio Tejo e Lezíria do Tejo, igualmente com diminuição dos beneficiários ativos da Segurança Social (respetivamente, -7,9% e -6,2%).

O aumento dos beneficiários ativos da Segurança Social entre 2001 e 2011, expressa pela respetiva taxa de variação, teve maior expressão na NUTS III Grande Lisboa (+2,9%), seguida, por ordem decrescente, da Península de Setúbal (+2,7%) e do Oeste (+2,5%).

Em 2011, os beneficiários ativos da Segurança Social, na RLVT, representavam 35,9% daqueles beneficiários a nível nacional e 37,7% a nível de Portugal Continental.

Naquele ano, a NUTS III da RLVT com maior número daqueles beneficiários foi a Grande Lisboa e aquela com o menor número foi o Médio Tejo. A NUTS III Grande Lisboa contribuiu com mais de cinquenta por cento (57,4%) dos beneficiários ativos da Segurança Social na Região.

Tabela 315 – Abono de família e Subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social: beneficiários e descendentes ou equiparados (N.º), por local de residência (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III) 2010 a 2012 e Taxa de variação (%) 2010-2012 e bienal

Local de residência	Requerente						Titular					
	Beneficiários						Descendentes ou equiparados					
	N.º	N.º	N.º	Taxa de variação *			N.º	N.º	N.º	Taxa de variação *		
	2010	2011	2012	2010-2012	2010-2011	2011-2012	2010	2011	2012	2010-2012	2010-2011	2011-2012
Portugal	1262918	893650	856818	-32,2	-29,2	-4,1	1821898	1.57575	1300550	-28,6	-25,5	-4,2
Continente	1194677	856185	824291	-31,0	-28,3	-3,7	1711165	1269886	1219228	-28,7	-25,8	-4,0
RLVT	421786	281711	272304	-35,4	-33,2	-3,3	616281	429114	410937	-33,3	-30,4	-4,2
Oeste	44918	31746	30487	-32,1	-29,3	-4,0	64366	47100	45361	-29,5	-26,8	-3,7
Médio Tejo	23766	16734	16264	-31,6	-29,6	-2,8	35366	25998	25320	-28,4	-26,5	-2,6
Grande Lisboa	227688	148492	142986	-37,2	-34,8	-3,7	332147	224899	215125	-35,2	-32,3	-4,3
Península de Setúbal	90706	60557	60033	-33,8	-33,2	-0,9	129008	90550	89143	-30,9	-29,8	-1,6
Lezíria do Tejo	27873	19584	19116	-31,4	-29,7	-2,4	40274	29645	29007	-28,0	-26,4	-2,2
Ignorado/Outro	6835	4598	3418	-50,0	-32,7	-25,7	15120	10922	6981	-53,8	-27,8	-36,1

NOTAS:

Última atualização destes dados: 29 de Janeiro de 2013 (PORDATA); consulta a 22 de Abril de 2013

Fonte: PORDATA, www.pordata.pt; DSP/ARSLVT, IP *

Em 2012, na RLVT, registaram-se menos 149 482 beneficiários do Abono de família e Subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social, na RLVT, face a 2010, correspondendo a uma taxa de variação de -35,4%, à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT, naquele intervalo de tempo. Considerando a taxa de variação por biénio, o valor mais expressivo de diminuição, na Região, ocorreu no biénio 2010-2011 (-33,2%), face ao registado no biénio 2011-2012 (-3,3%), sendo que em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT também se registou uma maior taxa de variação no número de beneficiários do Abono de família e Subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social no biénio 2010-2011, face a 2011-2012.

No que concerne à evolução daquele indicador por NUTS III, entre 2010 e 2012, a maior taxa de variação ocorreu na Grande Lisboa (-37,2%, correspondendo a menos 84 702 beneficiários em 2012, face a 2010) e a menor na Lezíria do Tejo (-31,4% correspondendo a menos 8 757 beneficiários em 2012, face a 2010).

Relativamente aos descendentes ou equiparados, titulares daqueles benefícios, na RLVT, registou-se uma diminuição de 33,3%, em 2012, face a 2010, (correspondendo a menos 205 344 titulares descendentes ou equiparados), à semelhança do ocorrido em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT, naquele intervalo de tempo. Considerando a taxa de variação por biénio, o valor mais expressivo de diminuição, na Região, ocorreu no biénio 2010-2011 (-30,4%), face ao registado no biénio 2011-2012 (-4,2%), sendo que em Portugal, no Continente e nas cinco NUTS III da RLVT também se registou uma maior taxa de variação deste indicador no biénio 2010-2011, face a 2011-2012.

No que concerne à evolução do indicador por NUTS III, entre 2010 e 2012, a maior taxa de variação ocorreu na Grande Lisboa (-35,2%, correspondendo a menos 117 022 titulares descendentes ou equiparados em 2012, face a 2010) e a menor na Lezíria do Tejo (-28,0%, correspondendo a menos 11 267 titulares descendentes ou equiparados em 2012, face a 2010).

Em 2012, na RLVT, o número de beneficiários do Abono de família e Subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social correspondia a 31,8% daqueles beneficiários em Portugal e a 33,0% dos do Continente. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (52,5% dos beneficiários do Abono de família e Subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social na Região) e o menor pelo Médio Tejo (6,0% dos beneficiários do Abono de família e Subsídio familiar a crianças e jovens da Segurança Social na Região).

Naquele ano, na RLVT, registaram-se 410 937 descendentes ou equiparados, titulares daqueles benefícios, correspondendo a 31,6% daqueles titulares em Portugal e 33,7% no Continente. O maior contributo para a Região foi dado pela NUTS III Grande Lisboa (52,3% dos descendentes ou equiparados, titulares daqueles benefícios, na Região) e o menor pelo Médio Tejo (6,2% dos descendentes ou equiparados, titulares daqueles benefícios, na Região).

Tabela 316 – Taxa de variação (%) dos equipamentos das respostas sociais, por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), 2010-2011

Localização geográfica	Taxa de variação (%) 2010-2011					
	Creche	CAOS	Lar Residencial	Centro de Dia	Lar de Idosos	Serviço de Apoio Domiciliário (idosos)
Portugal	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Continente	+6,8	+9,3	+17,8	+5,6	+11,5	+8,8
RLVT	+4,7	+2,4	+9,0	+2,0	+5,2	+3,1
Oeste	+3,7	0,0	0,0	+1,3	+4,3	+1,1
Médio Tejo ^a	+8,3	0,0	0,0	0,0	+8,2	0,0
Grande Lisboa	+4,0	+3,8	+9,5	0,0	+3,3	+3,4
Península de Setúbal	+4,7	0,0	+28,6	+1,2	+7,5	+7,8
Lezíria do Tejo	+11,9	0,0	0,0	+13,2	+9,3	+3,0

NOTAS:

s/d – Sem dados

CAOS – Centro de Atividades Ocupacionais

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização dos dados do ORLVT/CCDR: 13 de Julho de 2012; consulta a 25 de Fevereiro de 2013

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

Em 2011, na RLVT, registou-se um aumento de todos os equipamentos das respostas sociais considerados na Tabela acima - Creche, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Centro de Dia, Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário (idosos) -, face a 2010, sendo que a taxa de variação teve maior expressão nos Lares Residenciais (+9,0% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 6 Lares Residenciais) e menor nos Centros de Dia (+2,0% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 9 Centros de Dia). Esta evolução foi transversal à registada no Continente, naquele intervalo de tempo.

No que concerne à evolução daqueles equipamentos por NUTS III, no intervalo de tempo considerado, a maior taxa de variação no número de Creches registou-se na Lezíria do Tejo (+11,9% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 5 Creches) e a menor registou-se no Oeste (+3,7% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 3 Creches); a maior taxa de variação no número de CAOS registou-se na Grande Lisboa (+3,8% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 2 CAOS) sendo que nas restantes NUTS III não se registaram alterações no número de CAOS, no intervalo de tempo considerado; a maior taxa de variação no número de Lares Residenciais registou-se na Península de Setúbal (+28,6% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 2 Lares Residenciais) sendo que nas NUTS III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo não se registaram alterações no número de Lares Residenciais, no intervalo de tempo considerado; a maior taxa de variação no número de Centros de Dia registou-se na Lezíria do Tejo (+13,2% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 7 Centros de Dia) sendo que nas NUTS III Médio Tejo e Grande Lisboa não se registaram alterações no número de Centros de Dia; a maior taxa de variação no número de Lares de Idosos registou-se na Lezíria do Tejo (+9,3% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 4 Lares de Idosos) e a menor registou-se na Grande Lisboa (+3,3% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 8 Lares de Idosos); a maior taxa de variação no número de Serviços de Apoio Domiciliário (idosos) registou-se na Península de Setúbal (+7,8% em 2011, face a 2010, correspondendo a mais 6 Serviços de Apoio Domiciliário (idosos), sendo que, na NUTS III Médio Tejo, não se registaram alterações no número de Serviços de Apoio Domiciliário (idosos).

Tabela 317 – Equipamentos das respostas sociais (N.º), por localização geográfica (Portugal, Continente, Região de Lisboa e Vale do Tejo e respetivas NUTS III, NUTS 2001), em 2010 e 2011

Localização geográfica	Equipamentos das respostas sociais (N.º)												
	Creche		CAOS		Lar Residencial		Centro de Dia		Lar de Idosos		Serviço de Apoio Domiciliário (idosos)		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Portugal	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Continente	2499	2339	306	280	218	185	1997	1891	1957	1755	2499	2297	
RLVT	919	878	86	84	73	67	470	461	550	523	562	545	
Oeste	84	81	8	8	7	7	76	75	96	92	94	93	
Médio Tejo ^a	39	36	7	7	8	8	65	65	53	49	71	71	
Grande Lisboa	548	527	54	52	46	42	187	187	254	246	246	238	
Península de Setúbal	201	192	10	10	9	7	82	81	100	93	83	77	
Lezíria do Tejo	47	42	7	7	3	3	60	53	47	43	68	66	

NOTAS:

s/d – Sem dados

CAOS – Centro de Atividades Ocupacionais

^a Não inclui o Município de Mação

Última atualização destes dados: 13 de Julho de 2012 (ORLVT/CCDR); consulta a 25 de Fevereiro de 2013

 Fonte: ORLVT/CCDR, www.ccdr-lvt.pt/pt/observatorio-regional-de-lvt/7283.htm

Em 2011, contabilizaram-se 919 Creches na RLVT, correspondendo a mais de trinta por cento (36,8%) das Creches de Portugal Continental. A NUTS III Grande Lisboa deu o maior contributo para as Creches da Região (548 Creches, correspondendo a 59,6% das Creches da RLVT); o menor contributo foi dado pelo Médio Tejo (39 Creches, correspondendo a 4,2% das Creches da RLVT).

No que concerne aos Centros de Atividades Ocupacionais (CAOS), contabilizaram-se 86 na RLVT, naquele ano, representando 28,1% daqueles equipamentos no Continente. O maior contributo para a Região foi dado pela Grande Lisboa (54 CAOS, correspondendo a 62,8% dos CAOS da RLVT) e o menor pelo Médio Tejo e pela Lezíria do Tejo (cada um com 7 CAOS, correspondendo a 8,1% dos CAOS da RLVT).

No mesmo ano, os Lares Residenciais da RLVT, num total de 73, correspondiam 33,5% daqueles lares no Continente. O maior contributo para estes equipamentos a nível Regional foi dado pela Grande Lisboa (46, correspondendo a 63,0% dos Lares Residenciais da RLVT) e o menor pela NUTS III Lezíria do Tejo (3 Lares, correspondendo a 4,1% dos Lares Residenciais da RLVT).

Quanto aos Centros de Dia na Região, em 2011 (470), correspondiam a 23,5% daqueles Centros no Continente. O maior contributo para a RLVT foi dado pela Grande Lisboa (187, correspondendo a 39,8% dos Centros de Dia da Região) e o menor pela Lezíria do Tejo (60, correspondendo a 12,8% dos Centros de Dia da RLVT).

Relativamente aos Lares de Idosos, contabilizaram-se 550 na RLVT, em 2011, correspondendo a 28,1% daqueles Lares no Continente. O maior contributo para a RLVT foi dado pela Grande Lisboa (254, correspondendo a 46,2% dos Lares de Idosos da RLVT) e o menor pela Lezíria do Tejo (47, correspondendo a 8,5% dos Lares de Idosos da RLVT).

No que concerne aos Serviços de Apoio Domiciliário, contabilizaram-se 562 na RLVT, naquele ano, representando 22,5% daqueles serviços no Continente. O maior contributo para a Região foi dado pela Grande Lisboa (246, correspondendo a 43,8% dos Serviços de Apoio Domiciliário da RLVT) e o menor pela Lezíria do Tejo (68, correspondendo a 12,1% dos Serviços de Apoio Domiciliário da RLVT).

Considerações finais

Tendo caracterizado os principais aspetos dos determinantes que, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, influenciam o nível de saúde das pessoas e das populações, resta tecer algumas considerações finais sobre a necessidade de repensar os princípios em que assenta o planeamento e a organização dos Serviços de Saúde, que devem ter em atenção os princípios da equidade, eficiência e articulação com os outros sectores sociais.

O Planeamento da Saúde. Problemas de saúde originados em situações de natureza social. As desigualdades e as ineficiências do Sistema de Saúde.

Um dos principais aspetos que releva da existência de problemas de saúde consiste na necessidade de ser elaborado um adequado e pertinente Planeamento da Saúde, enquanto instrumento na tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos de saúde. Sendo estes sempre escassos, há que ponderar bem sobre a sua alocação, devendo a equidade e a eficiência constituir os dois princípios básicos que devem estar sempre subjacentes a qualquer distribuição de recursos.

Após a caracterização do estado de saúde de uma determinada população, com a identificação dos problemas de saúde nela existentes, redes de causalidade que lhes estão subjacentes, necessidades a colmatar e prováveis evoluções prognósticas, é necessário priorizar os problemas, dado que os recursos disponíveis estão sempre aquém do necessário para a resolução de todos os problemas encontrados. Os recursos são sempre escassos e é nesta fase de determinação de prioridades que deve ser levado em linha de conta o critério da equidade.

Ao determinar as prioridades por que se opta, está a tomar-se a decisão sobre que situações se vão privilegiar para atribuir os recursos disponíveis. Uma das hipóteses, entre outras, é a distribuição de recursos em função da estrutura demográfica da população e das situações de índole social com maiores repercussões no estado de saúde dos indivíduos e dos grupos populacionais. Tal significa discriminar positivamente a favor daqueles que têm menor possibilidade de utilizar os serviços de saúde devido à sua situação. Estaremos assim a criar uma situação de equidade, isto é, de igualdade, na possibilidade de satisfação das necessidades específicas deste grupo.

Pode pensar-se que tal não é justo relativamente aos que não estão tão afetados por situações de natureza social, dado que os recursos existentes deveriam ser distribuídos igualmente por todos. Só que, além da preocupação sobre a satisfação das necessidades globais de uma população em geral e respetivas coberturas em serviços de saúde, deverá existir uma outra: empregar todos os recursos adicionais na resolução de necessidades específicas de grupos específicos, isto é, na satisfação de necessidades marginais de grupos marginais, corrigindo, assim, desigualdades existentes.

Além da problemática relacionada com a equidade ou a criação de desigualdades, há ainda que respeitar o princípio da *eficiência*, quando se pretende selecionar as estratégias que devem ser adotadas para intervir sobre os problemas de saúde existentes, as quais devem permitir atingir o máximo de resultados ao mais baixo custo. A questão da ineficiência coloca-se de uma forma bastante pertinente na planificação de programas e projetos para os grupos populacionais mais afetados por problemas de saúde com origem em contextos sociais. Efetivamente, ao serem atribuídos mais recursos para colmatar necessidades marginais existentes no seio destes grupos populacionais, e dado que se trata de grupos de menor dimensão que todos os outros não afetados, fica criada uma situação de utilização ineficiente de recursos.

Coloca-se, então, a questão: a equidade e a eficiência são contraditórias no processo de planeamento e organização dos serviços de saúde para fazer face ao desafio que é colocado por estas situações? Há que pesar o contributo destes dois princípios na decisão sobre as intervenções a levar a cabo. Por um lado, fornecer recursos específicos para necessidades marginais, por outro, utilizá-los eficientemente. Um excesso de recursos aplicado a estes grupos poderá gastar recursos necessários para a população em geral, embora daí possa advir melhoria do nível de saúde global.

Consideração Final

Cada época elege um tema com que se preocupar e a crise financeira e económica em curso e os problemas de saúde com origem na matriz social estão “na moda”, no sentido estatístico do termo. E sobre este tema, tal como em todos os momentos da vida, depara-se a incerteza sobre as suas possíveis evoluções no futuro.

A sociedade atual é responsável pelos fenómenos de natureza social mencionados neste texto. Na maior parte dos casos, as políticas e as ações de integração promovidas são, elas próprias, geradoras de novas formas de exclusão social, já que contêm o pressuposto da exclusão dos indivíduos e grupos específicos a que se dirigem.

Contudo, se forem preferencialmente contratualizadoras, corresponsabilizando os seus beneficiários e refutando-lhes a acomodação, perversa em termos sociais, poderão eventualmente gerar uma participação da sua parte na resolução desta problemática, facilitando a sua integração efetiva.

Resta uma última palavra. Estamos longe de ter um perfil completo, que nos permita uma análise mais fina e desagregada sobre a situação da saúde nesta Região, mas pretende-se que, em futuras atualizações/edições, o perfil seja ainda mais ambicioso quanto à informação a incluir, aguardando-se para tal, com expectativa, o Sistema de Informação em Saúde Pública.

Em conclusão, outros temas que não foram abordados neste perfil e que devem ser desenvolvidos num futuro perfil incluem uma diversidade de áreas que permitam aos profissionais de saúde ter uma mais completa compreensão das redes de causalidade e das possíveis evoluções prognósticas envolvidas em cada situação, permitindo-lhes assim uma intervenção mais adequada.

GLOSSÁRIO

A

ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS - Prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Nota: O direito ao abono de família é reconhecido a crianças e jovens inseridos em agregados familiares cujos rendimentos de referência, agrupados em escalões, podem variar entre os 0,5 e um máximo de 5 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), e às crianças e jovens considerados pessoas isoladas. Esta prestação é atribuída em função do nascimento com vida, do não exercício de atividade laboral e de limites de idade que podem ir dos 16 aos 24 anos consoante os níveis de escolaridade seguidos. O valor desta prestação é acrescido sempre que estejam reunidas as condições para atribuição da majoração e do montante adicional do abono de família para crianças e jovens.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5468>

ACIDENTE DE VIAÇÃO - Acontecimento fortuito, súbito e anormal ocorrido na via pública em consequência da circulação rodoviária, de que resultem vítimas ou danos materiais, quer o veículo se encontre ou não em movimento (inclusivamente à entrada ou saída para o veículo e ou no decurso da sua reparação ou desmanpanagem).

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0005328&lingua=PT

ACIDENTE [DE VIAÇÃO] COM VÍTIMAS - Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha ficado ferida ou morta.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0005328&lingua=PT

ALOJAMENTO - Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6067?modal=1>

ALOJAMENTO COLETIVO - Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família, e que no momento de referência está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes.

Nota: Como alojamento coletivo entende-se os estabelecimentos hoteleiros e similares e os alojamentos de convivência.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6068?modal=1>

ALOJAMENTO DE CONVIVÊNCIA - Alojamento coletivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6717>

ALOJAMENTO FAMILIAR CLÁSSICO - Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Nota: As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6511>

ALOJAMENTO FAMILIAR NÃO CLÁSSICO - Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência.

Nota: Incluem-se a barraca, o alojamento móvel, a casa rudimentar de madeira e o alojamento improvisado, entre outros não destinados à habitação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6512>

ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA HABITUAL - Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6231>

ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA - Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6102>

AMBULATÓRIO - Conjunto de serviços que prestam cuidados de saúde a indivíduos não internados.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3604>

APRENDIZAGEM FORMAL - Educação ou formação ministradas em instituições de educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3817>

ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (SIVVD) POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de atendimentos efectuados pelo SIVVD/População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

ATENDIMENTO EM URGÊNCIA - Ato de assistência prestado num estabelecimento de saúde, em centros de saúde ou hospitais, em instalações próprias, a um indivíduo com alteração súbita ou agravamento do seu estado de saúde.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2626>

ATENDIMENTOS EM SERVIÇO DE URGÊNCIA NOS HOSPITAIS POR 1000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (atendimentos em serviço de urgência nos hospitais no ano civil / População média anual residente) X 1000

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/SNS+consultas++internamentos+e+urgencias+por+mil+habitantes+++Continente-642> (**hiperligação** "mais sobre estes dados")

ATENDIMENTOS NO SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA (SUB) OU NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE OU PROLONGADO (SAP) NOS CENTROS DE SAÚDE POR 1000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Atendimentos no SUB ou no SAP nos centros de saúde no ano civil / População média anual residente) X 1000

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/SNS+consultas++internamentos+e+urgencias+por+mil+habitantes+++Continente-642> (hiperligação "mais sobre estes dados")

AVPP – ANOS DE VIDA POTENCIAL PERDIDOS - Número de anos que teoricamente uma determinada população deixa de viver se morrer prematuramente (antes dos 70 anos).

Fórmula de cálculo: APVP = Soma dos produtos dos óbitos ocorridos em cada grupo etário (até aos 70 anos) e a diferença entre os 70 anos e a idade média de cada grupo etário.

Nota: Este número resulta da soma dos produtos do número de óbitos ocorridos em cada grupo etário, pela diferença entre o limite superior considerado e o ponto médio do intervalo de classe correspondente a cada grupo etário, considerando-se como limite inferior os menos de 1 ano e como limite superiores os 70 anos. Calculado pelo Método Romeder e McWhinnie (1988)

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6215>

B

BAIRRO SOCIAL - Conjunto de edifícios ou fogos de habitação social, localizados em situação de vizinhança, cuja construção foi programada conjuntamente, podendo ter sido desenvolvida ou não por fases.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6264>

BENEFICIÁRIOS - Pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4793>

BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA

Rendimento social de inserção - Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Fórmula de cálculo: (Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social / População média ativa) X 1000

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4919>

BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA

Subsídio de desemprego - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Nota: O período de concessão é estabelecido em função da idade à data do requerimento, nos seguintes termos: a) 10 meses para os beneficiários com idade inferior a 25 anos; b) 12 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 30anos; c) 15 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 30 anos e inferior a 35 anos; d) 18 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 40 anos; e) 21 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos; f) 24 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 45 anos e inferior a 50 anos; g) 27 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 55 anos; h) 30 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 55 anos. Se os beneficiários, no decurso de desemprego e esgotado o prazo de concessão, atingirem 60 anos, podem requerer reforma antecipada. O montante do subsídio é igual a 65% da remuneração média definida por R/365, em que R representa o total das remunerações registadas nos primeiros 12 meses civis que precederam o 2º mês do da data de desemprego. Não pode ser superior a três vezes a remuneração mínima nacional nem inferior a esta remuneração, exceto se a remuneração de referência for inferior, caso em que é igual a esta

última. Para os ex-pensionistas de invalidez que tenham sido considerados aptos o montante é de 100%, 90% ou 70% da remuneração mínima garantida à generalidade dos trabalhadores, nos termos do subsídio social de desemprego, mas não pode ser superior ao último valor da pensão de invalidez a que teriam direito se mantivessem pensionistas.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3584>

Fórmula de cálculo: (Número total de Beneficiários do Subsídio de Desemprego / População média anual residente com 15 e mais anos) X 1000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA

Fórmula de cálculo: (Número total de Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego / População média anual residente com 15 e mais anos) X 1000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

BOMBEIRO PROFISSIONAL - Bombeiro que exerce a sua actividade em exclusividade ou como profissão principal, mediante um contrato de trabalho, por via do qual aufera a respectiva remuneração.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6830>

BOMBEIRO VOLUNTÁRIO - Bombeiro que exerce a sua actividade como ocupação secundária, desempenhando outra profissão como actividade principal.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6839>

BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA - Bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos em função de os mesmos possuírem deficiência.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5937>

C

CAMAS (LOTAÇÃO PRATICADA) NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR 1000 HABITANTES

Lotação praticada: Número de camas (incluindo berços de neonatologia e de pediatria) disponíveis e apetrechadas para internamento imediato de doentes, discriminadas por especialidade / valências num estabelecimento de saúde.

Nota: Excluem-se as camas do berçário, da Urgência, do recobro e dos hospitais de dia, nomeadamente da hemodiálise. Este valor resulta da média aritmética do número de camas contadas no último dia de cada trimestre do ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4378>

Fórmula de cálculo: [Número de camas (lotação praticada) de hospitais e de centros de saúde no ano / População residente estimada para o meio do ano] X 1000

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002908&lingua=PT

CAMAS NAS UNIDADES DE INTERNAMENTO DA RNCCI POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Camas nas unidades de internamento da RNCCI no ano civil / População média anual residente) X 100 000

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/Estabelecimentos+de+saude+camas+por+100+mil+habitantes-602> (hiperligação "mais sobre estes dados")

CAMAS NOS HOSPITAIS POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Camas nos hospitais no ano civil / População média anual residente) X 100 000

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/Estabelecimentos+de+saude+camas+por+100+mil+habitantes-602> (hiperligação "mais sobre estes dados")

CASADO - Veja "casado com registo", "casado sem registo"

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1048>

CASADO COM REGISTO - Situação de estado civil (legal) de toda a pessoa que tenha contraído casamento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1049>

CASADO SEM REGISTO - Situação de toda a pessoa que, independentemente do seu estado civil (legal), viva em situação idêntica à de casado, não a tendo legalizada.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1050>

CAUSA BÁSICA DE MORTE - Doença ou lesão que iniciou a cadeia de acontecimentos patológicos que conduziram à morte ou as circunstâncias do acidente ou violência que produziu a lesão fatal.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1822>

CAUSA DE MORTE DIRETA - Doença ou condição que provocou diretamente a morte.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3921>

CENTRO DE SAÚDE: Estabelecimento público de saúde, que visa a promoção da saúde, prevenção da doença e a prestação de cuidados, quer intervindo na primeira linha de atuação do Serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade de cuidados, sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados. Dirige a sua ação tanto à saúde individual e familiar como à saúde de grupos e da comunidade, através dos cuidados que, ao seu nível, sejam apropriados, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor,

o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua ação ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de internamento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4454>

CINEMA: ESPECTADORES POR HABITANTE

Fórmula de cálculo: Espectadores de cinema / População média anual residente

Espectador: Indivíduo que possui direito de ingresso, pago ou gratuito, para uma sessão de espectáculo.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0004090&lingua=PT

CIRCULAÇÃO [DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS] - Número de exemplares colocados no mercado e que chegam aos leitores, correspondendo à soma das vendas, assinaturas e ofertas.

Nota: Exclui sobras.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4328>

CONSULTA EXTERNA - Unidade orgânico-funcional de um hospital onde os doentes, com prévia marcação, são atendidos para observação, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento, assim como para pequenos tratamentos cirúrgicos ou exames similares.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3223>

CONSULTAS MÉDICAS NAS CONSULTAS EXTERNAS DOS HOSPITAIS POR 1000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Consultas médicas nas consultas externas dos hospitais no ano civil / População média anual residente) X 1000

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/SNS+consultas++internamentos+e+urgencias+por+mil+habitantes+++Continente-642> (hiperligação "mais sobre estes dados")

CONSULTAS MÉDICAS NOS CENTROS DE SAÚDE POR 1000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (consultas médicas nos centros de saúde no ano civil / População média anual residente) X 1000

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/SNS+consultas++internamentos+e+urgencias+por+mil+habitantes+++Continente-642> (hiperligação "mais sobre estes dados")

CRIME - Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4122>

CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS - Cuidados de convalescença, recuperação e reintegração de doentes crónicos e pessoas em situação de dependência.

Por Cuidados Continuados Integrados entende-se o conjunto de intervenções sequenciais integradas de saúde e apoio social, decorrente de avaliação conjunta, visando a recuperação global

da pessoa entendida como o processo terapêutico e de apoio social, ativo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

Os cuidados serão preferencialmente prestados no local de residência do utente. Quando tal não for possível, serão prestados em locais especificamente equipados para o efeito.

Fonte: <http://www.arslvt.min-saude.pt/ecrlvt/Paginas/homepage.html>

D

DENSIDADE POPULACIONAL - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5008>

DESPESAS EM AMBIENTE DOS MUNICÍPIOS POR HABITANTE - Despesas dos municípios nos domínios de ambiente [proteção da qualidade do ar e clima; gestão de águas residuais; gestão de resíduos; proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais; proteção contra ruídos e vibrações; proteção da biodiversidade e paisagem; proteção contra radiações; investigação e desenvolvimento; outras atividades de proteção do ambiente], por habitante.

Fórmula de cálculo: Despesas dos municípios nos domínios de ambiente (€) / População média anual residente

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0005538&lingua=PT

DIVORCIADO – Situação de estado civil de toda a pessoa que obteve a decisão de dissolução legal e definitiva do vínculo de casamento

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5312>

DOENÇA – Estado do organismo em que existem alterações anatómicas ou perturbações funcionais que o afastam das condições normais. Para fins estatísticos, utiliza-se a Classificação Internacional de Doenças e Causas de Morte da OMS.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1585>

DOENÇA DE DECLARAÇÃO OBRIGATORIA (DDO) – Doença, constante de lista periodicamente revista e aprovada por diploma legal, que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de doença como em caso de óbito.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3960>

A tabela das doenças de declaração obrigatória, ordenada de acordo com o código da 10.ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID), e utilizando a respetiva nomenclatura nosológica, conforme a Deliberação n.º 131/97, de 27 de Julho, foi aprovada pela Portaria n.º 1071/98,

de 31 de Dezembro e atualizada pela Portaria n.º 258/2005, de 16 de Março, que integrou a infeção pelo VIH na lista de doenças de declaração obrigatória.

E

EDIFÍCIO – Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006048&lingua=PT

EDUCAÇÃO/APRENDIZAGEM FORMAL - Educação ou formação ministradas em instituições de educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3817>

EMIGRANTE PERMANENTE - Indivíduo que deixou o país com a intenção de residir no estrangeiro por um período contínuo superior a um ano, tendo residido no país por um período contínuo superior a um ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3379>

EMIGRANTE TEMPORÁRIO - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.

Nota: Excluem-se desta situação as deslocações com carácter de: turismo, negócios, estudo, saúde, religião ou outro de igual teor.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5674>

EMPREGADO - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001783&lingua=PT

ENFERMEIRO - Profissional de saúde que programa, executa e avalia cuidados gerais de enfermagem, requeridos pelo estado de saúde do indivíduo, família e comunidade, no âmbito da patologia, prevenção, tratamento e reabilitação da doença e do tipo de intervenção do serviço.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2124>

ENFERMEIROS/AS POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de enfermeiras/os inscritos no final do ano/ População residente estimada para o final do ano) X 100 000

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0000907&lingua=PT / DSP/ARSLVT, IP

ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA - Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3324>

ESPERANÇA DE VIDA NUMA DETERMINADA IDADE – Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata “X” pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3323>

ESPECTADOR: Indivíduo que possui direito de ingresso, pago ou gratuito, para uma sessão de espetáculo.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0004095&lingua=PT

ESPETÁCULO - Criação ou produção artística de uma obra cinematográfica, teatro, concerto ou de outras modalidades de espetáculo (ópera, dança, recitais, coros, folclore, circo, tauromaquia, multidisciplinares, misto).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6673>

ESPETÁCULOS AO VIVO: ESPECTADORES POR HABITANTE

Fórmula de cálculo: Espectadores de espetáculos ao vivo / População média anual residente

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002157&lingua=PT

ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS - Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.

Notas: Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e hotéis-apartamentos (aparthotéis); para fins estatísticos incluem-se, ainda, os aldeamentos e apartamentos turísticos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5844>

ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR - Instituição de ensino onde são ministrados cursos e atribuídos graus e/ou diplomas de ensino superior. Podem ainda realizar cursos de ensino pós-secundário não superior visando a formação profissional especializada.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4872>

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Estabelecimentos de ensino superior/ População residente)X 100 000

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0003922&lingua=PT

ESTABELECIMENTO DE SAÚDE - Serviço ou conjunto de serviços prestadores de cuidados de saúde, dotados de direção técnica, de administração e instalações próprias. Pode ter ou não internamento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3264>

ESTADO CIVIL - Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5745>

ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (SIVVD) POR 1 000 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica, no âmbito do SIVVD / população residente estimada para o final do ano) X 1 000 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

F

FAMÍLIA CLÁSSICA - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Nota: São incluídos na família clássica o(a)s empregados domésticos internos, desde que não se desloquem todas ou quase todas as semanas à residência da respetiva família.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1123>

FAMÍLIA INSTITUCIONAL - Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiárias dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1124?modal=1>

FARMACÊUTICO - Prepara, conserva e distribui medicamentos para uso humano ou veterinário ou outros produtos para fins medicinais, higiénicos e profiláticos e executa análises clínicas ou outras: prepara ou orienta a preparação de medicamentos prescritos pelo médico ou segundo fórmulas estabelecidas, ou referidos em formulários farmacêuticos; manipula substâncias tóxicas e outras para fins medicinais, domésticos, industriais ou agrícolas e dispensa-as em conformidade com as disposições legais; procede a análises físico-químicas e a ensaios farmacológicos para

reconhecer e verificar a pureza e atividade de matérias-primas e medicamentos; examina periodicamente medicamentos não preparados na sua farmácia para se certificar do seu estado de conservação; executa análises toxicológicas, hidrológicas, bromatológicas, industriais e clínicas; prepara e fornece ao público produtos destinados à higiene e à profilaxia, produtos dietéticos, cosméticos, pesticidas, acessórios de farmácia, produtos para diagnóstico, artigos de ótica, de acústica médica e de prótese em geral; presta informações ou conselhos sobre os cuidados a observar com a utilização dos medicamentos, nomeadamente ações, toxicidade, interações e incompatibilidades; presta conselhos sobre cuidados a observar para a defesa da saúde pública.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Categoria/Detalhes/2436396>

FARMACÊUTICAS/OS DE OFICINA POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de farmacêuticas/os de oficina / População residente estimada para o final do ano) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

FARMÁCIA - Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua atividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições devidamente regulamentadas, dois postos farmacêuticos novos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4255>

FARMÁCIAS E POSTOS FARMACÊUTICOS MÓVEIS POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de farmácias e postos de medicamentos existentes no final do ano / População residente estimada para o final do ano) X 100 000

Posto farmacêutico móvel: Estabelecimento destinado à dispensa de medicamentos ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente duma farmácia em cujo alvará se encontra averbado. Tem condições especiais devidamente regulamentadas, de instalação e funcionamento.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002901&lingua=PT; DSP/ARSLVT, IP

G

GALERIA DE ARTE - Espaço com fins lucrativos, para exposição e venda simultânea de obras de artes plásticas com calendarização e temporada definidas.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/7935>

GALERIAS DE ARTE E OUTROS ESPAÇOS DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS: VISITANTES POR HABITANTE

Fórmula de cálculo: Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias / População média anual residente

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002159&lingua=PT

GANHO MÉDIO MENSAL

Fórmula de Cálculo: $Xh (RBm+SBm+TSm) / TCOm$, em que:

m: índice genérico definido pelo cruzamento da variável nível profissional com a variável sexo;

RB: total de remunerações de base pagas aos TCO;

SB: total de subsídios e prémios regulares pagos aos TCO;

TS: total de remunerações pagas por trabalho suplementar efetuado pelos TCO;

TCO: número de trabalhadores por conta de outrem;

Xh: estimador do total definido no ponto 28 do documento metodológico do Inquérito aos ganhos e duração do trabalho.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006847&lingua=PT

H

HABITAÇÃO SOCIAL - Habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6134?modal=1>

HOSPITAL - Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objetivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

Nota: Os critérios para a classificação dos Hospitais enquadram-se em abordagens diversas, designadamente: Área de influência/diferenciação técnica; Hierarquização de valências; Número de especialidades/valências; Regime de propriedade; Ensino universitário; Situação na doença; Ligação entre hospitais.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2147>

HOSPITAL OFICIAL - Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações. Pode ser: **Público** - tutelado pelo Ministério da Saúde ou Secretarias Regionais de Saúde, cujo acesso é universal; **Militar** - tutelado pelo Ministério da Defesa Nacional; **Paramilitar** - tutelado pelo Ministério da Administração Interna; **Prisional** - tutelado pelo Ministério da Justiça.

Nota: Esta nova vigência originou também a quebra de vigência do conceito de Hospital Público.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2542>

I

ÍMIGRANTE - É o indivíduo (nacional ou estrangeiro) que, no período em análise, entrou num país ou região depois de ter residido continuamente no estrangeiro durante, pelo menos, um ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3630>

ÍMIGRANTE PERMANENTE - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5746>

ÍMIGRANTE TEMPORÁRIO - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5309>

ÍNDICE - Em epidemiologia e ciências relacionadas, este termo diz geralmente respeito a uma *rating scale* (escala de gradações, ou escala ordenada de valores), como por exemplo, um conjunto de números derivados de uma série de observações de variáveis específicas. É, também, uma forma de apresentar uma medida com ajustamento aos resultados de outras medidas; o Índice II de Quetelet, agora chamado de índice de Massa Corporal (IMC) é um índice deste tipo (o peso é corrigido para a altura).

Um índice de saúde é uma indicação numérica do estado de saúde de uma população, calculada com base em fórmulas específicas compostas. Os componentes da fórmula podem, segundo os diversos autores e proponentes, ser a taxa de mortalidade infantil, certas taxas de mortalidade e de incidência específicas ou ainda outros indicadores [...]; a sua composição e cálculo variam também conforme os seus diferentes autores

Fontes: PORTA, M - A dictionary of epidemiology. 5.th ed. Oxford New York: Oxford University Press, 2008; LAST, J. M. - Um dicionário de epidemiologia. [Tradução] 2.^a ed. New York, Oxford, Toronto: Oxford University Press, 1988. Lisboa: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, 1995.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula de cálculo: $IDI = [(P(65,+) / P(15,64))] \times 10^0$, em que:

P (65,+): População com 65 ou mais anos;

P (15,64): População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/923>

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula de cálculo: $IDJ = [P(0,14) / P(15,64)] \times 10^n$, em que:

P(0,14): População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(15,64): População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/924>

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL – Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula de cálculo: $IDT = [(P(0,14) + P(65,+)) / P(15,64)] \times 10^n$, em que:

P(0,14): População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+): População com 65 ou mais anos;

P(15,64): População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/923>

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO – Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Fórmula de cálculo: $IE = [P(65,+) / P(0,14)] \times 10^n$, em que:

P(65,+): População com 65 ou mais anos;

P(0,14): População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/925>

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS

Fórmula de cálculo: (Edifícios construídos até 1960 / Edifícios construídos após 2001) X 100

Edifício: Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006048&lingua=PT

ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS

Fórmula de cálculo: (Número de óbitos / Acidentes de viação) X 100

Acidente de viação: Acontecimento fortuito, súbito e anormal ocorrido na via pública em consequência da circulação rodoviária, de que resultem vítimas ou danos materiais, quer o veículo se encontre ou não em movimento (inclusivamente à entrada ou saída para o veículo e ou no decurso da sua reparação ou desespanagem).

Acidente com vítimas: Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha ficado ferida ou morta.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0005328&lingua=PT

ÍNDICE DE JUVENTUDE – Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos).

Fórmula de cálculo: $IJ = [(P(0,14) / P(65,+)) \times 10^n]$, em que:

P(0,14): População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+): População com 65 ou mais anos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3227>

ÍNDICE DE LONGEVIDADE – Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos).

Fórmula de cálculo: $IL = [(P(75,+) / P(65,+)) \times 10^n]$, em que:

P(75,+): População com 75 ou mais anos;

P(65,+): População com 65 ou mais anos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2455>

ÍNDICE DE QUALIDADE DO AR - O Índice de Qualidade do Ar (IQar) de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com a concentração mais elevada os responsáveis pelo IQar.

O índice de qualidade do ar é uma ferramenta que permite:

- Uma classificação simples e compreensível do estado da qualidade do ar. Este índice foi desenvolvido para poder traduzir a qualidade do ar, especialmente das aglomerações existentes no país, mas também de algumas áreas industriais e cidades;

- Um fácil acesso do público à informação sobre qualidade do ar, através da consulta directa ou através dos órgãos de Comunicação Social;
- Dar resposta às obrigações legais.

O índice é sempre disponibilizado às 12 horas de cada dia, sendo que a essa hora são enviados 2 resultados:

- Um índice provisório, dado que pode incorporar um mínimo de 11 valores a contar das 0 h do dia corrente (é uma estimativa do valor do índice final);
- Um índice final, relativo ao dia anterior, que incorpora os dados das 0 às 23h59.

São cinco os poluentes englobados no índice de qualidade do ar, a saber: o dióxido de azoto (NO₂), o dióxido de enxofre (SO₂); o monóxido de carbono - medido segundo a média registada durante 8h consecutivas (CO 8h); o ozono (O₃); as partículas inaláveis ou finas, cujo diâmetro médio é inferior a 10 microns (PM10).

Fonte: <http://qualar.apambiente.pt/index.php?page=1&subpage=6>; <http://qualar.apambiente.pt/index.php?page=1&subpage=3>; <http://qualar.apambiente.pt/index.php?page=1&subpage=4>

ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE – Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

Nota: O número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações, nos países mais desenvolvidos.

Fórmula de cálculo: ISF = somatório das taxas de fecundidade por idades (grupos quinquenais ou ano a ano), entre os 15 e os 49 anos, observado num determinado período de tempo (geralmente um ano civil).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5310>

INTERNAMENTO - Conjunto de serviços que prestam cuidados de saúde a indivíduos que, após serem admitidos, ocupam cama (ou berço de neonatologia ou pediatria), para diagnóstico, tratamento ou cuidados paliativos, com permanência de, pelo menos, 24 horas.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2544>

INTERNAMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR 1000 HABITANTES

Estabelecimento de saúde - Serviço ou conjunto de serviços prestadores de cuidados de saúde, dotados de direção técnica, de administração e instalações próprias. Pode ter ou não internamento.

Fórmula de cálculo: (Número total de internamentos durante o ano em hospitais e centros de saúde / População residente estimada para o meio do ano) X 1000

Total de internamentos num estabelecimento de saúde num período: Existência inicial de doentes, num estabelecimento de saúde com internamento, adicionado ao número de doentes entrados, durante o período, nesse estabelecimento de saúde.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0000044&lingua=PT

INTERNAMENTOS NOS HOSPITAIS POR 1000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: [Internamentos nos hospitais no ano civil / População média anual residente] X 1000

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/SNS+consultas++internamentos+e+urgencias+por+mil+habitantes+++Continente-642> (hiperligação “mais sobre estes dados”)

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ LEGALMENTE EFETUADA - Interrupção da gravidez antes do feto atingir a viabilidade extrauterina, efetuada por médico, ou sob a sua direção, em estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido ao abrigo da legislação atual (Lei n.º 16/2007, de 17 de abril).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6385>

J

JARDIM BOTÂNICO - Espaço com plantas de uma grande variedade de espécies com interesse científico, ornamental ou económico, com vista ao seu estudo, manutenção e conservação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3795>

JARDIM ZOOLOGICO – Grande espaço onde vivem animais de uma grande variedade de espécies e para os quais foram preparados *habitats* adequados para poderem sobreviver fora do seu meio natural.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3796>

L

LOTAÇÃO PRATICADA: Número de camas (incluindo berços de neonatologia e de pediatria) disponíveis e apetrechadas para internamento imediato de doentes, discriminadas por especialidade / valências num estabelecimento de saúde.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002908&lingua=PT

M

MÉDICO - Profissional qualificado com educação médica e autorizado legalmente a exercer medicina.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2799>

MÉDICOS/AS POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de médicas/os inscritos no final do ano / População residente estimada para o final do ano) X 100 000

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001673&lingua=PT

MÉDICO ESPECIALISTA - Médico que, pela sua especialização e ou experiência, é perito num campo particular da medicina, reconhecido como uma especialidade.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2800>

MÉDICOS/AS ESPECIALISTAS POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de médicas/os especialistas inscritos no final do ano / População residente estimada para o final do ano) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT,IP

MIGRAÇÃO – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5747>

MIGRAÇÃO PERMANENTE – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objetivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a 1 ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2459>

MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objetivo de aí fixar residência por um período inferior a 1 ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4182>

MORTALIDADE FETAL PRECOCE - Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional inferior a 22 semanas completas de gestação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2460>

MORTALIDADE FETAL TARDIA - Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas de gestação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1827>

MORTALIDADE INFANTIL - Óbitos de crianças nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2652>

MORTALIDADE NEONATAL PRECOCE - Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de 7 dias de idade.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2461>

MORTALIDADE PERINATAL - Óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade.

Nota: Também pode ser utilizado como limite inferior 22 ou mais semanas de gestação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5311>

MORTALIDADE POST-NEONATAL - Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com 28 ou mais dias de idade e menos de 1 ano de idade.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2462>

MUSEU - Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para estudo, educação e lazer.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3751>

MUSEUS, JARDINS ZOOLOGICOS, BOTÂNICOS E AQUÁRIOS: VISITANTES POR HABITANTE

Fórmula de cálculo: Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários / População média anual residente

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002161&lingua=PT

N

NACIONALIDADE - Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5748>

NADO-VIVO - O produto do nascimento vivo.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5749>

NASCIMENTO VIVO – É a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1960>

NASCIMENTOS TOTAIS - Total de nados-vivos e fetos-mortos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2651>

NATURALIDADE - Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2180>

NÍVEL DE ENSINO - Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1997>

NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3294>

NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3. O território económico de cada país, tal como definido na Decisão nº 91/450/CE CEE da Comissão, inclui igualmente território extrarregional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes). Da classificação NUTS deverá igualmente constar a possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves. As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros. A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3879>

NÚCLEO FAMILIAR - Conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.

Nota: este conceito de núcleo familiar limita as relações entre adultos e crianças a relações de parentesco direto (em primeiro grau), ou seja, entre pais e filhos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5961>

NÚCLEO FAMILIAR MONOPARENTAL - Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5960>

NÚMERO – ÍNDICE - É uma medida estatística que quantifica as variações verificadas numa dada variável ao longo do tempo ou do espaço.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3736>

O

ÓBITO - Cessação irreversível das funções do tronco cerebral.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3752>

ÓBITO FETAL - Morte de um produto da fecundação antes da expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez. Indica o óbito, a circunstância do feto, depois de separado, não respirar nem manifestar quaisquer outros sinais de vida, tais como batimentos do coração pulsações do cordão umbilical ou contrações efetivas de qualquer músculo sujeito à ação da vontade.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3298>

OCUPANTE DE UM ALOJAMENTO - Pessoa que tenha a sua residência habitual nesse alojamento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6682>

ORIGEM/DESTINO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES - Combinação do local de embarque com o local de desembarque dos passageiros transportados por vias navegáveis interiores, independentemente do itinerário percorrido.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/777>

P

PAÍS DE RESIDÊNCIA - País no qual um indivíduo é considerado residente: 1) se possuir a sua habitação principal no território económico desse país durante um período superior a um ano (12 meses); 2) se tiver vivido nesse país por um período mais curto e pretenda regressar no prazo de 12 meses, com a intenção de aí se instalar, passando a ter nesse local a sua residência principal.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5042>

PAÍS TERCEIRO - Qualquer país ou território que não faça parte do território estatístico da União Europeia.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2717>

PAÍSES TERCEIROS - Países que não fazem parte nem da União europeia, nem do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4490>

PARTICIPAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA POR 1 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de participações de violência doméstica às Forças de Segurança / População média anual residente) X 1 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

PARTO – Completa expulsão ou extração do corpo materno de um ou mais fetos, de 22 ou mais semanas de gestação, ou com 500 ou mais gramas de peso, independentemente da existência ou não de vida e de ser espontâneo ou induzido.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2546>

PASSAGEIRO – Qualquer pessoa que efetua um voo com o consentimento do operador de transporte aéreo, excluindo os elementos do pessoal de voo e de cabine em serviço no voo em questão.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4951>

PASSAGEIROS FERROVIÁRIOS DESEMBARCADOS POR HABITANTE

Fórmula de cálculo: Passageiros ferroviários desembarcados / População média anual residente

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006717&lingua=PT

PASSAGEIROS POR VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES – Qualquer pessoa que efetue um percurso a bordo de uma embarcação de transporte por vias navegáveis interiores. O pessoal afeto ao serviço dessas embarcações não é considerado como fazendo parte dos passageiros.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/778>

PENSÃO (“SEGURANÇA SOCIAL”) – Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0004324&lingua=PT

PENSÃO DE INVALIDEZ (“SEGURANÇA SOCIAL”) – Pagamentos periódicos destinados a manter ou a complementar o rendimento de uma pessoa com idade inferior à idade legal/normal para a reforma, de acordo com o regime de referência, e que sofra de uma invalidez que lhe reduz a capacidade de trabalhar ou de auferir de um rendimento acima do nível mínimo estipulado pela legislação. Em Portugal, a prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que, havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário, em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão.

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+da+Seguranca+Social+total++de+sobrevivencia++de+invalidez+de+velhice-96> (hiperligação “mais sobre estes dados”)

PENSÃO DE INVALIDEZ “CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (CGA)” – Prestação pecuniária concedida ao pessoal que, não sendo subscritor da Caixa, seja considerado incapaz por acidente ou doença resultantes do cumprimento do serviço militar obrigatório. O montante é igual à trigésima sexta parte do último salário para um máximo de 36 anos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1406>

PENSÃO DE REFORMA - Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 40 anos de serviço antes de atingir 65 anos de idade, ou que tenha completado 35 anos de serviço tendo mais de 60 anos de idade.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1581>

PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA (“SEGURANÇA SOCIAL”) - Pagamentos periódicos a pessoas cujo direito aos mesmos deriva da sua relação com uma pessoa falecida protegida pelo regime de proteção social (viúvos, viúvas, órfãos e equiparados). Em Portugal, a prestação pecuniária mensal concedida a familiares do beneficiário (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes) que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes ao regime geral da Segurança Social, ao regime regulamentar rural e ao regime do seguro social voluntário, em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+da+Seguranca+Social+total++de+sobrevivencia++de+invalidez+de+velhice-96> (hiperligação “mais sobre estes dados”)

PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA “ CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES - CGA ” – Prestação pecuniária mensal concedida aos familiares dos beneficiários que à data da morte tenham completado 5 anos de inscrição para a CGA. O montante corresponde a 50% da pensão de aposentação ou reforma. O conjuge sobrevivente, se não concorrer isolado, tem sempre direito a metade deste valor.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1407>

PENSÃO DE VELHICE (“SEGURANÇA SOCIAL”) - Pagamentos periódicos destinados a manter o rendimento do beneficiário após a reforma do emprego remunerado na idade legal/normal ou a apoiar o rendimento das pessoas idosas (excluindo o apoio de duração limitada). Em Portugal, prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário, em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino, a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, irá evoluir de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+da+Seguranca+Social+total++de+sobrevivencia++de+invalidez+e+de+velhice-96> (hiperligação “mais sobre estes dados”)

PENSIONISTA - Titular de um prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/203>

PENSIONISTAS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES POR 1 000 HABITANTES EM IDADE ATIVA

Fórmula de cálculo: (Pensionistas da Caixa Geral de Aposentações / População ativa) X 1000

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA

Fórmula de cálculo: (Pensionistas da Segurança Social / População ativa) X 1000

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001783&lingua=PT

PERÍODO DE REFERÊNCIA - Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4204>

PESO À NASCENÇA – Primeira medida de peso (em gramas) do nado - vivo obtida após o nascimento. Pesagem feita, de preferência, durante a primeira hora de vida, antes que ocorra uma significativa perda de peso pós-natal.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4843>

PESSOAL AO SERVIÇO DE UM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (CENSO DO PESSOAL) - Profissionais que, no último dia do período de referência, participam na atividade do estabelecimento de saúde, independentemente da duração dessa participação, nas seguintes condições: a) Pessoal ligado ao estabelecimento de saúde por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) Pessoal com vínculo a outras instituições que trabalhou no estabelecimento de saúde, sendo por ele diretamente remunerado; c) Pessoal nas condições das alíneas anteriores temporariamente ausente por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença ou acidente de trabalho. Não são considerados como pessoal ao serviço do estabelecimento de saúde: i) Os trabalhadores que se encontram nas condições descritas nas alíneas a) e b) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) Os trabalhadores com vínculo ao estabelecimento de saúde deslocados para outras instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) Os trabalhadores a trabalhar no estabelecimento de saúde e cuja remuneração é suportada por outras instituições (exemplo: trabalhadores temporários); iv) Os trabalhadores independentes (exemplo: prestadores de serviços, ou a recibos verdes); v) Os colaboradores voluntários.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3042>

PESSOAL AO SERVIÇO NOS CENTROS DE SAÚDE POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de pessoal ao serviço nos centros de saúde / População residente) X 100 000

PESSOAL AO SERVIÇO NOS HOSPITAIS POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de pessoal ao serviço nos hospitais / População residente) X 100 000

PODER DE COMPRA PER CAPITA

Fórmula de cálculo: $IPC = (1 + CV \times \text{Factor1}) / (1 + CV \times \text{FACT1Pond}) \times 100$, em que:

CV: Coeficiente de variação escolhido;

Factor1: Valores do 1º fator extraído do modelo;

FACT1Pond: Valor resultante da soma para todos os concelhos [Soma (Factor1) X (peso populacional)].

Fonte: <http://smi.ine.pt/VariavelFisica/Detalhes/5098>

POPULAÇÃO ATIVA – População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5086>

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2464>

POPULAÇÃO MÉDIA - População calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

Fórmula de cálculo: $PM = (P(0) + P(t)) / 2$; P(0) - População no momento 0; P(t) - População no momento t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3299>

POPULAÇÃO PRESENTE – Pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2707>

POPULAÇÃO RESIDENTE - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6259>

POPULAÇÃO RESIDENTE QUE TRABALHA OU ESTUDA, SEGUNDO AS SAÍDAS (PERCENTAGEM)

Fórmula de cálculo: (População que trabalha ou estuda noutra unidade territorial e reside na unidade territorial / População residente na unidade territorial) X 100

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2 (pág 34)

POPULAÇÃO TOTAL - Num determinado momento, a população total de um país compreende o conjunto das pessoas, nacionais ou estrangeiras, estabelecidas de forma permanente no território económico do país, mesmo que se encontrem temporariamente ausentes. Para determinados efeitos, uma média anual de recenseamento poderá fornecer uma base apropriada para determinar por estimativa as variáveis das Contas Nacionais ou para utilizar como denominador em comparações. Por pessoa estabelecida de forma permanente, entende-se toda a pessoa que permanece, ou tem intenção de permanecer, no território econ. do país por um período => a 1 ano. Por pessoa temporariamente ausente, entende-se toda a pessoa estabelecida no país, mas que se encontra ou tem intenção de permanecer no resto do mundo por um período < 1 ano.

A população total é definida para efeito das contas nacionais de acordo com o conceito de residência. A população total de um país compreende: a) os nacionais estabelecidos no país; b) os civis nacionais que se encontram no estrangeiro por um período inferior a um ano (trabalhadores fronteiriços e sazonais, turistas, doentes em tratamento, etc.); c) os civis estrangeiros estabelecidos no país por um período igual ou superior a um ano (englobando o pessoal das instituições das Comunidades Europeias e das organizações internacionais civis instaladas no território geográfico do país); d) os militares estrangeiros a trabalharem junto de organizações militares internacionais instaladas no território geográfico do país; e) os cooperantes estrangeiros em comissões de longa

duração que trabalhem no país de acolhimento, os quais se considera que trabalham para o governo deste último, por conta do governo ou organização internacional que financia de facto o seu trabalho. Por convenção, a população total inclui igualmente, qualquer que seja a duração da permanência no resto do mundo: f) os estudantes nacionais, independentemente da duração dos seus estudos no estrangeiro; g) os membros das forças armadas nacionais estacionadas no resto do mundo; h) o pessoal nacional das bases científicas nacionais estabelecidas fora do território geográfico do país; i) os cidadãos nacionais que trabalham em missões diplomáticas no estrangeiro; j) os cidadãos nacionais que sejam membros das tripulações de barcos de pesca, outros navios, aeronaves e plataformas flutuantes que operem, no todo ou em parte, fora do território económico.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2742>

POSTO FARMACÉUTICO MÓVEL - Estabelecimento destinado à dispensa de medicamentos ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente duma farmácia em cujo alvará se encontra averbado. Tem condições especiais devidamente regulamentadas, de instalação e funcionamento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4450>

PRESTAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL - Prestações pecuniárias ou em espécie, atribuídas pelo Sistema de Segurança Social no âmbito dos Regimes de Segurança Social e/ou da Ação Social. No âmbito dos Regimes as prestações concretizam-se como direitos. No âmbito da ação social tem natureza tendencialmente personalizada.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/783>

PRESTAÇÕES SOCIAIS - Prestações pecuniárias ou em espécie atribuídas pelos regimes de Segurança Social ou pela entidade empregadora, respetivamente, aos seus beneficiários ou trabalhadores, quer estejam ou não no ativo e quer se destinem ao próprio ou a seus familiares.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/103>

PRIMEIRA CONSULTA (HOSPITAIS) - Consulta médica, em hospitais, em que o utente é examinado pela primeira vez num serviço de especialidade / valência e referente a um episódio de doença.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2549>

PROFISSIONAIS DE FARMÁCIA POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de profissionais de farmácia / População residente estimada para o final do ano) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Relação percentual entre a população ativa (por nível de escolaridade completo) e a população ativa total.

Nível de escolaridade: Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006413&lingua=PT

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA - Relação percentual entre a população empregada por número de empregos anteriores ao atual e a população empregada total.

Empregado - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001783&lingua=PT

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATO A TERMO - Relação percentual entre a população empregada por conta de outrem com contrato a termo e a população empregada por conta de outrem.

Trabalhadores por conta de outrem: Os trabalhadores por conta de outrem são definidos como todas as pessoas que, nos termos de um contrato, trabalham para outra unidade institucional residente, recebendo em contrapartida uma remuneração.

Trabalhador com contrato a termo: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006417&lingua=PT

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS DE IDADE RESIDENTE EM ALOJAMENTOS DE CONVIVÊNCIA

Fórmula de cálculo: (Número total de população com 65 ou mais anos de idade a residir nos Alojamentos de Convivência / População residente com 65 e mais anos) X 100

Alojamento de convivência: Alojamento coletivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns.

Fonte: DSP/ARSLVT, IP; <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6717>

PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS DE RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA

Fórmula de cálculo: (Alojamentos de residência secundária / Alojamentos familiares clássicos) X 100

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2 (pág. 71)

PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS VAGOS

Fórmula de cálculo: (Alojamentos vagos / Alojamentos familiares clássicos) X 100

Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2 (pág. 72)

PROPORÇÃO (%) DE CRIANÇAS COM BAIXO PESO À NASCENÇA – Proporção de nados vivos com peso ao nascer inferior a 2500 gramas de mães residentes em determinada área geográfica e num determinado período de tempo.

Fórmula de cálculo: (Nº de nados vivos com peso ao nascer inferior a 2500 gramas / Nº total de nados vivos, numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo) X 100

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde

PROPORÇÃO (%) DE NASCIMENTOS EM MULHERES COM IDADE INFERIOR A 20 ANOS - Proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos, residentes numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo.

Fórmula de cálculo: (Nº de nados vivos em mulheres com idade inferior a 20 anos / Nº total de nados vivos, numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo) x 100

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde

PROPORÇÃO (%) DE NASCIMENTOS EM MULHERES COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 35 ANOS - Proporção de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, residentes numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo.

Fórmula de cálculo: (Nº de nados vivos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos / Nº total de nados vivos, numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo) x 100

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde

PROPORÇÃO (%) DE NASCIMENTOS PRÉ-TERMO – Proporção de nados vivos com idade gestacional inferior às 37 semanas ocorridos de mães residentes numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo.

Fórmula de cálculo: (Nº de nados vivos de gestações com menos de 37 semanas / Nº total de nados vivos, numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo) x 100

Fonte: Observatórios Regionais de Saúde

PROPORÇÃO DE TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS NA POPULAÇÃO EMPREGADA

Fórmula de cálculo: [População empregada (CCP=9) / População empregada] X 100, em que:

CCP=9: Classificação Portuguesa das Profissões =9 (Trabalhadores não qualificados)

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006415&lingua=PT

PROPORÇÃO DE SUPERFÍCIE DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Área protegida - Área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de se degradar.

Fórmula de cálculo: (Superfície de área protegida/ Superfície da unidade territorial) X 100

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002748&lingua=PT

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA - Publicação editada em série contínua com o mesmo título, em suporte papel ou/e eletrónico, a intervalos regulares ou irregulares, durante um período indeterminado, sendo os diferentes elementos da série numerados consecutivamente e/ou cada um deles datado.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6889>

Q

QUEBRA DE SÉRIE TEMPORAL - Diz-se que há uma quebra de série temporal, quando se verifica uma alteração nas normas estabelecidas para definir ou observar uma variável ao longo do tempo. A quebra pode ser o resultado de uma só alteração ou de uma combinação de várias alterações que se verificam simultaneamente num ponto de observação temporal da variável.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3738>

QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ESTRANGEIRA

Fórmula de Cálculo: $QL_{rj} = (X_{rj}/X_r) / (X_{pj}/X_p)$, em que:

X_{rj}: população do grupo j na unidade territorial r;

X_r: população total na unidade territorial;

X_{pj}: população do grupo j na unidade territorial p;

X_p: população total na unidade territorial

Fonte: <http://smi.ine.pt/VariavelFisica/Detalhes/10733>

R

RAZÃO, RELAÇÃO OU QUOCIENTE – O valor obtido pela divisão de uma quantidade por outra; de um termo genérico, de que os termos taxa, proporção, percentagem, etc. são “subtipo”. *A diferença importante entre uma proporção (como uma taxa (...)) e uma razão é que o numerador da primeira*

está [sempre] incluído na população definida como denominador, enquanto isto não se verifica numa razão. Uma *razão* é a expressão de uma relação entre um numerador e um denominador, em que ambos são habitualmente quantidades [variáveis] distintas e separadas, não estando nenhuma delas incluída na outra [ex.: razão de masculinidade à nascença]. A dimensionalidade de uma razão é obtida por cancelamento algébrico, por somatório, etc. das dimensionalidades dos termos dos respectivos numerador e denominador. Tanto os valores simplesmente contados, como os medidos, devem ser incluídos no numerador, como no denominador. Não existem restrições gerais quanto à dimensionalidade e a amplitude das razões, ao contrário do que se verifica em alguns dos seus subtipos (ex.: proporções, prevalências). Contudo, as razões são por vezes expressas como percentagens (como, por ex., nas razões padronizadas de mortalidade (*standardized mortality ratio*), etc.). Em tais casos, e ao contrário das verdadeiras proporções, essas “percentagens” podem exceder o valor de 100. (...)

Fonte: LAST, J. M. – Um dicionário de epidemiologia. [Tradução] 2.ª ed. New York, Oxford, Toronto: Oxford University Press, 1988. Lisboa: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, 1995.

RECÉM – NASCIDO - Qualquer indivíduo até aos 28 dias de vida.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3272>

REDE DE VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES - Conjunto das vias navegáveis interiores abertas à navegação pública numa zona determinada.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001477&lingua=PT

RECENSEAMENTO - Operação estatística em que todos os elementos de uma população são observados.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5683>

RECICLAGEM DE RESÍDUOS - Qualquer operação de valorização através da qual os materiais constituintes dos resíduos são novamente transformados em produtos, materiais ou substâncias para o seu fim original ou para outros fins.

Nota: Inclui-se o reprocessamento de materiais orgânicos, mas não inclui a valorização energética nem o reprocessamento em materiais que devam ser utilizados como combustível ou em operações de enchimento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6132>

RECOLHA DE RESÍDUOS - Coleta de resíduos, incluindo a triagem e o armazenamento preliminares dos resíduos para fins de transporte para uma instalação de tratamento de resíduos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6878>

RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (EDIFÍCIO) - Um edifício é servido com recolha de resíduos sólidos quando a produção de resíduos relativa aos alojamentos que o constituem está integrada num sistema público de recolha regular e organizada.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2524>

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS (RNCCI) – Conjunto das instituições que prestam (ou virão a prestar) cuidados continuados integrados, tanto no local de residência do utente como em instalações próprias.

Esta Rede destina-se a prestar apoio integrado nas áreas da saúde e da segurança social através de equipas multidisciplinares que atuam no terreno, em estreita colaboração com os hospitais e os centros de saúde.

Assim, a RNCCI será o conjunto estruturado de unidades (internamento e ambulatório) e de equipas de cuidados continuados de saúde e de apoio social, prestados de forma integrada, a pessoas em situação de dependência, com falta ou perda de autonomia.

Os serviços são prestados tanto por entidades públicas como privadas. As entidades públicas são, sobretudo, hospitais, enquanto as privadas são instituições particulares de solidariedade social (IPSS), Misericórdias, etc., que prestam cuidados continuados integrados ao abrigo de protocolos celebrados com o Estado.

Fonte: <http://www.arslvt.min-saude.pt/eclvt/Paginas/homepage.html>

REFORMADO - Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4290>

RELAÇÃO DE MASCULINIDADE - Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10²) mulheres).

Fórmula de cálculo: $RM = (H / M) \times 10^n$, em que:

H - População do sexo masculino;

M - População do sexo feminino.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2709>

RENDIMENTO PER CAPITA DO AGREGADO FAMILIAR – Valor obtido da fórmula indicada em “Fórmula de Cálculo”:

Fórmula de cálculo: $r = (R-H) / n$; em que: r- valor de “Rendimento per capita”;

R- rendimento mensal líquido do agregado familiar;

H- valor mensal da renda de casa, ou valor médio mensal dos juros pagos relativos a empréstimos de instituições bancárias concedidos para a aquisição de habitação própria;

n- número de elementos do agregado familiar.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/505>

RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO - Prestação pecuniária mensal do regime não contributivo, destinada a assegurar aos titulares e aos seus agregados familiares, em situação de grave carência econó-

mica, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas. Esta prestação é complementada com um conjunto de ações destinada à progressiva inserção social e profissional dos titulares e dos membros do seu agregado familiar. Fim de vigência: 29/06/2004.

Nota: Podem candidatar-se a esta prestação e ao programa de inserção os indivíduos, com residência legal em Portugal, com idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior, se tiverem outros menores na exclusiva dependência económica do seu agregado familiar e que satisfaçam as seguintes condições: a) registem a inexistência de rendimentos próprios ou do conjunto dos membros do agregado familiar superiores aos fixados na lei b) se comprometam a subscrever e prosseguir o programa de inserção c) demonstrem disponibilidade para requerer outras prestações de Segurança Social a que tenham direito, assim como para exercer o direito de ação para cobrança de eventuais créditos ou para reconhecimento do direito de alimentos d) se disponibilizem para fornecer todos os meios de prova da sua situação económica que lhe sejam solicitados. O montante da prestação é igual à diferença entre o valor estabelecido como rendimento mínimo correspondente à composição do agregado familiar e a soma dos rendimentos daquele agregado, não incluindo o subsídio de renda de casa, prestações familiares, bolsas de estudo e 20% dos rendimentos resultantes de atividade profissional ou de bolsas de formação. O valor do rendimento mínimo varia de acordo com a composição do agregado familiar, nos seguintes termos: a) 100% da pensão social por cada adulto até ao 2º; b) 70% da pensão social por cada adulto a partir do 3º; c) 50% da pensão social por cada menor.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3470>

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4919>

RESIDÊNCIA PRINCIPAL/HABITUAL - Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2664>

RESIDENTE NO ALOJAMENTO - Pessoa que, no período de referência, está presente no alojamento, sendo este a sua residência principal ou que, estando ausente, não ocupa outro alojamento de forma permanente.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2598>

RESÍDUO URBANO - Resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua composição ou características, seja semelhante ao produzido nas habitações.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6911>

S

SALDO NATURAL – Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Fórmula de cálculo: $SN(0,t) = NV(0,t) - Ob(0,t)$, em que:

$NV(0,t)$ - Nados-vivos entre os momentos 0 e t;

$Ob(0,t)$ - Óbitos entre os momentos 0 e t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1709>

SALDO MIGRATÓRIO – Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Fórmula de cálculo: $SM(0,t) = I(0,t) - E(0,t) = VP(0,t) - SN(0,t)$, em que:

$I(0,t)$ - Entradas por migração entre os momentos 0 e t;

$E(0,t)$ - Saídas por migração entre os momentos 0 e t;

$VP(0,t)$ - Variação populacional entre os momentos 0 e t;

$SN(0,t)$ - Saldo natural entre os momentos 0 e t.

Nota: O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2115>

SEPARADO DE FACTO – Situação dos cônjuges que vivem separadamente, decorrente de uma rutura conjugal não legalizada.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2466>

SEPARADO LEGALMENTE DE PESSOAS E BENS – Situação conjugal de toda a pessoa relativamente à qual, por decisão legal, foram extintos os deveres de coabitação e assistência, mantendo-se, contudo, o vínculo do casamento.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2191>

SERVIÇO DE URGÊNCIA – Unidade orgânica de um Hospital para tratamento de situações de emergência médica, cirúrgica, pediátrica ou obstétrica, a doentes vindos do exterior, a qualquer hora do dia ou da noite.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3278>

SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA (SUB) – Serviço de urgência de centro de saúde que configura o primeiro nível de acolhimento a situações de urgência, de cariz médico (não cirúrgico, à exceção de pequena cirurgia), podendo estar sediado numa área de influência que abranja uma população superior a 40 000 habitantes em que, pelo menos para uma parte, a acessibilidade em condições normais seja superior a 60 minutos em relação ao serviço de urgência médico-cirúrgico ou polivalente mais próximo.

Nota: Como recursos humanos mínimos, dispõe de 2 médicos e 2 enfermeiros, em presença física, 1 auxiliar de ação médica e 1 administrativo, por equipa; como equipamento, dispõe de material para assegurar a via aérea, oximetria de pulso, monitor com desfibrilhador automático e marca-passo externo, eletrocardiógrafo, equipamento para imobilização e transporte do traumatizado, condições e material para pequena cirurgia, radiologia simples (para esqueleto, tórax e abdómen) e patologia química/química seca.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4148>

SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE OU PROLONGADO (SAP) - Serviço dos centros de saúde destinado ao atendimento, de utentes em situação de urgência e ao seu encaminhamento para os cuidados de saúde diferenciados, quando necessário, funcionando em horário pré-estabelecido, durante 24 horas ou em período inferior. Consoante o seu período de funcionamento são utilizadas as seguintes designações: SASU - Serviço de Atendimento de Situações Urgentes; CAP - Centro de Atendimento Permanente; CATUS- Centro de Atendimento e Tratamentos Urgentes; SADU - Serviço de Atendimento de Doentes Urgentes; AP - Atendimento Permanente; SAP/SU - Serviço de Atendimento Permanente/Serviço de Urgência.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3220>

SÉRIE TEMPORAL - Conjunto ordenado (temporalmente) de observações, feitas em diferentes pontos no tempo, sobre uma característica quantitativa de um fenómeno individual ou coletivo.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5688>

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Conjunto de órgãos interligados que, no seu todo, têm como função colocar água em casa do consumidor, em boa quantidade e boa qualidade. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, adutora para a distribuição e rede de distribuição.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1679>

SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTOS - Conjunto de órgãos cuja função é recolher os esgotos produzidos num aglomerado, conduzi-los e tratá-los em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio recetor (solo ou água) não altere as condições ambientais existentes. Deste modo, um sistema completo é composto por: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1276>

SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS - Conjunto de equipamentos e operações associadas que são implementados com o objetivo de garantir um destino final adequado aos resíduos produzidos pela população de um ou mais aglomerados populacionais.

Nota: Em geral e na sua forma mais extensa incluem-se as seguintes fases e componentes associadas: colocação de resíduos pelas famílias em contentores colocados nos arruamentos ou vias públicas, circuito de remoção e recolha (indiferenciada e/ou seletiva) dos resíduos, transporte a instalações de tratamento e/ou destino final.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6752>

SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - Atividades relacionadas com a construção, manutenção, reparação ou substituição das estações de tratamento de águas residuais, qualquer que seja o tipo de tratamento (ETAR convencional, lagoa de estabilização ou fossas sépticas municipais).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/195>

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO - Relação de dependência ou independência de um indivíduo ativo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/183>

SOLTEIRO - Estado civil do individuo que nunca se casou ou que teve o casamento anulado.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6553>

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Nota: O período de concessão é estabelecido em função da idade à data do requerimento, nos seguintes termos: a) 10 meses para os beneficiários com idade inferior a 25 anos; b) 12 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 30anos; c) 15 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 30 anos e inferior a 35 anos; d) 18 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 40 anos; e) 21 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos; f) 24 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 45 anos e inferior a 50 anos; g) 27 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 55 anos; h) 30 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 55 anos. Se os beneficiários, no decurso de desemprego e esgotado o prazo de concessão, atingirem 60 anos, podem requerer reforma antecipada. O montante do subsídio é igual a 65% da remuneração média definida por R/365, em que R representa o total das remunerações registadas nos primeiros 12 meses civis que precederam o 2º mês do da data de desemprego. Não pode ser superior a três vezes a remuneração mínima nacional nem inferior a esta remuneração, exceto se a remuneração de referência for inferior, caso em que é igual a esta

última. Para os ex-pensionistas de invalidez que tenham sido considerados aptos o montante é de 100%, 90% ou 70% da remuneração mínima garantida à generalidade dos trabalhadores, nos termos do subsídio social de desemprego, mas não pode ser superior ao último valor da pensão de invalidez a que teriam direito se mantivessem pensionistas.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3584>

SUBSÍDIO DE DOENÇA - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores em caso de doença. É atribuída nos termos da pensão de invalidez.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1580>

SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS - Prestação pecuniária mensal de montante variável, que visa compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação dos descendentes ou equiparados dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social, exceto alguns grupos do Regime de Seguro Social Voluntário e beneficiários do esquema obrigatório do Regime de Seguro Social Voluntário e beneficiários do esquema obrigatório do Regime Geral dos Trabalhadores Independentes, até aos 16 (sem condicionalismos), 18, 21 ou 24 anos, consoante estejam matriculados, respetivamente: a) no ensino básico ou em curso de formação profissional; b) no ensino secundário; c) no ensino superior ou em curso de formação profissional, ou frequentem estágio de fim de curso para obtenção do diploma, ou, para cada um dos 3 limites, frequentem cursos equivalentes ou de nível subsequente. Estes limites etários podem ser alargados até 3 anos, caso se prove que os descendentes, por doença ou acidente, sejam impossibilitados de os concluir. O montante é calculado com base em 3 escalões de rendimentos, indexados ao valor da RMN, sendo um valor fixo por cada criança, exceto no 1º ano de vida em que o seu valor é majorado, para todos os escalões e, apenas para o 1º escalão, a partir do 3º descendente, inclusive (...). Fim de vigência: 04/09/2009.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3310>

SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO - Prestação pecuniária mensal atribuída aos descendentes ou equiparados dos beneficiários ou do cônjuge, com idade superior a 24 anos e que se encontrem em alguma das situações condicionantes da bonificação do subsídio familiar a crianças e jovens deficientes, não podendo, contudo, beneficiar da pensão social de invalidez. O montante é igual ao da pensão social do regime não contributivo.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/329>

SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA DE TERCEIRA PESSOA - Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída: a) aos beneficiários com descendentes ou equiparados com direito a subsídio familiar, a crianças e jovens com bonificação por deficiência ou ao subsídio mensal vitalício, que se encontrem numa situação de dependência por causas exclusivamente imputáveis à deficiência (sem usufruírem do subsídio de educação especial); b) aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência.

Nota: Esta prestação veio, para o regime anteriormente indicado, substituir a designada por “suplemento de pensão a grande inválido” (desde 1991/01/01 para os pensionistas de sobrevivência e desde 1994/01/01 para os pensionistas de invalidez e velhice). Em qualquer dos casos, exige-se a assistência permanente de uma terceira pessoa (o que implica um atendimento de, pelo menos, 6 horas diárias) e, ainda, que o detentor do direito não possa praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação de necessidades básicas à sua vida quotidiana.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1798>

SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que na situação de desemprego involuntário tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reúnam ainda as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais *per capita* superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o setor em que desenvolvia a sua atividade.

Nota: O período de concessão para situações em que não houve previamente atribuição de subsídio de desemprego é igual ao estabelecido para este último, exceto, a partir de 1/7/96 (DL.57/96, de 22/5), para a idade igual ou superior a 45 anos, em que o período é de 30 meses. E quando é atribuído sequencialmente ao subsídio de desemprego, tem uma duração correspondente a metade dos períodos considerados no subsídio de desemprego, exceto, também, a partir de 1/7/96, para a idade igual ou superior a 45 anos, em que o período é de 15 meses. Aos trabalhadores com 55 e mais anos o subsídio poderá prolongar-se até aos 60 anos para efeitos de antecipação da idade de reforma. O montante é de 100%, 90% ou 70% da RMN, para trabalhadores para 4 ou mais pessoas a cargo, menos de 4 pessoas a cargo e sem pessoas a cargo, respetivamente.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3048>

T

TAXA - Medida de frequência de um fenómeno [ou de qualquer variável, em relação a outra variável]. Em epidemiologia, demografia e estatísticas vitais, a taxa é uma expressão de frequência com que um dado acontecimento, ou evento, ocorre numa população. O uso de taxas em vez dos números absolutos é essencial para a comparação de experiências [sofridas] entre populações em alturas (ocasiões) diferentes, em diferentes lugares e entre diferentes classes ou grupos populacionais. Os componentes de uma taxa são o numerador, o denominador, o tempo especificado [ou sua duração] em que se verificou o acontecimento e, geralmente, um coeficiente de multiplicação, sob a forma de uma potência de 10, que permite converter a taxa de uma fracção ou decimal complicado em um número inteiro.

Fórmula de cálculo: [Número de acontecimentos verificados num (ou durante um) tempo especificado / população média durante o mesmo período de tempo] x 10ⁿ

Todas as taxas (*rates*) são [basicamente] razões ou quocientes (*ratios*) calculados por divisão de um numerador respeitantes a mortes, nascimentos, casos de doença, etc., ocorridos num dado período, por um denominador, geralmente a população média existente nesse mesmo período de tempo. [E pretendem, assim, medir a probabilidade, ou risco, da ocorrência do fenómeno em estudo, por unidade de tempo]

Fonte: LAST, J. M. – Um dicionário de epidemiologia. [Tradução] 2.ª ed. New York, Oxford, Toronto: Oxford University Press, 1988. Lisboa: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, 1995.

TAXA DE ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Fórmula de cálculo: [População residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência / População residente com idade entre 18 e 24 anos] X 100

Educação formal: Educação ou formação ministradas em instituições de educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

Período de referência: Semana de referência ou nas três semanas anteriores à semana de referência

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006269&lingua=PT

TAXA DE ANALFABETISMO - Esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Fórmula de cálculo: [População residente com 10 e mais anos (“Não sabe ler nem escrever”) / População residente com 10 e mais anos] x 100

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006731&lingua=PT

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes)

Fórmula de cálculo: $TBM = [Ob(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] \times 10^n$, em que:

Ob(0,t): Óbitos entre os momentos 0 e t;

P(0): População no momento 0;

P(t): População no momento t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1714>

TAXA BRUTA DE NATALIDADE – Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) habitantes).

Fórmula de cálculo: $TBM = TBN = [NV(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] \times 10^n$, em que:

NV(0,t) - Nados-vivos entre os momentos 0 e t;

P(0) - População no momento 0;

P(t) - População no momento t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1717>

TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

Fórmula de cálculo: $TCN = [SN(0,t) / [(P(0) + P(t)/2]] \times 10^n$, em que:

SM(0,t): Saldo natural entre os momentos 0 e t;

P(0): População no momento 0; P(t) - População no momento t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3130>

TAXA DE CRIMINALIDADE

Fórmula de cálculo: (Número de crimes / População residente) x 1000

Crime: todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0001979&lingua=PT

TAXA DE DESEMPREGO - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

Fórmula de cálculo: (População desempregada / População ativa) x 100

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0005599&lingua=PT

TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO - Taxa que permite definir o peso da população desempregada à procura de emprego há 12 ou mais meses sobre o total da população ativa.

Fórmula de Cálculo: (População desempregada há um ano ou mais / População ativa) x 100

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006438&lingua=PT

TAXA DE EMPREGO - Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Fórmula de cálculo: (População empregada / População residente com 15 e mais anos) x 100

População residente: Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0005581&lingua=PT

TAXA DE ESCOLARIDADE DO NÍVEL DE ENSINO BÁSICO

Fórmula de cálculo: (População residente com idade entre 20 e 64 anos com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo / População residente com idade entre 20 e 64 anos) x 100

Fonte: <http://smi.ine.pt/VariavelFisica/Detalhes?id=10341&LANG=PT>

TAXA DE ESCOLARIDADE DO NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 25 E 64 ANOS

Fórmula de cálculo: (População residente que concluiu o nível de ensino superior / População residente com idade entre os 25 e os 64 anos) x 100

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006400&lingua=PT

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR (ALUNOS COM IDADE ENTRE 18 E 22 ANOS) - Relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de formação inicial, com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários

Fórmula de cálculo: (Alunos com idade entre 18 e 22 anos matriculados em cursos de formação inicial no ensino superior / População residente com idade entre 18 e 22 anos) x 100

Cursos de formação inicial no ensino superior: Cursos que conferem grau académico, licenciatura ou bacharelato.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0003920&lingua=PT

TAXA DE INCIDÊNCIA – A taxa que mede a ocorrência de novos acontecimentos [relativos à saúde] numa população, durante um dado intervalo de tempo [geralmente um ano civil]; o denominador é a população “em risco” de experimentar (sofrer) o acontecimento contado no numerador, por vezes expresso em pessoas-unidade de tempo (geralmente pessoas-caso), [o que é mais correcto]. A fórmula mais frequentemente utilizada em saúde pública, pela sua simplicidade, é a seguinte:

Fórmula de cálculo: (Número de novos acontecimentos durante um período específico de tempo / Número total de pessoas expostas ao risco de sofrer esse acontecimento durante o mesmo período de tempo) x 10ⁿ

Fonte: LAST, J. M. – Um dicionário de epidemiologia. [Tradução] 2.ª ed. New York, Oxford, Toronto: Oxford University Press, 1988. Lisboa: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, 1995.

TAXA DE MORTALIDADE FETAL TARDIA - Número de fetos mortos de 28 ou mais semanas observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de fetos mortos de 28 ou mais semanas por 1000 (10³) nados-vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

Fórmula de cálculo: $TMFT = [FM+28(0,t) / [N(0,t) + FM+28(0,t)]] \times 10^n$, em que:

FM+28(0,t): Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t): Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4048>

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10³) nados-vivos).

Fórmula de cálculo: $TMI = [Ob-1(0,t) / NV(0,t)] \times 10^n$, em que:

Ob-1(0,t): Óbitos de crianças com menos de 1 ano entre os momentos 0 e t;

NV(0,t): Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3180>

TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL - Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 (10³) nados-vivos).

Fórmula de cálculo: $TMN = [Ob-28(0,t) / NV(0,t)] \times 10^n$, em que:

Ob-28(0,t) - Óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) - Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4047>

TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL PRECOCE – Número de óbitos de crianças com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 7 dias de idade por 1000 (10^3) nados-vivos).

Fórmula de cálculo: $TMN = [Ob-7(0,t) / NV(0,t)] \times 10^n$, em que

Ob-7(0,t): Óbitos de crianças com menos de 7 dias de idade, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t): Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

Fonte: PINEAULT, R.; DAVELUY, C.- Planificación sanitaria; conceptos, métodos, estrategias. Barcelona: Masson, S.A, 1987.

TAXA DE MORTALIDADE PERINATAL - Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade por 1000 (10^3) nados-vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

Fórmula de cálculo: $TMP = [(FM+28(0,t))+Ob-7d(0,t) / (NV(0,t)+ FM+28(0,t))] \times 10^n$, em que:

FM+28(0,t) - Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

Ob-7d(0,t) - Óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) - Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

Nota: Também pode ser calculada usando como limite inferior do período fetal as 22 semanas completas de gestação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5750>

TAXA DE MORTALIDADE POR SUICÍDIO POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de óbitos por suicídio / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

TAXA DE MORTALIDADE PÓS-NEONATAL – Número de óbitos de crianças com 28 ou mais dias e menos de 1 ano de idade (264 dias) observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com 28 ou mais dias e menos de 1 ano de idade por 1000 (10^3) nados-vivos).

Fórmula de cálculo: $TMN = [Ob28d e -1a (0,t) / NV (0,t)] \times 10^n$, em que

Ob28d e - 1a (0,t): Óbitos de crianças com 28 ou mais dias e menos de 1 ano, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t): Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

Fonte: PINEAULT, R.; DAVELUY, C.- Planificación sanitaria; conceptos, métodos, estrategias. Barcelona: Masson, S.A, 1987.

TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE INFECÇÃO VIH/SIDA POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de casos notificados de VIH/sida / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE SIDA POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de casos notificados de sida / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE TUBERCULOSE POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de casos notificados de Tuberculose / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

TAXA DE OCUPAÇÃO DAS CAMAS NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Fórmula de cálculo: [(Dias de internamento em hospitais e centros de saúde)/ ((Número de camas em hospitais e centros de saúde)x365 dias)] X 100

Estabelecimento: Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se actividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Taxa de ocupação no ano: Relação percentual entre o total de dias de internamento no ano e a capacidade do estabelecimento (a capacidade é o total global de dias disponíveis ou seja a lotação praticada x 365 dias).

Estabelecimento de saúde: Serviço ou conjunto de serviços prestadores de cuidados de saúde, dotados de direcção técnica, de administração e instalações próprias. Pode ter ou não internamento.

Período de referência: Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0002897&lingua=PT

TAXA DE PREVALÊNCIA – O número total de indivíduos com uma doença, ou condição, presente naquele momento (ou no momento mediano do período de tempo especificado). Pode haver problemas ao calcular as taxas de prevalência de período, dada a dificuldade em definir o denominador mais apropriado. [Há autores que, neste caso, não consideram possível o cálculo de uma verdadeira taxa, pelo que os termos “razão” e “índice” têm vindo a ser usados, neste contexto, em vez de taxa].

Fonte: LAST, J. M. – Um dicionário de epidemiologia. [Tradução] 2.ª ed. New York, Oxford, Toronto: Oxford University Press, 1988. Lisboa: Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, 1995.

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL – A variação anual compara o nível médio da variável dos quatro trimestres do último ano com o dos quatro trimestres do ano imediatamente anterior. Por ser uma média, esta taxa de variação é menos sensível a alterações esporádicas na variável.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3583>

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL – Taxa que traduz a variação entre dois valores anuais (ano t e ano t-1) relativos a uma determinada variável.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6780>

TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA – A variação homóloga compara o nível do índice/variável entre o mês/trimestre corrente e o mesmo mês/trimestre do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afetada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num (ou em ambos) dos trimestres comparados.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3623>

TERCEIRA PESSOA - Pessoa que presta assistência a um titular do direito a uma prestação de Segurança Social em situação de dependência.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/858>

TOTAL DE CONSULTAS NO ANO - Número total das primeiras consultas e das subsequentes prestadas durante um ano, nos serviços de especialidade/valência dum estabelecimento de saúde.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2903>

TRABALHADOR COM CONTRATO A TERMO – Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006417&lingua=PT

TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM – Os trabalhadores por conta de outrem são definidos como todas as pessoas que, nos termos de um contrato, trabalham para outra unidade institucional residente, recebendo em contrapartida uma remuneração.

Fonte: http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006417&lingua=PT

TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - Processo que torna as águas residuais aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis para fins de reciclagem ou reutilização. Considera-se apenas o tratamento efetuado nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2812>

TRATAMENTO DE RESÍDUOS - Qualquer operação de valorização ou de eliminação, incluindo a preparação prévia à valorização ou eliminação.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6909>

TRIAGEM DE RESÍDUOS - Ato de separação de resíduos mediante processos manuais ou mecânicos, sem alteração das suas características e tendo em vista a respetiva valorização ou outras operações de gestão de resíduos.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6827>

U

UNIDADE BÁSICA DE URGÊNCIA - Unidade prestadora de cuidados com caráter urgente, em Centros de Saúde, articulando-se com a rede nacional de urgência e emergência.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2617>

UNIÃO DE FACTO - Situação de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivem em situação análoga à dos cônjuges, sem que sejam legalmente casadas uma com a outra.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5469>

V

VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA - Operação de valorização de resíduos que compreende a utilização dos resíduos combustíveis para a produção de energia através da incineração direta com recuperação de calor.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1933>

VARIAÇÃO HOMÓLOGA - Quociente do valor do último período (mês ou trimestre), pelo período idêntico do ano anterior.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/547>

VEÍCULO AUTOMÓVEL RODOVIÁRIO - Veículo rodoviário equipado com um motor, que constitui o único meio de propulsão, que serve normalmente para transportar pessoas ou mercadorias por estrada, ou para rebocar, na estrada, veículos utilizados para transporte de pessoas ou mercadorias.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2272>

VEÍCULO RODOVIÁRIO - Veículo com rodas destinado a ser utilizado em estradas.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3982>

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - Ato de infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos,

incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais ao cônjuge ou ex-cônjuge; a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; o progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou a pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6558>

VISITANTE - Indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. Existem duas categorias de visitantes: os excursionistas e os turistas.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6360>

VÍTIMA - Pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, diretamente causadas por ações ou omissões que infrinjam a legislação penal.

Fonte: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6562>

VÍTIMAS DE CRIME ATENDIDAS PELA REDE NACIONAL DE GABINETES DE APOIO À VÍTIMA (GAV) DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV) POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de vítimas atendidas pela Rede Nacional de GAV da APAV / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

VÍTIMAS DE CRIME ATENDIDAS PELA UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA (UAVIDRE) DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV) POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de vítimas de crime atendidas pela UAVIDRE da APAV / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

VÍTIMAS DE CRIME QUE ACORRERAM ÀS UNIDADES ORGÂNICAS (UO) DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV) POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de vítimas de crime que acorreram às UO da APAV / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E CRIMES SEXUAIS QUE ACORRERAM ÀS UNIDADES ORGÂNICAS (UO) DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV) POR 100 000 HABITANTES

Fórmula de cálculo: (Número total de vítimas de violência e crimes sexuais que acorreram às UO da APAV / População média anual residente) X 100 000

Fonte: DSP/ARSLVT, IP

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - Estatísticas APAV 2008. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), 2009. [Consult. 06 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2008.pdf

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - Estatísticas APAV 2009. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), 2010. [Consult. 06 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/estatisticas_apav_2009.pdf

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - Estatísticas APAV 2010 retificadas. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), 2011. [Consult. 29 Nov. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_2010_.pdf

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - Estatísticas APAV. Relatório anual 2011. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), Fevereiro 2012. [Consult. 06 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_RelatorioAnual_2011.pdf

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - Estatísticas APAV. Relatório anual 2012. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), Fevereiro 2013. [Consult. 05 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - Estatísticas APAV. Violência sexual 2012. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), Fevereiro 2013. [Consult. 08 Dez. 2013]. Disponível em: http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_ViolenciaSexual_2012.pdf

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. GABINETE DE APOIO À VÍTIMA - Dados Estatísticos da Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Víctima 2012. [Em linha]. [Consult. 09 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/index.php/pt/estatisticas/estatisticas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA - Estatísticas APAV. Unidade de Apoio à Víctima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica. UVIDRE 2009. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Víctima (APAV), 2010 [Consult. 09 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/RAR/Estatisticas_GAV_2009.rar

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA - GAV UAVIDRE. Estatísticas APAV 2010. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Março 2011 [Consult. 09 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/RAR/Estatisticas_GAV_2010.zip

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA - Estatísticas APAV 2011. UAVIDRE. Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica. [Em linha] Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Fevereiro 2012. [Consult. 09 Dez. 2013]. Disponível em http://apav.pt/apav_v2/images/RAR/Estatisticas_GAV_2011.zip

BANDEIRA, M. L. – Demografia e Modernidade: família e transição demográfica em Portugal. Lisboa: INCM, 1996.

CABRAL, M. V.; SILVA, P. A. – O estado da saúde em Portugal: acesso, avaliação e atitudes da população portuguesa – evolução entre 2001 e 2008 e comparações regionais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 2009.

CARDOSO, C; PLANTIER, T. - Acompanhamento estatístico e epidemiológico do consumo de tabaco em Portugal. Estudo do impacte da Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto. EpiScience: Dezembro 2008.

CARVALHO, A. D. – Pobreza: novos impasses, novos sentidos? A Pobreza e a marginalização social do séc. XV aos nossos dias. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000.

CASTRO, J. L. – Entre a Tutela e a sobrevivência: contextos de socialização e trajetórias dos meninos da rua Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas. Instituto Universitário de Lisboa, 1996. Tese de Mestrado Sociologia da Família ministrado no ISCTE. IUL.

CLAVEL, G. – La société d'exclusion: comprendre pour en sortir. Paris: L'Harmattan, 1998.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - Estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica. [Em linha] Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), 24 de Março de 2011 [Consult. 04 Dez. 2013]. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/ficheiros/cd_agi_st/listagem_ACTUALIZADA_MP.pdf

COSTA, A. B. – Exclusões sociais. Lisboa: Gradiva, 1998.

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO n.º 19/2013. D.R. 1ª Série. 62 (13.03.28) 1891-1894 – Declaração de retificação à Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, sobre «Reorganização administrativa do território das freguesias», publicada no suplemento ao Diário da República, 1.ª série, n.º 19, de 28 de Janeiro de 2013.

DECRETO-LEI n.º 102/2009. D.R. 1ª Série. 90 (09.05.11) 2812-2813 – Altera o Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 11/93. D.R. 1ª Série. 12 (93.01.15) 129-134 – Aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

DECRETO-LEI n.º 163/99. D.R. 1ª Série. 111 (99.05.13) 2550-2551 – Altera o Decreto -Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 222/2007. D.R. 1ª Série. 103 (07.05.29) 3519-3523 – Aprova a orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I. P.

DECRETO-LEI n.º 244/2002. D.R. 1ª Série. 255 (02.11.05) 7101-7103 – Altera o Decreto -Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 244/2002. D.R. 1ª Série. 255 (02.11.05) 7101-7103 – Altera o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 248/2009. D.R. 1ª Série. 184 (09.09.22) 6761-6765 – Altera o Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 253/2012. D.R. 1ª Série. 229 (12.11.27) 6757-6767 – Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, que estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

DECRETO-LEI n.º 28/2008. D.R. 1ª Série. 38 (08.02.22) 1182-1189 – Cria os agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, abreviadamente designados por ACES, e estabelece o seu regime de organização e funcionamento.

DECRETO-LEI n.º 317/99. D.R. 1ª Série. 186 (99.08.11) 5238-5239 – Altera o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 317/99. D.R. 1ª Série. 186 (99.08.11) 5238-5239 – Altera o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro.

DECRETO-LEI n.º 46/89. D.R. 1ª Série. 38 (89.02.15) 590-593 – Fixa os níveis I, II e III da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

DECRETO-LEI n.º 68/2008. D.R. 1ª Série. 73 (08.04.14) 2193-2197 – Procede à definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e das áreas metropolitanas e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013 (QREN).

DECRETO-LEI n.º 68/2008. D.R. 1ª Série. 73 (08.04.14) 2193-2197 – Procede à definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

DECRETO-LEI n.º 81/2009. D.R. 1ª Série. 65 (09.04.02) 2058-2062 – Estabelece as regras e princípios de organização dos serviços e funções de natureza operativa de saúde pública, sedeados a nível nacional, regional e local.

DECRETO-LEI n.º 85/2009. D.R. 1ª Série. 66 (09.04.03) 2083 – Altera o Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril.

DELGADO, J. F. – A Pobreza e a marginalização social do séc. XV aos nossos dias. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000.

ELLIOT, B. A., ET AL – Violência familiar y relaciones abusivas. Clínicas de atención primária. Madrid: Ed. Interamericana. McGraw-Hill, 1993.

FERNANDA FEIJÃO. SICAD/DMI/DEI - Inquérito Nacional em Meio Escolar/2011 – Secundário. Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas. Uma abordagem integrada. Síntese de resultados. [Em linha] Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, Direção de Serviços de Monitorização e Informação, Divisão de Estatística e Informação, 2012 [Consult. 27 Nov. 2013]. Disponível em http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011_secundario_rev.pdf

FERNANDA FEIJÃO. SICAD/DMI/DEI - Inquérito Nacional em Meio Escolar/2011 – 3.º Ciclo. Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas. Uma abordagem integrada. Síntese de resultados. [Em linha] Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, Direção de Serviços de Monitorização e Informação, Divisão de Estatística e Informação, 2012 [Consult. 27 Nov. 2013]. Disponível em http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011_3ciclo_rev.pdf

FONSECA, V. – Exclusão escolar como processo de exclusão social: algumas reflexões sociológicas sobre as dificuldades de aprendizagem. Infância e Juventude. Revista do Instituto de Reinserção Social. 3 (Jul./Set. 1999) 71-88.

GARCIA J. L.; JERÓNIMO H. M.; NORBERTO R.; ET AL – Estranhos: juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa. Oeiras: Celta Editora, 2000.

GARCIA, S.; FAINSTEIN, N.; FAINSTEIN, S. – Minorias urbanas: Que direitos? Lisboa: Público/Edições João Sá da Costa, 1999.

GIL-MONTE P. R.; PEIRÓ SILLA, J. M. – Desgaste psíquico en el trabajo: el síndrome de quemarse. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

GRAU BARTOLOMEU, J., ET AL – Indicadores para valorar la problemática social en la práctica diária assistencial. Atención Primaria. 18:10 (1996) 38-46.

LEI n.º 11-A/2013. D.R. 1ª Série. 19 Suplemento (13.01.28) 552-(2)-552-(147) – Dá cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território das freguesias constante da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio.

LEI n.º 21/2010. D.R. 1ª Série. 163 (10.08.23) 3661-3662 – Altera o Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2009, de 3 de Abril, integrando o município de Mação na unidade territorial Médio Tejo.

LEI n.º 56/2012. D.R. 1ª Série. 216 (12.11.08) 6454-6460 – Procede à reorganização administrativa de Lisboa.

LUCCHINI, R. – A criança da rua: realidade complexa e discursos redutores. Revista Infância e Juventude.1 (Jan./Mar 2000) 9-44.

MARTINS, A. – Génese, emergência e institucionalização do serviço social português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

NAZARETH, J. M. – Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo. [Em linha] Disponível em <http://www.pordata.pt/>

PORTARIA n.º 1071/98. D.R. 1ª Série B. 301 (98.12.31) 7381-7382 – Aprova, ao abrigo da Lei n.º 2036, de 9 de Agosto de 1949, a Tabela das Doenças de Declaração Obrigatória, ordenada de acordo com o código da 10.ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID) e utilizando a respectiva nomenclatura nosológica, conforme a Deliberação n.º 131/97, de 27 de Julho.

PORTARIA n.º 258/2005. D.R. 1ª Série B. 53 (05.03.16) 2343-2345 – Integra a infecção pelo VIH na Lista de Doenças de Declaração Obrigatória, alterando a Tabela anexa à Portaria n.º 1071/98, de 31 de Dezembro, e aprova o modelo de folha de notificação relativa à vigilância epidemiológica da infecção por VIH, publicada em anexo à Portaria, dela fazendo parte integrante.

PORTARIA n.º 276/2009. D.R. 1ª Série. 54 (09.03.18) 1728-1737 – Cria vários agrupamentos de centros de saúde (ACES), integrados na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e extingue todas as sub-regiões de saúde integradas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

PORTARIA n.º 394-B/2012. D.R. 1ª Série. 231 (12.11.29) 6832-(5)-6832-(11) – Tem por objeto a reorganização dos Agrupamentos de Centros de Saúde integrados na Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. DGAI – Violência doméstica 2010. Ocorrências participadas às Forças de Segurança. [Em linha] Lisboa: Direção-Geral de Administração Interna, 2 Maio 2011. [Consult. 04 Dez. 2013]. Disponível em [http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/VD_Relatorio%20Anual_2010_2_5_2011\(1\).pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/VD_Relatorio%20Anual_2010_2_5_2011(1).pdf)

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. DGAI – Violência doméstica 2011. Relatório anual de monitorização. [Em linha] Lisboa: Direção-Geral de Administração Interna, Julho 2012. [Consult. 04 Dez. 2013]. Disponível em http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Relatorio%20VD%202011_%20Participacoes%20as%20FS.pdf

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. DGAI – Violência doméstica 2012. Relatório anual de monitorização. Relatório anual de monitorização. Caracterização das ocorrências participadas segundo a tipo de relação vítima-denunciado/a. [Em linha] Lisboa: Direção-Geral de Administração Interna, Agosto 2013. [Consult. 04 Dez. 2013]. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/VD%20Relatorio%20anual%202012.pdf>

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. APA, I.P. – REA 2012 Portugal. Relatório do Estado do Ambiente. [Em linha] Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Outubro 2012. [Consult. 23 Jul. 2013]. Disponível em <http://sniamb.apambiente.pt/docs/REA/rea2012.pdf>

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DGSP - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES de 2010. Volume II. [Em linha] Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, 2010. [Consult. 15 Nov. 2012]. Disponível em http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/Rel_Actividades/Rel_Act_Vol_II.pdf

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ACS - PNS em Foco. Especial Regiões. Perfil de Saúde na Região de Lisboa e Vale do Tejo, Boletim Informativo n.º 1. [Em linha] Lisboa: Alto Comissariado da Saúde, Maio 2009. [Consult. 09 Abr. 2013]. Disponível em <http://www.dgs.pt/upload/membro.id/ficheiros/i012379.pdf>

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ACS – Portal do Alto Comissariado da Saúde. [Em linha]. Disponível em <http://www.acs.min-saude.pt/>

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ACS/DGS – Plano Nacional de Saúde 2012-2016. [Em linha] Lisboa: Alto Comissariado da Saúde / Direção-Geral da Saúde, 2012. [Consult. 03 Set. 2012]. Disponível em <http://pns.dgs.pt/pns-versao-completa/>

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ACSS, I.P./UMCCI – Implementação e Monitorização da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Relatório Final. Lisboa: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P./Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados, Março 2013.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ARSLVT, I.P. - Perfil de Saúde da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Lisboa: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., 2010.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ARSLVT, I.P. – Portal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Observatório Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. [Em linha]. Disponível em <http://www.arslvt.min-saude.pt/observatorioregional/Paginas/OBSERVAT%C3%93RIOREGIONALDESA%C3%9ADELISBOAEVALEDOTEJO.aspx> -

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DGS – Relatório dos registos das interrupções da gravidez ao abrigo de lei 16/2007 de 17 de Abril. Dados referentes ao período de Janeiro a Dezembro de 2011. [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, Abril 2012. Disponível em http://www.spdc.pt/files/publicacoes/IVG_2011.pdf

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSA, I.P. – Consumo de tabaco na população portuguesa: análise dos dados do Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006. [Em linha] Lisboa: Departamento de Epidemiologia, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P., Abril de 2009 [Consult. 01 Jul. 2013]. Disponível em <http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/428/1/Tabaco.pdf>

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. UMCCI – Relatório de monitorização do desenvolvimento e da atividade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) 2011. Lisboa: Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados, Fevereiro 2012.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. UMCCI – Relatório de monitorização do desenvolvimento e da atividade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) 2010. Lisboa: Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados, Março 2011.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. UMCCI – Relatório de monitorização do desenvolvimento e da atividade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) 2009. Lisboa: Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados, Fevereiro 2010.

PORTUGAL. MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2009. [Em linha] Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, Junho 2010. [Consult. 08 Dez. 2013]. Disponível em http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3143&m=PDF

PORTUGAL. MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. [Em linha] Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, Junho de 2011. [Consult. 08 Dez. 2013]. Disponível em http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3453&m=PDF

PORTUGAL. MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2011. [Em linha] Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, Maio 2012. [Consult. 08 Dez. 2013]. Disponível em http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3795&m=PDF

PORTUGAL. MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. CNPCJR. Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2012. [Em linha] Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, Maio 2013. [Consult. 08 Dez. 2013]. Disponível em http://www.cnpcjr.pt/Relatorio_2012_28maio.pdf

PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. CCDR LVT – Portal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo. [Em linha]. Disponível em <http://orlv.ccdr-lvt.pt/ODSRender/Home.aspx>

PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. INE,I.P. - Censos 2011: Resultados Definitivos Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2012

PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. INE,I.P. – Informação Estatística, Dados Estatísticos. Portal do Instituto Nacional de Estatística, I.P. [Em linha]. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&selTab=tab2

PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS/MINISTÉRIO DA SAÚDE. INE, I.P./INSA, I.P. – Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006. Publicação constituída por 1 volume e CD-Rom. [Em linha] Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. / Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., 2009. Disponível em http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/Publicacoes/Outros/Documents/Epidemiologia/INS_05_06.pdf

PRESSAT, R. – Introducción a la demografía. Barcelona: Editorial Ariel, 1985.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 34/86. D.R. 1ª Série. 102 (86.05.05) 1041-1043 – Estabelece os níveis I, II e III da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

TAVARES, A. – Comunitary intervention – migrants city slums. Portugal 2007 – Health and migration in European Union: better health for all in an inclusive society. Lisbon: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, 2008.

TAVARES, A., ET AL – Medicina das exclusões sociais: o impacte da deterioração social na saúde. Porto: Menção Honrosa do Prémio Bial de Medicina Clínica, 2000.

TAVARES, A.; MOREIRA, A.; CALÉ, E. – Lares para idosos em meio urbano: a satisfação das necessidades dos seus residentes. Prémio de Reconhecimento Científico da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, 2002.

XIBERRAS, M. – As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

Ficha Técnica

PORTUGAL. Ministério da Saúde. Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. Perfil de Saúde e Seus Determinantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo – Lisboa: ARSLVT, I.P., 2015. Volume 1 (346 pags.) e Volume 2 (310 pags.).

Perfil de Saúde / Determinantes de Saúde / Indicadores / Caracterização da População / Cultura / Justiça / Saúde / Espaços promotores de saúde ou geradores de doença / Recursos em Saúde / Ambiente / Crianças e Jovens em Risco / Emprego / Desemprego / Proteção e acção social / Região de Lisboa e Vale do Tejo

© Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., 2015

É permitida a reprodução parcial ou integral desta obra, desde que citada a fonte.

Presidente do Conselho Diretivo

Luís Cunha Ribeiro

Coordenação da Edição

António Tavares, Diretor do Departamento de Saúde Pública e Delegado Regional de Saúde

Responsabilidade Técnica e Elaboração

António Tavares

Maria Adelaide Coelho

Carla Lacerda Rascôa

Colaboração

Patrícia Barreiro

Micaela Lopes

Elsa Pesca Figueiredo

Contributos

Ana Dinis

Fátima João Pereira

Marcelo Fernandes

Natália Faria Campbell

1.ª Edição

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Av. Estados Unidos da América, nº 75 e 77

Lisboa – Portugal

www.arslvt.min-saude.pt

Capa

Fotografia de Wikimedia Commons

Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org>.

Pré-Impressão, Impressão e Acabamento

www.AlfaPrint.pt

Tiragem

3000 exemplares

Depósito legal

385584/14